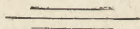
LISBOA ANTIGA

Vista do Castello de S. Jorge (tomada das Olarias) — Á esquerda avista-se a grimpa da parochial de Santa Cruz; mais adiante a porta do Moniz, por cima da qual se percebe o busto do heroe; para a direita as torres do antigo paço da Alcaçova. Em baixo vê-se correr a costa do Castello. — A torre da direita na parte inferior da estampa não pertence ás muralhas moiriscas; é já da cêrca d'el-rei D. Fernando.

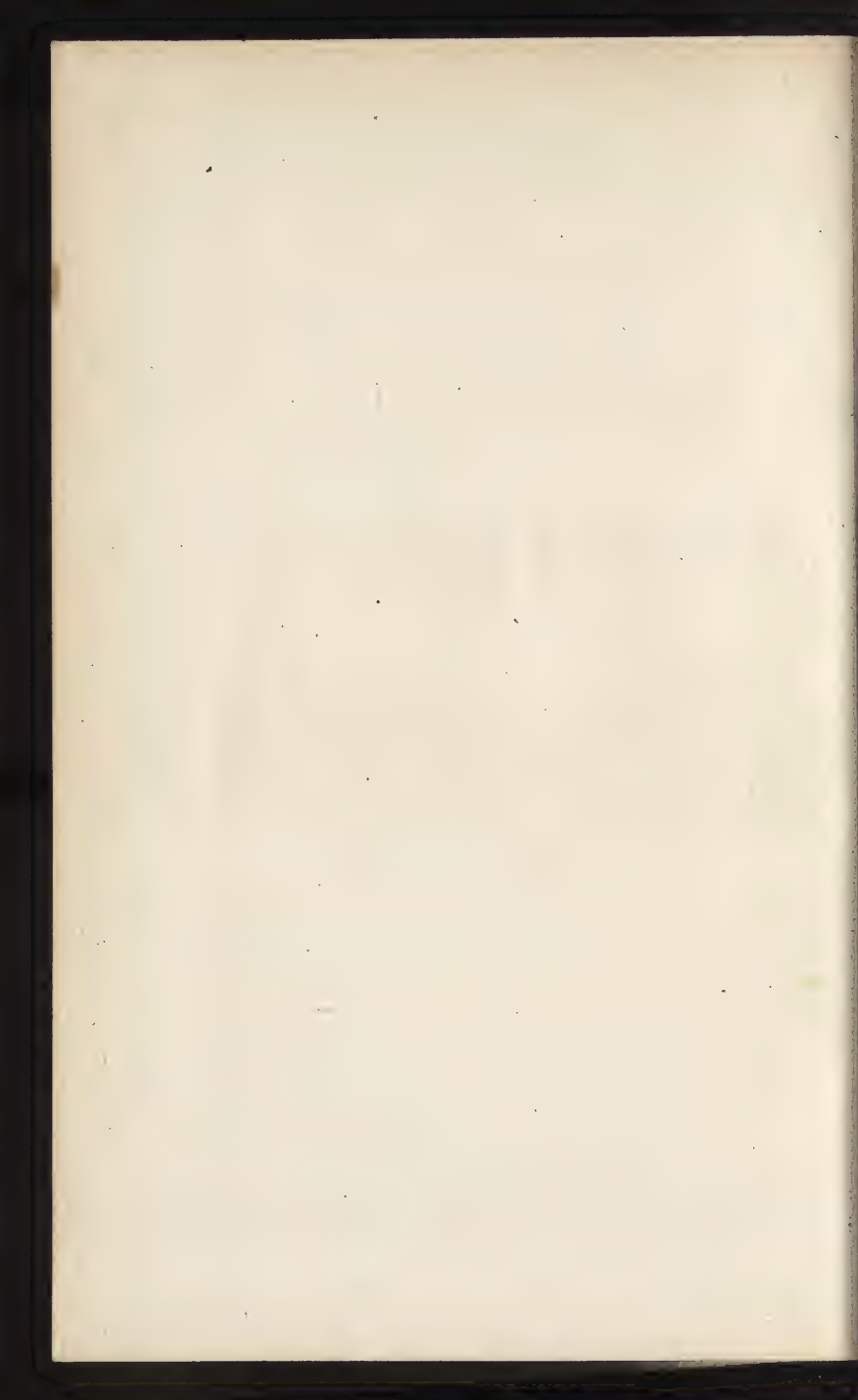
LISBOA ANTIGA

POR

JULIO DE CASTILHO

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1884

SEGUNDA PARTE

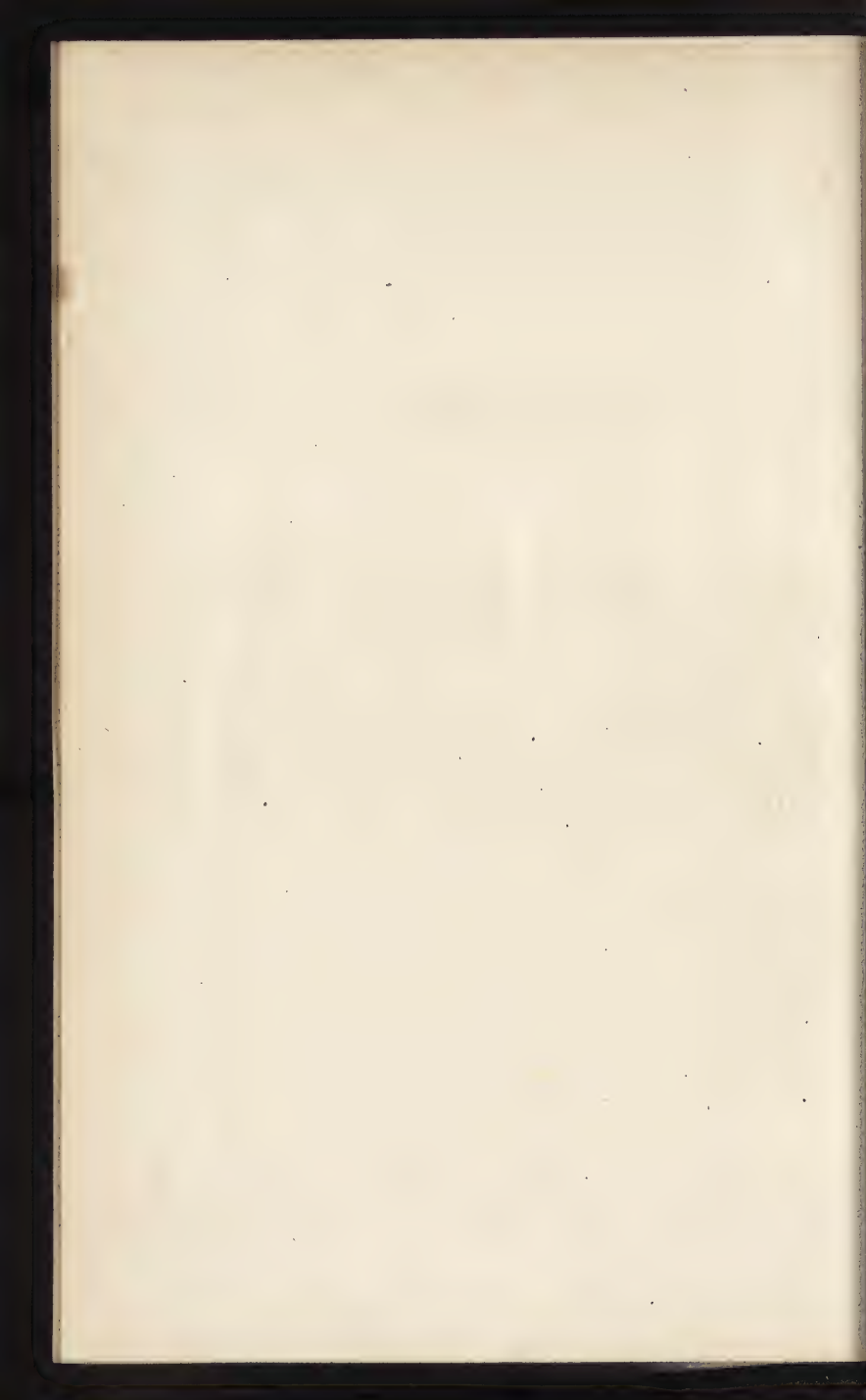
BAIRROS ORIENTAES

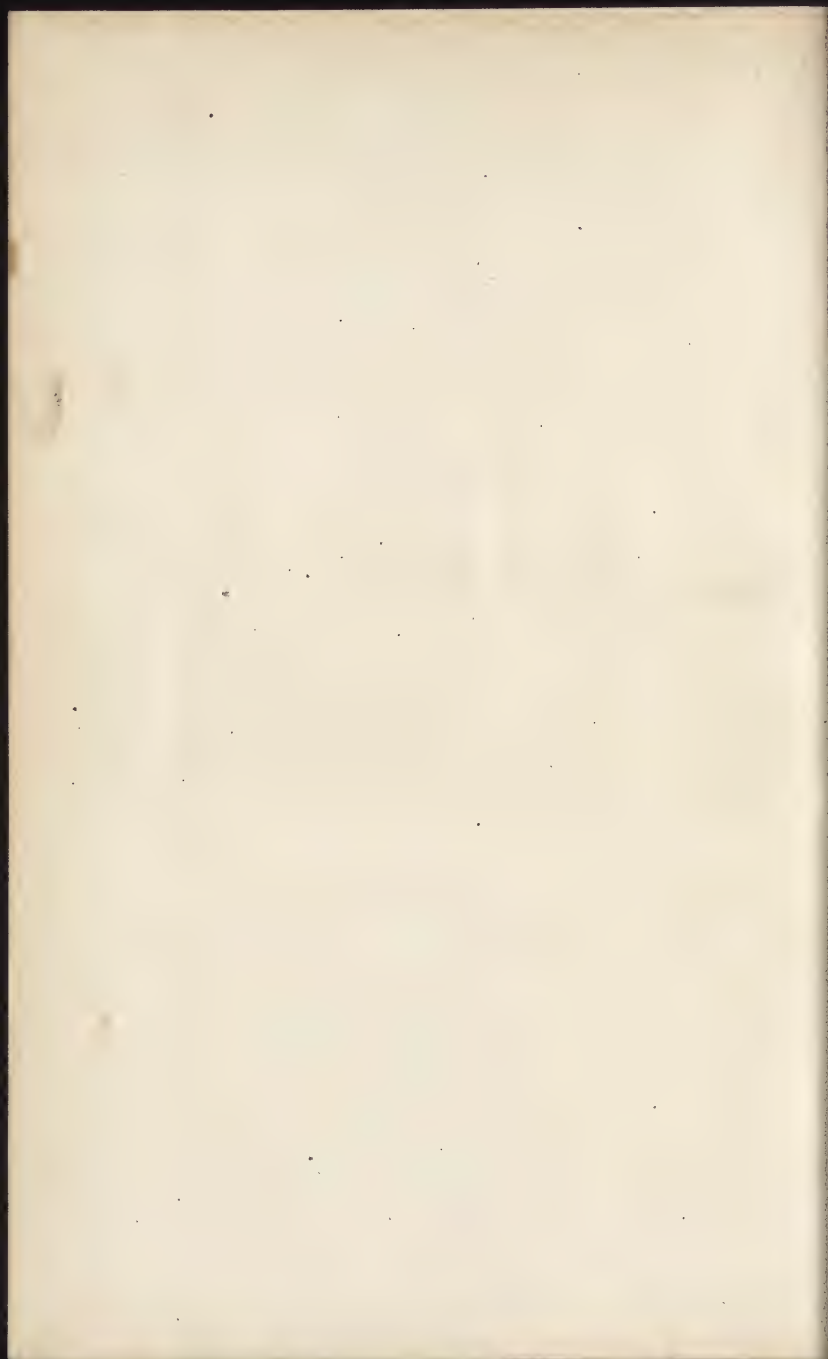
TOMO II

AO LEITOR

É dos quadros mais interessantes da chronica da peninsula este da conquista de Lissibona.

Tratal-o depois da magistral descripção que nos deixou Herculano pareceria importuna redundancia, se não attendessemos a que na Historia de Portugal era apenas accessorio o que n'este livro se tornou materia principal.

Vir um discipulo obscuro collocar no cavallete o mesmo assumpto já pintado por um mestre, longe de ser desacato, é sincero preito á veneranda memoria de quem tanto avulta no mundo litterario.

Confirma o auctor esse preito, depondo respeitosamente o seu volume sobre a campa humilde do grande solitario de Val-de-Lobos.

LIVRO III

Conquista de Lissibona aos moiros

Todo uerdadeiro cristão filho da sancta Egreia: q̃ certo quizer ser ẽ como a cidade de Lixboa foy filhada e tirada de poder dos ẽmigos da sancta fé catholica: ... lea esta estoria.

Cronica da fundaçam do moesteyro de Sam Vicente.

CAPITULO I

Mencionam-se tres baldadas tentativas de conquista da Lissibona moira por guerreiros christãos.— Pensamento fixo d'el-rei D. Affonso no mesmo proposito.— Escassez de forças navaes.— A jornada de Trancoso.— Aporta no Douro uma armada de cruzados em 1140.— O bispo do Porto D. Pedro Ramaldis.— Incita el-rei aquelles forasteiros a um novo assalto a Lissibona.— Frustra-se o commettimento.

Varias tentativas das armas christãs menciona a historia confusamente, desde fins do seculo VIII, para a suspirada posse da florescente Lissibona.

*

A primeira, por D. Affonso II o Casto, rei de Oviedo, no anno de 798. O mais antigo vestigio que de tal encontrei foi no Chronicon do benedictino Reginão, abbade de Prüm, que o deixou consignado por estas succintas palavras: *Affonso, rei da Galliza e das Asturias, depois de saquear Ulyxbona, ultima cidade das Hespanhas...*, etc. [1].

[1] *Aldefonsus rex Galliciæ et Asturiæ, prædata Ullyxbona, ultima Hispaniæ civitate*, etc.—L. II apud Bibl. Joann. Pis-

A segunda vez, por D. Ordonho III, rei de Leão, em 953, conforme escrevem os sabios benedictinos de S. Mauro[1], fundando-se talvez no dizer de Sampiro: *O proprio rei Ordonho, congregado numeroso exercito, subjugou a Galliza, saqueou Olisbona, e levou comsigo largo espolio e muitos captivos*[2].

A terceira emfim em 1093, por D. Affonso VI, o Bravo, rei de Leão, e sogro do nosso conde D. Henrique de Borgonha, que o acompanhou, e trabalhou muito, já na tomada, já na (aliás pouco demorada) retenção de tal joia, segundo refere Duarte Nunes[3], que provavelmente o bebeu no *Chronicon Lusitanum*[4], onde se lê: *E na mesma semana* (refere-se á da tomada de Santarem a 28 de abril de 1093) *na vespera das Nonas de Maio* (6 de maio), *uma quinta feira, tomou Ulixbona*[5]; ou no do bispo de Oviedo D. Pelayo[6], que, entre as demais conquistas do leonez, menciona Lisboa, Cintra, e Santarem.

torii, *Rerum germanicarum scriptores*, t. I, pag. 32.—Annales Bertinianos, no fim do t. X da *Esp. Sagr.*

[1] *L'art de vérif. les dates*, Chron. hist. des rois d'Espagne.

[2] *Ipse quidem rex Ordonius, magno exercitu aggregato, Gallæciam edomuit, Olisbonam deprædavit, et multa spolia simul cum captivis secum adduxit.*—Chronicon Sampiri, Asturicensis Episcopi, apud Florez, *Esp. Sagr.*, t. XIV, p. 469.

Torna a encontrar-se esse fragmento no Chronicon do monge Silense, *Esp. Sagr.*, t. XVII, pag. 298.

[3] Chron. do conde D. Henrique, ed. de 1600, fl. 15 v.

[4] Vem na *Mon. Lusit.*, transcripto em Florez, *Esp. Sagr.*, t. XIV.

[5] *Et in eadem hebdomada, pridie Non. Maii, feria quinta, cepit Ulixbonam.*

[6] *Esp. Sagr.*, t. XIV, pag. 488.

De curta duração foram os resultados d'essas investidas; cifravam-se no saque, e nos tributos extorquidos; pagamentos que vieram a caducar passados poucos annos, pelo estado revolto das monarchias christãs e mahometanas da peninsula.

Nem se sabe até se Affonso VI de Leão chegou a conceder foral a Lissibona; existe, sim, o de Santarem, ou *Santa-Herena,* passado em 1095, e onde o conquistador confessa o que lhe custou de esforços senhorear aquella praça. *Não devi aos meus merecimentos, nem ás minhas virtudes, porém só á vontade de Deus omnipotente, o ver caír Sancta-Herena em minhas mãos, façanha que a todos se figurava incrivel!* [1].

*

O que é certo é que a altiva Lissibona, e a roqueira Chantyrein, eram outra vez francamente moiras, quando chegou o anno de 1140, carregado de esperanças, o anno em que o juvenil Affonso, recente vencedor de Ourique, entrava talvez a sentir mais em cheio a embriaguez das victorias.

Ferira-se a batalha de Ourique a 25 de julho de 1139[2]; mas é mais que provavel que desde quatro annos antes, isto é, desde a edificação do

[1] *Omnipotens Dominus, non meis meritis, neque virtutibus, sed propria voluntate, sicut ipse voluit, tradidit civitatem Sancta Herene in manibus meis, quod incredibile ab omnibus aliquando erat.* — Foral de 1095, *Port. Mon.,* Leg. et cons., pag. 349.

[2] Segundo affirma Herculano, *Hist. de Port.,* 4.ª ed., t. I, pag. 325.

castello de Leiria em 1135, andasse a mente vastissima do vencedor meditando já a empreza colossal da conquista de Lissibona[1].

Fôra o castello de Leiria edificado, conforme quer o sempre citado reformador da nossa historia, afim de cobrir o caminho de Coimbra, e facilitar o ataque inesperado de alguma das tres mais importantes praças do occidente do Gharb: Santarem, Lisboa, ou Cintra; obra construida á pressa, mais fortalezada pela natureza do que talvez pela arte, como todas aquellas torres grosseiramente abaluartadas e circumdadas de fosso, com que a mão do moço principe ía esboçando as fronteiras da sua nascente suzerania[2].

*

Claro está porém, que então, n'uma sociedade incerta e vacillante ainda, era conseguir muitissimo possuir de certo modo organisada a sua milicia de terra; mas quanto a mar nada havia; por isso D. Affonso espreitava ensejo casual, em que podesse valer-lhe a marinha de alguma nação estranha. E era indispensavel esse adjutorio para cercar uma cidade assente á borda de aguas, e facilmente apercebivel de viveres e armas, por pouco que o seu flanco maritimo fosse investido com menos attenção.

[1] Opinião do mesmo mestre, ibid., pag. 308.

[2] Vejam-se no foral de 1142, *Port. Mon.*, Leg. et cons., pag. 376, os vastissimos territorios adscriptos ao castello.

*

Trouxera a jornada de Trancoso irreparavel desbarate aos sarracenos; tinham em confusão retrocedido para o sul, e ahi forcejavam manter-se a todo o custo.

N'isto, uma bella manhã, entrava Douro a cima, e dava fundo no porto de Gaya, uma armada de cruzados, composta de quasi setenta velas. Vinham das partes de França, e encaminhava-os para Jerusalem o pensamento christão[1]. Illuminou-se com um raio de luz o animo do ousado Affonso Henriques. Entendeu-se com os maioraes d'aquelles bemvindos irmãos de armas, talvez por intermedio do bispo do Porto, que era então o francez D. Pedro Ramaldis, sobrinho do ex-prelado da mesma diocese, o doutissimo e incançavel D. João *Ovelheiro,* ou *Peculiar* (á latina)[2]; e depois de ajuste, resolveu el-rèi atacar pelo districto de Chantyrein aos sarracenos.

Dito e feito. Levantam ferro as barcaças, seguem a costa, e entram a barra do Tejo. Ao mesmo tempo que essa estrategia se operava pelo mar, descia do norte um exercito, capitaneado pelo proprio rei dos portugallezes[3].

Ou porque a cidade se achasse bem defendida,

[1] Chronica gottorum, *Mon. Lusit.*, parte III, fol. 271.— *Port. Mon.*— Script.— pag. 13, col. 1.ª

[2] *Catalogo dos bispos do Porto,* por D. Rodrigo da Cunha, addicionado por Antonio Cerqueira Pinto.

[3] Citada *Chronica dos godos,* que sigo á risca.

e desafiasse estirado cerco, ou porque a demora dos cruzados não podesse ser maior, o certo é que o resultado de tal jornada foi nenhum. Ainda não soára a hora, exclama n'este passo a Chronica dos godos, no tom solemne de quem attribue sempre á intervenção do céo o exito das coisas terrenas. Ainda não soára a hora de se entregar aquella povoa em mãos de christãos. Limitou-se tudo na devastação e saque dos suburbios, na destruição das vinhas, no incendio dos casaes, na assolação geral.

Lissibona era forte; não se rendia sem muito sangue. Tornaram-se os portugallezes para o norte, e a armada das setenta velas desfraldou as suas azas brancas, e sumiu-se em demanda do Levante[1].

[1] Sobre tudo isso póde consultar-se Herculano, *Hist. de Port.*, 4.ª ed., t. I, pag. 336.

CAPITULO II

Bosquejo rapidissimo de retrato d'el-rei D. Affonso. — A rainha Mafalda de Saboya. — Seu lar domestico. — Faina militar d'el-rei. — Escalada da forte Santarem. — Cobram novo animo as phalanges christãs. — 1147; entra no Porto outra armada de cruzados.

Era el-rei D. Affonso por esse tempo homem de cerca de trinta e seis annos; isto é: estava no vigor da vida, na idade das ousadias e da força. Nada o intimidava; dextro nas armas, segundo conta um seu contemporaneo[1]; eloquente, cauteloso, e de claro engenho; todas as prendas de principe perfeito; todos os predicados de caudilho da idade media; e além d'isso tudo, era nobre de figura, e bello de rosto; até essa realeza lhe concedera Deus.

*

De mais a mais, era chefe de familia; era pae. Havia um anno, que a princeza Mafalda de Saboya e Maurianna viera de além dos Alpes, dar

[1] Póde ver-se Herculano, *Hist. de Port.*, 4.ª ed., t. 1, pag. 286.

mão de esposa ao irrequieto capitão, cuja fama certamente soava lá por longe, n'aquellas terras das nobres donas, dos cavalleiros por excellencia, das armas, dos amores, das cortezias, e das ousadas entreprezas[1].

Sim, de Italia nos viera a formosa Mafalda, que a seu talante haveria podido escolher em qualquer dos solares reaes da Europa; coubera-lhe em sorte ser apenas a castellã da nova soberania, a inspiradora dos feitos de um simples suzerano peninsular; mas veio a caber-lhe, em futuro longinquo, a honra de mãe de tres dynastias de grandes homens.

Com ella, que trazia no gesto e nos olhos, nos usos e na alma, todo o sorriso da sua Italia, entrara ao guerreiro castello de Guimarães, e ao mesquinho paço de Coimbra, a graça feminina, a pulidissima elegancia das côrtes mais cultas; e o gentil D. Affonso, ao partir-se armado em guerra para as suas algáras contra moiros, tinha quem o ficasse esperando anciosa, cobrindo-o de longe com as suas orações. E ella, a de mais, bem sabia o que doe a guerra! áquella mesma hora, lá moirejava seu pae, o conde Amadeu de Mauriana, de espada em punho, nas fragoas da Palestina.

Graças talvez ao influxo do novo anjo tutelar, de cuja illustrada prudencia, *de cujo conselho, el-rei se aproveitava*[2], sorria a felicidade á politica de D. Affonso.

[1] Visconde de Figanière, *Memorias das Rainhas* (infelizmente por concluir), pag. 45.—El-rei casou entre março e maio de 1147.

[2] Dr. João de Barros, *Espelho de casados*, fl. XXXVI.

*

Aterrados das contínuas correrias e devastações geraes, que os christãos portugallezes infligiam sem tregoa aos dominios mussulmanos, tinham-se já as povoações de Belatha, sem excepção da forte Chantyrein, e da inaccessivel Lissibona, constituido tributarias d'elle, imaginando conjurar assim a tormenta que se lhes ía encastellando no horizonte[1].

Os receios augmentaram, quando o invencivel Ibn-Errick (isto é filho de Henrique, nome que davam os moiros ao regulo christão) commetteu por astucia e fraude a empreza mais que temeraria, mais que louca, de escalar Chantyrein, e conseguiu entrar, graças a um rasgo de audacia sobre-humana, n'aquelle repairo formidavel.

São essas as linhas tortas por que Deus escreve. Que novo alento lhe não trouxe, a elle e aos seus pelejadores, a façanha assombrosa da noite de 15 de março de 1147! Eccoou surdamente por toda a peninsula o inconcebivel feito de armas. Que delirio não sería a tornada do vencedor á sua Coimbra! que festas! que borborinho! que deliciosa commoção!

Li algures (não sei onde; n'uma chronica velha; algures) este caso, que bordo aqui: ao chegar Affonso á vista de Coimbra mais a sua imponente comitiva, saíra do castello, e viera com todo o povo

[1] Herculano, ibid., pag. 359.

recebel-o á ponte a rainha Mafalda. Ao avistal-o, ao acercar-se-lhe, descavalgou pressurosa da sua hacanêa branca, ao passo que el-rei tambem descavalgava; atirou-se-lhe aos braços, radiante, com a bocca cheia de riso, e dizendo-lhe, na sua graciosa pronuncia italiana:

— Bemvindo, meu senhor! depois do que fizestes, ainda haverá quem duvíde da queda de Jerichó?

*

....

Dois mezes havia já que fôra tudo isso; dois longos mezes para a impaciencia do conquistador; era mister aproveitar o desanimo que lavrava na moirisma. Despovoavam-se os campos, talados e abandonados; corria uma turba-multa sem pão e sem lar a supplicar protecção aos muros fortes de Lissibona. Começava pois a transferir-se para aquelle porto magnifico, verdadeira chave estrategica pela sua posição e pelo seu armamento, a attenção toda do inconciliavel perseguidor dos sarracenos.

*

Se lavrava desanimo no campo mussulmano, que animação, que animação contagiosa não reinaria no lado contrario! Chantyrein fôra um prologo; devia fatalmente seguir-se-lhe Lissibona; porém, desconfiados como andavam os moiros, haveriam sem duvida manobrado tudo para tornar impossivel, ou pelo menos difficillima, tal em-

preza; e quanto a D. Affonso, observa Herculano, e sempre bem, que *por ventura a consciencia das poucas forças que tinha... lhe fazia considerar a tentativa como incerta e remota*[1].

Era (está-se a ver) o pensamento fixo d'elle, desde aquelle praso, a conquista, que lhe fôra concedida por Leão, de todo o sul até ao Algarve; era, e foi ainda alguns mezes, o devaneio mais querido dos seus dias e das suas noites, hastear nos torreões de Lissibona a sua bandeira já adornada das quinas, aquella bandeira singular, que entre o revolto clamor das nacionalidades hespanholas do seculo XII ondulava como uma promessa, e começava a agremiar em sua volta os mais ousados capitães.

Quem diria então aos incredulos, aos adeptos das monarchias grandes, e por ventura aos da unidade peninsular, que em pouco tempo ía aquella arrogante signa de um conde suzerano representar um reino autónomo, que havia de ser o glorioso Portugal!

*

Conjecturo que foi para el-rei esse tempo uma faina militar. Vê-se o grande capitão no auge do enthusiasmo, e devorado de um pensamento fixo. Apercebeu-se o melhor que ser podia, sempre com a mira no sul; mas ninguem sabe o que haveria feito, se não viesse providencialmente auxilial-o o inesperado reforço de uma nova armada de foras-

[1] Ibid., pag. 367.

teiros. Eram *francos,* como genericamente se chamava então por cá aos guerreiros de varias procedencias, que não raro atravessavam a peninsula, peregrinos de espada á cinta, cruzados e aventureiros, com escala para as arriscadas emprezas da Terra Sancta![1].

Valeu-lhe immenso aquella armada, surta inesperadamente no porto de Gaya, terra de christãos baptisados. Vou narrar o como; vou mostrar o que este successo conseguiu trazer de alentos novos ao rei portugallez, para a ingreme campanha que o desvelava.

[1] *Franci; erat ... hoc vocabulum commune omnibus, qui de finibus Galliarum aderant ibi.* — Indiculum fundat. — *Port. Mon.* — Script. — pag. 91, col. 1.ª

CAPITULO III

Minuciosa descripção da viagem da armada desde Colonia e Dartmouth. — Roberto do Monte. — Osberno. — Arnulfo. — O *Indiculum*. — Dodechino. — O cardeal de Aragão. — Navegação pelas costas da Armorica. — Um temporal no golpho de Biscaia. — Cabotagem ao longo das praias das Asturias e de Galliza. — Entrada no Douro.

O caso foi assim:

Saíra de Inglaterra, demandando a Palestina, uma numerosa frota de expedicionarios. *Navalis Dei exercitus,* armada do Senhor, a denomina caracteristicamente o velho Roberto do Monte, contemporaneo d'estes factos, e embuido no espirito cavalleiroso do seculo.

Segundo aquelle laborioso continuador do Chronicon de Sigeberto, compunha-se a expedição de umas duzentas naus de inglezes, flamengos, e lorenos[1].

Osberno, testemunha presencial, cruzado inglez

[1] O seu chronicon vem na collecção *Illustrium veterum scriptorum ... rerum germanicarum.* — Apud biblioth. Joannis Pistorii, Francofurti, 1583, 1 vol. — O trecho citado vem a pag. 628.

da mesma armada, affirma que eram as naus cerca de cento e sessenta e quatro[1].

Arnulfo, outro cruzado tambem escriptor, e allemão, segundo parece, avalia-as em quasi duzentas[2].

O monge Otta, e Fernão Peres, auctores ou inspiradores do *Indiculum fundationis monasterii Sancti Vincentii*, e não menos chegados aos factos que narram, dão á armada o computo de cento e noventa barcas[3].

Dodechino, sacerdote de Trèves, no seculo XII, continuador do Chronicon de Mariano Scoto, descreve tambem, e tambem como testemunha, a saída da armada, composta de *colonenses, inglezes, e flamengos*. As palavras d'esse erudito abbade do mosteiro de S. Dysibodo mostram que elle acompanhou a expedição forasteira, e assistiu ao cerco[4].

Emfim outro narrador, se bem que um pouco mais moderno (do seculo XIV), o cardeal de Aragão, Nicolau Roselli, na sua biographia do papa Eugenio III, menciona a expedição de *inglezes, flamengos, e lorenos*, e avalia a esquadra em duzentos vasos[5].

[1] *Port. Mon.*—Script.—pag. 392, col. 1.ª

[2] *Port. Mon.*—Script.—pag. 406, col. 1.ª

[3] *Port. Mon.*—Script.—pag. 91, col. 1.ª

[4] *Hoc anno in octava Paschæ, 5 kalend. Maii movit exercitus a Colonia; et 14 kalend. Junii* VENIMUS *in portum Angliæ Derchimite* (Dartmouth), etc.—Apud biblioth. Joan. Pistorii, pag. 473, 474, etc.

[5] *Vitæ nonnullorum Pontificum Romanorum, a Nicolao Aragoniæ S. R. E. Cardinali conscriptæ.*—Encontram-se em Muratori, *Rerum Italicarum Scriptores*, t. III, p. I, pag. 438, col. 1.ª D.

*

Tinham os allemães, com effeito, saído de Colonia domingo 27 de abril d'este anno de 47 (v *kal. Maii*); ao chegarem a Taruanna (hoje a cidade franceza de Thérouenne, na antiga região dos Morinos), acolheu-os benignamente o padre Milo, bispo da terra, suffraganeo do prelado de Reims, e abençoou com solemnidade as naus da expedição [1].

Segunda feira 19 de maio (xiv *kal. Junii*) chegaram a Dartmouth, onde já os esperava um certo conde de Aerschot, cruzado, com cerca de duzentas velas. Era sempre Dartmouth o habitual prasodado d'estas levas navaes de forasteiros. De lá saíram todos em 23 [2], sexta feira antecedente ás

[1] *Nobis sanctitas vestra condescendit, et navales motus sacratissima benedictione dexteræ vestræ circumsepsit, ut nec procellarum motu turbaremur, nec fluminum.*—Arnulfo, Epist. ao bispo de Taroanna (ou Taruenna), *Port. Mon.*—Script.—pag. 406, col. 1.ª

Este bispado, denominado *Teruanensis, Taruanensis, Teroanensis, Teruenensis, Theruanensis, Tarvennensis, Tarvannæ, Tervanensis, Tharvanensis, Tharoanensis*, e *Tyroandæ civitatis*, dizia-se em francez de *Thérouenne*, ou de *Térouanne*. Foi creado no seculo viii, e em 1559 desmembrado em favor dos tres bispados de Saint Omer, Boulogne, e Ypres.

[2] É exactamente a mesma data apresentada por Osberno: *Sexta feria ante Ascensionem Domini velificare incepimus.*

Arnulfo escreve: *In* vi *feria ante Rogationes navigavimus.* Dodechino, testemunha ocular, dá tambem a partida de Dartmouth em 23 de maio; Roberto do Monte em 12 de abril *(secundo idus Aprilis)*; e o cardeal de Aragão tambem em

Rogações, que foram a 26; e começaram de conserva allemães, francezes, e inglezes, a trabalhosa singradura pelo canal com destino ao sul.

A 25, domingo seguinte, conheceram pelas sondagens, de setenta e cinco covados de fundo, e pela côr azul ferrete escurissimo do mar, que boiavam já pelas alturas da Bretanha[1].

Nos dois dias 26 e 27 deu-se calmaria, presagio lugubre de borrasca; e pouco adiantaram[2]. Na quarta feira 28, vespera da Ascensão, soprou brisa favoravel, e julgaram avistar de longe umas cumeadas dos Pyrenneos Asturianos[3]. Pela tarde cresceu a tormenta, e dispersaram-se as barcas[4].

Aqui pinta Osberno com certo vigor as furias do vendaval nocturno. A profunda escuridão da

12 de abril *(pridie idus Aprilis)*. Parecem-me estas duas ultimas datas erradissimas, e são. Além de serem Dodechino e Osberno actores da scena que descrevem, a sua minuciosa contagem, que verifiquei sobre um calendario de proposito engendrado por mim para 1147, joga com as festas, e com a data final da chegada a Lisboa, que é identica em Dodechino, em Roberto do Monte, em Osberno, em Arnulfo, e no cardeal de Aragão. É que 12 de abril póde e deve talvez reputar-se a primeira saída de Colonia.

[1] *Sub sequenti Dominica costam Britanniæ profunditatis dimensione, scilicet* LXXV *cubitorum, et maris nigredine, comperimus.*—Osberno, *Port. Mon.*—Script.—pag. 392, col. 2.ª Pelo caminho que seguiam, no rumo do sudoeste, aquella *Britannia* é sem duvida a *Britannia minor*, ou Bretanha *(Armorica)*.

[2] Osberno, *Port. Mon.*—Script.—pag. 392, col. 2.ª

[3] Osberno, *Port. Mon.*—Script.—pag. 392, col. 2.ª

[4] Dodechino, e Osberno, loc. cit.;—Arnulfo, loc. cit., pag. 406, col. 1.ª

noite, e o baloiço descompassado, quebrantavam os mais atrevidos. Ouvia-se entre o marulho o lugubre carpir e cachinar das phocas; e compara-o a imaginação apavorada do chronista com insultuosas vozerias de arraiaes inimigos.

Toda a sanctissima noite da Ascensão, 29, labutáram como desesperados; e no dia seguinte 30, sexta feira, acalmado mais o tempo, deram fundo n'um porto das Hespanhas, a que Dodechino chama *Gazzim*, Arnulfo *Gollim*, e Osberno porto de S. Salvador, dito *Mala-rupis*, que elle colloca a dez milhas de Oviedo. É Gijon.

Conta Osberno que lá viram com muita magoa um templo, saqueado havia pouco pelos moiros, n'um convento celeberrimo de frades; e referindo-se a Oviedo (a antiga côrte dos reis godos), menciona positivamente a egreja, que ainda lá está, de S. Salvador, verdadeiro thesouro, já então, como hoje, de reliquias preciosas.

As divergencias notaveis, que se palpam na relação dos dois itinerarios, facilmente se explicam: a armada dispersa seguiu em turmas caminhos varios, sempre com a mira no meio dia. As naus que aportaram com Arnulfo e Dodechino a Gijon foram apenas cincoenta.

*

Ahi se demoraram estas tres dias[1].

Tocaram depois n'outro sitio, a que Dodechino,

[1] Arnulfo, *Port. Mon.* — Script. — pag. 406, col. 1.ª

e tambem Arnulfo, chamam *Viver*, e que é visivelmente Vivero, cidade da Galliza, na bocca do rio Landrovia, empinada no seu monticulo.

Á sexta feira que antecedeu o domingo de Pentecostes, isto é, em 6 de junho, entraram n'outro porto da Galliza, a que o mesmo Dodechino chama *Thamara,* Arnulfo *Fambre,* e que é de certo o porto de Muros, na barra do Tambre *(Thamaris),* a oito milhas, segundo Arnulfo, de S. Thiago. No dia seguinte 7 de junho, sabbado, foram todos em romaria a S. Thiago, e lá celebraram com grande regosijo a vigilia do Sancto[1].

Oito dias se detiveram em Muros a refrescar; ficaram pois até 14; e de novo abalaram a 15, chegando no dia seguinte, segunda feira 16, á foz do Douro em região portugalleza[2].

*

Outro foi o caminho dos navios de Osberno. Estes chegaram, depois de S. Salvador, a Ribadeo, a que elle chama *Ripam Ovies*[3], na orla da provincia de Lugo, a que pertence *(quæ adjacet Lucanæ provinciæ),* e distante da cidade de Lugo vinte milhas.

Fizeram-se outra vez ao mar, e chegaram a *Ortygia,* o cabo Ortegal, que dobraram, descendo até á Corunha, em cuja bella enseada deram fundo.

[1] Arnulfo, *Port. Mon.* — Script. — pag. 406, col. 1.ª

[2] Dodechino e Arnulfo.

[3] Não me faz duvida alguma a minuscula do *ripam* no original latino, *Port. Mon.* — Script. — pag. 393, col. 1.ª

Ahi especifica o observador a torre, miradoiro e pharol, obra de Julio Cesar, muito notavel, e de que tratam varios antiquarios com attenção. Chama-lhe Dozy *a torre de Hercules,* que é o nome que, segundo elle, ainda dura, em vez do de *Farum Brigantium* com que a designavam na idade media[1]. Detem-se Osberno a mencionar n'este ponto outra antigualha romana, uma ponte de pedra, que avançava sobre arcos de encontro ao mar.

D'ahi saíram, e chegaram ao já citado porto de Muros, no domingo 8 de junho. E estende Osberno a sua menção de viajeiro intelligente á proxima egreja de Santiago de Compostella, que só distava sete milhas, e alarga os olhos a Padron (a antiga *Iria Flavia*), celebre pela pedra cavada, que a lenda popular diz haver sido o navio em que embarcara S. Thiago quando de Jerusalem se transportou á Hespanha. E tão minucioso e exacto vai o roteiro orographico do nosso inglez, que até nem lhe esqueceu a ilhota, que demora na bocca da enseada, em cujo fundo jaz Padron, e que se chama hoje Grobo.

*

Diga-me o leitor se não é curiosissimo isto, de estar a acompanhar a sete seculos de distancia o roteiro de um viajante, que tudo pensou, talvez, menos que a sua obra fugitiva alcançasse tão alta

[1] Dozy, *Recherches sur l'hist. et la litt. des arabes de l'Espagne,* t. II, pag. 274; cita este auctor em seu abono a *España Sagrada* de Florez, t. XIX, pag. 13 e seg.

valia historica. Eu por mim sigo com entranhado prazer esta narrativa, onde se acha a um tempo estampada a consciencia britannica, e a insaciavel avidez do forasteiro. Continuemos.

*

De Padron desceram mais ao sul; costearam uma das ilhas baionenses, chamada *Flamia*[1], e chegaram ao rio *Mineum*, visivelmente o Minho, á beira do qual se ergue com as suas casas brancas a risonha Tuy, a que Osberno chama *Tud*.

D'ahi passâmos a terras portugallezas, e vemos o attento viajante marcar o Cavado *(Caduva)*, lembrar-se de Braga; apontar mais a baixo o Ave, e mencionar o templo do martyr Sancto Thyrso; resvalar finalmente pelo rio Leça *(Leticia*, que Herculano emendou *Lecia*), e entrar com os seus ousados companheiros a foz do Douro.

[1] Vide *Historia Compostellana*, apud Florez, *Esp. Sagr.*, t. xx, pag. 197, citada por Herculano na nota 2.ª dos *Port. Mon.* — Script. — pag. 393, col. 1.ª

CAPITULO IV

Abala-se el-rei D. Affonso Henriques a juntar gente para outro tentame de assalto aos moiros de Lissibona. — O alardo em Guimarães. — Scena de interior n'um castello senhoril da idade media. — Despedida de Affonso e Mafalda. — Saudades.

Já os esperava o digno filho do conde Henrique; e soubera-lhes da chegada proxima por cinco dos navios da armada, que desgarrados dos companheiros tinham alcançado em menos de oito dias apenas, acossados do temporal, o abrigo do Douro[1].

Não esperdiçou o ensejo. Deixou o plano preparado, como a seu tempo veremos, e saíu a correr as suas comarcas, ou *a apanhar todas suas companhas,* como diz pittorescamente um antigo[2], e juntar povo para o commettimento cuja idéa o devorava.

[1] *Audierat enim per nostros de nostro adventu, qui in navibus* v *a nostra societate segregati* v *dierum navigatione a portu de Dertmunde advenerant ante dies* VIII. — *Port. Mon.* — Script. — pag. 396, col. 2.ª

[2] *Cronica da fundaçam do moesteyro de Sam Vicente,* paraphrase, em linguagem, do *Indiculum.*

*

*

Não consta d'onde se abalou el-rei definitivamente para o sul: se logo do Porto, se de Coimbra, se de Guimarães, ou d'onde.

Vejo com a intuição d'alma o *alardo,* ou revista, como diriamos hoje, de toda a sua gente de armas, besteiros, peões, e cavalleiros. Vejo-o a elle, com a sua loriga de malha, e o seu elmo adornado de corôa, no alto da escadaria dos antigos paços de Mumadona em Guimarães, solar valido do conde velho desde 1095[1], despedindo-se da juvenil rainha, que em lagrimas se lhe enlaça no collo. De roda, as donas e camareiras, suave companhia da castellã; em baixo os camaradas do lidador, todos *com grandes mostras de coração e muito ledos,* segundo uma pittoresca phrase de Duarte Galvão algures; e á porta, estremecendo já com a matinada das buzinas, e escarvando a morder o freio sonoro, o cavallo branco das batalhas, seguro por dois pagens sob a alpendrada do portal[2].

1 Dil-o o douto cardeal S. Luiz nas suas *Memorias historicas e chronologicas do conde D. Henrique*, edição da Academia, pag. 67.

Quanto á celebre condessa, ha quem lhe chame *D. Muma.* Observo que *Muma* era nome, e que tambem *Dona* ou *Domna,* o era então (vide *P. M.*, Dipl. et chart., pag. 290); haja vista a mãe de Monius Egeas. A condessa podia pois ter os dois nomes, ou ter um nome formado de dois, como *Marianna*, etc.

2 Podem os curiosos entreter-se, e instruir-se, lendo um formoso artigo do sr. Ignacio de Vilhena Barbosa ácerca do

D'ahi a pouco afastava-se desfilando a sanhuda cavalgada; esfumavam-se gradualmente na distancia o tropel da expedição, e o tinido dos montantes e morriões, e os brados por Jesu-Christo e S. Thiago, grito de guerra dos portugallezes[1].

*

Aqui detenho a penna, e espreito de relance aquella scena de interior.

No pequenino paço hereditario de Guimarães, abrigado entre a torre de menagem e a muralha do castello, do lado de oeste, observo a sala grande, que ainda lá se percebe, virada ao nascente, e cujas duas mesquinhas janellas bipartidas deixam entre si vasto lanço de parede, que defronta com a chaminé carregada de grosseiras esculpturas heraldicas. Pendem de roda do aposento nobres tapessarias flamengas, já então muito em uso, figurando torneios e caçadas. Na meia luz, mitigada de vidraças de côr, avulta a mobilia severa e ogival do

castello de Guimarães, no t. VI, pag. 205 do *Archivo Pittoresco*.

[1] *Chron. da fund. do moest. de S. Vicente.—Port. Mon.*—Script.—pag. 408.

Este uso de invocar S. Thiago começou, segundo dizem os conscienciosissimos benedictinos de S. Mauro no seu livro *L'Art de vérifier les dates* (mihi ed. de 1770, pag. 807), depois que n'uma batalha el-rei Ramiro II de Leão desbaratou a Abdouraman, rei de Cordova, em Simancas, a 6 de agosto de 938, e passou ao fio da espada oitenta mil mahometanos. Attribuiram os christãos aquella victoria a intervenção de S. Thiago, e por isso o ficaram invocando.

tempo; vermelhejam no angulo os cirios de um oratorio.

Silencio no grupo das donzellas; e em quanto soam vagidos acolá, n'um berço cortinado, ante o qual ajoelha carinhosa a camareira Tareja Affonso, viuva do leal servidor Egas Moniz, entreouve-se apenas, a espaços, na sombra, o vago soluçar da saudosa Mafalda!...[1].

[1] Conta o visconde de Figanière nas *Mem. das Rainhas*, pag. 44, que em março d'este anno de 1147 tivera a rainha o seu primeiro filho; e a pag. 55 diz que se lhe chamou Henrique, nome do seu glorioso avô, e falleceu pequenino. Por honra nacional deviam os governos empenhar-se, por todos os modos, em que certas obras não ficassem por acabar. A do visconde de Figanière está bem n'aquelle caso.

CAPITULO V

Os cruzados no Porto. — O Porto em 1147.

Dez dias depois de se apartar el-rei para o sul, subia o Douro nova parte da suspirada frota[1].

Entraram os navegantes, para descançar á sombra do burgo hospedeiro, que era o velho Porto, enladeirado junto ao seu paço, e já auspicioso na sua pacifica abastança vinhateira[2].

*

O que fosse o Porto no anno da Graça de 1147, é difficil conjectural-o; tudo nol-o representa porém como centro social e commercial da nascente

[1] Esse computo de dias deprehende-se de uma phrase do bispo do Porto, na carta de Osberno: *Hyldefonsus rex noster contra Olyxebonam, diebus jam decem retroactis, cum omni expeditione sua exiit.—Port. Mon.*— Script.—pag. 395, col. 1.ª —Arnulfo conta onze dias.

[2] Já allude a ella o foral do bispo do Porto D. Hugo em 1123.—*Port. Mon.*—Leg.. et cons.—pag. 362.

Como assumpto associado, podem os estudiosos ver um erudito artigo sobre a antiguidade da exportação dos vinhos portuguezes pelo sr. D. José de Alarcão, no n.º 136 do jornal *O Atlantico,* de 29 de setembro de 1883.

sociedade, uma especie de alfandega e arsenal do reinosinho de D. Affonso, a cabeça emfim, politica e militar, da sua colonia de valentes[1].

Incomparavelmente mais resumido do que hoje, devia o Porto da encosta direita ser para a dynastia que assim desabrochava terra de grande affecto, e já de tradições. Defronte, lá na margem do sul, carranqueavam as torres do antigo presidio de Gaya. Na de cá, por alcantís sombrios de carvalheiras, um apinhoado dessymetrico de tectos agudos, apertado e empinado na sua cinta de muralhas suevas (hoje o muro das monjas de Sancta Clara no Códeçal).

E não só carvalheiras. Aquelles contornos, e a extensão toda do condado portugallense, apresentavam-se cultivadissimos, eram (como hoje) verdadeiro encanto. Abundavam as *quintãs,* as cercas dos conventos, as herdades, os plantíos de todo o genero, os pomares de maçã *(mançanares),* os magnificos vinhedos.

Correr as collecções de documentos velhos, os *Diplomata et chartæ* da nossa Academia, é vagar n'um jardim, sem tirar nem pôr: terras de riba-Cavado, e riba-d'Ave, e castellos varios, e o Douro, e Mosteiró, e Modivas, e Moreira, e Gondivae, e Braga, e as serras, e a beira-mar, tudo lá se vê, aos poucos e poucos, nos testamentos, nas vendas e doações, do seculo XI, do seculo X, do seculo VIII, tudo referido a heranças já antigas, tudo opulento, e verde, e tentador.

[1] D. Rodrigo da Cunha, *Catalogo dos bispos do Porto.*

Por exemplo (não sei se me relevam a digressão): encontrei um certo Gumice Albar (era o nome do homem), que legava em testamento ao mosteiro de Sancta Maria de Campanhã, em 1058, propriedades, que só por si caracterisam um abastado laborioso do seculo XI. Herdara Gumice bons haveres, mas tambem os ganhara, *quos ganabi a iubendute mea.* Edificaram-lhe avoengos o dito mosteiro, ou antes *asceterio;* elle acrescentou-lhe larga fazenda, e em Campanhã *(villa Campaniana)* levantou casas e deixou boas plantações. Ahi porém já havia a quintã onde viviam ós paes de Gumice, com casa, pomares, soutos, hortas, pinhaes[1].

Todo este documento tem uma vida singular; palpita cada linha e cada phrase; e do todo d'elle e de muitos outros ressaem novas certezas quanto ao cultivo esmerado e feracissimo dos arredores do burgo Portucallense.

Das recentes assolações de moiros, ismaelitas e moabitas, a ultima das quaes contava apenas oitenta annos, nascida entre as desavenças dos tres irmãos, filhos de D. Fernando o Magno, de Leão, nenhuns destroços se viam já[2]. Tudo restaurara

[1] *Port. Mon.* — Dipl. et chart. — pag. 251.

[2] *Portugalla... habens jam annos reparationis suæ circiter* LXXX *desolata ab introitu maurorum et moabitarum.* — Osberno, *Port. Mon.* — Script. — pag. 393, col. 1.ª

Osberno escrevendo em 1147 refere-se pois ao anno 1067. Era bispo do Porto D. Sisnando II, segundo Cunha, *Catalogo dos bispos do Porto,* pag. 313.

Já o mesmo sabio arcebispo menciona outro assalto que ás terras do bispado tinham ousado os moiros (talvez corsarios). *Os mouros que por aquellas partes ainda andavam fazendo*

a cuidadosa diligencia dos senhores do burgo, e a presença do conde de Portugal. Á chegada dos cruzados, o monticulo, coberto de casas novas, sorria.

*

E de mais: apegavam-se já, como indiquei, mil memorias áquelle conjuncto militar e operoso, tão ampliado (se não de todo erguido das ruinas) por Moninho Viegas, trisavô de Egas Moniz, e tão bem dotado pelas mãos sollicitas do conde D. Henrique e da rainha D. Tareja[1]. Do meio do seu dédalo de viellas escuras, ressaía por claro o nobre edificio da cathedral, ainda em obras, com as suas duas torres quadradas fortissimas, que estão a attestar a grandeza do real fundador[2]; e junto do templo alvejava, com as suas archivoltas romanicas, o modesto paço da rainha[3].

assaltos, em 1035, chegaram a Villa Boa, na hora em que o sancto bispo D. Sisnando Viegas dizia missa na sua capella; *ajuntaram-se de cilada, e dando de repente sobre a ermida, e achando-o ainda no altar, revestido, acabando a missa, o alancearam cruelmente.* — Ibid., pag. 291.

Temos pois tambem o nosso S. Thomaz de Cantuaria.

[1] D. Rodrigo da Cunha, *Catalogo dos bispos do Porto*, part. 1, cap. 1, pag. 11.

[2] Agost. Reb. da Costa, *Descripção do Porto*, pag. 17.

[3] Agost. Reb. da Costa, *Descripção do Porto*, pag. 19. — Creio bem que as obras da sé do Porto (como com a de Lisboa succedeu) abrangeriam successivos reinados; e d'ahi nasceria o julgar-se, como julgou o doutor João de Barros no seu livro *Espelho de casados* (ed. dos srs. Tito de Noronha e Antonio Cabral, fl. xxxvi), que a rainha D. Mafalda *ordenou* a sé do Porto. É curioso memorar que no tempo em

No Porto residira muita vez D. Henrique; alli mantivera n'uma ou n'outra occasião a sua côrte; alli se trataram altissimos negocios da sua politica; alli viera muita vez seu filho Affonso, em mancebo, quando já tão notavel se tornara, pela sua admiravel precocidade de adolescente, conforme um documento muito antigo[1]; alli perto desabrochara, sem pae, é verdade, mas sob as vistas paternaes do venerando Egas Moniz[2]; e quem sabe com que soffregos olhos não olharia Affonso ultimamente d'aquella foz para o vasto azul do mar, ao comparar a sua pobreza naval com o que sería mister para commetter assalto decisivo á capital cidade da provincia de Belatha!

que vivia João de Barros (não confundir com o das *Decadas*) se guardavam com muito apreço na mesma sé uns toucados da dita rainha.

[1] *Translatio et miracula Sancti Vincentii.— Port. Mon.—* Script.—pag. 96, col. 1.ª—*Alfonsus jam tum a puero admodum commendabile, et famosæ indolis adolescens.*

[2] O senhor conde D. Henrique morreu em 1114, tendo seu filho tres annos.—Herculano, *Hist. de Port.*, t. I, nota VII.

CAPITULO VI

Digressão rapida sobre as invasões de piratas normandos e sarracenos ás costas da peninsula. — Em 844 é a primeira incursão de escandinavos, conhecida. — Citam-se Nowairi, e Ibn-Adhari. — Ameaça de outra invasão em 966. — Continuam no seculo XI até meio do XII. — Uma clausula do decreto do concilio Coiacense. — Resgate de uma boa mãe e sua filha. — Assalto de norueguezes ao castello de Cintra e á forte Lissibona em 1108. — Bosquejo rapido do retrato d'aquelles piratas indomaveis. — O seu ninho de abutres nas ilhas Orcades. — Invasões de sarracenos. — Providencias do prelado de Compostella. — Alegra-se a aridez d'este capitulo de sangue com a historia de uma gentil viscondessa do seculo XII. — Pede-se desculpa ao leitor pelas longuras da digressão.

E visto que toquei pouco acima no assumpto das incursões dos piratas agarenos, quero e devo profundal-o um pouco mais.

Aproveitemos esta nossa chegada ao Porto com a expedição; e antes de proseguirmos, descancemos conversando aqui, á sombra de algum arco da muralha, no remanso de alguma rocha á beira do Douro, conversemos, o leitor e eu, de tempos que já lá vão, illustrando com as investigações historicas aquella pagina sombria da existencia peninsular.

*

No seu precioso livro *Recherches sur l'histoire et la littérature de l'Espagne pendant le moyen âge* trata Dozy com a proficiencia, perspicacia, e lucidez que todos lhe reconhecem, a questão complexa das invasões de normandos ás plagas christãs e mussulmanas da nossa Iberia. Tenho o livro de Dozy sobre a minha meza de trabalho; vou em dois traços resumir as suas opiniões, para cumprir a minha tarefa, modesta mas laboriosa, de vulgarisador das glorias alheias.

Resumir, sim, repito-o; resumir, e muitissimo. É que dava um livro a historia da pirateria na peninsula. E de mais: a chronica dos piratas é quasi a historia das civilisações. Sempre as cubiças! sempre as prepotencias! sempre a mão armada! Foram guerreiros epicos os piratas do vellocino de oiro, e os de Troia; foram piratas, e não outra coisa, os ousados companheiros do Gama e os de Fernão Cortez; pirata é a Turquia quando abafa a independencia da Grecia; pirata a Russia, quando calca aos pés os foros da Turquia; pirata a Inglaterra, quando ao ribombo das suas esquadras procura vilipendiar os fracos; pirata a França, quando, esquecendo as suas glorias immortaes, se injuría a si propria com o triste feito do *Carlos e Jorge.*

Mas essas são as linhas grandes da pirateria; então chama-se guerra. É questão de nome. É nobre a guerra, sempre que tem por impulso, em-

bora occulto, embora inconsciente (como tem muita vez), um pensamento civilisador. Napoleão I que o diga. E quando o pirata se chama Affonso Henriques, Vasco da Gama, ou Affonso de Albuquerque, isto é, quando brande n'uma das mãos a espada, e arvora na outra a cruz, então a guerra é mais que nobre: é sancta.

Os normandos e escandinavos, que desde o seculo IX infestaram as nossas costas, como eram pequenos, e só piratas, ficaram piratas. Estudemol-os ainda assim.

*

Andavam aquelles lobos do mar na sua faina de percorrer com avidez de famintos as praias da Frisia, da Hollanda, das ilhas britannicas, e até as da França colossal de Carlos Magno, já retaliada pelo punho de seus netos. Chegou em 844 a vez á Hespanha[1].

Saíu-lhes ao encontro, pela orla marinha das Asturias, el-rei suevo de Oviedo, Ramiro I; rechaçou-os, e incendiou-lhes setenta barcas.

Como por esse lado viram baldada a empreza, desceram os navegantes para o sul, pondo a mira nas possessões dos mussulmanos.

E conta o escriptor egypcio Nowairi:

Quem primeiro os viu foi a moira Lissibona, por agosto e setembro de 844; detiveram-se treze dias brigando com os mussulmanos; d'ahi seguiram para Cadix.

[1] Vide Dozy, obra citada, t. II, pag. 273.

(Eu, note-se bem, paraphraseio aqui, mais do que traduzo, os trechos de Nowairi e dos outros, que traz Dozy; e salto muita coisa; restrinjo-me quanto possivel ao assumpto, que é Lisboa).

Abder-Rahman expediu contra os assaltantes muita gente de guerra; elles, depois de varios altibaixos na fortuna, ainda atacaram Ocsonoba (Estoy), subiram a Beja, vieram outra vez a Lissibona, e d'aqui passaram para o norte[1].

E escreve outro auctor, Ibn-Adhari:

Foi no anno de 843, por setembro; recebeu-se na capital uma carta de Wahb-allâh ibn-Hazm vali de Lissibona; e narrava que tinham apparecido os madjús (assim lhes chamavam), *em cincoenta e quatro náus e outras tantas barcas, infestando as praias vizinhas. Auctorisou Abder-Rahman o vali a que tomasse as devidas providencias.*

No anno seguinte tornaram a vir os madjús com oitenta navios. Enluctaram de temores e apprehensões o coração dos habitantes; e parecia a quem presenceava a entrada hostil da esquadra, que se enchia o Tejo de grandes passarões vermelho-escuros.

(Vê-se, por esta imagem, que os navios eram pintados d'essa côr).

Desembarcaram em Lissibona, e seguiram para Cadix e Sevilha a saquear.

Depois de muitos combates, depois de se lhes incendiarem muitos navios, tornaram a passar por Lissibona a caminho do septentrião, e não se ouviu mais fallar de tal gente.

[1] Dozy, loc. cit., pag. 277.

*

Em junho de 966 recebeu o califa Hacam II uma carta vinda de Caçr abi-Dânis (Alcacer do Sal), em que se lhe participava que uma frota de *madjús* se deixava enxergar nos mares do poente, perto d'aquelles sitios; que lavrava desusado terror nos habitantes, pois constava quanto eram desalmadas as invasões de tão ferozes inimigos; e que se compunha a frota de uns vinte e oito vasos[1]. Por novas ulteriores soube mais o califa, que de feito desembarcaram os malfeitores, e saquearam todo o territorio até ao norte, chegando ás abas de Lissibona.

Saíram-lhes á frente os mussulmanos, e em renhidas porfias os accossaram.

*

No seculo XI, até ao meio do XII, já a Europa em geral, graças á reconstituição e gradual fortalecimento dos seus estados, não tinha que temer-se dos escandinavos. Não succedia o mesmo cá na peninsula; e, segundo observa Dozy, tornaram-se as entradas d'elles mais frequentes, muito mais, do que até alli haviam sido[2]; e continuava com o mesmo desplante, e sem rebuço, aquella ladroagem forasteira, até mesmo depois de christianisada uma larga extensão da parte occidental da peninsula.

[1] Dozy, loc. cit., pag. 302 e seg.
[2] Asserção de Dozy, livro citado, pag. 333.

Diz Dozy muito bem; devem considerar-se frequentissimas, ainda no seculo XI, as incursões de piratas sarracenos, e até normandos; estavam, por assim dizer, nos costumes; contava-se com ellas; que o venha comprovar uma providencia do decreto do concilio de Coyança em 1050, que, estatuindo muito positivamente se guardem os domingos, ordena que ninguem n'esses dias sáia fóra, senão para assistir a officios divinos, sepultar mortos, visitar enfermos, serviço real, ou então (note-se) se fôr chamado para ajudar a repellir alguma inesperada invasão de *piratas normandos*[1].

Eram o pesadelo constante da população; em tudo se está vendo.

*

Lembra-me aqui um caso muito engraçado, no seu tanto (se o adjectivo cabe a esta successão de horrores), caso que vem confirmar tudo que asseverei.

Existe na Torre do Tombo um contrato do seculo XI (1026), em que certa senhora, por nome Meitilli, vende a um tal Octicio (que, já se vê, tinha n'essa compra grande empenho) uns bens em Cabanões e em Muradões, hoje concelho de Ovar, salvo o erro. Declara Meitilli fazer esta cedencia a Octicio para lhe reconhecer um grande favor; e qual? Quer o leitor saber qual? nada menos do que tel-a resgatado, mais á sua filha Guncina, do captiveiro *nas barcas dos piratas norman-*

[1] *Port. Mon.* — Leg. et cons. — pag. 139.

dos. E quer o estudioso ver quanto para os piratas normandos valiam uma Meitilli e uma Guncina? valiam isto, que o bom amigo Octicio teve de dar por ellas: um manto de pelle de lobo, uma espada, um kamiso (trajo), tres lenços, uma vacca, e tres moios de sal! Tem o maior chiste[1].

*

Mencionarei outra incursão que traz Dozy, capitaneada em 1108 por Sigurd, um dos tres filhos do rei de Noruega Magnus, cognominado *Bastod,* ou o das pernas nuas[2]. Usavam todos os viajeiros norueguezes encarecer de veras as opulencias do Oriente, as maravilhas da Terra-Sancta, a generosidade do imperador da esplendida Bysancio, que era então o Comneno Aleixo I; e tudo isso veio a accender em muitos pelejadores do norte o desejo de irem experimentar armas na Palestina. Abalou grande numero d'elles em 1107, a bordo de sessenta navios, levando por almirante o seu principe Sigurd.

Hibernaram em Inglaterra, á boa sombra de Henrique I, filho de Guilherme o Conquistador. Na primavera de 1108 seguiram derrota para o sul, e estanciaram na Galliza, d'onde continuaram a velejar ao longo da costa occidental das Hespanhas.

Desembarcaram perto de Cintra, assaltaram e

[1] *Port. Mon.* — Dipl. et chart. — pag. 161.
[2] Livro citado, pag. 340.

tomaram o castello dos moiros, passaram toda a guarnição ao fio da espada, e caíram sobre a forte Lissibona. Bateram-se como leões, mas não consta que a tomassem; depois de saqueados os arredores, voaram para Alcacer, d'onde se partiram para as Baleares, e d'ahi finalmente para a Terra Sancta.

....

*

Mas quem eram (cáe natural a pergunta), quem eram aquelles terriveis vagabundos, que a bordo das suas esquadrilhas de latrocinio vinham atear em terras de Hespanha todos os horrores da guerra improvocada?

Quem eram, e d'onde vinham, aquelles homens funestos, estranhos na lingua e nos usos, saídos como por encanto d'entre as brumas do mar alto, salteadores indomaveis, cuja historia se tornára para os apavorados habitantes da nossa costa uma lenda de maldições?

Em parte — responde o instruidissimo Dozy — *eram norueguezes, que se encaminhavam para as cruzadas. Julgando obra meritoria o pelejar com os mahometanos da peninsula, esqueciam que era já a Galliza terra de christãos*[1].

Conforme o citado auctor, vinham do norte os mais d'aquelles salteadores, lá das ilhas Orcades, onde viviam de inverno capitaneados pelos seus

[1] Loc. cit., pag. 333.

iarls, e d'onde saíam aos primeiros sorrisos da primavera a pilhar por mares e terras do sul.

*

Ao norte da Escossia, acima da sua extrema norte-oriental, lá estão as Orcades, separadas da terra pelo estreito de Pentland; ilhotas numerosas, desertas na sua maxima parte, asperas e frias, ouriçadas de matagal, e que apenas dão, a poder de cultura, uns magros cereaes.

N'esses berços silvestres, embalados ao retroar das ondas do mar do norte, se creava, e cria ainda, uma população rude, valente, que por seculos deu os mais atrevidos piratas, e hoje ministra os mais destemidos marinheiros á primeira esquadra do mundo. São aquillo uns alcantís cuja physionomia primitiva e desconsolada afina em tudo com o aspecto sombrio e rude dos seus habitadores.

Para nós outros, expansivos filhos d'este sol creador, que tristissimo scenario o d'aquellas ilhotas sombreadas de urzes, envôltas em constantes nevoeiros, mal aquecidas, algumas escassas horas por dia, de verão pelo pallido sol dos polos, de inverno pelo clarão soturno e sanguinoso das auroras boreaes! theatro condigno dos actores, gente laboriosa e mareira, affeita ao rigor das intemperies, á lucta com as vagas, ao trabalho da pesca e do roubo, ou á concentração sobre si mesma, entre as assolações do mar, que envolve aquelle mundosinho, e o ameaça ha seculos de seculos!...

Pois se assim é quasi tudo alli ainda hoje, que

seria então no seculo IX e VIII, quando não chegara ainda o clarão benigno das civilisações áquellas paragens pasmadas e primitivas, desherdadas pela mão de Deus na mais alpestre viuvez!

D'alli vinham, d'alli saíam ás suas expedições longinquas de rapina aquelles selvagens indomados, aquelles desgrenhados representantes do homem barbaro das cavernas.

*

No tempo em que o norte do reino era já christão, ainda assim continuavam, como comprova a cahotica historia documental dos nossos archivos, começada a desbravar e classificar pela mão poderosa de Herculano, estes desembarques em som de guerra. Então porém já não eram de normandos, ou eram menos; chegara a vez aos islamitas.

Lembro, por exemplo, o que estes perpetraram, despovoando e arrazando cruelmente o mosteiro velho de S. Julião, sito na margem septentrional da barra do Mondego, e reedificado por ordem do conde D. Sisnando[1].

E á vista d'isso tudo, o pensamento de possuirem uma tal ou qual marinha preoccupava desde muito os christãos occidentaes. Era necessidade, e urgente. Sirva de prova o bispo de Compostella, que, para remediar as assolações que em toda a beira-mar commettiam sarracenos, quer de Hes-

[1] *Port. Mon.* — Dipl. et chart. — pag. 492.

panha, quer de Africa[1], mandara vir de Genova constructores, e, conforme aponta um escriptor insigne, ordenara o apparelho de duas galés, que, tripuladas de genovezes e castelhanos, foram saquear as costas do Gharb, em vingança de insultos antigos[2].

*

Atacados e roubados pelos aventureiros do norte! atacados e roubados pelos moiros do sul! assim andámos seculos, em quanto a politica internacional, que é synonimo augmentativo de policia e ordem, não conseguiu modificar os costumes e amaciar as ambições. Assim andámos, luctando com os de dentro, luctando com os de fóra, mas constituindo a pouco e pouco, entre perigos sem nome, a obra estupenda e providencial da nossa autonomia, obra tanto mais admiravel, tanto mais grandiosa, quanto são mesquinhas as nossas fronteiras.

A grandeza das nações não se mede por leguas.

Glorioso o povo, que de tão restricto territorio soube fazer um estado independente e respeitado, e tornou temido este nome luminoso e grande de Portugal!

[1] Era em Almeria o principal repairo dos piratas, que assolavam quasi diariamente os logarejos de Galliza, Asturias, Barcelona, e Portugal. Os genovezes concertaram-se com D. Affonso VI para, por meio da sua marinha, reprimirem tamanhos atrevimentos. Veja-se *Paquis*, t. I, pag. 691.

[2] Transcripção quasi textual de Herculano, na *Hist. de Port.*, 4.ª ed., t. I, pag. 246.

*

Concluirei antecipando alguns annos, com a narrativa da expedição de um dos *iarls* das Orcades, o famoso Ronaldo. (*Iarl,* digo-o de passagem, é a palavra de que se deriva o titulo de *earl,* privativo dos condes inglezes).

Era em 1150; achava-se Ronaldo na Noruega, aonde acertou de chegar tambem outro guerreiro fidalgo da terra, Eindridi-o-moço, que muito tempo servira na guarda do imperador bysantino. Com as maravilhas que elle recontava das cidades do Oriente, acordou de novo nos norueguezes o desejo de irem ver tão estranhas e apartadas regiões. Pediram a Ronaldo os capitaneasse.

Duraram cerca de dois annos os preparos bellicos e navaes; e em 1152 fez-se de vela, com as proas no sul, uma armada de quinze navios.

Ora é preciso saber-se, que aos ouvidos do juvenil Ronaldo chegara por longe a fama de uma singular mulher, a formosa Ermengarda, uma especie de Semiramis franceza, que, entre o amor e o applauso de vassallos e parentes, governava com mão experiente e sabida o seu viscondado hereditario de Narbonna, servindo de exemplo e admiração aos mais illustres regedores de monarchias.

Bastou essa auréola vaga de graças e talento, para inflammar de curiosidades os aventureiros escandinavos.

Narbonna, como todos sabem, é uma das cidades

mais nobres e antigas da velha Gallia. A sua historia, ligada gloriosamente aos fastos da dominação romana, é uma serie de feitos brilhantes, e contém mil provas da consideração que aos imperadores soube merecer a cidade, cujo nome logrou dar titulo a uma das maiores divisões da Gallia imperial: a Narbonense.

Não se cançava então a fama de encarecer a discreta e talentosa suzerana, filha e herdeira de Emerico II, princeza de vasta instrucção, de tacto administrativo notavel, e que a todas as melhores prendas do seu sexo, realçadas pela proverbial formosura do seu corpo, sabia unir toda a firmeza, todo o valor de um cavalleiro. Mulher extraordinaria, certamente, e muito mais n'aquellas eras; digno assumpto dos versos apaixonados do infeliz troveiro Pedro Rogiers, que dizia:

«Quem vos não viu, senhora, não póde imaginar sequer que exista no mundo belleza como a vossa.»

E n'outra parte:

«Quem me fizera escravo da auctora de todos os meus males! isso fôra a meus olhos bem mais que ser senhor do mundo. Se eu inda podesse tornar a vel-a! Assim como no mar vão reunir-se todos os rios e ribeiros, assim ella em si reune todas as perfeições.»

Em vez de se ir direito para o sul, achegou-se Ronaldo com a esquadra dos quinze navios até ás costas de França, remontou o Garonna, até Toulouse, e foi d'ahi por terra até Narbonna, onde chegou ancioso.

Já a cidade era um primor de elegancia e ordem.

Espelho de Roma lhe chamavam em tempo antigo, pois, como miniatura da capital do orbe, ostentava um capitolio, um fôro, arcos triumphaes, um theatro, aqueductos magnificos, todas as grandezas luxuosas do viver cidadão mais delicado.

Recebeu-o com a sua benevolencia senhoril, toda grandeza e simplicidade nobre, a gentil viscondessa. Era um hospede; tanto lhe bastava a ella; era um amigo; era um guerreiro da cruz. Formoso quadro! e como esta magia da convivencia de uma mulher superior amacia as asperezas dos leões da guerra!

Foram muitos dias de festas no castello, banquetes, momos, côrtes de amor, a que a propria senhora se dignou de assistir entre as suas damas; e d'essa curta visita aos paços de Narbonna levou o peregrino, ao abalar para a Terra Sancta, a recordação, que nunca mais perdeu, da adoravel visão que alli tivera[1].

*

Agora basta. Deixemos a graciosa e intelligente viscondessa, deixemos o ennamorado Ronaldo, e volvamo-nos ao Porto de Affonso Henriques. Já não é sem tempo; mas o leitor d'estas fadigosas paginas desculpa-me por certo. Fechei com chave de oiro.

[1] Póde-se ver o nucleo d'esta historia em Dozy, livro citado, t. II, pag. 347 e seg.

CAPITULO VII

O bispo D. Pedro Pitoes convida os cruzados a auxiliarem a el-rei.—Uma carta authentica do soberano.—Razões que actuam no espirito da soldadesca estrangeira.—Parlamento no cemiterio.—Saída da armada em som de guerra.—Uma noite na ilha de Peniche.—Entram as naus a barra de Lissibona.

Sim; declaro porém que me não pesa dos torcicollos.

Estamos no Porto; chegam os cruzados; dão fundo; ferraram as velas; toda a gente os quer ver; todos correm á margem do Douro.

Entre os que mais aguçosos se mostraram em dar as boas vindas aos cruzados da Palestina, figurou o bispo D. Pedro Pitoes, segundo do nome, e decimo nono prelado. Saíu da sé rodeado dos seus clerigos, em grande ceremonial, e avistou-se com os principaes chefes militares da expedição. Feitas de parte a parte as maiores civilidades, disse-lhes D. Pedro ter já prenuncio da vinda da armada, e mostrou-lhes uma carta d'el-rei, que resava assim, lá no seu latim de chancellaria:

«Affonso rei de Portugal a Pedro bispo de Por-«tugal sauda.

«Se acaso ahi aportarem naus de francos, aco-

«lhel-os-heis com a maior benevolencia e doçura, «e conformemente com o contrato, que intento «celebrar com elles, de comigo ficarem n'estas «terras; concerto que vós firmareis, vós e com-«vosco todos os que d'elle desejarem ser testemu-«nhas. E isso feito, marchareis vós e elles para «Lixbona, a encontrar-vos comigo. Guarde-vos «Deus.»[1].

*

Foi a religião, quasi exclusivamente, a alma das sociedades de toda a Europa até ao seculo XV, ou XVI. Bastou apontar em nome da cruz áquelles guerreiros da cruz o cerco de tal cidade, cerco de propiciações, e expiação religiosa, para se lhes inflammarem os brios; escusavam assim fadigas longas para começarem a provar no sangue de infieis as suas armas de cavalleiros christãos.

Além de tudo, era notorio quanto a religião de Christo padecia na peninsula. Ao longo da trabalhada viagem costeira desde Inglaterra, bem tinham elles visto por seus olhos a miseria, a que as continuas desavenças da moirisma reduzira mosteiros e templos por toda essa beira-mar galleciana e portugalleza, a despeito da preconisada tolerancia de cultos. Não se viam por aquellas praias senão, aqui, além, a apontarem no boleado das terras, cenobios em ruinas, egrejas profanadas, povoações de musarabes completamente ermas; e em muita parte, onde sob o dominio visigodo campeara o

[1] *Port. Mon.* — Script. — pag. 393, col. 2.ª

christianismo, imperava a esse tempo a crença do islam[1].

Que significava isto? dar-se-hia que a voz de Jesus houvesse enfraquecido? dar-se-hia que prevalecessem as portas do inferno?

E para que estavam elles alli, os valorosos cruzados? para que lhes serviam as cruzes vermelhas, sob as quaes pulsavam corações de paladins?

*

Querem os auctores da antiquissima *Cronica da fundação do moesteyro de S. Vicente*[2] que a chegada dos cruzados fosse premeditada, filha da nobre inveja de ajudarem no seu quasi diario pelejar contra infieis o esperançoso consanguineo do rei de Leão, e que todos concertados n'esse pensamento apparelhassem muitas naus, e chegassem a Portugal prestes para batalhar.

Seja como for, e viessem de arribada, ou premeditadamente, como alguns indicios vagos deixam suspeitar, o certo é que os tivemos por auxiliares dedicados, se bem que muito interessados na conquista.

*

Ouviram ao bispo, e responderam que iam deliberar; eram já quatro horas da tarde[3].

[1] Deprehende-se de palavras do bispo do Porto na carta de Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 394, col. 1.ª e 2.ª

[2] Traducção paraphrastica do *Indiculum*.

[3] *Port. Mon.*—Script.—pag. 393, col. 2.ª

Como a sé episcopal, por muito acanhada, não bastava a conter o numero dos guerreiros que podiam opinar, aprazou-os o bispo D. Pedro para o cemiterio, no vizo do monte.

Ainda não imperava o uso absurdo dos enterramentos nos templos, tantas vezes reprovado pelos pontifices. Ainda os cemiterios christãos eram ao ar livre, á sombra das arvores, e afastados da povoação.

Ingenuos e solemnes costumes! ao romper da alvorada do seguinte dia, lá estavam todos. Fallou o bispo; exaltou-lhes a fé; encareceu o serviço que prestavam á christandade n'aquelle seu duro peregrinar; e incitou-os a que ajudassem ao rei na empreza nova, consequencia logica da tomada de Santarem. A palavra da Egreja é omnipotente. Todas as causas nobres e altas, tem-n'as ella ajudado. Quanto não deve á palavra da Egreja a civilisação do mundo!

Escutaram ao bispo em religioso silencio; e como elle se expressara em latim, coube aos interpretes o traduzirem-lhe o discurso. D'ahi foram todos ouvir missa.

Depois, com o espirito serenado e embuido nos assumptos de Deus, determinaram-se em aguardar no Porto que viesse chegando o resto das embarcações dispersas pelo mau tempo, e a cujo bordo vinham guerreiros como Christiano de Gistell, general dos flandrenses, o conde de Aarschot, e muitos mais[1].

[1] São esses dois nobres os unicos que Arnulfo menciona — *Port. Mon.* — Script. — pag. 406, col. 1.ª

*

A proposito:

Com quanto não contasse esta expedição certos nomes principescos, que ás cruzadas concorreram, não posso crer que muitos dos militares chegados ao Porto não fossem cavalleiros de grande prol, e esforçados. Alguns, se bem que já confundidos pelo correr de tantos seculos, trazem indisputavel esplendor heraldico.

Observa o laborioso auctor da *Monarchia Lusitana*, fundando-se em escriptores antigos, Henrique arcediago huntindoniense, e Rogerio de Howeden, que não vinham provavelmente na armada capitães de renome. A isso oppõe-se Setho Calvisio, e enumera alguns titulares, o conde de Flandres Theodorico, o duque de Borgonha, o bispo de Bremen, e até Erico, rei de Dinamarca[1].

Do primeiro sabe-se com effeito que fez em 1147 uma das suas varias viagens como cruzado á Palestina. Dos mais não me consta, mas póde ser.

Isto são tudo umas confusões, capazes de des-

[1] Não tive occasião de ver Setho Calvisio. Quem o cita, além da *Monarchia*, é Frei Apollinario da Conceição na *Demonstração historica*, pag. 18, e refere-se á pag. 665 da *Chronologia* d'aquelle auctor. Que viessem dinamarquezes é mais que possivel; é até provavel, visto como se sabe que tambem vinham norueguezes. É Dozy quem o diz no seu citado livro *Recherches*, t. II, pag. 347, por estas palavras: *Nous nous contenterons d'observer en passant, que des Norvégiens assistèrent à la prise de Lisbonne em 1147;* e cita em nota a *Historia das cruzadas* pelo allemão Wilken, t. III, pag. 269, nota 11. Não pude ver este livro.

coroçoar um benedictino. O auctor da *Demonstração historica,* Frei Apollinario da Conceição, acha uma saída, que não é má e é commoda: de se não encontrarem n'uns auctores os guerreiros mencionados n'outros, nada se segue; póde ser que uma parte da armada continuasse a viagem levando a seu bordo uns certos, e deixando os mais em Portugal[1].

O citado monge de Alcobaça inclina-se tambem a que entre tão encontradas opiniões não é facil tomar assento; que as nossas memorias só por ventura resam dos mais especialisados na campanha; e que a armada pareceu aos chronistas Henrique e Rogerio ser de gente de menos conta, porque a foram comparar com as outras levas de guerreiros, que por esses tempos demandavam o Oriente.

Fossem porém, ou não fossem, da mais conhecida nobreza europêa aquelles peregrinos, o que é facil de crer é que o velho Porto, com a sua apparencia profundamente peninsular e comarcã, as suas esquinas blazonadas, os seus nichos de Sanctos, a sua população a crescer, meio guerreira meio lavradora, havia de apresentar desusada animação povoado a subitas por tão avultado numero de forasteiros, cujos trajos variados mas pouco luzídos[2], cuja physionomia de typo septentrional, e cujos idiomas insolitos e gutturaes, haviam de ser, entre os nossos usos gothicos, e á sombra das nossas

[1] *Dem. hist.*, pag. 18.

[2] *Pretiosarum vestium omnimodum apparatum interdixerunt.* Osberno. — *Port. Mon.* — Script. — pag. 292, col. 1.ª

viellas suevas cortadas de arcos, cantaroladas de pregões, meio acastelladas, meio aldeãs, novidade muito para ver e ouvir.

*

No Porto se detiveram pois, como disse; e esperaram. Nada lhes faltou, graças á munificencia do rei portugallez; dil-o Arnulfo; e além de outros regalos menciona o vinho, o que é caracteristico[1].

Pareceu conveniente enviar mensagem ao arcebispo de Braga, o benemerito D. João Peculiar, que tantas vezes fôra para o rei Affonso o conselho, e supplicaram-lhe, passasse em pessoa ao Porto[2].

Gosto de ver aquella união do braço que executa, com a prudencia que dirige. Essa é uma das feições do tempo: junto ao guerreiro, o sacerdote. Por baixo dos habitos talares do monge ou do prelado, adivinha-se loriga de cavalleiro; e quanta vez não tem o baculo o que quer que seja de montante!

Foram entrando as naus, veio o fiel arcebispo, approvou tudo, e resolveu acompanhar a expedição, mais o bispo do Porto, para serem intermediarios entre o soberano e os seus novos hospedes.

*

Cerca de dez dias depois da chegada dos cru-

[1] *Port. Mon.* — Script. — pag. 406, col. 1.ª
[2] *Port. Mon.* — Script. — pag. 395, col. 1.ª

zados, isto é, por 25 de junho, embarcadas as bagagens e armamento, suspenderam-se os ferros, e saiu a frota em demanda de Lisboa[1].

Era bello ver aquella quantidade de aventureiros, plebeus e nobres, unidos no mesmo pensamento, e adstrictos ao maximo rigor das observancias rituaes. Confessavam-se a miude aos capellães: oravam em commum; n'uma palavra: preparavam-se de corpo e alma para a temeraria empreza do resgate da cidade sarracena.

Viveu seculos na tradição oral (que a final de contas é respeitavel, e têm sido arca para muito diluvio) a circumstancia de haver pertencido ás devoções da armada a velha imagem de S. Tude (ou Antidio), bispo, conservada seculos em S. Vicente. Creio que infelizmente já não existe; pelo menos não me souberam dar conta d'ella. Quem porém passar hoje pelo altar que lhe pertenceu, na capella primeira do templo, junto ao cruzeiro, do lado da Epistola, remonte-se em espirito ás fervorosas preces de que foi testemunha a pobre estatueta desapparecida, que tantas coisas presenceou![2].

Tempos de fé, tempos de força.

*

Campanario rural chamando á missa expande por toda a cercania uma poesia serena que se não

[1] *Port. Mon.* — Script. — pag. 395, col. 1.ª

[2] D. Nicolau de Sancta Maria, *Chron. dos Con. Regr.*, l. VIII, cap. XIII, n. 12.

confunde; falla no Deus bom com humildade e uncção.

A oração nas cidades grandes, as pompas archeologicas de um pontifical na vetusta sé de Lisboa, ou em Nossa Senhora de Pariz, teem raptos da mais enthusiastica eloquencia.

A ladainha da tarde, na ermida á beira-oceano, entre o estoiro das ondas e o psalmear das mulheres e creanças pescadoras, contém tudo que ha de mais doce na uncção dos Evangelhos.

O culto a bordo, na immensidade, na solidão, rodeado de perigos, entre cordilheiras movediças de espuma, e como que em presença do Infinito, assume caracter de tão austera grandeza, que revela face a face comnosco o soberano Deus das misericordias.

Figuremos pois o que seria o culto para aquelles estranhissimos aventureiros, filhos da guerra, almas do seculo XII, com a Palestina em mente, a espada ao lado, e em frente o mar!...

*

Ha pormenores da jornada.

Iam a bordo o arcebispo de Braga e o bispo do Porto.

Ao segundo dia passaram os expedicionarios pelas alturas de Peniche.

Foram sempre vendo e observando de bordo varias povoações e castellos.

A actual peninsula de Peniche era então uma

ilha, apartada do continente uns oitocentos passos; ainda hoje é ilha nas enchentes de aguas vivas.

Mais ao largo as Berlengas, n'uma das quaes se via (quem tal dirá hoje?) um palacio de admiravel traça, com ricas dependencias, que pertencera a não sei que antigo rei, segundo era fama. Hoje ha lá apenas o pharoleiro, e uns pastores de gado. Ninguem mais.

Depois de pernoitarem de levante os expedicionarios na ilha de Peniche, logo com a primeira arraiada da manhãsinha de 28 fizeram-se outra vez de vela na rôta de Lisboa, e chegaram com soffrivel tempo ás suas alturas. Ahi sobreveio um vendaval de nordeste rijissimo, que afundou alguns barcos.

Ao entrarem finalmente a nossa formosa barra, presencearam espectaculo admiravel nas nuvens: cumulos brancos, que pareciam grandes pombas de azas abertas, perseguindo em campal batalha enormes nimbos negros, que pareciam abutres a fugir. Isso, na disposição alegre que traz sempre uma chegada a terra firme, figurou-se-lhes bom agoiro, por significar para elles peleja e victoria; e em grita acclamaram as nuvens brancas[1].

*

Pelas quatro horas da tarde d'este dia 28 de de junho[2], deram fundo em frente da cidade, já

[1] Osberno. — *Port. Mon.* — Script. — pag. 395, col. 2.ª

[2] IV *kal. Julii in vigilia Apostolorum Ulyssiponam applicuit.* — Roberto do Monte.

Exinde ad alveum fluminis Tagi intrantes, secundo die apud

*

então esplendida no seu amphitheatro roqueiro, já então admiravel pela fortidão de seus muros e baluartes, e indolentemente recostada no seu throno de montanhas[1].

Repetia-se tal qual o que sete annos antes se dera já. Corria porém nas phalanges dos francos um fremito de bom auspicio. Era a tentativa quinta.

Ulisbonam vigilia Petri et Pauli applicuimus. — Dodechino.

Vigilia igitur beati Petri Apostoli post prandium, quum ibi hora quasi prandii venissemus, etc. — Osberno.

Ulixisbonam in vigilia Apostolorum Petri et Pauli applicuimus. — Arnulfo.

Quatuor kalendas Julii, in vigilia Apostolorum Ulixbonam applicuit. — Cardeal de Aragão.

[1] *Mirabili structura tam murorum quam turrium super montem humanis viribus insuperabilis.* — Arnulfo. — *Port. Mon.* — Script. — pag. 406, col. 1.ª

CAPITULO VIII

Corre-se a armada, e enumeram-se os seus capitães. — Arnoldo de Aarschot. — Christiano de Gistell. — Herveu de Glanvill. — Simão de Dover. — Saherio de Archelles. — Rebate-se a lenda de Guilherme o da Longa Espada. — Childe Rolim. — D. Guilham de La Corni. — D. Ruberte seu irmão. — D. Lingel. — Guilherme Vitulo e seu irmão Radulfo. — O cavalleiro Henrique.

Tempo é de descançarmos aqui, aproveitando a pausa para contemplar em espirito o marcial arreganho da formosa armada, que em tres divisões se repartia[1].

*

Capitaneava (segundo Osberno) a primeira divisão o belga conde Arnoldo de Aarschot, personagem mencionado tambem por Dodechino[2].

Quem era? ignora-se. Dá-o Osberno (indicações vagas) como neto de certo prócere allemão por nome Godofredo; como esse mesmo Osberno lhe chama *Arescot,* e em latim é *Areschotum* a cidade que hoje ás margens do Demer se chama *Aarschot,*

[1] *Port. Mon.* — Script. — pag. 392, col. 1.ª

[2] *Veteres Script. rerum germ.,* t. 1, pag. 474.

ou *Aerschot,* no Brabante, por isso lhe amodernei o appellido.

Commandava Arnoldo os cruzados provindos de varias regiões do imperio allemão[1]; e não deviam ser poucos. Reinava Conrado III, tio de Barba-Roxa, que ainda no anno antecedente, em 1146, pelo Natal, celebrara em Spira uma dieta, a que assistira S. Bernardo; este, pelo poder da sua palavra vertiginosa, conseguira levantar exercitos ferventes de enthusiasmo, que á uma suspiravam pela Terra-Sancta.

Acabara de o realisar tambem na França de Luiz VII, com os seus discursos em Vézelai, ao ar livre, na Paschoa de 1146; orações de tal eloquencia, que el-rei Luiz, e a propria rainha Leonor tinham tomado a cruz, entre um sem numero de seus vassallos.

Isto tudo é para mostrar quão numerosa devia ser esta primeira hoste dos cruzados, provinda das terras onde soara a voz apostolica do extraordinario cisterciense.

*

Á frente da segunda divisão, a dos flandrenses e colonenses, citava-se o nome, illustre sem duvida, de Christiano de Gistell[2].

Quem elle fosse, tambem é mysterio. Ainda hoje é vulgar nas Flandres o appellido de Van *Gestell,* ou Van *Gestel,* que bem póde ter analogia remota

[1] *A romani imperii partibus.*

[2] *De Gistello* lhe chama alatinadamente Osberno.

com o d'este caudilho. O que porém mais me embaraça é o titulo de duque de Flandres, que lhe dá Osberno, seu contemporaneo, seu camarada[1]. Não quererá antes aquelle vocabulo *dux* significar *general,* em vez de duque? Certamente; até porque n'esse tempo não havia duques, mas sim condes, de Flandres.

*

Em quatro brigadas, como diriamos talvez, se repartia a terceira divisão.

Compunha-se a primeira, dos guerreiros arregimentados em todo o Norfolk e Suffolk; era seu cabo *Herveus de Glanvilla,* que é visivelmente um fidalgo inglez da nobre familia de Glanvill. O appellido existe; o nome proprio morreu, mas usou-se na Inglaterra o *Hervey,* e em França o *Hervé.* N'este mesmo seculo XII houve um grande de Inglaterra, bom guerreiro e poderoso senhor, por nome Ranulpho de Glanvill, talvez filho de Hervey, que se passou tambem á Palestina com o seu monarcha Henrique II, e veio a morrer em 1190 no assedio de S. João d'Acre.

A segunda brigada constava de todas as naus de Kent (no latim *Cantia*), condado cuja cabeça é Cantorbery *(Cantuaria).* Capitaneava-as Simão de Dover, ou *Dorobernensis,* como alatinadamente escreve Osberno.

A terceira brigada eram as naus dos londrinos, que tinham por chefe um homem de armas, certa-

[1] *Port. Mon.* — Script. — pag. 395, col. 1.ª

mente nobre, chamado André. É o nome que lhe dá Osberno, sem mais nada.

Da quarta brigada era chefe um capitão da Normandia, então unida á Inglaterra, Saherio de *Arcellis,* á latina, ou de Archelles, á franceza[1].

[1] Para melhor intelligencia do leitor, aqui deixo o mappa do exercito franco:

1.ª DIVISÃO	2.ª DIVISÃO	3.ª DIVISÃO
Commandante, ou condestavel *Arnoldo de Aarschot* — Cruzados do imperio allemão	Commandante, ou condestavel *Christiano de Gistell* — Flandrenses e colonenses	1.ª Brigada Commandante *Herveu de Glanvill* — Tropas de Norfolk e Suffolk
		2.ª Brigada Commandante *Simão de Dover* — Tropas de Kent
		3.ª Brigada Commandante *André* — Tropas de Londres
		4.ª Brigada Commandante *Saherio d'Archelles* — Tropas da Normandia

Almas valorosas, é bem de crer; em treze mil as avalia Roberto do Monte[1]; homens já aguerridos, e de experimentada cavallaria, ou bisonhos de conhecido esforço; em summa, pelejadores valentes, e, como especificam pennas contemporaneas, bem apetrechados de lorigas, murriões, lanças, pavezes, montantes, e catapultas[2].

Toda essa hoste imponente, que, apesar de tão numerosa na parte ingleza, não apparece mencionada na *Historia naval de Inglaterra* de Lediard, fundeou pois em som de guerra pela frente marinha de Lissibona, e esperou; com que impaciencia!

Ao correr os olhos por aquellas filas de barcaças negras a formigar de gente, estão-me lembrando os arrogantes barões cobertos de aço, de quem diz Byron nas *Horas de ocio:*

> ... The mail-covered Barons, who proudly to battle
> Led their vassals from Europe to Palestine's plains.

*

Vimos, com a possivel minuciosidade, quem eram os chefes das brigadas e das divisões. Se todo este conjuncto obedecia a um cabeça principal, não consta.

Corria entre os nossos historiadores (dizia-o Duarte Nunes, repetia-o Frei Luiz de Sousa, e

[1] *Quum ... tantum essent tredecim millia.* — Appendix ad Chron. Sigeberti. — Apud Bibl. Joan. Pistori, t. 1, pag. 628. Repete o mesmo o cardeal de Aragão. — Muratori, loc. cit.

[2] *Indiculum.* — *Port. Mon.* — Script. — pag. 91, col. 1.ª

outros) que era elle Guilherme o da Longa Espada, irmão d'el-rei Henrique II de Inglaterra. Ha de ser difficil inventar anachronismo tão palpavel.

Henrique teve sim um irmão Guilherme, fallecido em Rouen em 1164; mas nunca se denominou da *Longa Espada*, como seu sexto avô Guilherme I, duque de Normandia, nem me consta viesse á peninsula. Este cognomento de *Longa Espada* applicou-se a varios guerreiros por aquelles tempos, mas nunca vi que o usasse Guilherme, filho de Goffredo. Encontrei, por exemplo, em Mattheus Pariz, na sua narrativa do reinado de Henrique III, um *Guilherme da Longa Espada* morto na flor da edade em 1257[1].

É justamente quanto aos nomes dos que vinham na armada, que Osberno e os escriptores estrangeiros coevos d'elle merecem mais credito.

Cabe approximar aqui uma coisa: no Museu Britannico existe um documento em francez, em que um anonymo (referindo-se ás historias portuguezas) menciona um *Longa Espada* a ajudar el-rei D. Affonso. Trago isto para mostrar que esse tal anonymo só houvera conhecimento da supposta vinda de Guilherme, pelo que diziam os chronistas de cá[2].

Confesso pois ingenuamente que o logar de generalissimo, ou de *arraes*, segundo os nossos diriam

[1] *Hist. maj.*, ed. de 1644, pag. 634.

[2] Tirei esta noticia do muito valioso *Catalogo dos manuscriptos do Museu Britannico*, pelo incansavel sr. visconde de Figanière.

(os vocabulos mudam muito!) continúa ainda vago; e não admira: de varios passos da narrativa de Osberno se deduz rivalidade não disfarçada entre os diversos grupos, ou divisões, do exercito, quer proviesse da differença das nacionalidades, quer de qualquer outro motivo, que hoje escapa.

*

Quem percorresse mais de espaço aquelles galeões, pequenos como talvez pequenas escunas ou cahiques de hoje, e cujo typo, de amurada recurva e vela redonda, se achá por ventura nas barcas da celebre tapeçaria de Bayeux[1], poderia encontrar

[1] O *Indiculum* diz que as naus eram da qualidade *quas barcias nominamus* (*Port. Mon.* — Script. — pag. 91, col. 1.ª). Que significa? O *Elucidario* acceita sem mais exame o termo *barcia*. O proprio Jal, que em assumptos de archeologia naval proferiu a ultima palavra, diz no seu *Glossaire nautique* desconhecer completamente o lote e feitio dos taes baixeis.

Permitto-me julgar que esse termo *barcia* anda deturpado pelas copias; deve talvez ser *barca*. Direi o porquê.

Ha no fim da *Historia major* de Mattheus Pariz um *Glossarium, sive interpretatio brevis vocum semi-barbararum, quæ lectorem, in medii ævi scriptoribus minus exercitatum, poterant interlegendum remorari*. Ahi na palavra *barca* diz o auctor, citando a Sancto Isidoro de Sevilha (*Liber etymologiarum*, 19, c. 1): *Navigiolum, sive navis minoris genus, sed veliferum, non remis actum*. É exactamente a descripção das galés da nossa armada, e exactamente a palavra romano-barbara e portugalleza, com que se ellas designavam.

No fim do livro *Historiæ anglicæ Scriptores*, Londini, 1652, ha outro *Glossarium, in quo obscuriora quæque vocabula, quæ toto hoc opere continentur, copiose explicantur*. A

outros muitos cavalleiros, que, por um modo ou outro, ficaram ligados á nossa historia, ou lenda. O nome de alguns, adulterado pelo nosso idioma, as façanhas de alguns, amplificadas pelos genealogistas, ainda nos nossos appellidos, e nos escudos da nossa armaria resplandecem.

*

Começarei pelo enigmatico Childe Rolim; tronco remoto dos Rolins de Moura, que na Madeira são representados pelo morgado do meu erudito amigo Agostinho de Ornellas e Vasconcellos Esmeraldo Rolim de Moura, par do reino, em Hespanha pelo principe Pio de Saboya, descendente de D. Christovam de Moura, marquez de Castello Rodrigo, e actual herdeiro d'esse titulo, e em Portugal são (pela sua alliança com os Mendoças) duques e marquezes de Loulé, condes de Val-de-Reis e da Azambuja.

palavra *bargia* define-se: *navicula, scapha oneraria, aliàs barga,* BARCA, *et* BARCUS. *Differunt autem apud nos, ut a Spelmano bene monitum)* BARCA *et* BARGIA *(anglice* A BARKE, *and* A BARGE): *hâc enim minori, in fluviis tantum utimur; illâ vero majori maria trajicimus.*

Tambem se encontra *barcas* (e nunca o supposto *barcias*) n'um contrato de venda do anno de 1026, que vem nos *Port. Mon.* — Dipl. et chart. — pag. 161.

No seculo XIV era ainda a palavra *barca* applicada a certos navios, diversos das *naos*. Distingue-os Fernão Lopes dizendo: *oitenta velas amtre naos e barchas* (*Chron. d'el-rei D. Fernando,* cap. CXXXIII e CXXXV).

*

A respeito d'este cavalleiro tudo são trevas, tudo é noite caliginosa bruxuleada de lendas.

Nem o seu proprio nome é certo: escrevem-n'o Raolino, D. Rolim, D. Rooim, Childe Rolim, Gil de Rolim, e Guinichil de Rolim; fazem-no de alta fidalguia, e até o dão por quinto filho legitimo de um principe de sangue real, e por bisneto de reis de Inglaterra[1].

A verdade é que o mais antigo documento official que o menciona lhe chama em latim *Raolinus;* é uma doação d'el-rei D. Sancho, a que logo me referirei; e o *Nobiliario* do conde D. Pedro chama-lhe á portugueza *Dom Roolim.*

*

Ha um escripto, que nunca vi citado, que me lembre agora: e não obstante ser moderno (seculo XVII), parece-me talvez poder esclarecer até certo ponto, e com as devidas cautelas, uma parte da duvidosissima questão; é obra de um inglez, cujo depoimento não posso ainda assim aceitar sem muitas restricções. Fallo do *attestado* de um

[1] *Nobil.* do conde D. Pedro; — *Chron. brev. e mem. avulsas de Sancta Cruz de Coimbra* (*Port. Mon.* — Script. — pag. 29); — Lavanha, nota a pag. 373 da sua edição do *Nobil.;* — Duarte Galvão, *Chron. d'el-rei D. Aff. Henr.*, cap. XXXI; — *Mon. Lusit.*, l. X, cap. XXIX; — Carvalho da Costa, *Corogr.*, t. III, pag. 268.

tal João Persal, *fidalgo da Grã-Bretanha,* passado em Madrid a 28 de setembro de 1633, e conservado na obra de um dos Rolins de Moura, *Ascendencia de la casa da Azambuja*[1].

Todos sabemos como se passavam, e passam, attestados genealogicos; a boa critica nunca foi o forte dos antigos escrevedores de nobiliarchia, influenciados muita vez pela dependencia, pelas acquiescencias benevolas, ou pelo desejo de erudições balôfas. O voto portanto de João Persal, sujeito que não conheço de outra parte, e que me não apparece investido do caracter de linhagista ou rei d'armas official, não consegue merecer-me credito acima de mediocre, quando sem provas e com inexacções flagrantes, se põe a incensar a estirpe do poderoso e influentissimo D. Christovam de Moura!

Estriba-se (diz Persal) em Polydoro Virgilio, sabio theologo e polygrapho italiano, nascido em 1470 e fallecido em 1555, auctor que passa por um tanto parcial, e por ter inserido na sua *Historia anglica* muitos factos duvidosos, e até falsos. Cita Persal uma obra d'este auctor, o *Opusculum nobilitatis,* que não conheço; na *Historia anglica,* minha conhecida, não menciona uma vez sequer a Childe Rolim, nem á sua expedição.

Firma-se mais em Mattheus Pariz, benedictino de vasta lição e grande talento, auctor da *Historia*

[1] Livro dedicado a D. Gaspar de Guzman, conde de Olivares, duque de San Lucar, etc. Existe na Bibliotheca Nacional de Lisboa.

major, sive rerum Anglicarum Historia, desde 1066 até 1259, anno em que falleceu. A obra d'elle a que se refere Persal é o *Epitome de los principes crusados,* que tambem não conheço.

Finalmente, o terceiro auctor a que se chega, é Goffredo, monge de Monmouth no paiz de Galles, e cujo livro, *Historia de bello sacro,* tambem não alcancei.

*

Ora diz Persal que vinha entre os principaes cruzados o nobre Rolan, conde de Chester; que levava comsigo a seu quinto filho Rogerio, a quem os demais bretões usavam chamar Rolan o moço, ou, na lingua d'elles, *Child Rolan* (como quem dissesse *Rolan Junior*), e d'ahi fizeram os portuguezes *Childe Rolim.* Rolan creio corresponder ao *Rollon* francez, que é nome muito de cavallarias; tambem equivale a *Raoul,* que nós cá, em tempo antigo, traduziamos *Rolão,* e hoje *Raul.*

Até ahi nada ha inverosimil; tudo concorda com a indole do inglez archaico. O *Childe Harold* de Byron (o aventureiro collega e patricio do nosso Childe Rolan) outra coisa não é senão Aroldo o moço, ou antes o fidalgo Aroldo. Assim m'o confirma, por exemplo, Amédée Pichot no seu prefaciosinho á traducção franceza do *Childe Harold.* Segundo elle, o qualificativo *Childe,* ou *Child,* é palavra velha, derivada do saxonico; hoje quer dizer *creança;* mas na idade media era distinctivo nobiliarchico, synonimo de *knight,* cavalleiro, ou talvez até de *principe,* e não deixa de ter sua ana-

logia com a palavra *infante* dos hespanhoes. Spencer chama ao principe Arthur *Childe,* e a Tristão *Childe Tristram.*

Para augmentar o prestigio genealogico d'este notavel mas muito confuso avoengo dos Rolins de Moura (do qual diz Lavanha, com a sua semcerimonia habitual, n'uma nota ao *Nobiliario* do conde D. Pedro, ser a *segunda pessoa* da armada dos cruzados) acrescenta Persal, que Rolan pae, conde de Chester, acima mencionado, era neto do soberano inglez; e não duvida affirmar que ao primogenito da casa real cabia, já então, o titulo de principe de Galles; ao segundo, o de duque de York; ao terceiro, o de duque de Lancaster; ao quarto, o de conde de Chester; quando é bem certo que só no seculo XIII, em tempo de Eduardo I, se creou o titulo de principe de Galles; e em dias de Eduardo III (seculo XIV) se crearam os de duques de Lancaster e de York, e o de conde de Chester, tudo para personagens reaes. Havia, sim, desde o seculo XI, ou talvez desde antes, condes de Chester *(Cestria);* encontrei-os com o nome de Hugo, Ricardo, Roderigo, e Ranulfo, etc., dispersos pelos chronistas velhos da historia anglica; mas não eram principes.

Já se vê pois quão cerebrinamente queriam alguns fabricar genealogias inconsideradas para a nobre casa portugueza dos Rolins (hoje alliados proximos do ramo real de Bragança); sem reflectirem que essa casa não precisa de usurpar origens fabulosas para ser nobre e grande em qualquer estado do mundo. Já me não admiro tambem

de que outros antigos dêem á Childe Rolim como parente do nosso primeiro monarcha, pela linha da mãe do mesmo Childe!

*

Diz mais o citado Persal no seu attestado, que veio el-rei D. Affonso a conceder-lhe, como premio dos seus feitos, o terreno onde se edificou a villa da Azambuja, outorgando-lhe por mercê o escudo de Portugal em suas armas; e que, logo que o soube o conde de Chester, lhe mandou que tal não usasse nunca mais, e trouxesse, como lhe cumpria, as armas de seus avós, com *brica*. Passado tempo, fallecendo a mãe de Childe Rolim, que era Mathilde, filha do duque da Bretanha, em França, trocou elle de novo as suas armas pelas maternas, a fim de poder succeder em senhorios do ducado.

Tudo isso vai lançado, entenda-se bem, na conta de João Persal, que me parece romancista de poucos quilates.

*

Mas ha outra versão quanto á nacionalidade do sujeito.

Duarte Nunes do Leão[1], sob auctoridade de pessoa sua contemporanea, ou quasi, que estudara a materia, *per informações certas de quem o inquiriu*

[1] *Chron. d'el-rei D. Affonso Henriques*, mihi ed. de 1600, fl. 44 v.

n'estes tempos (fins do seculo XVI) *nos estados de Flandres,* diz que Childe Rolim viera do condado de Hainaut, e que lá florescia ainda no seculo XVI gente nobre de appellido Rolim. Esse informador, pelas palavras de Duarte Nunes, parece ser Damião de Goes, que viajara, e estudava sempre; e a origem flamenga parecem confirmal-a certas palavras da doação real, que dentro em pouco vou apresentar ao leitor, e a asserção clara do *Nobiliario* do conde D. Pedro[1].

*

Todos são concordes em que a um Rolim foi doado o senhorio de terras, que pelas povoarem os seus *francos* (como se chamava aos estrangeiros), se ficaram denominando Villa Franca (hoje a Azambuja); mas nem todos os auctores querem que o Rolim da doação fosse o mesmo Rolim do cerco de Lisboa, antes ha quem ponha em muita duvida a identidade dos dois, e faça o doado filho do outro. Um d'esses é, por exemplo, Duarte Galvão[2]; e assim pensou tambem Lavanha, expressando cauteloso a sua duvida com dizer n'uma das notas ao *Nobiliario*[3] que lhe não constava se ambos eram o mesmo, ou parentes. A *tradição,* diz elle, é que este segundo é o individuo que se achara na tomada de Lisboa.

Sim, a tradição não é impossivel; podia viver

[1] *Naturall de Framdes,* tit. LXX.
[2] *Chron. d'el-rei D. Affonso Henriques,* cap. XXXI.
[3] Pag. 373.

ainda em 1200 o guerreiro de 1147; o que faz certa duvida ao grande Frei Antonio Brandão[1] não é isso: é o ter-se demorado tantos annos o galardão dos serviços do companheiro d'el-rei D. Affonso na tomada de Lisboa, e o não ser este senhor, mas sim el-rei seu filho, quem os remunerasse; comtudo não propende para o *sim* nem para o *não*, e fica indeciso.

*

O texto da doação por el-rei D. Sancho tambem pouco esclarece. Traduzil-o-hei aqui, depois de ter visto e copiado o original na Torre do Tombo[2]:

Em nome de Deus, etc.

Eu Sancho, por graça de Deus rei de Portugal, juntamente com meu filho el-rei D. Affonso, e os meus outros filhos e filhas, faço carta de doação e perpetua firmeza a vós Raolino, e a todos os flandrenses, presentes e futuros, que habitam em Villa-Franca.

Damos-vos a dita villa, já hoje famigerada[3] *com os seus termos a baixo mencionados, e com tudo que n'esta villa pertence ao nosso direito; e concedemos firmemente a vós, vossos filhos e netos vossos successores, que a tenhais e possuais por direito hereditario*

[1] *Mon. Lusit.*, part. III, l. X, cap. XXIX.

[2] O original latino vai no fim d'este volume.

[3] O original diz *sæpe nominatam*, muitas vezes nomeada. Que quer dizer isto? ou o soberano se refere a outros documentos anteriores, que não conhecemos, ou a intenção foi dizer que a villa tinha já ao tempo larga nomeada. Preferi esta interpretação.

para sempre, livre de todo o tributo real, e de toda a portagem.

E isto vos concedemos, e a vossos filhos e netos, assim como a todos aquelles, que das vossas terras nataes aqui vierem ter para comvosco habitarem.

E isto fazemos, por que nos acceiteis, a nós e a nossos successores, como reis e soberanos, nos sirvais fiel e devotamente, e contra nossos inimigos nos ajudeis com todo o vosso poder.

*

Antes de concluir a transcripção, quero apresentar ácerca do seu conteudo umas considerações.

Um tal D. Jeronymo de Ataíde, levado, me parece, de certa exaggeração, desfia no livro *Ascendencia de la casa da Azambuja* algumas phrases do documento, e vê-as como que atravez de um vidro de augmentar. Por exemplo: para elle esta doação da Azambuja a Rolim revela mais uma *composição* do que uma simples *mercê,* pelas palavras: *e isto fazemos por que a nós e nossos successores recebais como reis e senhores.* Parece entender-se, segundo elle, a intenção de segurar a vassallagem de um tão conspicuo feudatario, sendo clara a differença com que devia ser tratado, pois se dispunha como contrato a sujeição, que aliás é natural a qualquer vassallo.

Do grande poderio de D. Rolim fazem tambem fé, segundo o mesmo commentador, as palavras do documento *com todo vosso poder nos ajudeis.*

Será assim, com quanto me pareçam termos geraes, onde nenhuma especialidade encontro.

Que a doação era de vulto, o proprio doador o mostra ao especificar os limites do terreno. Eis as suas palavras:

Da mencionada villa são estes os limites: a saber: pelo nascente a valla que os francos (ou francezes, ou naturaes de França; hesito) *fizeram, até á estrada velha que vai de Santarem para Alemquer; pelo poente o rio que se chama Abreta de Alemquer, na linha que segue para a estrada velha que vai de Santarem para Alemquer.*

Tudo que entre estas marcações e o Tejo se inclua, damo-vol-o, de juro e herdade para todo sempre, para o possuirdes, excepto o que outr'ora ahi mesmo já doámos aos monges de Alcobaça.

*

Segue o final, nos termos do estylo.

Na lista das testemunhas ha alguma divergencia, quanto á ordem d'ellas, entre o antigo documento e a *leitura nova*. Conclue: *Facta apud Ulixbonam, mense Januario E.* M.CC.XXXVIII, *anno regni nostri decimo quinto* (anno 1200 de Christo).

*

Acaba o leitor de ver a doação authentica d'el-rei D. Sancho. Basta a sua leitura para fazer caducar as lendas, que attribuiam a doação primeira a el-rei D. Affonso I, e a confirmação a seu filho.

A confirmação é d'el-rei D. Affonso II, dada em Santarem a 8 das kalendas de março da era de 1256, isto é, a 22 de fevereiro do anno da Graça de 1218. É ahi que se declara que Villa-Franca se chamava já então Azambuja: *Villa Franca, quæ nunc Azambuja vocatur*[1].

*

Entre os muitos que se têem occupado em destrinçar este ponto obscuro, avulta o já citado D. Jeronymo de Ataíde. Segundo elle a causa de nos parecer haver-se demorado tantos annos[2] o galardão dos serviços de D. Rolim, explica-se conjecturando que a concessão dos terrenos se houvesse feito verbalmente, e que, só depois de povoada e arroteada a nascente villa, é que o estrangeiro se determinou em ficar de vez em Portugal, para o que mandou (segundo o *Nobiliario* do conde D. Pedro) vir uma filha que lhe ficara nas Flandres, por nome Maria Rool; e que só então pensou, já nos dias d'el-rei D. Sancho, em legalisar a sua jurisdicção senhorial.

É muito verosimil a conjectura; harmonisa-se com a tradição vetusta de que el-rei D. Affonso I houvesse compensado os serviços do seu illustre companheiro de armas, e confirmam-n'a, quanto a mim, as palavras da doação: *ao oriente a valla*

[1] Documento existente na Torre do Tombo.

[2] 37 diz elle; não entendo. Pelas minhas contas vão 53 desde 1147, anno da tomada de Lisboa, até 1200, anno da doação.

que os francezes abriram, já se vê que em terreno que já possuiam. Muitas vezes um acto official d'aquelle genero vem apenas confirmar ou reconhecer factos e posses já consummadas. Que o digam as doações de capitanias na Madeira a João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz.

Estes *francezes,* porém, quem seriam? companheiros de Rolim, vindos agora, em 1147, ou outros mais antigos? não se póde bem saber. O averiguado e a existencia de muitas colonias forasteiras nas nossas terras, desde eras anteriores á monarchia. Já nos dias do conde D. Henrique, na carta de doação outorgada por aquelle principe e sua mulher aos irmãos Amberto, Gualtero, e Ruiberto Tibao, na villa de Guimarães, se allude a francigenas e francos alli estabelecidos[1].

Repito: só com mil cautelas, e muito a medo, se póde caminhar em tão emmaranhado piso.

*

De Childe Rolim canta nas suas pobres quadras em toantes o alferes poeta Francisco de Segura no seu *Romancero*[2]:

> Quedòse Chil de Rolin,
> cuya dichosa prosapia
> los Moras han heredado
> haziendo eternas hazañas.

[1] *Hist. gen. da C. R. — Provas,* tom. 1, pag. 3. A proposito: julgo errada a data que lá vem, era 1159, anno 1121, visto como o conde morreu em 1112.

[2] *Romancero historiado,* fl. 63.

*

Em conclusão: sem poder formular e documentar opinião propria, quer-me parecer, salvo melhor juizo, que anda n'isso tudo mera confusão entre pae e filho; e que em Childe Rolim, inglez (ou talvez antes flamengo) foram pagos com a doação official de terras onde já se achava estabelecido, os serviços de seu pae, e talvez os d'elle proprio.

*

Menciona-se mais a D. Guilham, ou Guilhim, ou Guillelme de la Corni[1], ou de Licorne[2], ou de Corni[3], e seu irmão D. Ruberte, ou D. Jusbertes. Pensam alguns que fossem francezes; o que induz a crel-o é a lettra dos foraes da Lourinhã e da Atouguia.

*

Foi o caso, que ao tal Guilhim, ou Guilham (visivelmente *Guillaume*) doou el-rei D. Affonso I como recompensa o senhorio da Atouguia em 1158;

[1] *Nobil.* do conde D. Pedro, tit. LXIX.

[2] *Chron. breves e mem. avulsas de Sancta Cruz de Coimbra* (*Port. Mon.*—Script.— pag. 29);—*Nobil.* do conde D. Pedro, etc,, etc.

[3] Duarte Nunes.

não se demorou: a doação existe na Torre do Tombo. Vi-a eu, graças á obsequiosidade do actual official maior, e meu amigo, o sr. José Manuel da Costa Basto[1]. Eil-a traduzida em portuguez:

Em nome do Padre, do Filho, e do Espirito Sancto, Amen.

É esta a carta de doação e perpetua firmidade, que eu Affonso rei de Portugal, filho do conde Henrique e da rainha D. Thereza, e neto do grande rei Affonso, juntamente com minha mulher a rainha D. Mafalda, filha do conde Amadeu de Mauriana, concedemos a vós D. Guilherme de Corni, da herdade de Touguia com seus limites, que partem com Obidos e Lourinhã.

Damol-a portanto a vós de herança, e aos vossos successores que depois de vós vierem, com tudo mais que poderdes grangear, tanto do mar como da propria terra, para que façais d'ella tudo que vos aprouver para sempre; e isto fazemos pelo bom serviço e auxilio que nos prestastes, vós e vossos parentes, na tomada de Ulisbona.

Se algum de nossos filhos ou filhas, ou qualquer da nossa geração, quizer quebrar isto que estabelecemos, seja maldito e excommungado, e com Judas traidor de Christo seja sepulto no inferno.

Feita na era millesima centesima nonagesima sexta (anno de 1158).

Eu Affonso rei de Portugal, juntamente com minha mulher D. Mafalda rainha, em presença de testemunhas idoneas esta carta com as nossas proprias

[1] Gaveta 11, masso 7, num. 12.

mãos confirmamos. (Logar do sêllo). — *Alberto, chanceller d'el-rei, a notou.* — *Eu João, arcebispo de Braga, a confirmo.* — *Eu Pedro, bispo do Porto, a confirmo.* — *Fernando Peres, védor da curia, a confirmo.* — *Mendo de Bragança, alferes, a confirmo.* — *Mendo Moniz a confirmo.* — *Gonçalo Rodrigues a confirmo.* — *Gonçalo de Sousa a confirmo.* — *Godino Fafes a confirmo.* — *João Rania a confirmo.* — *Fernando, testemunha.* — *Rodrigo Paes, alcaide de Coimbra, testemunha.* — *Affonso, testemunha.* — *Paio, testemunha.* — *Martinho, testemunha* [1].

*

Foi D. Guilhim quem concedeu á Atouguia o seu foral; e por elle se vê que eram francos das Gallias os povoadores [2].

Conta o *Nobiliario* chamado do conde D. Pedro, que fallecendo D. Guilhim sem filhos, succedera no senhorio e alcaidaria mór da Atouguia o irmão D. Jusbertes, em cuja descendencia se conservou a posse, constituindo-se assim a familia dos Atouguias.

No brazão, que foi no andar dos tempos concedido a esta raça, entrevejo um indicio de que a

[1] Veja-se a nota no fim do volume.

[2] *Port. Mon.* — Leg. et cons. — pag. 450. — Veja-se a sensata emenda de Herculano, no prologo, á palavra *Gallæcorum*.

O sr. Vilhena Barbosa no seu livro *As cidades e villas* diz a pag. 48 do t. 1, que foi a fundação pelos annos de 1165, mas parece deixar o caso como pouco averiguado.

reputavam franceza de origem: quatro flores de lis, e uma cruz de cruzado. Aventuro-me a suggerir que este Guilhim proviesse de Quimper, em latim *Cornu Galliæ;* mas creio muito mais provavel que viesse de uma antiga região denominada Le Corny (no Poitou), cujo logar principal era Vaux-en-Corny. O nome de Licorne é com pequena adulteração o Le Corny francez.

*

Concluirei approximando uma circumstancia interessante. Vi no focinho do cabo, que fórma o lado norte da bahia da Nazareth, um castello quinhentista empinado sobre fragosidades o mais pittorescas e rudes que é possivel; e á frente do ultimo barrocal uma ilhota, ou antes penedo isolado, sentinella perdida, que nos dias em que zurra o temporal de sudoeste se vê alagada e insultada com o retoiçar das espumas.

Esse penedo, carcomido dos seculos, uivado das ventanias, ennovelado e trabalhado das vagas, tem para os pescadores da Pederneira e da Nazareth o nome inintelligivel de *pedra de ingulhim* (peço mil desculpas ao rochedo se lhe não acerto com a orthographia; o que lá me soou foi isso). Dizem as tradições confusas que é a adulteração de *pedra de D. Guilhim.*

Que relação prende aquella penedia ao antigo cavalleiro? Isso é que eu não sei. Póde ser que elle alli tivesse posto (por serem terras do seu se-

nhorio) algum baluarte para guardar a costa. Quem o deve saber é o mar.

> Perguntae-o ao mar, que brame
> n'essas pedras a estoirar.
> Que tristezas sabe o abysmo!
> quanta historia engole o mar!

*

Outra figura muito principal da armada era Lingel, ou D. Lingel, ou D. Ligel como lhe chamam os nossos, flandrense, segundo a indicação do *Nobiliario* do conde D. Pedro[1].

Segundo o mesmo livro, veio el-rei D. Affonso a casal-o com D. Dordia, filha de Pero Viegas, que dizem foi o primeiro alcaide portuguez do castello de Lisboa.

Ora o *Nobiliario* do conde D. Pedro dá effectivamente a Pero Viegas por primeiro alcaide-mór de Lisboa; D. Rodrigo da Cunha de algures tirou a asserção de ter Pero Viegas morrido no cerco[2]; e Duarte Nunes apparece-nos tambem affirmando outra vez que D. Lingel foi alcaide de Lisboa[3].

Julgo que tudo se harmonisa conjecturando, com muitos visos de probabilidade, que a Pero Viegas houvesse chegado a ser dada a alcaidaria mór, mas que, fallecendo das feridas pouco depois de concluida a guerra (o que é o mesmo que morrer

[1] Tit. LXIX.

[2] *Hist. eccl. da egreja de Lisboa,* fl. 63 v.

[3] *Chron. d'el-rei D. Affonso Henriques,* ed. de 1600, fl. 45 v.;—*Nobil.* do conde D. Pedro. loc. cit.

no cerco), essa alta dignidade passou para seu genro, por cabeça de sua mulher.

Segundo o conde D. Pedro, teve D. Ligel de D. Dordia a

Bertholameu Ligel; este casou não se sabe com quem, e teve a

Estevam Bertholameu, tambem casado, e pae de Tareja Pires, mulher de Giral Gonçalves; de quem teve a

Ruy Gonçalves Franco, marido de D. Maria Pires, filha de Pero Martins de Alfama, de quem no seguinte volume fallarei; os quaes tiveram a

Ruy Gonçalves.

Ora o engraçado é que este Ruy Gonçalves reuniu em si a representação de D. Ligel, mais a de D. Ruberte de Licorne, ambos seus quartos avós. Vejamos:

D. Ruberte, senhor da Atouguia por morte de seu irmão, casou, e teve a

João Rubertes, alcaide da mesma villa; este teve a

Gonçaleanes, tambem alcaide, casado com D. Tareja Gil, filha de Gil Varella; do qual Gonçaleanes foi filho

Giral Gonçalves, que veio a casar com a supra dita Tareja Pires, bisneta de D. Ligel.

Quanto a este D. Ligel, que não sei a que deve corresponder, approximarei outro do mesmo nome, Ligel de Altamira, inglez, a quem se refere Duarte Nunes na sua *Chronica d'el-rei D. Affonso* III[1].

[1] Ed. de 1600, fol. 83, col. 1.ª

*

Havia mais entre os façanhudos companheiros de Affonso um certo Guilherme Vítulo, e um seu irmão Radulfo, dois normandos piratas, a quem Osberno (aliás com manifesta má vontade) pinta em duas voltas rapidas de penna, ameaçadores e sanguinarios[1].

Foi Herculano o primeiro que approximou do nome d'estes cruzados a definição que do plural *Vituli* traz Du Cange: *genus hominum nauticorum est, quos vitulos vocant,* conjecturando seriam gente maritima de officio[2].

Esses dois sujeitos, de má catadura e má fama, parecem-me por algumas vagas approximações ser talvez os mesmos que D. Guilhim e D. Ruberte de Le Corni; mas não me atrevo por ora a adoptar inteiramente uma tal opinião. Mencionarei apenas que bem podem os Vitulos ter maior affinidade com o Nuno *Vetulus* que em 1162 (era 1200) assignou com el-rei D. Affonso um documento entre muitos senhores e prelados[3].

*

Apparece-nos mais um nobre allemão chamado

[1] *Port. Mon.* — Script. — pag. 397, col. 1.ª

[2] O mesmo Du Cange traz na palavra *Vituliani* a seguinte citação: *Venit subito multitudo magna Gregariorum et Vitulianorum, et mare intrant; sed sine discrimine obvios quosque in mari deprædabant.*

[3] *Port. Mon.* — Script. — pag. 72, col. 2.ª

Henrique, natural de Colonia, morto pelos moiros, e que depois de enterrado no cemiterio dos allemães operou grandes milagres, de que resa o *Indiculum*, e a *Historia ecclesiastica*[1].

*

E como estes lidadores, quantos outros, de nomeada e valor, se não poderiam certamente apontar, se nol-os houvessem conservado os nossos lettrados antiquissimos, ou os *reporters*, mais ou menos minuciosos da phalange forasteira!

E que pena faz a constante adulteração d'esses mesmos escassos nomes que nos chegaram, deturpados e desconheciveis atravez de tantos centenares de annos! Isso porém é que não é para estranhar; hajam vista os alatinamentos de nomes *barbaros* por Virgilio, Tacito, Sallustio, Justino, Nepote, ou Julio Cesar. E os nossos chronistas? e os francezes? e os inglezes?

Muito feliz o estudioso, quando atravez das mascaras e dos rebuços reconhece os heroes!

*

Basta. Tornemo-nos á narrativa.

[1] D. Rodrigo da Cunha, fl. 64.

CAPITULO IX

Resolvem-se os recem-chegados a dar á cidade um assalto de experiencia. — Acampa um troço dos estrangeiros n'um cabeço proximo. — Desembarcam os prelados de Braga e do Porto. — Chega el-rei D. Affonso ás abas de Lisboa. — São-lhe apresentados os principaes chefes estrangeiros. — Parlamento á sombra das arvores. — Pacto entre el-rei e os de fóra. — Embaixada aos moiros. — São embaixadores os prelados e outros grandes. — Resposta dos moiros.

Foi como disse, a chegada da frota, vespera de S. Pedro Apostolo, a 28 de junho d'este anno de 1147. Depois de comerem, vendo a attitude pacifica e silenciosa da cidade, resolveram dar-lhe um primeiro assalto de experiencia.

Desembarcou das naus um troço de inglezes[1], e encaminhou-se para os muros. Foi percebida dos moiros toda a operação, e sae ao encontro dos invasores outra hoste de inimigos. Vieram ás mãos; era de crer; mas rechaçados pelo impeto da arremettida subita, vão-se os moiros ennovelados em

[1] Creio que é o que se deve entender das palavras *quidam ex nostris*, se bem que tambem poderia significar alguns dos cruzados, sem especificação de nacionalidade. — Osberno, *Port. Mon.* — pag. 396, col. 1.ª

tropel, e não sem perdas, até junto da porta de Ferro, ou talvez antes, da porta da Alfôfa[1].

Facil victoria, ao que pareceu! Temeu-se porém d'este exito primeiro, como experimentado que era, o general Saherio de Archelles; suspeitou ardil na repentina fuga da moirama; e enviou logo ordem aos assaltantes para retrocederem. Deu comtudo graças a Deus; houve por bom agoiro a feliz estreia, bem outra do que nos anteriores cercos de Lissibona succedera, e determinou-se em assentar provisorio arraial na terra firme.

*

N'um cabeço fronteiro e sobranceiro á cidade ordenou a todos os que haviam desembarcado fixassem tendas[2]; e fixaram-n'as com effeito. Seria acaso onde depois vieram a apalancar-se definitivamente as legiões inglezas, alli pelas alturas do Monte Fragoso, sobre o qual campeia hoje S. Francisco da Cidade?

Á primeira vela da noite, viam-se, de Lissibona, branquejar na cumieira do monte, para lá dos charcos do esteiro marinho, onde se reflectiam as fogueiras do acanhado arraial, as tendas de Hervey de Glanvill, de Saherio de Archelles, e de mais

[1] O latim diz: *usque ad portam quæ suburbium respicit*. A ambas cabe a designação.

[2] Onde ficava esse tal cabeço ignora-se. Marca-o Osberno dizendo que distava *baculi jactus*. Será um tiro de balista? mas *baculum* não é balista. Não percebo; *je donne ma langue aux chiens*.

uns trinta e nove dos seus companheiros de armas, que alli ficaram ousadamente, e boa parte do serão levaram armados, não sem receios, mas orando, e vigilando em honra de S. Pedro[1].

Fôra um desafio aquillo? fôra uma fanfarronada, apenas, d'aquelle punhado de bravos? parece.

Ao raiar a manhã do domingo 29, cada qual á pressa como pôde levantou as barracas, e desalojou, sem ninguem poder prever ainda o que em tantos longos mezes ia passar-se alli[2].

*

Quanto aos dois prelados, o de Braga e o do Porto, desembarcaram na mesma manhã; e, ou porque soubessem de antemão o sitio do arredor onde devia poisar el-rei D. Affonso, ou porque então se informassem de tal, sairam-lhe ao encontro.

Quando constou á armada que vinha a approximar-se o monarcha portugallez, quando de muito longe avistaram n'algum monte d'estes o reluzir do sol nas armas brancas da milicia, caminhou todo o grosso da governança a recebel-o como prova de respeito; e iam tambem numerosos bandos de militantes da classe mercenaria e baixa.

Ao acercarem-se da comitiva real, pararam todos. Foram os condestaveis, ou commandantes,

[1] *Port. Mon.* — Script. — pag. 396, col. 2.ª

[2] *Ac si nostri casus nichil præscissent.* — Osberno, *Port. Mon.* — Script. — pag. 396, col. 2.ª

apresentados (como diriamos hoje) a el-rei a um e um pelos dois prelados.

E perguntou el-rei D. Affonso com o seu modo affavel e soberano:

— Quem são d'entre vós os principaes? a quem obedece a disciplina do exercito? tendes algum chefe supremo?

Foram-lhe explicadas as attribuições dos varios commandantes, e foi-lhe respondido que, pelo que tocava a general em chefe, nada se deliberara ainda; que se el-rei, desde o principio da entrada no Porto, lhes tivesse manifestado que era util haver um caudilho, certamente haveriam encontrado, entre tantos varões de summa prudencia, quem respondesse pelo bem geral[1].

Tornou-lhes el-rei, com astucia de experiente, que bem sabia quem elles eram, lidadores valentes, cuja fama já a estas terras chegara bem antes da frota; que os convidava para emprehenderem juntos com os da terra o cerco formal de Lissibona, visto como as constantes desavenças do novo reino com os moiros o não deixavam prosperar e cobrar forças; que, para não ignorarem a boa disposição d'elle em favor dos seus novos auxiliares, lhes doava de antemão todo o rendimento da conquista, apesar de ter como certo que a taes lidadores mais

[1] Será isto? — *Si ab ipso primitus audissent, inter tot summæ prudentiæ viros brevi reperturos qui pro omnibus communi omnium consilio responderetur.* — *Port. Mon.* — Script. — pag. 396, col. 2.ª — Mas este ultimo verbo na passiva! e o *ab ipso!* Decididamente desanímo.

os obrigaria o piedoso da obra, que o vil interesse[1].

Acrescentou, que para não se distrahir qualquer deliberação com o rumor de tão numerosa assembléa, lhes pedia escolhessem d'entre si representantes, que em particular e com toda a pausa assentassem com elle o plano de campanha, e o pacto de alliança.

Retirou-se a multidão, para deliberar. Singular espectaculo foi então o d'aquelle parlamento congregado por alli no recosto sombreado de algum oiteiro, elegendo, praticando com o desassombro de quem ignora formularios de chancellarias, ou fórmulas rhetoricas[2], e atroando com os idiomas forasteiros a terra do moiro. N'isso estiraram longas horas.

*

Das entrelinhas da epistola de Osberno deduz quem a examina ao microscopio, que (talvez pela sanhuda apparencia das fortalezas, e pela circumstancia da repetida inutilidade das tentativas de assalto, desde annos) lavrava desanimo nas phalanges recem-chegadas. Queriam uns ficar, como tanto almejava o rei portugallez; opinavam outros pela abalada, talvez por se temerem da boa fé e lizura do rei, pessoalmente interessado na guerra.

E n'este ponto narra o cruzado inglez, que, sem

[1] *Port. Mon.* — Script. — pag. 396, col. 2.ª

[2] *Non litteras didici, nec populo sermonem facere novi,* confessa Herveu de Glanvill. — *Port. Mon.* — Script. — pag. 397, col. 2.ª

se saber porquê, houve da parte dos flandrenses annuencia precipitada á proposta real; por modo que, ao reunir-se de novo a conferencia, mostraram-se elles de todo partidarios d'el-rei. Atira-lhes Osberno em rosto a vil suspeita, de que tão rapida acquiescencia proviesse da inopia que os trabalhava, e lhes afiava o gume das cubiças.

Mostraram-se os flandrenses (segundo o seu camarada Osberno) mui devotados a el-rei, dispensando-lhe todo e qualquer concerto, pois fiavam d'elle, havia de seguir o que em toda a parte era costume: isto é, havia de ser mais dadivoso com aquelles que de melhor animo o ajudassem. Por sí, deliberavam os flandrenses ficar-se com el-rei, se tal fosse o querer de todos; e diziam que nada havia que fazer a não ser isto[1].

Conta o chronista os encontrados alvitres que ahi se embateram.

Guilherme Vítulo, o ameaçador pirata[2], embaraçou a discussão com mil motivos mesquinhos; e inclusivamente chegou-se a ventilar o projecto de largarem Lissibona, e irem saquear as costas sarracenas de Hespanha e Africa. Esse, e quasi todos os guerreiros de Northampton e Hastings[3], e muitos mais, que sete annos antes tinham assistido ao outro cerco[4], clamavam n'uma confusão medonha e insolente, que era traidor quem acceitasse as promessas do rei, e quanto a elles, de todo

[1] *Port. Mon.* — Script. — pag. 397, col. 1.ª

[2] *Adhuc spirans minarum cedisque piraticæ.* — Osberno.

[3] *Hantunenses et hastingenses.* — Osberno.

[4] Osberno diz vagamente *ante hoç quinquennium.*

recusavam sujeitar-se aos demorados trabalhos de tal empresa; que se oito ou dez barcas os acompanhassem, se partiriam sem demora para a Terra Sancta.

A votação foi confusissima, como é bem de suppôr; apurou-se no emtanto, que deliberavam ficar os colonenses, flandrenses, bolonhenses, bretões, e escossezes; ao passo que o pertinaz e tumultuario Vítulo, orador da opposição, revolucionario como muitos ainda hoje, teimava na sua, com uns oito navios de normandos, northamptonenses, e bristolenses.

Dissolveu-se a magna assembléa; e os de Flandres, Colonia, e Bolonha-sobre-o-mar, foram com os seus barcos postar-se lá na banda oriental da cidade, defronte d'onde é hoje o nosso morro de S. Vicente[1].

*

Era porém gravissimo o desfalque de gente das fileiras christãs, com a retirada subita dos descontentes sequazes de Vítulo. Resolveram os da maioria congregar de novo o parlamento, para ver, se, a poder de blandicias, convenciam aquelles cabeças de motim a não desampararem na apertada conjunctura os camaradas. Tomou a palavra um dos capitães inglezes, o da primeira brigada da terceira divisão, Herveu de Glanvill.

A brilhante prosopopêa, que lhe attribue Osberno, toca todas as teclas do coração de um homem

[1] *Port. Mon.* — Script. — pag. 397, col. 1.ª

de armas rude do seculo XII: falla-lhe na gloria, no serviço de Deus; excita-o pela emulação, capta-o pela cubiça (a necessidade é mestra de rhetorica, diz um antigo); e por fim, como se não bastassem tantos dispendios oratorios, vê-se o guerreiro inundar de lagrimas a peroração, e n'um impeto de humildade christã correr a atirar-se aos pés do rebelde Vítulo, seu duro contendor; e n'isso o imitam unanimes todos os principaes da armada.

Venceu a eloquencia, e venceu a razão. Desfranziu-se o rosto sombrio de Guilherme; annuiu; estava salva a grande idéa.

*

Elegeu-se então d'entre os inglezes, colonenses, e flandrenses, a commissão (como diriamos hoje) que havia de tratar com el-rei as condições da alliança, e juntamente com elle, com o arcebispo de Braga, os bispos, e os fidalgos, assignarem os termos da convenção.

Os termos foram estes[1]; é importante deixal-os consignados aqui:

I Que ficassem senhores os *francos* de todos os haveres dos moiros, sem que de tal participasse el-rei, nem a sua gente;

II Que dos prisioneiros, que para salvarem as vidas pagassem resgate, coubesse o preço inteiro

[1] O documento vem na integra em Osberno, *Port. Mon.* — Script. — pag 397, col. 2.ª, e 398, col. 1.ª

aos *francos;* ficando comtudo esses captivos pertencendo a el-rei;

III Que, no caso de se tomar a cidade, ficasse ella em poder dos *francos,* que á sua vontade a saqueariam, já para alcançar o preço dos resgates, já para a despojarem de todo o movel; e depois ficasse Lissibona propriedade d'el-rei;

IV Que a cidade nua, e as terras sujeitas, se repartissem sob a direcção suprema d'el-rei, segundo elle entendesse que a uns cabiam melhor que a outros, e em conformidade com os honrados costumes e isenções dos *francos,* ficando salvo para o soberano o direito de reversão;

V Que os navios e mais fazenda pertencente aos *francos,* ou aos herdeiros dos que assistissem ao cerco de Lissibona, ficassem isentos de todo o tributo de portagem[1], para todo sempre, e em todos os portos d'el-rei.

D'estas condições deu logo el-rei aos francos vinte sujeitos de refens, uns bispos, e outros seculares. E por sua parte deram-lhe os francos outros vinte dos seus. El-rei jurou cumprir o estipulado; e os francos juraram não desamparar a guerra, a não serem constrangidos por enfermidade mortal, ou victoria do inimigo.

*

Chegou no emtanto aos invasores do suburbio

[1] *Ab omni consuetudine mercatoria, quæ vulgo pedatica dicitur.*

de Lissibona o escrupulo tardio da consciencia; quizeram cohonestar aquella invasão improvocada, e no conselho dos generaes foi resolvido, na presença do rei de Portugal, que se enviassem parlamentarios á cidade, annunciando-lhe *lealmente* o assalto, e offerecendo-lhe partido de rendição.

Deputaram-se para essa missão espinhosa dois membros do alto clero: nada menos que os nossos já conhecidos D. João Peculiar e D. Pedro Pitoes, acompanhados de alguns da hoste estrangeira.

Approximaram-se os prelados com signaes de parlamentarios até á beira da muralha, mais os seus sequitos. Fizeram signal as sentinellas do adarbe, e chegou ao alto do muro o alcaide moiro, e os maioraes da guarnição. Promettidas treguas de parte a parte, subiu ao muro o bispo do Porto, como para servir de refens, e tomou a palavra o arcebispo[1].

Scena digna de pincel!

[1] Tudo isso conta minuciosamente o cruzado Osberno. Preciso porém observar o seguinte: esse bispo que sobe ao adarbe da muralha, conjectura Herculano seria o prelado muzarabe, reitor dos christãos tolerados em Lissibona.

Com a devida venia ao mestre, apartei-me d'essa opinião, e tomei-o pelo bispo do Porto, que ia servir de refens á lealdade dos que assim se approximavam.

Das palavras nuas de Osberno póde talvez inferir-se uma e outra coisa: *Dato utrimque signo, ipso civitatis alcaie super murum cum episcopo et primiciis civitatis stantibus*, etc.; mas em meu favor parece-me que militam estas sombras de argumento:

1.º Duas linhas antes, quando Osberno especifica os embaixadores christãos, diz muito claro: *Archiepiscopus Brac-*

*

Era composta e solemne a presença do prelado bracharense, a julgarmos por um seu grande retrato a oleo, e de corpo inteiro, que existe nos corredores da bibliotheca publica de Lisboa, e que foi provavelmente copiado de algum antigo retrato

carensis, et episcopus Portugalensis. Na phrase que acima transcrevi diz apenas *episcopo,* por se referir ao já citado bispo do Porto; quando, se se referisse ao prelado muzarabe (de quem fallava pela primeira vez), havia sem duvida de ser mais explicito.

2.º A esta conjectura accresce a declaração do sabio Flores (*Esp. Sagr.*, t. XIV, pag. 195) relativamente á diocese de Lisboa. De Landerico em deante, no tempo dos godos, perde-se o rasto aos prelados olisiponenses; nem se sabe se vivia Landerico, ou já um successor, ao tempo da invasão sarracena; ou se (como é mais provavel) cessaria a séde episcopal sob o regimen mauritano; nem apparece documento, já directo, já indirecto em assignaturas de concilios, que mencione tal séde no longo decurso do captiveiro. Esta falta de diocese em Lisboa ainda se confirma com o que diz este proprio Osberno (*Port. Mon.* — Script. — pag. 396, col. 1.ª): a egreja dos Sanctos Verissimo, Maxima e Julia (hoje Santos o velho), antiquissima e muito venerada dos godos, tinham-n'a os moiros arrasado até ao chão, restando apenas umas ruinas. Viu-as elle. Ora se houvesse bispo em Lissibona, se n'este centro licencioso estivesse protegido o christianismo, se o bispo fosse uma auctoridade, e a associação christã uma instituição tolerada, claro está que se não arrasava ás abas de Lisboa aquelle templo, dos mais veneraveis que por cá havia.

Conclusão: Bispo de Lissibona não creio que o houvesse. Bispo em cima da muralha só por exigencia de refens e garantia. O bispo que alli estava era unicamente o do Porto. Logo, *o episcopus stans super murum* é D. Pedro Pitoes.

de Sancta Cruz de Coimbra: physionomia secca e intelligentissima; tez pallida biliosa; olhos serenos, cuja altiva expressão se completava pelo aquilino quasi insolente do soberbo nariz. Dir-se-hia que em D. João Peculiar tudo revelava dignidade, tenacidade.

Era, e foi sempre, homem irrequieto, cioso das suas prerogativas, e talvez não raro invasor das alheias[1]; mas, no seu conjuncto, homem distincto; achava-se bem, e á vontade, no seu logar; é o perfeito prelado n'aquella revoltosa idade media; sem elle ficaria manco este quadro do cerco de Lissibona; e muito especialmente esta declaração de guerra.

Não obstante, comediu-se na fórma; e com a maior bonhomia e singeleza, que hoje nos faz sorrir, aconselhou aos moiros desamparassem Lissibona áquelles christãos, dos quaes uns eram os recentes vencedores de Santarem, e os outros os romeiros da Palestina, a quem nada era impossivel, a quem nada lograra jámais amedrontar quando se tratasse de vencer por Jesus.

Respondeu-lhe um dos anciãos conspicuos da cidade. Todo o seu discurso respira a serena arrogancia de quem se fia na justiça da sua causa; invoca a Allah, e curva-se respeitoso á vontade incontrastavel de Allah; mas nega peremptoria-

[1] Veja-se o *Quadro elementar*, t. IX, no principio. — Consulte-se tambem o que diz d'este irascivel prelado o dr. Augusto Filippe Simões a pag. 15 da sua muito notavel e instructiva obra *Reliquias da architectura romano-byzantina*, citando a *Noticia historica do mosteiro de Vaccariça*, etc.

mente annuencia aos perfidos arrazoados dos christãos.

Ao moiro ainda replicou o bispo do Porto em termos asperos e desabridos, que mais pareciam já clangor de clarins, do que discurso de embaixador; e com o mesmo ceremonial com que tinham ido, tornaram-se os emissarios para bordo da sua armada.

*

Por tudo isso se fica admirando o que valia n'aquelles seculos o direito das gentes.

CAPITULO X

Postam-se os assaltantes em som de guerra á volta de Lissibona. — Arraial dos inglezes, aquitanos, e bretões. — Arraial dos teutonicos. — Arraial dos portugallezes. — Opinião de Castilho (Antonio Feliciano) de encontro a outra do douto Frei Antonio Brandão. — Correm-se as fileiras portugallezas, e enumeram-se alguns dos capitães. — Martim Moniz. — Pero Viegas. — Payo Guterres. — Payo Delgado. — Os bispos: D. João Peculiar, D. Pedro Pitoes, D. Menendo Godines, D. Odorio. — Fernão Captivo. — Menendo Affonso. — Gonçalo Rodrigues. — Gosselino de Sousa. — João Viegas Ranha. — Fernão Mendes. — Uma oitava de Camões fecha o capitulo com chave de oiro.

Era tempo (como ia dizendo) de collocar nos seus postos respectivos as varias alas do exercito.

Que houve pensamento concertado, é certo; que fosse o cabeça da estrategia o rei portugallez, é mais que provavel; o proprio silencio de alguns cruzados parece talvez querer indical-o. Doía-lhes (quem sabe?) a elles, que iam de espada em punho militando na segunda nobilissima cruzada europêa prégada por S. Bernardo, o verem-se de repente capitaneados por um obscuro chefe peninsular sem tradições, moço ainda, e senhor de umas geiras de terra mal desbravada e incerta. Ahi talvez re-

sida o motivo escondido por que o relegaram ao segundo plano do quadro.

Que tudo n'esta campanha *invasiva* foi meditado de antemão, é evidente. Que o motor e guia fosse o rei, é muito aceitavel, porque desde sete annos atrás que elle conhecia bem as cortadas d'estes terrenos, e os flancos fortes e fracos da cidade.

Vejamos pois o que se fez.

*

Inglezes, aquitanos, bretões, etc., postaram os abarracamentos a oeste de Lissibona, no cabeço onde é hoje S. Francisco. Dominavam ao sul o mar; a terra ao poente; e em frente de si, a baixo de ribas escabrosas, guardavam o esteiro marinho, já em certos sitios vadeavel a certas horas.

Esse cabeço era com probabilidade habitado, como todos os suburbios de cidade populosa.

Estabeleceram-se os allemães a leste, no monte, já tambem habitado, que é hoje S. Vicente de fóra, d'onde cortavam aos cercados os caminhos do nascente e norte.

Eram aquillo (facil é de crer) acampamentos improvisados, apalancados ora de vallo, ora de filas de postes, cujos intersticios se enchiam de terriça e fachina; ordenados porém com o possivel resguardo em tão apertadas circumstancias, e segundo as regras da castrametação do tempo.

Ao sul, pelo rio, dera fundo em linha a grande armada, interceptando as communicações com os fortes castellos de Almada, Palmella, e Alcacer.

Restava o norte. Esse tomou-o para si el-rei D. Affonso, e (conforme a informação de Osberno) assentou arraiaes n'um monte ao septentrião da cidade, uns quinhentos passos afastado dos estrangeiros[1]. Que monte seria esse não consta dos livros antigos, que eu saiba; marcaram-se os outros muito ao certo; o d'el-rei deixou-se em sombra. Calculemol-o.

Cada passo de craveira mede 1^{m},48; quinhentos e tantos passos equivalem pois a uns setecentos e cincoenta metros pouco mais ou menos; e setecentos e cincoenta ou oitocentos metros contados para nordeste de Monte-Fragoso em linha recta vão dar comnosco ás faldas dos morros da Graça (então Alfella, Alfalla, ou Almafalla), e da Senhora do Monte, ou de S. Gens, sobre o *almocavár*, cemiterio dos moiros; posições admiraveis para defensa, e d'onde se descortinava e guardava ás maravilhas todo o arrabalde, e todo o flanco septentrional do castello, empinado sobre as suas vertentes. Avistava-se perfeitamente para a esquerda o abarracamento dos allemães, para a direita o dos inglezes, e até se lobrigava um pedaço de Tejo.

Uma tal posição, como de presidencia, dá-me indicio novo de que el-rei n'esse pincaro residisse como general em chefe, podendo relancear os seus olhos de aguia a todo o theatro da guerra, ou (mais technicamente) a todo o campo das operações, ao norte, ao sul, ao ponente, e ao levante,

[1] Osberno, *Port. Mon.* — Script. — pag. 399, col. 1.ª

e corresponder-se com todas as suas divisões por meio de almenáras e outros signaes.

Portanto, em quanto não vier algum documento claro, ou alguma conjectura mais bem fundada desenganar-nos, olhemos com respeito para os montes historicos de S. Gens e da Graça. É certo para mim que alli poisou o nosso insigne soberano com os seus companheiros; basta essa circumstancia para dar foros grandes de boa nobreza áquelles cabeços, que ainda hoje de toda a cercania se avistam como atalaias.

*

Suppria em parte as tendas de campanha a multidão de casas disseminadas por esses tres principaes arrabaldes acabados de mencionar; tudo isso deveu ser, e foi, habitado pelos cercadores, depois de expulsos os donos e inquilinos.

Ha ahi, na narração que nos dá o *Indiculum*, umas phrases que me parece que Brandão não pesou bem, e que n'uma nota dos *Quadros historicos* apparecem restituidas pela critica de seu sagaz auctor á verdadeira intenção, creio.

Entendemos — dizem as palavras d'este ultimo escriptor — *que o burgo, ou arrabalde de Lisboa moirisca se estendia tambem pelo lado do norte, e não só pelos de poente e nascente, como parece a Brandão, estribado na escriptura da fundação de S. Vicente. D'essa mesma escriptura, e precisamente do passo d'ella d'onde tira a sua persuasão, tiramos nós a nossa em contrario.*

Diz-se alli que os theutonicos occuparam e habitaram a plaga oriental da cidade, EXPULSIS INDE SARRACENIS; *os inglezes, bretões, e aquitanos, se albergaram nos suburbios do occaso,* FUGATIS INDE PAGANIS; *o rei, com os seus capitães e mais barões, cercava da parte do septentrião nos valles e oiteiros que por alli ha,* FUSA MULTITUDINE VULGI.

Brandão traduz esta ultima clausula: ESTANDO A MULTIDÃO DO SEU EXERCITO ESPALHADA, *etc. Nós traduzimos:* DESBARATADA D'ALLI MULTIDÃO DE POVO.

Por nós, e contra elle, estão:

1.º a correspondencia de expressão nos tres membros parallelos d'este periodo;

2.º a significação mais natural das duas palavras FUSA, VULGI;

3.º uma presumpção tirada da razão do sitio, que de certo não era o menos, se já de todo não fosse o mais, accommodado para povoação.

Finalmente, até para nós temos, que dos tres lados seria este o mais habitado, pela circumstancia MULTIDÃO DE GENTE, *que nos outros se não pôz, e porque foi este o bairro que se veio a deputar aos moiros para sua residencia depois de tomada a cidade*[1].

*

Portanto, quem hoje subir da tortuosa Mouraria pelas encostas da Bombarda, das Olarias, do Monte, e de Sancto André, saiba que vai pisando

[1] Castilho, *Quadros historicos de Portugal — Tomada de Lisboa.*

arrabaldes antiquissimos de Lissibona; e se fôr de uns visionarios que eu conheço muito de perto, ha de n'aquelles cabeços ver, não a capella da Senhora do Monte, nem o templo da Graça, nem as casas adjacentes; ha de ver em toda a sua rude verdade o acampamento militar, que Affonso o Conquistador, e os seus companheiros, alli estabeleceram desde o 1.º de julho de 1147[1].

*

Entre taes companheiros, que nomes se não encontravam! Corrâmol-os.

*

Aqui está o tres vezes illustre Martim Moniz, neto do conde D. Osorio de Cabrera, e avô dos Vasconcellos, depois marquezes de Castello-Melhor[2].

Viera o velho D. Osorio povoar em tempo antigo terras do condado portugallez, e por aqui ficaram os da sua geração.

Foi seu filho Moninho Osores, a quem tambem chamaram de Cabreira, como a seu pae, visto serem oriundos d'essa villa (em Catalunha?). Casou com D. Maria Nunes, filha de D. Nuno Soares, o que

[1] Arnulfo, *Port. Mon.*— Script.— pag. 406, col. 1.ª

[2] D. Rodrigo da Cunha, *Hist. eccl. de Lisboa,* fl. 63 v.— *Nobil.* do conde D. Pedro, tit. LIII (*Port. Mon.*— Script.— pag. 354, e tit. LV, ibid., pag. 356).— *Mon. Lusit.*, l. x, cap. XXIX.

fundou Grijó, ou Eigrejóo, como diz o *Nobiliario* do conde D. Pedro; e tiveram Payo Moniz, primogenito, e o celebre Martim Moniz.

*

Eis Pero Viegas, que pelos seus feitos mereceu ser nomeado alcaide do castello de Lisboa[1], e que não creio morresse durante o cerco, segundo pensa D. Rodrigo da Cunha[2]; mas talvez pouco depois, como já disse n'outra parte.

Ácerca do seu proprio nome ha confusão: chamam-lhe alguns Pero Paes[3].

*

Além está Payo Guterres, o progenitor dos Cunhas, senhores de Taboa e condes de Cunha, homem de grande esforço, que viera mui mancebo

[1] *Nobil.* do conde D. Pedro, tit. LXIX. — D. Rodrigo da Cunha, loc. cit.

[2] Loc. cit.

[3] Osberno menciona o nome de um Pero Paes n'uma lista de testemunhas do contrato d'el-rei com os cruzados. Seria talvez o mesmo Pero Paes, alferes mór, que Frei Bernardo de Brito inclue entre as testemunhas do final do juramento que attribue a el-rei D. Affonso ácerca das Quinas na batalha de Ourique — *Chr. de Cister,* l. III, cap. III; e o mesmo Pero Paes, alferes d'el-rei, citado n'um documento que vem transcripto na *Cronica da fundaçam do moesteyro de Sam Vicente* (paraphrase do *Indiculum*). É o que Duarte Nunes tambem cita na *Chron. d'el-rei D. Affonso Henriques,* ed. de 1600, fol. 37 v. e passim.

*

de terras de Gasconha com seu pae D. Guterre, já viuvo, e muito intimo do conde D. Henrique[1].

Deduzia D. Guterre a sua origem de D. Fruela II rei de Leão em 923; d'onde tambem sáe a casa de Silva[2]. Era um verdadeiro amigo do conde, e seu esforçado companheiro; d'elle houve muitas possessões por Guimarães e Braga, e mais o porto de Varzim.

Payo Guterres avulta, lá ao fundo das nobiliarchias, como typo meio legendario de grande cavalleiro. Homem de armas, pelejou entre os mais ousados; e devoto segundo as idéas do tempo, fundou o mosteiro de S. Simão da Junqueira, o do Souto, e o de Villela.

*

Acolá Payo Delgado, o chefe da linhagem dos Soares de Albergaria, *bom cavalleiro e honrado,* como o qualifica o *Nobiliario* do conde D. Pedro[3]. Foi este quem fundou, nos primeiros annos da nossa existencia social, a celebre *albergaria,* a que deixou ligado o seu nome.

*

Se continuassemos a percorrer as phalanges dos

[1] *Nobil.* do conde D. Pedro, tit. LV.

[2] Salazar de Castro, *Historia de la casa de Sylva,* tom. I, liv. II, pag. 86, citado por D. Antonio Caetano de Sousa, *Hist. gen.*, t. XI, pag. 829.

[3] Tit. LXVIII.—Villas-Boas, *Nobil.*, familia *Soares de Albergaria.*—*Mon. Lusit.*, etc.

gloriosos companheiros de Affonso, encontrariamos tambem a D. João Peculiar, o fogoso e incançavel arcebispo de Braga[1]; ao bispo do Porto D. Pedro Pitoes[2]; ao monge D. Menendo Godines, bispo de Lamego[3]; e ao bispo de Vizeu D. Odorio[4].

*

Encontrariamos tambem o celebre D. Fernão Captivo, mordomo da curia real, um dos personagens de maior importancia d'aquella era, citado em varios pontos dos nobiliarios velhos, e pae de D. Vasco Fernandes casado com Tareja Gonçalves, filha de Gonçalo de Sousa e de Dordia Viegas filha de D. Egas Moniz[5]. É bello ver assim unidos, por algumas partes d'estes vetustissimos tombos genealogicos, os nomes primaciaes da nossa monarchia[6].

[1] Osberno, D. Rodrigo da Cunha, etc.

[2] As mesmas fontes.

[3] Osberno, etc., e *Mem. chronol. dos prelados de Lamego*, por João Mendes da Fonseca.

[4] Osberno, etc., e *Catalogo dos prelados da egreja de Vizeu*, pelo P. João Col.

[5] Fragmentos appensos ao *Livro velho das linhagens*.— *Port. Mon.*— Script.— pag. 176.

[6] Barbosa Canaes a pag. 20 do seu opusculo *O mordomo do rei* diz que Fernão Pires (Furtado), denominado *o Captivo* primo d'el-rei, e irmão uterino do imperador Affonso VII era *curiæ dapifer*, ou mordomo d'el-rei D. Affonso; segue n'essa opinião a Viterbo no *Elucidario*, palavra *Mordomo*. Ha no *Nobil.* do conde D. Pedro um Fernão Captivo, mas tem o patronimico de Gomes. Tambem o encontro mencionado nos Fragmentos appensos ao *Livro velho* (*Port. Mon.*— Script.— pag. 176).

*

Veriamos mais o védor Menendo Affonso[1], Gonçalo Rodrigues, Gosselino de Sousa[2], João Viegas Ranha[3], e Fernão Mendes, a quem os linhagistas chamam *o bravo*[4].

[1] Osberno chama-lhe *dapifer*. No *Nobil.* do conde D. Pedro, tit. LVIII, vejo Mem Affonso chamado de Refoyos, e com a seguinte declaração, que não percebo: *o que cegou el-rei D. Affonso o primeiro de Portugal.* Terá isso relação com o que o appenso ao *Livro velho* conta de uns ditos acres entre el-rei Affonso Henriques e Gonçalo de Sousa?

[2] Não encontrei em nobiliarios antigos (que me lembre) este nome de *Gosselino*; no francez velho encontrava-se, e ainda hoje existe em França, *Gosselin*, como appellido de familia. Seria fórma antiquada, ou especie de diminutivo, de *Gonçalo?* Gonçalo de Sousa era um grande da côrte d'então, 9.º senhor da casa de Sousa; mordomo do rei o qualifica (por exemplo) um documento transcripto na conhecida paraphrase do *Indiculum*, publicada pelo sr. Nepomuceno. Mas inclina-se um amigo meu, sagacissimo paleographo, a que andará n'isto confusão de cópia, e a que o *Gosselinus* outra coisa não será senão *Gontinus*, ou *Gondinus*.

[3] Talvez seja esse o nome todo de um *Joannes Rainno*, a quem se refere Osberno. D'aquelle modo o encontrei no *Livro velho*, e no *Nobil.* do conde D. Pedro. A *Mon. Lusit.* chama-lhe *Rainha* e *Rania*.

[4] A este celebre Fernão Mendes chama Osberno sogro do rei. É visivel engano. Procurei rectifical-o; só muito apagados vestigios encontrei de tal ou qual relação entre os dois. Conta o *Livro velho* (*Port. Mon.* — Script. — pag. 165) e explica mais detidamente o *Nobiliario* chamado do conde D. Pedro (tit. XXXVII), uma anecdota inverosimil, combatida em termos asperos por Manuel de Faria e Sousa n'uma nota á edição de Lavanha (pag. 44), por onde nos querem persuadir,

*

Além d'estes, outros havia de certo memoraveis,

que el-rei descasara sua propria irmã, casada com D. Sancho Nunes, para a dar ao dito Fernão. O caso, dizem que foi este: Sancho Nunes era já marido da infanta, e tinha d'ella uma filha, mulher de D. Gonçalo de Sousa. Uma vez, estando á mesa el-rei com aquelles fidalgos em Coimbra, escorreu uma pouca de nata pelas barbas de Fernão Mendes, o que provocou riso nos circumstantes, nomeadamente em Sancho Nunes, e seu genro D. Gonçalo. Irado Fernão, exigiu que el-rei, como satisfação necessaria, descasasse de Sancho a infanta, e lh'a desse a elle Fernão, tirando a fazenda a Gonçalo, e passando-a tambem ao noivo. Como se acaba de ver, é inaceitavel a ridicula historieta nos seus pormenores. Se algum fundamento houve ninguem sabe, mas com aquelles abrutados valentões é possivel. Não tomavam *chá em pequenos*, isso é que é certo. Não menos certo é que Osberno não designava a Fernão Mendes pelo seu real parentesco, se o não houvesse de algum feitio. Em vez de *cunhado* diria *sogro*.

Os fragmentos appensos ao *Livro velho* (*Port. Mon.*—Script. —pag. 176) dão tambem Sancho Nunes casado com D. Sancha, infanta, *irmã de D. Affonso, o velho, de Portugal*, e fazem o mesmo Sancho pae de Tareja Sanches, a qual casou com Gonçalo de Sousa, filho de Mem Viegas e de Elvira Fernandes; do qual casamento nasceu o conde D. Mendo o Sousão. Sancho Nunes casou segunda vez com Sancha Affonso, ou Alvares, das Asturias; e na citada pagina se conta um devaneio amoroso que teve com ella o proprio rei D. Affonso Henriques.

Nem tudo que se lê nos nossos nobiliarios se deve tomar por moeda corrente; mas confesso que me deu que fazer este ponto. Vi tudo, e nada conclui. Consola-me a indecisão em que tambem ficou um mestre, o sr. visconde de Figanière a pag. 39 das *Memorias das rainhas*.

da nobreza, da clerzia e do povo, perdidos hoje das lembranças, e para sempre[1], e que indubitavelmente por alli estanciaram n'aquelles cabeços historicos da Graça.

E assim, cantou o nosso Camões:

> Lá do Germanico Albis e do Rheno,
> e da fria Bretanha conduzidos,
> a destruir o povo sarraceno
> muitos com tenção sancta eram partidos;
> entrando a bocca já do Tejo ameno,
> com o arraial do grande Affonso unidos,
> cuja alta fama então subia aos ceos,
> foi posto cerco aos muros ulysseus.

[1] Osberno menciona outros, que pela maneira por que estão escriptos, se não percebem: são *Mutio de Lamega*, e *Gocelvo Sotheri*.

CAPITULO XI

Dão-se refens das convenções estipuladas. — Principiam as hostilidades com o arremesso dos fundibulos. — Fortificações de Lissibona. — O arrabalde mais populoso da cidade. — Cresce a onda dos foragidos a acolher-se ás fortificações. — Primeira batalha pelo suburbio do norte. — Recrudesce a peleja. — O *almocavár*, ou cemiterio moirisco. — Incendio do suburbio.

No dia 2 de julho, uma quarta feira, pelas tres horas da tarde, passaram ao acampamento real os principaes chefes estrangeiros [1], a fim de trazerem refens das convenções estipuladas, e tratarem com el-rei varias providencias relativas ao andamento do cerco; indicio novo de generalato supremo. Feito isso, tornaram-se aos arraiaes [2].

[1] O original latino diz textualmente:
cc *constabularii nostri et optimates nostræ partis*, etc. — Uma nota da edição dos *Portugalliæ Monumenta* observa que se deve talvez entender aquelle numero (cc, ou 200) pela totalidade dos condestaveis e fidalgos; mas um erudito litterato, o sr. conselheiro Viale, a quem consultei, e que teve a paciencia de restaurar, ás vezes com rara sagacidade e alto criterio, todas as lacunas e todos os passos duvidosos da epistola de Osberno, interpretou os cc não por 200, mas sim pela abreviatura de *clarissimi*. É inteiramente aceitavel.

[2] *Port. Mon.* — Script. — pag. 399, col. 1.ª — Osberno,

*

N'este entrementes, andavam os fundibularios estrangeiros[1] irritando de proposito o inimigo com o arremesso constante de uma chuva de projecteis de pedra para dentro da cidade; o que lhe causaria grande perturbação, pois que, no fervor de tão inesperado e repentino assalto das phalanges christãs, ainda os moiros se não achavam completamente preparados, e forcejavam de todos os modos reunir-se ao abrigo das fortificações.

*

Fortificações, tinha-as Lissibona de dois generos: umas, as muralhas da cerca propriamente dita, e que já descrevi acima com a possivel minudencia; outras, as do arrabalde, que já lá tambem pintei defendido de uma especie de muro, e como que cerrado sobre si mesmo.

*

Qual fosse, e para que lado, esse arrabalde, conjectura-se talvez. Tenho para mim, que seria pouco mais ou menos o ambito occupado hoje pela Mouraria, arredores de S. Lourenço, e S. Christovam.

Essa região é antiga; Lisboa tendeu sempre, como provei, já desde o tempo dos romanos, a

[1] Garciones *nostri fundiferi*.—Palavra da baixa latinidade. Vem do celta. É o *garçon* francez.

alargar-se para o poente. Uma ou outra memoria antiquissima vem referir-se positivamente a um ou outro ponto salpicado d'essa extensão empinada de terras.

Onde é hoje Sancto Antão Velho, ou mais vulgarmente *o Collegìnho*, na rua do Vigario, diz um auctor que foi mesquita[1]. O nome de Mouraria estendeu-se para fóra e para dentro do que é hoje o arco do Marquez de Alegrete; e é tradição vaga, sem documento que me conste, que a S. Lourenço, no logar do palacio Ponte de Lima, fôra residencia de alcaide ou potentado moiro; tudo reminiscencias semi-apagadas, sim, mas referidas a tempos anteriores ao dominio christão, e limitadas a determinado perimetro.

O theatro das primeiras batalhas d'este demorado cerco foi, como em breve se vai ver, para esses sitios. A propria escolha do acampamento do rei Affonso, dominando um arrabalde populoso, e cortando a estrada da porta da Alfofa, dá indicio de que seria por ahi ponto estrategico onde eram reclamadas as attenções dos assaltantes.

*

Viram aterrados os moiros, em cuja desconsolada população começavam a lavrar os mais fundados receios, todo o apparato bellico da expedi-

[1] Dil-o o auctor do *Sanctuario Marianno;* mas n'isso não fez mais do que repetir o que dissera Frei Luiz de Sousa, *Hist. de S. Dom.*, part. III, pag. 10, e Jorge Cardoso, *Agiol, Lusit.*, t. I, pag. 195, e t. II, pag. 425.

ção; presenceavam de longe os oiteiros dos seus pomares, trigaes, e almoinhas, ouriçados de lanças, negrejando de gente, ou alvejando, aqui, alli, com o sinistro arruamento das tendas de campanha, fluctuantes de pavilhões heraldicos; e começavam a experimentar toda a crueza d'aquella chuva insistente de projecteis tão certeiros. Por evital-os, acolhiam-se a pouco e pouco ao arrabalde aquelles para quem era já tardia esperança o entrarem dentro no apinhadissimo recinto das fortificações; sumidos dentro das casas logravam assim furtar-se aos tiros repetidos dos fundíbulos, ou do alto dos terrados e tectos arremessavam por sua vez um chuveiro de pedras, que impediam os cercadores de tomar os suburbios[1].

Valeram de muito aos moiros os arrabaldes, verdadeiros bairros adjacentes aos baluartes, e que, pelo empinado das ribanceiras, eram como outras tantas fortalezas bem apercebidas[2].

E se não, calcule-se: o que seria de forte o terreno que se estendia por fóra das portas da Alfôfa e do Ferro, debruçado e limitado sobre a penedia que dominava o esteiro! ou (á moderna) o espaço comprehendido desde a rua do Milagre de Sancto Antonio, a Magdalena, e o largo dos Caldas, debruçado sobre as penedias (hoje casas) que dominam a rua dos Fanqueiros!

E mais a deante, todo o suburbio para a banda de S. Christovam até S. Lourenço, cortado pelas

[1] Osberno, *Port. Mon.*— Script.— pag. 399, col. 1.ª
[2] Osberno, *Port. Mon.*— Script.— pag. 396, col. 1.ª

viellas do Cascalho e encostas do monte da Mouraria sobre a rua do Capellão!

Grupos numerosos de foragidos dos casaes do arredor voam armados á pressa e como podem a entrincheirar-se nos ditos recintos. Armam-se os estrangeiros, e correm-n'os sem tregua, recalcando toda aquella turba multa de adventicios em fuga desordenada até ao meio do suburbio; perseguem-na até darem de encontro com a muralha[1].

No cumulo do desespero, investem por sua vez os perseguidos; oppõem-se-lhes os christãos; é avistada de longe a peleja; correm mais christãos ao ponto fraco; trava-se medonho tumulto; ficam muitos, de parte a parte, derribados das settas e béstas, porque a arremettida das fundas tolhia já aos christãos o approximarem mais[2].

Ao pôr do sol tinham comtudo os estrangeiros conseguido occupar com grande custo, e por atalhos desguarnecidos, metade das encostas do suburbio. Mas dão para muito as nossas tardes de julho; quanto sangue estava ainda para correr!

Observaram os moiros, que metade do seu arrabalde era já preza dos christãos; deram em fugir, pois viram quão distantes se encontravam das fortificações da cidadella[3].

[1] ... *Usque ad medium suburbii, quo in devexo montis muro cingebatur. ... Ibi vero nobis fortiter restitutum est.* — Osberno, *Port. Mon.* — Script. — pag. 399, col. 1.ª

[2] *Propius accedendi licentiam lapidum prohibebat emissio.* — Osberno, *Port. Mon.* — Script. — pag. 399, col. 2.ª

[3] *Hostes in fugam versi sunt. Nam longè a munimento superioris urbis aberant.* — Será isto?

*

Foi então que el-rei D. Affonso, de accordo com os condestaveis, enviou Saherio de Archelles a dar ordem aos assaltantes para retrocederem, pois se deliberara que, a fim de não esperdiçar forças por miudo, havia el-rei, e todas as divisões, de atacar no dia seguinte. Quando porém Saherio chegava ao campo da peleja, já quasi todos os inglezes tinham de bordo saltado em terra, tinham conseguido penetrar em algumas ruas baixas da cidade[1], e andavam lá dentro em desordenadissima peleja, quaes de baixo, quaes de cima; a ponto, que em tamanha confusão só pelo trajo se logravam uns dos outros differençar.

Caíra a noite; e a despeito d'isso, conhecendo o ousado Saherio que o retroceder em taes angustias seria perderem-se, determinou um commettimento derradeiro, e ordenou uma saída em massa de todo o arraial.

Foi solemne o momento! Á luz indecisa que branqueava no horizonte da barra, foi visto o prelado do Porto abençoar as hostes que haviam de ir soccorrer os combatentes, e que cheias de alma lhe receberam a absolvição; e dos arraiaes saíu de tropel todo o possivel reforço de homens de armas, sem escolha de divisões, em auxilio dos seus irmãos.

[1] *In urbe.* — Osberno, *Port. Mon.* — Script. — pag. 399, col. 2.ª

Lá partem correndo! á frente, animando os brios com a voz e o gesto, lá surge, terrivel e meneando a espada, o incançavel Saherio em pessoa, e embrenha-se correndo pelas viellas tortuosas e empinadas do arrabalde!

Foi um pelejar a corpo e corpo, e ás cegas; n'aquelle dédalo todos se esforçavam por tomar os altos; andava ora por uns ora pelos outros a victoria.

*

Alli perto, por onde corre hoje a Bombarda e o Forno do Tijolo (pouco mais ou menos) alastrava-se a encosta coberta de campas e variados mausoleos, de feição extravagante. Era o *almocavár,* cemiterio da população moira, lavado de ar e afastado entre verdura.

Se me fosse licito deter n'este passo o meu leitor, fazia-lhe notar quantos longos seculos se conservou no sitio o cemiterio moirisco, e, depois d'elle arrazado, a sua lembrança. Ficam os pormenores para occasião mais propicia. Baste saber que elrei D. Manuel o destruiu, e que, apesar d'isso, ainda no primeiro quartel do seculo passado se chamava aquelle sitio o *almocavár.*

*

Tinham conseguido reunir-se, no calor da peleja, grande numero de christãos nas ribanceiras do cemiterio, que, segundo estamos vendo, ficava ao norte e a cima do ultimo suburbio. Quando

chegou Saherio (porque a maioria dos outros chefes tinha já retirado) pôde-se então repellir o impeto da desesperada arremettida dos moiros. Fez-se n'estes uma desalmada mortilha; os restantes foram postos em debandada; tanto mais facilmente, quanto se achavam desprevenidos, por supporem, que, já pelo intrincado das serventias, já pelo cançasso dos assaltantes, não poderia n'essa tarde tornar a dar-se arremettida nova[1].

*

Tomada em toda a parte grande porção de munições e despojos, d'elles iam carregados os christãos; e o moiro, que assim os viu, conseguiu achar ingresso pelas portas para dentro da cidade. Foram vistos então varios troços de valentes archeiros e soldadesca largar os déspojos conquistados, e correr no encalço dos fugitivos, escontra ás mesmas portas da cerca. Baldado esforço! cerraram-se os portões; caíu de todo a noite; e com ella amainaram forçadamente as pelejas, ficando comtudo a evacuada casaria, não sem evidente milagre, em poder dos cercadores, sendo elles então apenas uns tres mil, e guarnecendo o suburbio quinze mil familias![2].

Esta briga primeira travada alli, nas alturas do

[1] Osberno, *Port. Mon.*— Script.— pag. 399, col. 2.ª

[2] Osberno, *Port. Mon.*— Script.— pag. 399, col. 2.ª Arnulfo apenas consagra a todo o feito estas palavras: *Suburbana ejus* (civitatis) *divina virtute adjuti, cepimus.*

cemiterio[1], confirma aos meus olhos a supposição de que el-rei D. Affonso e os seus entrassem n'ella, visto como o campo mortuario moirisco era justamente no flanco do monte de S. Gens, em cuja encosta (acabei de o dizer) correm hoje o Forno do Tijolo, a Bombarda, e as Olarias. Tudo isto pois, n'aquella trabalhada primeira vela da noite de 2 de julho, se via povoado de soldados escolhidos, capitaneados por Saherio, que todos ficaram de sobreaviso occupando posições tão caramente conquistadas, e a fim de facilitar qualquer assalto no dia immediato.

*

Sinistro e pavoroso espectaculo! em quanto aos varios arraiaes se recolhia ensanguentado e exhausto o exercito, illuminavam-se de subito as cumieiras de todos os montes com o geral incendio do suburbio inteiro; archote formidavel, que, na presença d'aquella estrellada noite de verão, illuminava *a giorno* os alcantis e devastados campos do arredor, e as fortificações de Lissibona.

Assim celebrava talvez as suas proprias exequias o desespero dos moiros; e as sombras dos mortos erguidas de pé nas sepulturas do almocavár espreitavam a fogueira colossal.

[1] Perfeitamente caracterisado por Osberno, quando diz: *In medio montis quo erat eorum cimiterium.*

E ao passo que as espiraes de fumo lugubre subiam para o ceo estrelladas de faúlhas, retumbava em todos aquelles oiteiros, e em vinte linguas diversas, a imprecação silvestre das maldições.

CAPITULO XII

Planeiam os cercadores para 3 de julho um assalto geral á cidade. — Tomam os moiros a iniciativa na aggressão. — Fecha-se com todas as severidades militares o cerco. — Os inglezes acampam muito proximos da muralha. — Patrulhas normandas e inglezas velando a circumvallação. — Acham-se covas dos moiros cheias de mantimentos. — Consiste a tactica dos cercados em cançar com irrupções as hostes inimigas. — Desesperado furor nos da cidade. — Insultos e improperios. — A batalha de Sacavem, episodio legendario.

Corria de bocca em bocca em todas as phalanges dos francos ter sido determinada para o dia seguinte, 3 de julho, uma geral e concertada invasão da cidade por todos os lados ao mesmo tempo. Quem sabe se essa mesma balela não echoou lá dentro, e se não planearam os inimigos como disfarce tomarem elles a primazia no ataque? Com effeito, seriam seis horas da manhã, abriu-se uma porta, e saíram com medonho impeto muitos moiros, que em bravo alarido tentaram sobre o campo dos cercadores uma formal sortida[1].

[1] Osberno. — *Port. Mon.* — Script. — pag. 399, col. 2.ª

Foram vistos; dá-se o alarma no arraial christão. Cançados e destruidos com os trabalhos da vespera, ninguem ainda assim soube fraquejar. São repulsos na sua arremettida os valorosos mauritanos, que apenas teem tempo de fugir e acolher-se novamente aos baluartes de Lissibona. Entraram n'essa defensa os portugallezes. Dil-o o proprio Osberno[1].

*

É então estreitado o cerco; e aos inglezes parece coube a gloria de se approximarem mais junto á cidade, porfiando em manter-se n'essa apertada postura como corpo de observação, e não sem inveja de todo o arraial, nota o cruzado, por tão atrevido feito.

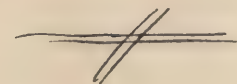
(Segundo se deixa perceber das palavras d'elle, esse posto dos inglezes devia ser talvez defronte da nossa Magdalena, por alli a baixo até ao mar, na direcção do muro; *infra suburbium, sub muris eorum*).

Vendo isto, recolheram-se os moiros do arrabalde oriental, lá da banda dos arraiaes flandrenses, para dentro dos muros da cidade, desamparando aos inimigos o sitio da Alfungera, hoje as Escholas Geraes, e o Salvador[2].

Cada noite velavam as armas, patrulhando em turmas a circumvallação, quinhentos guerreiros

[1] *Port. Mon.* — Script. — pag. 399, col. 2.ª

[2] *His ex parte flandrensium compertis, muro urbis se includunt mauri relicto eis inexpugnato suburbio.— Port. Mon.* — Script. — pag. 399, col. 2.ª

PLANO
em que se mostram
os monumentos romanos
de
Olisipo
o perimetro de
Lissibona
e
a directriz do
antigo braço do Tejo
Braço do Tejo
Morro de Sta Anna
Braço do Tejo
S. Gens, hoje Na. Sa. do Monte
D. Mo.
S. Domingos
Rocio actual
Caes, hoje Arco do Marquez de Alegrete
Sta Justa
Alcaçova, ou Castello
Mesquita, hoje Sto Cruz
S. Vicente
Urnas funerarias
Thermas dos Cassios
Porta
Porta de D. Fradique
Porta do Sol
LISSIBONA
Theatro romano
Mesquita maior
Porta de Alfama
Porta do Ferro
Thermas
BRAÇO DO TEJO
Terreiro do Paço actual
Porta do mar
O TEJO

do grupo dos normandos e inglezes; por fórma que tinha cada homem oito noites de folga e uma de vela; o que nos dá a saber que essa cohorte contava quatro mil e quinhentos combatentes; e oito barcaças apetrechadas vigiavam attentas pela banda do rio as muralhas da Ribeira[1].

*

Deram certo dia os cercadores com um achado precioso: usavam os moiros encelleirar em covas, ou matamoras, o trigo colhido. No flanco do monte do castello abriam-se as que, segundo lá em cima conjecturei, deram talvez nome á porta da Alfôfa, e que haveriam ainda podido vir a ser bom recurso á fome dos de dentro. Pois foram muito provavelmente esses celleiros subterraneos, os que os cercadores exploraram, e onde acharam cerca de cem mil cargas de trigo, cevada, milho, e legumes.

Estes casos, que parecem de pouco alcance, são verdadeiros acontecimentos no estirado decurso do cerco a uma cidade grande e populosa. Avalio pois o que foi commentado de moiros e christãos o descobrimento casual das matamoras[2].

[1] Osberno, *ibid.*

[2] *Mattamora* é palavra arabe, composta de duas palavras orientaes, que significam *coberto de terra*. Formam-n'a a palavra primitiva, existente ainda em arabigo, *Tam,* d'onde nasceu o hebraico *Taman,* esconder, cobrir; e a palavra primitiva *Ar,* terra. Do primeiro d'estes radicaes nasceu a familia grega *Tameion* e *Tamieion,* armazem de trigo, granel,

*

Como viam os moiros irem-se-lhes cerrando a pouco e pouco as esperanças, fizeram consistir durante muito tempo a sua tactica em debilitar os cercadores com irrupções subitas para o lado do arraial dos inglezes.

A escolha d'esse ponto occidental facilmente se justifica. Para essas bandas, poente e sul, abriam-se, como apontei n'um capitulo do livro II, tres boas portas: a da Alfôfa, a de Ferro, e a do Mar, com a circumstancia attendivel, e que se não dava nas outras, a não ser talvez na de Alfama (depois chamada de S. Pedro), de desembocarem as duas primeiras em sitios planos, ou quasi, d'onde abrangia a vista campo largo pela frente.

Taes correrias eram porém de pouco resultado pratico, se bem que desfechavam quasi sempre em grandes perdas de parte a parte[1].

Observadas de muito perto pela vela constante e impertinente dos cercadores, recalcadas cada dia mais, por assim dizer, dentro no recinto já estreito das fortificações, desafogavam os seus odios as hordas populares moiriscas em insultos e improperios cruelissimos aos seus algozes.

No alto do adarbe dos muros eram avistados os seus grupos, nas horas de forçada tregoa, atirando

celleiro, camara, tudo emfim proprio para encerrar. — *Court de Gébelin*, Alleg. Orient., mihi, 1773, pag. 62, texto e nota.

[1] Osberno.—*Port. Mon.*— Script.— pag. 399 e 400, col. 1.ª

aos christãos escarneos e doestos qual a qual mais cruel. Accentuadas com o gesto ferino e com o olhar chammejante, tinham aquellas furias impotentes o que quer que fosse de projecteis. Entre esgares sinistros insultavam a nossa Cruz, e no seu odio lugubre conspurcavam-n'a á vista dos cruzados, vilipendiavam a Jesus e á Virgem, e com estas balistas de rhetorica plebêa de pessima catadura, acirravam ainda mais o fanatismo intolerante do inimigo.

Amainavam comtudo as hostilidades directas; ou por outra: limitavam-se a escaramuças, com grande magoa dos cercadores.

*

Surge n'este passo a historia (ou antes lenda) do ataque inesperado que sobre o exercito sitiador vieram commetter muitas hordas moiriscas do Alfaghar. Quem o diz é um documento relativamente moderno, apenas do fim do seculo XVI, de *quando* (como observa o auctor do *Eurico*) *os adeptos da eschola de Brito e Lousada tomavam por seu desafogo o povoar de patranhas as solidões do passado*[1].

Repetem a mesma lenda Barbosa[2], Miguel Leitão de Andrada[3], Frei Agostinho de Sancta Maria[4], e outros. Repelle-a, com um golpe da sua aza de aguia, Herculano.

[1] *O Monge de Cistér*, cap. XXX.

[2] *Mem. d'el-rei D. Seb.*, t. IV, pag. 86, e seg.

[3] *Miscell.*, Dial. II.

[4] T. I, pag. 129.

Não me atrevo, á vista d'isto, a ressuscitar a balela. O Riba-Tejo, e Thomar, e Torres Novas, e Alemquer, e Obidos, eram necessariamente nossos já então, ou pelo menos não lhes sobravam forças para as dispender n'uma tal arremettida. Direi apenas (porque desejo enfeixar todos os dados historicos e até os legendarios) o que nos refere o pergaminho que na Torre do Tombo se conserva[1].

Dez dias depois da instauração do cerco, soube el-rei que uns cinco mil ginetes, das comarcas do Alfaghar, vinham caminhando a marchas forçadas sobre Lissibona. Não demorou; expediu logo tropas, que foram encontrar-se com os inimigos na altura do rio de Sacavem[2]. Foi pois ahi que travaram encarniçada peleja, com perdas medonhas de parte a parte.

No alto do monticulo torrejava um castello, ou pequeno presidio, cujo era alcaide (diz a tradição) um moiro por nome Bezay Zayde. Allucinado, julgou no seu delirio de terror ver a propria Virgem Maria a prognosticar-lhe o desbarate. Entrega o castello, e pede com muitas lagrimas o baptismo.

[1] *Livro dos privilegios* — dos annos de 1577 a 1582, fl. 42.

[2] Não sei a etymologia d'este nome; mas imagino que vem trazer-nos uma inducção vaga dos direitos que n'aquelle ponto se pagariam por transporte de mercadorias em alguma barca de passagem, ou sobre alguma ponte. A palavra *saca* (termo antiquado, voz africana, segundo Frei João de Sousa) significa o direito que se paga das fazendas ou generos que se transportam nas embarcações. No tempo de Miguel Leitão de Andrada esses avultados impostos de transito eram rendimento da casa do duque de Bragança; dil-o aquelle auctor algures na *Miscellanea*.

Mandou el-rei depois erguer no sitio da batalha um oratorio, ou ermida, consagrada a Nossa Senhora dos Martyres.

Tal é a origem mysteriosa do actual convento de Capuchinhas, da invocação de Nossa Senhora dos Martyres, extincto haverá uns vinte annos, pouco mais, e fundado em 1577 por Miguel de Moura, escrivão da puridade d'el-rei D. Sebastião, e por sua mulher D. Brites da Costa[1], que á mesma clausura se recolheu depois de viuva, e n'ella falleceu.

[1] Vide *Corographia*, de Carvalho, t. III, e *Archivo Pittoresco*, t. VII, pag. 249.

CAPITULO XIII

Projecta el-rei D. Affonso a demarcação de dois cemiterios. — O cemiterio de S. Vicente. — O de Sancta Maria dos Martyres. — Engenhos obsidionaes. — Faina geral no carpinteirar as torres moveis para o assalto. — Trabalho constante de cinco fundas baleares. — Incendio da torre dos flandrenses. — Incendio da torre dos inglezes. — *Sambucas* na armada. — Dispersa-as o vento norte. — Fome horrivel nos arraiaes. — Projectos de hybernação definitiva. — Desanimo geral.

Vendo el-rei que ia crescendo o numero dos mortos, determinou circumscrever dois cemiterios; chamou o arcebispo, e n'uma eloquente falla titoliviana, relatada pelo *Indiculum,* lhe expoz o intento, fazendo voto de vir a erigir dois mosteiros no proprio logar dos cemiterios.

Tudo approvou, como devia, o arcebispo de Braga. Foram chamados os bispos, foram com el-rei aos arraiaes, mediram e benzeram os cemiterios, invocando a Deus conforme o rito[1].

Um dos dois templos devia ser dedicado a S. Vi-

[1] *Indiculum. — Port. Mon.* — Script. — pag. 91, col. 1.ª, n. 3.

cente, em honra da tradição, que dava o corpo do martyr sepulto no promontorio dos Corvos, ou Sacro (hoje cabo de S. Vicente); e havia de erguer-se no sitio mesmo onde era o cemiterio do arraial teutonico, ao oriente da cidade.

O outro templo mereceria a poetica invocação de Sancta Maria dos Martyres, e seria no chão do cemiterio inglez, ao poente.

Fizeram-se duas ermidas, pobres como não podiam deixar de ser, e em volta d'ellas se foram cada dia sepultando os que morriam.

Veremos (no livro IV) como fructificou para seculos tão sancta sementeira de martyres da fé.

*

Passava o tempo. Ás semanas iam succeder-se as semanas.

Immoveis, inquebrantaveis permaneciam os cercadores com o seu calculado peso em volta de Lissibona, que tão formosa e tão erma de esperanças continuava de longe a rutilar ao sol de julho.

Aquelle sol que a inundava, com o mesmo sorriso dos dias bons de outr'ora, era como a sinistra ironia da natureza.

*

Quinze dias eram decorridos, isto é, seriam 16 de julho, quando entraram os francos a dar ordem ao preparo dos seus engenhos de guerra. Sinistra providencia!

Eram os engenhos de guerra da edade media

aprestes da maior importancia em qualquer assalto de cidade ou fortaleza. Havia-os de variados feitios e nomes; pouparei ao leitor a descripção d'esses monstros, que hoje com a estrategia moderna acabaram, mas teimam em entroncar a sua genealogia em antiguidades remotissimas, e blasonam por avoengo nada menos que o cavallo de Troia.

Baste saber que a edade media herdara dos romanos a maioria dos seus apparelhos obsidionaes, e que aríetes, balistas, armatostes, catapultas, sambucas, gatas, bastidas ou torres moveis, testudes, e todos os mais petrechos de destruição ou assalto, requeridos pela tactica militar d'aquellas eras, tudo isso já numerava seculos de boa provança nas campanhas dos antigos.

Poderiam vir agora aqui Vitruvio e Vegecio narrar-nos o assumpto por miudos, e Cesar confirmar-lhes com a pratica as theorias; mas para quê? Antes podesse vir a preciosa illuminura de um manuscripto da bibliotheca nacional de Paris[1], onde muito ao vivo se representam as tarefas durissimas dos cruzados de Godofredo armando machinas de guerra para o assalto de Jerusalem.

Á falta de tudo isso, figuremos nós proprios a faina militar que de certo iria por estes matagaes e quintas, na busca dos madeiros, no seu córte, no seu desbaste, no seu amanho, na edificação calculada e gradual dos ameaçadores torreões ambulatorios, gigantes desastrados e de mau agoiro, a remirar de longe a firme Lissibona.

[1] Tem o n.º 594 da coll. mss. fr.

*

Com os exercicios militares e as manobras diarias, entremeia-se, de dia ao sol de Deus, de noite ao clarão de archotes, a labutação activissima do carpinteirar as torres; e no retroar e camartellar da obra vai-se providencialmente enganando o vago desanimo, que já entra a lavrar nas phalanges cercadoras.

Em todo o arraial circula o mesmo ardor; ao passo que por aqui, no poente, engenham os britannos a sua machina, do lado opposto, nas bandas orientaes, erguem colonenses e flandrenses outra torre armada de ariete[1].

Em quanto a armam, trabalham de contínuo cinco fundas baleares contra a muralha oriental e seus baluartes, lá para a porta do Sol e porta de Alfama[2].

Não ha perder tempo. São já principios de agosto[3].

*

N'este entrementes, concluiu-se a obra dos flan-

[1] Osberno. — *Port. Mon.* — Script. — pag. 400, col. 1.ª — *Siquidem duas turres juxta litus, unam in orientali parte, ubi Flandrigenæ consederant, alteram in occidentali, ubi Angli castra locaverant, magno sumptu construximus.* — Arnulfo. — *Port. Mon.* — Script. — pag. 406, col. 1.ª

[2] Osberno. — *Port. Mon.* — Script. — pag. 400, col. 2.ª

[3] *Usque ad kalendas Augusti in machinis faciendis tempus protraximus.* — Arnulfo. — *Port. Mon.* — Script — pag. 406, col. 1.ª

drenses; é arrastada para a beira do muro; vai começar a embatel-o; açoitam-n'a os moiros com projecteis incendiados, troços de estopa a arder, que levados nos virotões vão cravar-se-lhe pelo dorso; entre descomposta vozeria de parte a parte, a pesada torre, difficillima de arredar, incendeia-se de prompto; e n'ella se vão, entre rolos de fumo negro, quantas longas horas de trabalho cruel! quantas acariciadas esperanças de victoria![1].

*

Cheios de animo empurram os inglezes, cá na Ribeira, a sua torre collossal, que mede noventa e cinco pés de altura, ou cerca de vinte e oito metros. Vai de vagar; a immensa mole é dura de mover; mandam os chefes; obedece intelligente a peritissima companha; vão chegar á muralha, cá perto do angulo ou esquina á borda do mar; resiste o madeiro; engasgam-se-lhe as rodas no cascalho do areal; trabalham as alavancas; impulsam-n'o os hombros; e elle inerte! Tudo de balde. Estacou; o proprio peso é a sua ancora.

Convergem para alli os esforços do moiro. Açoitada a torre quatro consecutivos dias e noites pelas tres fundas dos cercados, foi-se a carcaça desconjunctando; e o que as fundas não conseguem, conclue-o o fogo. Estava condemnada. Ardeu[1].

[1] Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 400, col. 2.ª

[2] Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 400, col. 2.ª—Arnulfo.—*Ibid.*—pag. 406, col. 2.ª

*

Em quatro das naus da armada se fabricaram seis *sambucas*, ou especie de pontes, que da agua se haviam de afferrar ao alto da muralha para facilitar o assalto. A 3 de agosto acham-se a postos; começam a mover-se; sobrevem uma ventania norte, e accrescida ás manganellas inimigas obriga as naus a retirar com destroço[1].

*

Que desanimo e consternação não trouxeram estes casos ás phalanges dos adventicios! Isso, além da fome que já picava no arraial, entre campinas desamparadas, e taladas de tamanho numero de legiões, esteve a pique certamente de fazer sossobrar o animo aos mais destemidos. Felizmente chegou inesperado auxilio de avultada porção de mantimentos, tanto de pão, como de vinho e fructa. Repartiu-se, e algum tanto se viram desde logo saciadas as primeiras urgencias.

Osberno é que o conta; não diz d'onde chegou o bemdito reforço; é de crer que viesse de terras portugallezas do norte, segundo a previdencia, que devia ser, e foi, um dos dotes do nosso grande

[1] Arnulfo. — *Port. Mon.* — Script. — pag. 406, col. 1.ª e 2.ª Referindo-se sem duvida a estas perdas, diz Dodechino: *Circa beatæ Mariæ Assumptionem repulsi sumus ab hostibus.*

cabo de guerra. Deu-se isto pelo meio de agosto pouco mais ou menos[1].

*

Resolvida de algum modo que hoje ignoramos a séria questão das victualhas para o exercito, ficaram todos em não desamparar o encetado proposito, e adiou-se de vez a abalada para a Terra Sancta. Afim de o patentear aos moiros, tirando-lhes o resto da esperança, que se fez? vararam-se na praia, ao longo da cidade, a maioria das barcaças, amarraram-se com valentissimos calabres, e alardearam-se a drede todas as mostras de um repoisado projecto de hybernação.

Quereis fazer-nos esperar? esperaremos[2].

*

E comtudo, como era duro esperar assim, sempre em sobresalto, em terra estranhissima, n'um estado provisorio, quasi sem porvir, e com o exito incerto e demorado!

Cinco vezes intentaram os colonenses por meio de covas e minas derribar a muralha oriental; cinco vezes repellidos.

Morrera, e jazia n'aquelles campos de forasteiros boa parte da melhor flor dos pelejadores. Machinas

1 *Port. Mon.* — Script. — pag. 400, col. 2.ª — *Quum per sex hebdomadas urbem obsedissemus.*

2 Osberno. — *Port. Mon.* — Script. — pag. 400, col. 2.ª

de guerra, perdidas; esperanças de reforço, nenhumas.

E perguntavam os inglezes entre si: Quem nos detem n'esta paragem? acaso não conseguiriamos n'outra parte resultado mais feliz? Quem nos promette, n'este recanto da Europa, uma consolação unica, um só lenitivo a tamanha dedicação? Será servir a causa de Deus, isto de nos jazermos por aqui, baloiçados n'um incerto vai-vem de contrariedades grandes e reaes, e vantagens mesquinhas e fortuitas? Quem nos detem n'esta paragem?[1].

Ahi entrevejo eu (ou muito me engano) indicio novo de que á palavra soberana do rei, cuja presença era certamente de magnetico influxo, se deveu a perseverança dos cruzados. Teem isso os summos generaes: uma sua promessa é um talisman.

*

D. Affonso, formoso, eloquente, audacissimo, ligado pelo sangue aos thronos mais illustres, havia, ainda que o não quizessem, de exercer alto prestigio nos francos.

Se fosse castelhano ou aragonez, possuia hoje cancioneiro; tel-o-hiam trovadores deificado no bronze epico das redondilhas; e quem sabe o que das suas façanhas contra moiros, da sua ousadia louca, da sua grandeza de animo, e do seu pessoal valor, não haveria poetisado a lenda cavalleirosa peninsular!

[1] Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 400, col. 2.ª

Pena, e grande pena é pois (repetil-o-hei sempre) que do retrato de tal principe durante esta porfiada serie de pelejas, nos não conservassem alguns fragmentos ao menos os seus companheiros: activo, devoto, incançavel, correndo sem cessar as linhas dos palanques, communicando o seu brio, e respirando a acre e altaneira poesia da guerra sancta.

CAPITULO XIV

Empreza heroica de dez moiros. — Como se lhes frustraram os designios. — Cadaver de outro moiro emissario á tona d'agua. — Esperanças renascentes nos arraiaes christãos.

Uma noite (eram, por signal, fins de agosto[1]; havia dois mezes!), uma noite, quando viram apagadas as lucernas na armada, escoaram-se dez moiros devagarinho até á Ribeira; desceram calados e a um e um pela muralha para a praia; arrastaram-se, esfumados na sombra, e pé ante pé, até ás aguas; ahi conseguiram, com esforços inauditos de destreza silenciosa, embarcar-se todos os dez n'uma lancha qualquer, e singrar para o largo.

Como não iriam aquellas almas!

Qual era o seu fito?

Visivelmente a margem do sul.

Para quê?

Navegam; vão indo; cada remada cautelosa e surda os afasta do inimigo. Conseguiram escoar-se

[1] *Secunda lunatio,* diz Osberno — *Port. Mon.* — Script. — pag. 400, col. 2.ª

*

entre a fila das barcaças aproadas, graças ao manto da alta noite. Conseguiram transpôr o ultimo vulto negro das odiadas naus ancoradas. Conseguiram, sopitando a respiração, e remando de soslaio, alongar-se d'aquella praia de maldições. Oh! e ainda não acreditam na sua boa estrella!

Remam; cada remada é um suspiro abafado; e na esteira da barquinha lhes ficam, entre saudades anciosas, muitas agonias e muitos horrores.

Vão indo. Estão salvos. Dormiam os cercadores; não ha que ver. Estão salvos.

Oh! como os enganava o seu hardimento de heroes! Alguma vigia menos dormente os avistou, ponto negro no escuro do Tejo. A taes deshoras?! alarma! Que póde ser? canoas ao mar! alarma! persigam-se! Corre-se-lhes no encalço; apanham-se a meio rio.

Colhidos ás mãos, trazidos á praia, tremulos, os dez aventurosos e dedicados heroes, encontram-se-lhes cartas para varios potentados mussulmanos das comarcas da Banda d'alem, para amigos, para influentes; e entre ellas uma, de alta importancia, para o wali dos eborenses, Abbas Machuma, em que os seus irmãos de Lissibona lhe declaravam a sua escassez suprema, e a ruina que lhes estava imminente, e com lagrimas lhe supplicavam soccorro e auxilio!

Em taes cartas, muito de industria escriptas em lingua chaldaica, mas traduzidas logo pelos interpretes christãos, se desnudavam miserias secretas, os apertos, a fome da triste Lissibona, se pintavam em côres vivas e sinceras as incertezas que

trabalhavam a guarnição, e os terrores do povo pela sua inevitavel perda.

Com feroz e silvestre alegria correu a noticia de bocca em bocca. A sorte dos dez heroes, não consta, mas facilmente se conjectura: o menos cruel supplicio d'elles foi a morte[1].

*

De outra vez, boiava um cadaver á babuge da agua, marulhando junto ao casco de um dos navios. É um moiro; traz amarrado no braço o que quer que seja! Pesca-se, examina-se, profanando assim duas vezes o segredo da morte; arranca-se-lhe a carta.

Era do wali de Evora, a quem talvez constara a frustrada tentativa dos de Lissibona, e que lhes escrevia escusando-se de os ajudar, por ter pactuado tregoas com o rei portugallez; aconselhava-lhes por fim que remissem as vidas a troco dos haveres, e se entregassem[2].

*

Afundava-se um dos pratos da balança; ia o outro a subir.

Tão inesperados successos vieram acrescer nos cercadores a esperança de proxima victoria; corria nas suas fileiras alegria de bom auspicio; e á noite, entre as fogueiras do arraial, ao libarem-se os vi-

[1] Vide Osberno.—*Port. Mon.*—Script,—pag. 400, col. 2.ª
[2] Vide Osberno,—*Ibid.*

nhos ardentes dos nossos oiteiros, ressoavam certamente com mais enthusiasmo as canções *de gesta* inglezas e allemãs, e os *sirventes* aquitanos e bretões, na voz saudosa e masculina de tantos expatriados.

CAPITULO XV

Excursões de rapina, ou *algáras*, aos arredores de Lissibona. —Uma pescaria ás praias da Banda d'alem. —Tristissimos tropheos de uma batalha sanguinolenta. — Prantos geraes na cidade cercada. —Licenceia el-rei D. Affonso grande parte do seu exercito. — Os transfugas. — Crueldade dos christãos para com elles. — Fome negra nas phalanges moiriscas. — Horroroso pormenor de uma ratoeira humana.

Como não conseguiam levar de vencida a inexpugnavel cidade, encolhida na sua robustissima coiraça, contentavam-se os cercadores em correr com *algáras* todas as cercanias, n'um raio de legoas. Saqueavam semeados, machadavam bosques, devastavam pomares.

N'um d'esses *fossados* (como se chamava em portuguez antigo ás taes correrias de punho armado) chegaram até Cintra, cujo castello ainda attesta a difficuldade de surpreza rapida; Cintra, hoje risonha e toda agrados, então ninho roqueiro de abutres a remirar a sua charneca.

E a forte Cintra resistiu; e como não a poderam levar, limitaram-se á devastação do arredor,

e recolheram ao acampamento com boas presas, e viveres de todo o genero[1].

*

Outro dia, atravessaram o Tejo, e foram-se até ás praias de Almada pescar. Era um magote insignificante de inglezes.

Entretidos andavam por alli, senão quando sobrevieram numerosos moiros, que os atacaram, chegando a matar varios d'elles, e a aprisionar-lhes cinco.

Trouxe isto grande irritação á armada; e determinaram os capitães mandar logo á Banda d'alem duzentos cavalleiros e quinhentos peões para saquearem aquellas aldeias[2].

*

Ora é certo que entre as brigadas christãs não reinava harmonia; a miude se nos deparam nas palavras de Osberno evidentes signaes de rivalidades e despeitos pequeninos. N'este caso do *fossado* á Outra Banda, por exemplo, os colonenses e flandrenses, convidados a tomar parte na expedição, recusaram-se. Insinua Osberno que fosse por ciume, ou por medo; demol-o n'isso por suspeito.

O que parece é que, desajudados d'aquelles seus

[1] Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 400, col. 2.ª
[2] Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 401, col. 1.ª

camaradas, lá se foram apenas trinta cavalleiros, com um cento, ou mais, de peões, capitaneados pelo valente Saherio de Archelles, e, desembarcando na praia de Almada, vingaram, como se esperava, a affronta recebida. Mataram para cima de quinhentos moiros, e trouxeram perto de duzentos prisioneiros, perdendo apenas um soldado![1].

*

Outro despojo vinha: mais de oitenta cabeças cortadas, tropheo d'aquelle dia de vinganças. E quereis saber para quê? para as espetarem á noite em postes agudos cá fóra ao longo do muro.

E quando á seguinte madrugada foram avistadas as cabeças a gottejar sangue, e como que a espreitarem para dentro da cerca, funebres, arreganhadas, nada se compara ao angustioso terror, que esse espectaculo infame causou nos cercados. Carpidos do populacho, lagrimas das mulheres, tudo se mesclava, n'um concerto de arripiar as carnes, com as gargalhadas ferinas dos cercadores. Oh! cruezas da guerra!

Pouco depois, vê-se no adarbe signal de parlamentario; escuta-se; é uma supplica para que todos aquelles desgraçados restos sejam entregues aos lisbonenses, por favor! por misericordia! Cederam-se-lhes muito embora; e elles sepultaram-n'os ao rez do seu muro. E toda a noite se ouviram cá de

[1] *Port. Mon.* — Script. — pag. 401, col. 1.ª

fóra ululados e prantos sentidissimos, lá dentro, em quasi todos os recantos da cidade[1].

*

Conta o minucioso Osberno uma circumstancia, que não sei entender, e que deve comtudo ser verdadeira; n'este ponto, pouco mais ou menos, licenciou el-rei de Portugal o seu exercito, exceptuados alguns pouquissimos guerreiros, e os officiaes da sua casa; vendeu os seus provimentos, e mandou outros para Santarem; e só o bispo do Porto permaneceu na guerra até ao fim do cerco[2].

Para que foi, e o que significava um tal licenciamento, não saberei dizel-o. Ha porquês n'estas coisas, que escapam sempre. Acceitemos o facto.

*

Caíra de todo a força moral em Lissibona; e isso revelava-se principalmente nas deserções frequentes dos cercados. A cada hora chegavam transfugas, a delatarem o que lá dentro se passava, a offerecerem-se para escravos dos francos; e muito

[1] Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 401, col. 1.ª

[2] *Rex omnem exercitum suorum dimisit, exceptis paucissimis militibus, et domus suæ procuratoribus, venditis victualibus suis, vel transmissis apud Sanctam Hyreneam. Solus episcopus Portugallensis semper usque ad urbis deditionem nobiscum remansit.*—*Port. Mon.*—Script.—pag. 401, col. 1.ª

contentes quando conseguiam, a poder de baixezas, tamanha mercê[1].

A fome era negra.

Mas todos aquelles homens enfraquecidos e enfermos vinham cá fóra augmentar aos centos o numero apparente da hoste, sem vantagem real. Que se lhes fazia então? custa a crer, mas o narrador é insuspeito (é Arnulfo): decepavam-se-lhes as mãos, e reenviavam-se mutilados para a sua cidade outra vez; o que porém succedia era não serem lá acceitos, e morrerem apedrejados, e de fome, ás abas do muro[2].

A proposito de fome: conta Osberno com um sangue frio, que pinta a sua era de barbárie, o seguinte:

*

Faltava tudo na cidade; tudo; comiam-se como grande regalo cães e gatos, porque de todas as outras castas de animaes domesticos nem ha já que fallar[3]; frutas verdes, cascas, tudo era bom, comtanto que o houvesse. E n'aquellas alturas ainda appareceu... (o barro humano é sempre o mesmo!) a praga dos monopolisadores, o avarento suino, que se alimenta e refocilla das lagrimas alheias[4].

[1] Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 401, col. 1.ª

[2] *Port. Mon.*—Script.—pag. 406, col. 2.ª

[3] *Quamplurimi eorum fame morerentur; quidam autem eorum canes et cattos non abhorrebant devorare.*—Arnulfo.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 406, col. 2.ª

[4] Arnulfo.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 406, col, 2.ª

*

A taes minguas, acresciam as exhalações putridas dos cadaveres amontoados, por faltarem, como vimos, as sepulturas do almocavár. Tudo isso extenuava por tal feitio a população, que a viam de fóra pallida, sem alento, nervosa, excitadissima.

Tinham tanta fome aquelles desgraçados, que desciam sorrateiros a apanhar pela praia os detritos vegetaes e animaes das cosinhas da armada, trazidos pelo babujar da maré; felizes quando os encontravam!

Ora d'essa miseria suprema tiraram alguns duros corações ensejo para o divertimento mais estupidamente barbaro, de que tenho noticia, para a mais acabada perfidia, de quantas teem deshonrado este problematico ser humano. Oiçamos.

*

Estavam umas poucas de patrulhas flandrenses comendo regaladamente uns bellos figos, e conversavam rindo, recostadas a esmo nas derrocadas de uma ruina proxima do muro. Observavam-n'as do alto do adarbe quatro moiros, com os olhos cupidos da inveja animal.

Ao afastarem-se as patrulhas, desceram furtivos á praia, e por lá andaram cascavelhando pelo chão os figos rejeitados, e devorando até as proprias cascas, com sofreguidão, com delicia.

Deu isto que rir aos flandrenses; repetiram a

scena com disfarce varias vezes, e depois apupavam de longe os gulosos d'aquella e outras iguarias, como se espancassem cães vadios em monturo.

Por fim, quando já os moiros, mais afoitados, volviam, cheios de lugubre confiança, ao traiçoeiro reclamo, armaram-lhes redes, e postados em logar seguro aguardaram a occultas.

Ao chegar a presa, pucharam as redes, e apanharam á traição tres moiros, entre estrepitosos escarceos e risadas alvares da bruta soldadesca[1].

*

Estas e outras é que tornam mysanthropo a todo o pensador. Estas e outras é que fazem reputar o homem o mais vil dos animaes.

E isto eram christãos, sancto Deus! e pelejavam em teu nome, ó dulcissimo Jesus!!...

[1] Osberno. — *Port. Mon.* — Script. — pag. 401, col. 1.ª

CAPITULO XVI

Minam os inglezes um vasto lanço da muralha.—Batalha travada no boqueirão da mina em 29 de setembro.— As fundas baleares.—O engenheiro pisano.—Relance de olhos ás machinas obsidionaes da idade media.—Recordação de Julio Cesar.

Protrahia-se, com uma uniformidade desesperadora, o malfadado cerco.

Lissibona desconsolada e lacrimosa olhava para o Tejo, outr'ora tão lindo e tão serpeado de velas brancas; via-o deserto. Olhava para o nascente; e via estenderem-se sinistras as renques de pavilhões de varias côres do arraial allemão. Olhava para o norte; e via as boleadas encostas de Alfella tropeadas dos ginetes e peões do invencivel Ibn-Errik. Olhava para o seu opulento suburbio; e via um acervo de ruinas requeimadas, que diziam dôr, e miseria. Olhava para o poente; e via tremolarem nos cabeços de além os guiões das companhias de aquitanos e bretões, e desde lá até quasi á muralha o abarracamento uniforme dos inglezes.

Oh! que tardes e que noites devoradas de angustias! que mezes, de tanta incerteza e melancolia!...

*

Mas era mister acabar este impossivel estado de coisas. Entraram os inglezes a cavar uma grande mina sob o lanço de muro que unia a porta de Ferro com a torre da esquina da Ribeira do mar[1]; como quem dissesse hoje: na extensão da rua da Padaria, entre o largo de Sancto Antonio da Sé, e a esquina junto ao arco da rua das Canastras.

*

Como está dito cem vezes, olhava este lanço de muro ao poente, isto é, para a banda do arraial dos inglezes, atrevidamente acampados (já o mencionei) quasi á beira das fortificações. Foi esse o logar escolhido para ser derribado por meio de mina; mas é verosimil que não trabalhassem em empreza tão ardua os inglezes sómente; Arnulfo até dá a entender que trabalhavam todos em geral. Veio porém essa mina a tornar-se origem de gravissimos damnos, como se vai ver.

Logo ao começarem-n'a os inglezes, ajudados da sua machina protectora, que devia ser o resguardo de madeira chamado *gatta* (*cattus* em latim, e *galerie de vignes* em francez), sob cujo telheiro, como sob um pavez enorme, trabalhavam os sapadores, foi incendiada a gatta; dardejavam

[1] *Inter turrem et portam ferream.*—Osberno.—*Port. Mon. Script.*—pag. 401, col. 1.ª

para sobre ella os *arganetes* ou *pyróbolos* um sem numero de projecteis incandescentes.

Para mais infortunio, foi acabado ás pedradas dos *onagres* e *escorpiões* o capataz, cabo, ou como melhor nome haja, dos mesmos sapadores, ficando por mencionar as outras innumeraveis mortes que as *manganellas* e *balistas* dos esfomeados moiros causavam nos nossos sem cessar.

*

Pois a despeito de tudo, a despeito de tão heroica e porfiosa resistencia, achava-se, a poder de perseverança, a mina a bem dizer prompta em fins de setembro.

*

Romperam-n'a os moiros lá do interior de Lissibona: e pelas nove horas da manhã de segunda feira 29 de setembro, dia de S. Miguel Archanjo, embocaram pela cova dentro em grande quantidade; saparam o ultimo tabique de terra, e encontraram-se corpo a corpo com os christãos. Foi terrivel a peleja braço a braço travada no boqueirão; retoiçar sinistro, estrallar de gumes, retroar de vozes roucas, descomposta peleja surda no escancarado d'aquella sepultura rôta á flor da terra[1].

Os moiros que emergiam da cova, vinham continuar cá fóra a briga subterranea; e os christãos, por meio de um troço de bésteiros conveniente-

[1] Arnulfo, *Port. Mon.*—Script.—pag. 406, col. 2.ª

mente postado, interceptavam-lhes a retirada; por fórma que nenhuns, ou pouquissimos, escaparam sem ferimentos graves[1].

*

N'este meio tempo, construiram os inglezes duas fundas baleares; uma, postada e manobrada pelos tripulantes de bordo á margem do rio; a outra, pela milicia de desembarque, á porta de Ferro. Por aqui se vê a faina em que se agitava todo o arraial.

Trabalhavam constantemente n'estes engenhos fundibulares cem balistarios; quando cançavam, eram rendidos por outros cem; tudo calculado por modo, que no correr de dez horas fossem arrojados para dentro da cidade cinco milheiros de pedras de bom calibre[2].

*

Além das incançaveis catapultas de tamanha violencia, tinham os inglezes e normandos construido á pressa, e sob a direcção habil de um engenheiro italiano, pisano de nascimento[3], outra grande torre movel, de oitenta e tres pés de altura.

Noto que era por então na Italia (e desde muito tempo) que floresciam os melhores technicos da arte polyorcetica, os mais afamados constructores de machinas guerreiras. Já Godofredo de Bulhões

[1] Arnulfo.—Id., *ibid.*
[2] Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 401, col. 1.ª
[3] Arnulfo.—*Ibid.*—pag. 406, col. 2.ª

chamara para o cerco de Jerusalem engenheiros militares genovezes, que lá o foram ajudar a construir nada menos de tres *helépoles,* bastidas ou torres moveis.

Cá este nosso *mestre dos engenhos* (titulo que ainda em tempo d'el-rei D. Sancho I se dava ao que depois se chamou *engenheiro mór*)[1], saíu-se com pericia do pesado commettimento, e com presteza tambem. Começada a tarefa por 8 de setembro (dia da Natividade da Virgem), já meado outubro campeava o novo torreão no mesmo sitio do primeiro incendiado pelos moiros[2]. Custeou-o el-rei D. Affonso, e trabalharam na obra todos os combatentes[3].

*

Que admiraveis edificações aquellas, improvisadas alli, sob o desfechar das *béstas* e o zunir das fundas inimigas! que sciencia, que trabalho, que energia, não pressuppunha uma obra de tal genero! e mas estas cá não eram das maiores.

Tres classes contavam os technicos: as pequenas, as medias, e as grandes. As primeiras de 22 a 29 metros; as seguintes, de 32 a 38; e as ultimas agigantavam-se até 45[4]. Alentados castellos rodan-

[1] Segundo li n'uma phrase de D. Rodrigo da Cunha, *Hist. eccl.*, parte II, cap. XVIII, n.º 10.

[2] *Circa Nativitatem Beatæ Mariæ turris lignea incepta, et circa medium Octobris perfecta, propugnaculum nobis fuit.*— Dodechino.— Appendix ad Marianni Scoti Chron.— Apud Bibl. J. Pistorii, t. I, pag. 473, 474.

[3] Arnulfo.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 406, col. 2.ª

[4] Veja-se Mandar, *De l'architecture des forteresses,* pag. 45.

tes, que sobejavam por sobre a muralha, quasi sempre, e conseguiam, quanta vez, despejar sobre as cumieiras do adarbe ondas sobre ondas de gente armada.

Esta grande torre de vinte e oito metros, construida de travejamento recrusado, engenhada com tanto affinco pelos cercadores, e recoberta de coiros de boi, para neutralisar o effeito dos projecteis incendiados que arrojavam os pyróbolos, devia ser para a aggredida Lissibona objecto de bem fundados terrores.

*

Quando Cesar cercava os Aduaticos, na Gallia Belgica (é digressão, mas tolere-se), construiu uma torre para o assedio. E os cercados, que não conheciam taes obras, riam lá de longe, e motejavam as dimensões da pesada mole, e o acanhado porte da milicia romana. Como porém vissem começar a mover-se, e a rodar vagarosa, impellida de força occulta, a enorme aventesma de taboado, cega, minaz, e serenamente firme, aterraram-se e enviaram a Cesar propostas de rendimento[1].

Quanto não eram pois de temerosa catadura aquellas machinas colossaes, que a polvora inutilisou!

[1] *De bello gall.*, l. II, XXX e XXXI.

CAPITULO XVII

Tenta-se outra mina no lado oriental da cidade.—Incendio das fachinas.—Desmoronamento de uma grande cortina do muro do nascente.—Batalha renhidissima.—Travam-se rivalidades novas entre colonenses e flandrenses, e o grupo inglez e normando.—Volvem-se de novo as attenções ao lado do poente.—Descreve-se a torre da esquina da muralha lissibonense.—As actuaes ruas da Padaria e dos Bacalhoeiros.

Ia tudo de concerto. Em quanto assim se operava pelo lado do poente, lá pelo flanco oriental empenhavam-se indefessos os flandrenses e colonenses na tarefa herculea de outra famosa mina, que derrubasse o muro da parte mais elevada da cidade[1], admiravel pelas suas fortificações, ás quaes, como vimos, nada menos de cinco entradas conduziam.

Effectivamente concluiram a mina. Levou quasi um mez. Corria uns quarenta covados ao longo do muro[2]. Coincidiu o seu acabamento com a col-

[1] *Murum editioris castri*, diz Osberno, ... *opus admirabile dictu habens aditus quinque.* — *Port. Mon.* — Script. — pag. 401, col. 1.ª

[2] Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 401, col. 1.ª

locação da torre movel á esquina da cidade, junto á Ribeira. Entulhou-se a mina com matto e materias inflammaveis, e lançou-se-lhe fogo.

O fogo lavrou surdamente; e n'essa noite, que era a de S. Gallo abbade, quinta feira 16 de outubro, por volta da meia noite, ouviu-se de repente um ruido desusado; era, lá para as bandas certamente da porta de Alfama ou da porta do Sol, o aluir subitaneo de trinta covados[1], ou duzentos pés[2] da cortina da muralha.

Ao fragor soturno do desmuronamento, misturaram-se os brados confusos do alarma das sentinellas moiras, e a vozeria de todo o arraial, respondendo aos alaridos da cidade.

Por todas as renques do acampamento foi um acordar confuso, um pegar em armas subitaneo, um estrepito de correr tudo á uma para o theatro do incendio; e na cidade um rumor e tropel de gentío levando-se nos paroxismos da raiva e do terror para aquella escancarada brecha, que era a perdição!

Prodigios de ousadia de parte a parte. Improvisam os moiros fortes trincheiras no hiato boquiaberto da muralha, estacaria e taboado ouriçado de repente, e com que a disposição propicia do terreno se melhorou ainda. Investem, animando-se e incitando-se com alarido medonho, os flandrenses e colonenses, a quem de direito pertenciam as

[1] Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 401, col. 1.ª

[2] Arnulfo.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 406, col. 2.ª—Dodechino.—Apud. Bibl. J. Pistorii—tom. 1, pag. 473.

honras da brecha; investem possessos, loucos, e saem repellidos.

É que ás trincheiras, e ás ruinas do muro, que tanto difficultavam o accesso, ainda accresciam difficuldades o empinado do terreno, e o escabroso da montanha até ao alto do castello[1].

*

O restante d'esta noite de 16 de outubro, á luz de archotes, e ao clarão vermelho das fachinas incendiadas, continuaram travados em lucta desesperada os dois campos. Toda aquella encosta se via infamada das settas e virotões dos cercadores; e os cercados, cheios de nobre e resignada persistencia, affrontavam o chuveiro dos projecteis, e ouriçados de settas, e moribundos, continuavam ainda a resistir.

Desde a meia noite pelejavam, como disse, colonenses e flandrenses; e já raiava o sol, quando exhaustos de fadiga começaram a retirar ao acampamento[2].

*

Tomaram-lhes para logo os inglezes e normandos aquelle posto de honra. Anciosos de concluirem o que tão bem encetado havia sido, avançam, elles frescos e repoisados, e investem o inimigo, já confrangido de muitas horas de duello.

[1] Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 401, col. 2.ª
[2] Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 401, col. 2.ª

Ao seu primeiro signal de cornetas, ao primeiro vozear, com que, á moda do tempo, se acompanhavam os assaltos, intromettem-se com violento ciume os senhores da brecha, colonenses e flamengos, e intimam-lhes que, empregando embora as machinas, e muito embora lá do seu lado occidental, tentem a ultima investida, pois que, pelo que tocava áquella brecha, lhes pertencia a elles de direito, e a mais ninguem[1].

A crermos Arnulfo, ainda assim não desistiram os allemães, e tornaram-se á peleja; mas eram tres horas da tarde, e nada tinham alcançado[2]. Mais ainda: por dias consecutivos continuaram a ser acremente repulsos d'essa entrada todos os que a foram tentar[3].

*

Resistira Lissibona, como vimos, a ser forçada pelo arrabalde; resistira aos assaltos reiterados pelo occidente; resistira aos do oriente; e o norte parecia talvez inexpugnavel. Volveram-se as attenções para o occidente outra vez, para o canto da Ribeira, onde já tinham sido commettidos tão porfiados assaltos, e que tudo desafiara até alli.

Examinemol-a de novo, essa tal torre da muralha moirisca, sobre a qual convergiam desde semanas as attenções.

[1] Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 401, col. 2.ª
[2] Arnulfo.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 406, col. 2.ª
[3] Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 401, col. 2.ª

Que feitio era o seu?

Porque seria esse ponto o escolhido com preferencia?

*

Entre as varias fórmas de torres nos castellos e muralhas da idade media, quadradas, redondas, triangulares, triangulares de aresta partida, etc., havia umas nada vulgares, que eram antes, e mais á propria, uma protuberancia ou saliencia na cortina do muro. Pelo lado interior eram abertas, limitando-se o seu corte latitudinal a um semicirculo (se eram redondas), ou, quando muito, a tres quartos de circulo.

D'este genero era, sem nenhuma duvida, a torre de que tratâmos. Não ficou d'ella vestigio; não ha desenho, ou plano; não se encontra em escriptor algum a sua descripção minuciosa; pois apenas por uma phrase de Osberno, inintelligivel para muitos, consegui restaurar em espirito aquelle importante bastião: a phrase é esta: *A torre era aberta pela face posterior que olhava sobre a cidade*[1].

Diz um erudito francez[2], que as torres fechadas se usaram mais geralmente, e eram com razão tidas por bem mais resistentes que as outras. Como estas eram tambem (e deviam ser) menos altas, por isso escolheria a tactica dos assaltantes aquella

[1] Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 403, col. 1.ª: *A parte posteriori, quæ urbem respicit, turris patebat.*

[2] Prosper Mérimée—Architecture militaire—memoria publicada no vol. v da obra de Lacrois, *Le moyen âge et la Renaissance*, pag. VII.

esquina, onde elles tinham reforço proximo, do lado de terra, e o podiam ter do mar tambem. De mais: foi sempre, e com razão, considerado pelos assaltantes ponto de melhor accesso uma esquina do que uma frente [1]. Além de tudo, como isto cá era sitio baixo, á beira-rio, facilmente se dominava a esplanada superior, o que dava muitas probabilidades de poder vir a muralha a ser senhoreada pelas pontes, sambucas, tolenos, e outros engenhos de escalada.

*

Quem pois descer a rua actual da Padaria, e tornejar para a dos Bacalhoeiros (prosaicas vicissitudes!) recorde, um momento ao menos, os casos de inaudito valor de que essa esquina, hoje vulgar e burgueza, foi testemunha ha quasi sete seculos e meio! e no nome por assim dizer symbolico, de um hotel, que em lettras muito grandes lá está dizendo hoje: HOTEL DA PATRIA, verá uma d'estas coincidencias engraçadas, com que o destino se compraz algumas vezes de nos fazer sorrir.

[1] *Comme encore aujourd'hui, l'assaillant regardait un angle saillant comme plus facile d'accès qu'un front flanqué.*—Viollet-le-Duc, *Dict. raisonné d'architecture*, t. 1, pag. 378.

CAPITULO XVIII

Abençôa o arcebispo de Braga os lidadores.—Missa campal; é exposto o sagrado Lenho.—Investida desesperada.—É arrastada a torre movel a quinze covados da muralha.—Recrudesce a ousadia nos cercados.—Manobras.—A noite no arraial.—É isolada a torre movel pelo crescer da maré.—Pelejas na Ribeira.—Ultimos golpes.—Rende-se emfim a cidade.

Iam finalmente precipitar-se os successos.

*

No domingo seguinte, 19 de outubro, depois da missa campal, que é ainda hoje uma das coisas mais solemnes e imponentes que podem ver-se, deu o bellicoso arcebispo de Braga a benção aos combatentes. Oraram todos em commum, de joelhos, em religioso silencio; e um dos sacerdotes ergueu nas mãos um relicario, com uma parcella do sagrado Lenho; depois proferiu um sermão enthusiastico, animando aquella vasta massa de homens, e exhortando-os á guerra sancta[1].

[1] Osberno,—*Port. Mon.*—Script.—pag. 401, col. 2.ª

*

Quando acabou de echoar ao ar livre o verbo inspirado e ardente do levita, caíu toda a turba de bruços, gemendo, e em parte chorando, n'um rapto unanime de acatamento; e feita rapida oração mental, tornaram todos a erguer-se, e benzeram-se com o signal da Cruz.

Recolheu-se o ministro; e assim preparados os animos, deram as trombetas na sua linguagem metallica e vibrante a voz de reunir[1].

Cheias de sinistro alvoroço, e implorando em altos brados o auxilio de Deus, tomaram todas as turmas de combatentes os seus logares respectivos, e entraram ousadas e firmes ao trabalho.

*

O que primeiro se fez, foi carrear a machina, e collocal-a a uns quinze covados da muralha, apesar da saraivada constante dos virotões dos fundíbulos moiriscos. N'isso se levaria talvez o resto do dia[2].

Por prudencia, tinha-se envolvido a machina obsidional em ramos verdes, e revestido de pelles de boi, para resistir aos embates das pedras, e do fogo; n'essa tarefa andavam occupados todos os tripulantes dos navios[3].

[1] Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 403, col. 1.ª
[2] Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 403, col. 1.ª
[3] Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 401, col. 2.ª

No seguinte dia, foi a torre movel descida mais para baixo *(deducitur)*, bem para defronte do baluarte de cantaria que formava o angulo sudoeste da cidade, ao rez da praia[1].

*

Observada de dentro de Lissibona aquella manobra, concentraram n'esse ponto os cercados um como arsenal de munições e petrechos de defensa e ataque.

Perceberam os inglezes que o torreão chumbava de soldados, armamento, e mil adminiculos de utilidade em lances taes; e como esse torreão era aberto, procuraram, a uns vinte covados desviados d'elle, assento propicio para a torre movel, um pouco acima, não longe, da porta de Ferro. D'ahi, n'uma trajectoria diagonal, alcançavam o torreão inimigo pela recta guarda; e a poder de incessante frechar conseguiram afugentar do ponto a guarnição mauritana[2].

*

Isso valeu de muito. Compellidos os moiros a desamparar tão importante posição, recollocou-se a torre movel no seu posto á beira-mar.

Graças á retirada do inimigo, poderam os inglezes gozar-se de algum socego, e tornaram-se ao

[1] *Contra turrim quæ est in angulo civitatis contra fluvium.* —Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 403, col. 1.ª

[2] Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 403, col. 1.ª

acampamento a refocillar os membros estafados. Ficaram porém guarnecendo o importante castello de madeira cem inglezes, e outros cem portuguezes, tudo gente escolhida, bons archeiros e besteiros[1].

A esses cem portuguezes, que é maravilha ver emfim citados com sombra de louvor pela penna do forasteiro Osberno, chama elle *gallegos*. Não nos offendâmos; seriam gente das comarcas septentrionaes do novo reinosinho de Affonso, terras que, n'uma das ultimas circumscripções do imperio romano, haviam sido denominadas *Gallæcia;* mas o que é certo é que eram vassallos do filho do conde D. Henrique.

*

Deu-se no correr d'este serão um incidente muito serio.

Repoisava todo o arraial; só se escutava o sussurro da maré, e um como resfôlego vivo por toda aquella larga extensão adormecida. Cortavam o silencio os alertas das vigias; e entre o baço alvejar da casaria da cidade, triste como um mausoleo enorme, apenas alguma luz indecisa vermelhava a medo nos varandins da Alcáçova. Pairava um desconsolo supremo, um acabrunhamento de terror, n'aquelle outr'ora tão gracioso amphitheatro de frontarias brancas; e talvez a lua sorrisse entretanto no azulejado dos curocheos.

[1] Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 403, col. 1.ª

São sempre duras e monotonas as reuniões exclusivamente masculinas. Como o não serão as dos acampamentos, e acampamentos em torrão inimigo!

Será prejudicar a severidade historica o entrar em espirito ao seio d'aquelles grupos, já tão dizimados pela morte, e ver como lhes punge a saudade da patria? não é. Nos corações d'aquelles homens palpitavam as imagens queridas de mães, esposas, irmãs, e amantes estremecidas, que lá tinham ficado, por cidades e aldeias de Inglaterra, da Normandia, e da Allemanha, e que ás horas da peleja estariam talvez orando por elles, vigilando com elles!...

Pintou uma artista moderna, M.me Schneider, um quadro que aprecio muito, *La fiancée du croisé,* porque me dá a nota certa da situação. Uma formosa dona do seculo XII, esbelta, loira, elegantissima, de pé junto de um movel severo, sobre o qual poisa o livro das devoções. Fia na sua roca laboriosa e honesta. Caem-lhe as tranças até á cintura; e do olhar sem fito evolve-se uma melancolia immensa.

Quando contemplo esta composição singela e sentida, penso nas outras castellãs, coevas d'aquella, e cujo olhar, vago e triste como o seu, procurava cá no fim da peninsula, em terras barbaras de leonezes e moiros, os bravos sitiadores de Lissibona.

Sim; em quanto Lissibona se estorcia nas vascas da sua agonia prolongada, quantas outras donas e donzellas, lá por solares e torres da Normandia

e da Aquitania, padeciam a dôr sem nome das incertezas, e no silencio do seu obscuro lavor, perguntavam baixinho ao seu Christo porque eram tantas guerras, e quando havia de raiar para a Europa das cruzadas a era da paz!

Ao passo que ellas oram, não desamparemos os seus guerreiros, e tornemo-nos á ingrata narrativa do cerco. O caso foi este, como o vinha contando:

*

Crescera a maré desmedidamente, e fizera da torre movel uma ilha. Deram os moiros pelo successo; saíram furtivos desde a porta de Ferro; desceram a pé enxuto até proximo da mesma torre, tornada assim alvo de encarniçado assalto. De mais, cobriu-se o muro proximo com soldados moiros; choviam contra a machina os tiros das balistas, e os projecteis incendiados, e a estopa, e o pez, e o azeite. E ressoava a algazarra feroz da moirisma iracunda, que n'aquelle exito parcial e minimo já parecia ter encontrado as alegrias de proxima victoria. Com pouco se alvoroçam os desherdados!

*

Ora é preciso saber-se, que á sombra da bastida, ou torre movel, entre ella e a muralha, tinha sido collocada a terrivel machina a que Osberno chama *cattus waliscus,* e os nossos *gatta,* especie de telheiro movel, como um que lá vimos em cima incendiado (no capitulo XVI), sob o qual resguardada a solda-

desca podia a seu salvo cavar minas, ou mover o pesado vai-vem do aríete, que ia desconjuntando a muralha. N'essa gatta estavam occultos uns poucos de mancebos, por signal inglezes de Ipswich, cabeça do condado de Suffolk, e cujo officio era conduzirem a gatta ao socairo da bastida.

Todos elles, e muitos mais, prestaram serviço valioso, cortando e espedaçando os projecteis incendiarios, que em volta continuavam a caír. Outros, allapados em covas ao sopé da torre, apagavam os globos incandescentes que d'ella resvalavam. Outros, trepados nos diaphragmas interiores, regavam incessantemente, por entre as frinchas do taboame, os flancos do revestimento coriaceo da machina, retezado do calor. Outros, com vassoiras engenhadas de caudas de cavallo, aspergiam-n'a pela parte de fóra. Outros emfim, cheios de animo varonil, respondiam com insultos e mortandade á carnificina que n'elles continuavam os moiros[1].

Quando raiou a manhã, isolou-se de novo a bastida com o crescer da maré. Sobrevieram mais moiros, e saíram a porta de encontro aos cercadores. No conflicto acabou o commandante de um dos corpos da phalange real[2].

Houve então um redobramento na valente furia dos cercados. Subiram-se ao adarbe as fundas baleares, e choviam torrentes de pedras para fóra.

[1] Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 403, col. 1.ª

[2] *Rector de galeata regis,* diz Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 403, col. 1.ª Não sei entender.

Alli se achavam tambem caixas repletas de provimentos bellicos incendiarios; as machinas dos cercadores, que só distavam da muralha uns oito pés, atacaram-n'as, destruiram-n'as[1].

*

Conta o cruzado inglez que os gallegos, ao verem-se na torre movel circumdados de agua, largaram as armas, e fugiram a vau para a terra firme, ficando com os demais combatentes apenas seis[2]. Tambem Arnulfo insiste n'esse pormenor, talvez por não ser costume ver fugir os companheiros de D. Affonso[3].

Quando a maré declinou, declinou tambem a ardencia da peleja; desampararam os moiros o seu posto, e desamparou-os a esperança para todo sempre[4]. Os da guarnição da torre movel, que a tinham defendido dois dias e uma noite, sem tregua nem descanço, foram rendidos então por outros camaradas[5].

*

Pelas quatro horas da tarde do memoravel dia

[1] *Supermurales vero scaphas incentivis ignium repletas machinæ nostræ* VIII *solum pedibus a muro distantes iniciunt.*— Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 403, col. 1.ª

[2] Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 403. col. 1.ª

[3] Arnulfo.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 407, col. 1.ª

[4] Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 403, col. 1.ª

[5] Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 403, col. 2.ª

21 de outubro, ao retirar-se a maré, juntou-se grande multidão no areal, para se chegar a torre a quatro pés da muralha, e lançar a ponte[1]. Mas o perigo era imminente, pela desesperada audacia dos cercados.

Conta Arnulfo que ao saberem d'isso, correu dos flandrenses e lotharingos uma boa parte para defenderem a torre movel[2]. Foi tambem rebate geral na cidade; para aquelle sitio convergiram todos.

Approxima-se de vagar, solemne, terrivel, a grande machina. Lá vem! está apenas a dois covados do adarbe. Ouve-se uma sanzala medonha de vozes roucas, e o tropel confuso da milicia. Começam a correr os calabres, entra a descaír lá do alto a ponte levadiça que vai engatar no muro.

Terror supremo nos moiros!

Grita-se aos de dentro, pela ultima vez, que se rendam, que a não ser assim, não se dará quartel a viva alma. Soam as vozes gutturaes do commando; range o madeiro. Momento electrico indescriptivel!

Chegou ao seu auge o terror. Venceu a ousadia dos cercadores. Succumbiu entre lagrimas a espavorida Lissibona.

Aquelle instante resumia dezassete angustiosas semanas de sacrificios e sangue.

Rendam-se! rendam-se! E em grande clamor

[1] Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 403, col. 2;ª
[2] Arnulfo.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 407, col. 1.ª

toda a moirama supplicou mercê, depoz as armas, e implorou tregoas.

Vencera a Cruz[1].

[1] Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 403, col. 2.ª—Arnulfo.—*Ibid.*—pag. 407, col. 1.ª

A pag. 365 do t. 1 do admiravel livro *Dictionnaire raisonné d'architecture* pelo competentissimo Viollet-le-Duc ha uma estampa, que tenho pena de não poder reproduzir aqui, representando um assalto de muralha por uma *hélépole* ou torre movel. Parece a representação de toda a scena que descrevi. Lá está o enorme gigante de madeira, a gatta, as pelles de boi a revestirem a torre, a ponte, em summa: tudo.

CAPITULO XIX

Tentativa de reivindicação historica.—Martim Moniz e o seu feito de armas.

Aqui apparece-me por si mesmo sob a penna um feito de alta valia moral, se não historica, praticado por um dos companheiros de D. Affonso, Martim Moniz. Ergue-se n'este ponto, no final do cerco, a lenda, ou historia, da entrada famosa d'aquelle capitão no castello de Lissibona, rompendo á viva força de hombros, e ajudado dos seus camaradas, não menos valorosos, a porta septentrional da cidadella.

É um dos mais formosos pormenores, que tem esculpido a tradição de sete seculos. Acceital-o sem condições, não é já hoje licito; rejeital-o *in limine,* não posso eu.

A valia testemunhal, que tem perante a historia a tradição ininterrupta, ninguem a deve desconhecer; muito menos, quando a tradição não vai de encontro á verosimilhança.

Rejeitar Martim Moniz do numero dos heroes de primeira ordem pelo seu brilhante feito de armas? porquê? porque não ha documentos?! que

documentos authenticos póde haver de factos nascidos por si mesmos, sem preparo, filhos de um arrojo de momento, preconisados por uns, e talvez ignorados, ou calculadamente deturpados e escurecidos por outros? feitos praticados n'um campo tumultuoso e eivado de rivalidades, executados de relance, conforme a tactica o ordenava, e que, apenas espumavam, se apagavam logo no immenso mar de successos, que em ondas se encapellavam cada dia?

Tinhamos por essa fórma que rejeitar, me parece, as proprias narrações (demasiadamente parciaes, sem duvida, está-se a ver) dos homens, embora contemporaneos, que deixaram as epistolas e apontamentos; isso porém ninguem o rejeita; isso, acceitam-n'o como boa fonte historiadores de alta e indisputada valia.

*

Mas ha mais: o feito de Martim Moniz não é simples tradição apocrypha, nem sequer é inverosimil, e em nada invalida as narrações dos escriptores contemporaneos do cerco. Vejâmos:

*

1.ª asserção: — NÃO É TRADIÇÃO APOCRYPHA.

Este acontecimento apparece já pela primeira vez mencionado no *Nobiliario* do conde D. Pedro[1];

[1] *Port. Mon.* — Script. — pag. 159.

de passagem, é verdade, rapido, embrulhado; é isso comtudo o que n'aquella singularissima rhapsodia se usa sempre. Temos portanto documento de que desde seculos muito apartados de nós, e muito proximos ao successo, era acceita, era notoria entre a fidalguia, a tradição de um feito arrojado d'aquelle homem de armas.

Que indisputado criterio merece, hoje que tudo se pesa por milligrammas, que indiscutiveis foros de evangelho póde ter para nós o silencio das cartas de Osberno, ou de Arnulfo, estrangeiros obscuros, que escreviam o que ouviam, que provavelmente (pela differença dos idiomas) pouco trato teriam com os portuguezes, que só um ou outro dos factos que narram chegaram a presenciar, e que estão dando a cada linha (principalmente Osberno) documento da sua egoistica parcialidade, que veracidade inconcutivel póde ter o silencio d'esses escriptos, torno a perguntar, em comparação com o depoimento constante de muitos seculos, e (mais ainda) em comparação com a asserção positiva e sincera de um tombo nacional?

*

Não ha documento — diz Herculano; — toda a lenda do Moniz se originou de uma phrase do *Nobiliario;* e por cumulo de absurdo essa mesma phrase é vaga em demasia.

Peço licença, mestre sempre venerando, para observar que da phrase do *Nobiliario* não nasceu a lenda; não pôde nascer. O *Nobiliario* só diz

Dom Martim Moniz, o que matarom os mouros em Lixboa aa porta que chamam de Martim Moniz[1]. Esta asserção é que se vê ter nascido de um facto geralmente sabido então, e que, por muito conhecido, se não especificou, como tambem se não especificaram outros muitos nos livros do mesmo genero.

Por exemplo: com que sobriedade, com que laconismo não conta o *Livro velho*[2] a façanha de Mem Moniz, *o que entrou primeiro em Santarem quando lh'a furtaram aos moiros!* ou as do outro Moniz, o grande D. Egas, de quem se lê apenas: *creou ElRei D. Affonso de Portugal o primeiro que hi houve, e fez erguer o Imperador que jazia sobre Guimarães com companha a guiza de lealdade, e fez senhor do reino o creado, apesar de sa madre a rainha D. Tareja, de cuja parte o reino vinha!*[3].

Era uso d'aquelles livros; aquellas phrases rapidas cunhavam a fórmula da tradição oral.

Mas admittâmos que não ha mesmo tal documento; isso é argumento negativo, que pouco deve influir, quando no outro prato da balança pesa a tradição mais *verosimil* que se póde encontrar.

*

2.ª *asserção:* — O FEITO DO MONIZ É VEROSIMIL.

Se me objecta o doutissimo Herculano, que era

[1] Tit. LIII. — Além da porta do castello tambem houve na freguezia de Sancta Cruz a *Rua do Moniz.*

[2] *Port. Mon.* — Script. — pag. 159.

[3] *Ibid.*

impossivel forçar pelo norte o castello de Lisboa, por isso que vemos esse flanco abrupto e difficil de subir, eu respondo primeiro, perguntando apenas: E Santarem?

Em segundo logar, direi não ser para mim claro e corrente que o monte do castello apresentasse sempre o mesmo alçado que hoje. Não temos a presumpção (quasi certeza) de que, segundo ponderou o humanista Azevedo citado n'um capitulo supra, sobre o theatro romano das Pedras Negras houvesse desabado uma parte da montanha?

Não temos a certeza de que outras porções se esterroaram pelo norte sobre Villa quente?

Não nol-o explica Moreira de Mendonça, dizendo que, justamente por estes sitios, *fóra das portas de Sancto André, por baixo do castello, n'aquella parte* (palavras textuaes) *em que subia um caminho para a porta do Moniz,* havia varias moradas, que a tradição diz subvertidas com um desabamento do monte?[1].

Não temos a certeza do estrago consideravel que o terremoto de 1531 causou em toda Lisboa, e o de 1755 com muita especialidade em toda a freguezia de Sancta Cruz do Castello?

Não nos diz Frei Luiz de Sousa que no seculo XVI, n'um dos varios terremotos que houve, correu a costa do castello de Lisboa com tanto impeto de terra e penedia, que ia afogando o mosteiro da Rosa?[2].

[1] *Hist. dos terrem.*, pag. 55.

[2] *Hist. de S. Dom.*, part. III, l. II, cap. I, pag. 73.—O mos-

Quem nos affirma, pois, que não fosse muito mais accessivel a assaltantes em 1147 a configuração d'aquelle despenhadeiro? Note-se que no tempo da regencia da rainha D. Leonor Telles, em 1383, havia caminho franco para entrarem cavalgadas no castello pela porta da Traição, vizinha da do Moniz; por alli entraram os dez ou doze escudeiros de Affonseanes Nogueira, segundo conta Fernão Lopes[1]. Note-se mais, que essa mesma serventia, de que nem vestigio existe hoje, se conservou até 1763, pelo menos, como testifica João Baptista de Castro[2].

*

3.ª asserção: — A FAÇANHA DE MARTIM MONIZ EM NADA INVALÍDA OU PREJUDICA AS ESTIMADAS NARRAÇÕES DOS ESCRIPTORES COEVOS.

N'uma longa serie de acções destacadas, como as que constituem a historia de um cerco, uns contaram estas, outros contaram aquell'outras, e omittiram, por ignorancia, ou por incuria, ou de proposito, muitas circumstancias memoraveis. O que os inglezes praticaram achou historiadores; o que praticaram os allemães tambem os achou, e bem interessados por orgulho nacional. O muito que certamente praticaram os cavalleiros portuguezes achou o desdenhoso silencio dos estrangeiros, talvez ciosos, e a nossa proverbial desidia.

teiro da Rosa era onde é hoje o largo da Rosa ao pé de S. Lourenço, encostado á costa do Castello.

[1] *Chron. d'el-rei D. João* I, cap. 42.

[2] *Mappa de Portugal.*

E um feito apenas, escapo ao naufragio, conservado milagrosamente n'um archivo genealogico vetustissimo, lidam os mais auctorisados mestres em o escurecer, em o depreciar, em o reduzir a insensatez e a patranha!!

*

Ora raciocinando sem pensamento preconcebido, parece-me que a heroicidade de Martim Moniz, hoje erguida a demasiadas alturas, e demasiadamente carregada de flores pelas mãos poeticas de Castilho, póde reduzir-se ás suas proporções naturaes com o seguinte (e com isto me despeço do assumpto):

Como o abarracamento d'el-rei era para aquelle lado, natural é que os seus cavalleiros diligenciassem mais de uma vez assaltar Lissibona pelo norte. Tentaria pois Martim Moniz aquella porta n'alguma occasião que se lhe figurasse mais propicia; talvez de noite; talvez conseguindo primeiro surprehender as sentinellas, a exemplo de Santarem; talvez na occasião em que soubesse que a maior parte das forças mussulmanas accudira á defensão da torre do noroeste, onde foi a batalha final; e talvez tambem por ver que o terror houvesse feito desertar para a cidade baixa o grosso da guarnição do presidio.

Não se póde pois, me parece, calcular com certeza mathematica tudo que se deu, nem decidir sem appellação: o caso de Martim Moniz é falso.

Essa entrada bem póde ter coincidido com a

tomada da mencionada torre, na Ribeira; e assim, envolta na chusma de successos maiores, a nossa investida valorosa, mas já inutil, desappareceu das narrações dos estrangeiros, por isso que era inutil em absoluto, por isso que era portugueza, e ficou apenas assignalada fugitivamente n'um tombo de linhagens, graças ao desleixo proprio do tempo, e vulgar na nossa raça.

Se os escriptores fossem portuguezes, isto é, se houvesse em Portugal mais cultura e mais diligencia, tenho para mim que se não teria omittido a narração d'este successo. É a occasião de repetir com o leão da fabula bocagiana:

> Com mais razão fôra nosso,
> se os leões fossem pintores.

Aos meus olhos, aquella sobriedade (repito), aquelle mesmo laconismo do *Nobiliario* ainda realça mais o facto: era coisa tão sabida, que ao auctor pareceria superfluo o referil-a com pormenores.

*

Em quanto pois não apparecer em contrario prova concludente, acceito a tradição.

CAPITULO XX

O que significou á luz da historia peninsular a conquista de Lissibona. — Recorda-se ao leitor o fugitivo Boabdil. — A todos se deveu, e muito. — Echo da guerra por toda a Europa. — Estatue-se o cumprimento do estipulado. — Dissidencias entre el-rei e os chefes. — Flandrenses e colonenses sempre na opposição. — Um *meeting* dos descontentes. — A eguasinha do alcaide moiro reclama o seu papel n'esta chronica. — Difficil presidencia de Affonso Henriques.

Succumbira a final a meia lua. Com que dor profunda! com que indizivel angustia se entregavam aquelles valentissimos soldados!

E quando digo soldados, fallo da povoação toda, toda em alarma, toda fogo, toda dedicação, toda lagrimas, toda sacrificio.

Certo é que a tomada de Lissibona pelo regulo portugallez foi acontecimento, que deu brado em muita parte. Houve um fremito geral; deixam-n'o perceber contemporaneos; cantaram-se por essa Europa, e de todo o coração, os epinicios de tão assignalada victoria; adivinhal-o-hiamos, quando as provas escriptas o não comprovassem.

Aquillo foi bem mais do que simples bloqueio; foi oppugnação em fórma. Temol-a todos como

uma das mais interessantes paginas militares da historia da peninsula.

*

Quanto não deve á guerra a civilisação do mundo! No nosso modo acanhado de aquilatar os grandes, esquece-nos muita vez, que ao homem da guerra cabe não raro o papel ingrato de archanjo do exterminio, pairando de espada de fogo em punho sobre a face das nações, e executando a golpes de genio designios da Providencia.

Se a guerra traz cortejo de lagrimas e luctos, não os tem acaso a paz occultos na sua arregaçada de flores? Luctos, e lagrimas; eis ahi a partilha do homem; não lhe peçam outra coisa; outra coisa não lhe é dado a elle possuir. São lucto as suas galas; são lagrimas de sangue os seus sorrisos.

Os altos e baixos da chronica humana, este ir e vir da onda social, este crescer e decrescer da teia fallaz a que se chama *Progresso,* não tem sido tanta vez obra da guerra? Sem ella, sem os insoffrimentos da guerra, sem os seus sacões desesperados, sem as paixões que só a guerra accende, sem o vertiginoso embate das grandes massas blindadas de aço, sem o enthusiasmo que se desfralda dos guiões, sem o clangor possante da voz da guerra, sem o retroar sobrehumano da sua artilheria, que repercute nos eccos de todas as cordilheiras, sem o inexoravel da sua logica de morte, que é a logica suprema da vida, onde estava a historia? estagnava-se; onde ia a paz buscar a nobreza e

dignidade da sua inercia? onde ia o animo nacional retemperar-se para as luctas do trabalho, e para os abraços da confraternisação?

Singulares designios de um Deus que é todo amor! a guerra, pairando de azas abertas por sobre o reticulado mesquinho de provincias e fronteiras, é quem muita vez sustenta nos braços esqualidos e cruentos a cornucopia florída das civilisações!

*

E comtudo (sem saírmos da guerra que fórma o assumpto do presente livro) este progresso todo que nos trouxe a espada de Affonso, este passo agigantado para a christianisação do Occidente, para a implantação da Cruz, que é o amor, o bem, a luz, a caridade, a fraternidade, a fé, tem aos olhos do coração desconto grave.

Que historia humana se escreve sem lagrimas? Não póde o narrador deixar de ouvir, entre as sinistras alegrias da chusma vencedora, os prantos da civilisação que assim se baqueava ao embate dos guerreiros da Cruz.

*

Ha um pincaro, debruçado em ribanceiras, nos arredores de Granada, sobre o qual se ergue, empinada com as suas caiadas casinholas pobrissimas, a aldeia de Aldenhim. A esse cabeço melancolico chamam os naturaes *el ultimo suspiro del moro.*

Refere a lenda, que d'alli relanceou pela derra-

deira vez olhos marejados de agua o fugitivo Boabdil, depois da queda do seu imperio. Teve mão no cavallo; e todo voltado para o poente, e com a angustia dos que perdem tudo, chorou um adeus supremo, cortado de agonias sem nome, ao ninho que perdera!

Lagrimas em olhos de homem? sim, lagrimas em olhos de homem; só os cobardes é que não choram, porque não teem coração.

O ultimo suspiro do moiro de Lissibona exhalou-se alli, n'aquelle canto da cidade, onde a ultima peleja se travara. Assignalemol-o nós tambem algum dia com um padrão generoso, que a um tempo comprove a magnanimidade da nossa era, e a valentia dos nossos avós. Essas coisas civilisam.

*

Calculemos com que rapidez electrica se espalharia pelas divisões do exercito a noticia. Para varios pontos corriam alviçareiros a annuncial-a, e os grandes abalaram-se certamente a levar a elrei os seus pessoaes parabens.

*

Em boa e leal verdade:

A todos se deveu, e muitissimo. Deveu-se aos estrangeiros, e deveu-se aos de cá; aos actos de incrivel audacia e valor praticados pelos guerreiros de profissão, e aos exemplos e exhortações dos magnates da clerezia.

A palavra póde muito; mas aqui teve a Egreja mais do que a palavra, teve a acção. Andaram aquelles prelados litteralmente envoltos nas pelejas, e talvez carregados de lorigas e morriões, como o conhecido bispo vestido de ferro da tapeçaria archeologica de Bayeux[1].

De que rija tempera não eram os homens d'aquelles seculos! No proprio sacerdote transluzia muita vez o que quer que fosse do homem de armas, assim como as cathedraes, com as suas torres ameiadas, setteiras, e gigantes de granito, ostentavam, entre o apinhoado burguez da povoação, o que quer que fosse de castellos.

Toda a espada é cruz; nas mãos da Egreja medieval dir-se-hia que chammejava ainda a espada de Pedro.

*

A nós afigura-se-nos hoje, e com razão, o grande e inesperado feito da conquista da moirisca Lissibona assumpto de epopêa. Todo o successo grande da historia tem a sua photosphera, que rutila no firmamento escuro dos seculos.

Apesar das suas cruezas, das suas incertezas, das suas mesquinhezes, adiantou esta conquista (repitâmol-o) um dos mais notaveis passos na civilisação peninsular; foi a confirmação da soberania de Affonso, e por esse lado engastou uma perola nova na realeza da cidade.

[1] Descripção e apreciação da tapeçaria de Bayeux, e de outras, veja-se em nota no fim d'este volume.

É indizivel a sensação que tal noticia causou na Europa, e a anciedade com que de longe contemplavam o cerco; e é muito para ver a maneira, ás vezes minuciosa, como os chronistas estrangeiros, e os nacionaes, ficaram repetindo os echos de tamanho estampido.

Foi fama e voz por toda a terra — exclama um contemporaneo — *que ElRei Dom Affonso de Portugal jazia sobre Lixboa, e que cada dia com as companhas dos christãos que com elle estavam fazia grandes batalhas com os mouros* [1].

*

Previu logo o moço principe, com a sua sagacidade habitual, o alcance da victoria; e agradeceu ao Senhor o resultado.

Tratou-se do cumprimento do que se havia estatuido. Foram primeiro chamados o cavalleiro Fernão Captivo, um dos próceres portugallezes, e por parte dos francos o cavalleiro Herveu de Glanvill, talvez porque era capitão do grupo que mais se distinguira, e incumbiu-se-lhes o tratar e assentar com os moiros as bases da entrega, recebendo de lá cinco refens, para segurança de que as machinas de guerra não fossem inutilisadas de noite, e se não intentasse damno aos de fóra. Comminou-se mais aos maioraes de Lissibona que deliberassem, por todo esse serão, como haviam de

[1] *Chronica da fund. do most. de S. Vicente* — paraphrase portugueza do *Indiculum.*

entregar no dia seguinte a cidade aos vencedores, a não quererem tornar a experimentar a sorte das armas[1].

Á primeira vela da noite, já os dois commissionados levavam os refens a el-rei.

Ora nas paginas de Osberno está consignada uma singular circumstancia: essa entrega dos refens esteve para originar grandes dissidencias no arraial. Queriam alguns (e n'isso andaria talvez o intratavel Vitulo, nosso conhecido) que os refens fossem confiados aos estrangeiros, e não ao rei de Portugal, por temerem d'elle abuso de confiança.

Logo ao apontar da manhã de 22, reuniram-se n'um *meeting* (como se diria hoje) os turbulentos flandrenses e colonenses, e foram os commandantes, e outros militares respeitaveis pela edade, deputados ao arraial de D. Affonso. Queriam saber o que se deliberara; respondeu-se-lhes: a cidade ficará para el-rei; oiro, prata, e todos os mais despojos, pertencerão aos francos.

Assim cumpria a palavra do soberano o que se fixára no contrato.

Saíram os commandantes para deliberarem resposta[2].

*

E visivel o antagonismo, que Osberno deixa perceber, entre os do bando inglez, e os do bando colonense e flandrense. Este, a seguirmos á lettra

[1] Osberno. — *Port. Mon.* — Script. — pag. 403, col. 2.ª
[2] Osberno. — *Port. Mon.* — Script. — pag. 403, col. 2.ª

as opiniões do britanno, apresentou-se mais uma vez elemento de discordia. Aqui tomou como nunca tão odioso papel.

Custa a entender o que nos significa o minucioso chronista; creio porém que diz isto[1]: o grupo dissidente, já inimigo velho, estremeceu e enfureceu-se ao suspeitar que pretendiam espolial-o dos seus *direitos antigos:* isto é, segundo creio, do direito que lhe assistia, conforme a convenção[2], ao saque da cidade, ao preço dos resgatados, á partilha das terras havidas, e ás isenções de transito commercial para os seus navios.

Parece-me que ninguem sonhava em espolial-o do ajustado; mas talvez a attitude proeminente, que nos feitos do cerco tomara o bando inglez, fizesse tal ou qual sombra ás outras cohortes, e lhes deixasse temer parcialidade escandalosa d'el-rei.

Segundo Osberno, flandrenses e colonenses deram largas á sua nequicia e ao seu despeito; a ponto de que em todo aquelle dia negaram assenso ás opiniões alheias, e teimaram na sua; e depois (antecipemos um pouco), e depois, quando se chegou effectivamente a penetrar na cidade, talvez se tivessem rompido alli, ás portas da muralha vencida, os pactos de alliança, pela rivalidade recrescente das varias facções, a não vir providencialmente a mão divina sustar taes discordias civis.

[1] Vejam-se os periodos que decorrem desde *Fremit igitur et tabescit hostis antiquus* até *nexum conficeret.* — Osberno. — *Port. Mon.* — Script. — pag. 403, col. 2.ª

[2] Vide cap. IX d'este volume. pag. 103 e seg.

*

*

Tendo-se os commandantes inglezes, como acima disse, congregado para deliberarem o seu *ultimatum* a el-rei, succedeu o seguinte:

Andava na armada certo sacerdote de Bristol, homem de pessimos costumes, e até pouco limpo de mãos; revolucionario como os ha sempre; pescador de aguas turvas. Sabe Deus com que designio, entrou a inflammar com os seus embustes os animos da hoste ingleza, procurando convencer a todos, da injustiça de entrarem na mesmissima egualdade de partilha os flandrenses e colonenses, a quem se não devia tanto serviço como aos bretões.

Fez-se outro parlamento, alli mesmo, na praia; e teimava o enredador em mostrar á turba o quanto lhe ficava mal submetter-se ao que da sorte de tantos, tão valorosos na paz e na guerra, deliberava uma pobre minoria de poucos chefes. Bradava-lhes que sem o auxilio d'aquelles dissidentes, das Flandres e de Colonia, se tinham realisado os grandes feitos da guerra: a tomada do suburbio, a conquista de Almada; e que, se tivessem deixado os inglezes entregues ao seu proprio impulso, já Lissibona estaria subjugada desde muito[1].

Cresceu a furia contra Herveu de Glanvill com

[1] Vejam-se as obscuras palavras de Osberno, a pag. 403, col. 2.ª *in fine*.

muita especialidade. Era, como vimos, o chefe da primeira brigada da divisão ingleza, e merecera a el-rei o ser commissionado com Fernão Captivo, fidalgo portugallez, para o negocio dos refens. Levava-se a turba multa armada e furiosa, em numero de mais de quinhentos homens, para o arraial do soberano, e clamava em altos brados insultos vehementes contra Glanvill, acoimando-o de traidor, e de infame, pelo ver ligado com os interesses reaes.

É sestro frequente nas hordas desallumiadas o suspeitar traições nos grandes, o desconfiar dos seus melhores guias, e deshonrar-lhes as intenções. D'ahi, surgem então os exploradores, que em nome das falsas liberdades sugam o povo, sem elle o suspeitar.

Do arraial de D. Affonso saíram logo alguns maioraes ao encontro dos dissidentes, a fim de lhes refrearem os impetos intempestivos; e começou a solemne conferencia com os refens, ou emissarios dos moiros.

*

Viram estes desde logo que lavrava nas phalanges cercadoras innegavel desunião; quizeram talvez aproveital-a, e declararam que a cidade havia de render-se a el-rei e aos seus, como se tinha pactuado; aos francos porém, aos impios, aos infieis, que nem sequer aos seus chefes obedeciam já, recusava entregar-se a valente Aschbounah. Em taes conselhos, tão altercados e incertos, se consumiu o dia quasi todo.

Por fim ficaram os moiros n'isto: no caso de se consentir ao alcaide moiro, e ao genro d'elle, o poderem saír com todos os seus haveres, e aos cidadãos com todas as victualhas, entregava-se Lissibona. A não ser assim, tornar-se-hia a tentar a sorte das armas.

Os normandos e inglezes, que mais que ninguem padeceram as cruezas de tal guerra, annuiam, e julgavam honroso pospôr a uma parte do interesse a gloria da tomada de tão forte povoação. Os colonenses e flandrenses porém, só das cubiças inspirados, eram de opinião que se não concedessem condições, para de algum modo se compensarem as largas despezas da armada, e se vingar a morte de tantos companheiros[1].

*

Ha agora aqui uma coisa engraçadissima: parece que o alcaide moiro possuia (e os cruzados sabiam-n'o) uma egua arabe de grande estimação. É provavel que o tivessem avistado de longe, cá de fóra, uma ou outra vez, curveteando-se no dorso do gentil corredor, e que lh'o tivessem cubiçado; quem mais o tinha appetecido era o conde Arnoldo de Aarschot.

Resolveu-se pois no conselho, e muito a serio, que se concedesse ao alcaide o saír com todo o seu haver, menos a eguasinha[2]. E n'isto se concordou.

[1] Osberno. — *Port. Mon.* — Script. — pag. 404, col. 1.ª
[2] Osberno (*Port. Mon.* — Script. — pag. 404, col. 1.ª) chama

A meditação nocturna veio alterar o estatuido quanto ás condições da rendição. Continuaram os refens moiros firmes na sua decisão primeira; os francos, esses estavam por tudo: promptos á paz, promptissimos á guerra[1].

Accordaram todos, em que no dia seguinte se tentasse á força de armas a entrada na cidade[2], e voltaram aos abarracamentos.

*

Correu tumultuosa a noite. Indignados os colonenses e flandrenses, de que o soberano parecesse render-se, como elles suppunham, aos alvitres dos refens, sáem armados dos seus arraiaes, com tenção firme de arrebatarem das mãos reaes aquelles moiros. Houve geral confusão e rumor.

A meio caminho, entre o campo d'el-rei Affonso e o monte de S. Vicente, achavam-se acaso alguns grupos de inglezes deliberando e discutindo; viram a attitude dos colonenses, e foram annuncial-a a el-rei, ao passo que a voz de Christiano de Gistell, e a de Arnoldo de Aarschot conseguiam a custo reprimir os desordeiros; apresentam-se então ao soberano aquelles dois generaes, protestando-lhe fidelidade, e segurando-lhe quanto se achavam alheios aos desmandos da soldadesca.

ao bicho *jumentina*. Consultando os lexicons, e ouvindo Ducange, inclino-me a que não era, como primeiro julguei, uma jumentinha, mas sim uma egua. Valha a verdade.

1 Osberno. — *Port. Mon.* — Script. — pag. 404, col. 1.ª

2 Osberno. — *Port. Mon.* — Script. — pag. 404, col. 1.ª

El-rei, para quem certamente foi este final da campanha mais ingreme que o resto, pelo odioso das interminaveis discordias entre alliados, acceitou o protesto do chefe dos allemães, e do chefe dos flandrenses e colonenses, mas ordenou a essas hordas que depozessem as armas.

E dizia el-rei, segundo quer Osberno, que ao dia seguinte havia de levantar o cerco; porém que mais queria á sua honra propria, do que á tomada da cidade, pois a tinha em nada, se lhe faltasse a honra; que, já bem conhecedor das injustiças d'aquella milicia impura e atrevidissima, nunca mais a queria por alliada. Tornaram-lhe os francos que deliberasse el-rei o que entendesse no dia seguinte, e elles promettiam submetter-se; elle então socegou, e annuiu[1].

[1] Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 404, col. 2.ª

CAPITULO XXI

Entrada da cidade pelos seus conquistadores. — 24 de outubro. — Tropelias dos flandrenses e colonenses. — 25 de outubro, festa de S. Chrispim e S. Chrispiniano. — Saída da turba-multa moira por tres portas da cerca. — O hospital-barraca dos cercadores. — Menciona-se a veneravel imagem de Nossa Senhora da Enfermaria. — Procissão solemnissima de acção de graças. — As alegrias da victoria. — Eclipse lunar em 26 de outubro. — Um pensamento aos mortos.

No dia seguinte ao da rendição, foram os generaes estrangeiros prestar fidelidade, por si e pelos seus, a D. Affonso, para todo o tempo que em terras d'elle houvessem de demorar-se. E feito isso, concedeu-se aos moiros o que pediam para a entrega da cidade.

Tambem se decidiu, que antes de mais ninguem entrassem n'ella, á hora que se ajustasse, cento e quarenta guerreiros escolhidos do bando inglez, e cento e sessenta do flandrense e colonense; que a cidadella, ou alcáçova, se deixasse em paz, a fim de que os moiros ahi accumulassem todas as suas riquezas e todos os despojos que ao diante haviam de ser repartidos; que só depois d'esse arranjo é que o resto da cidade havia de ser perscrutado, a

ver se em alguma parte se encontravam mais preciosidades; que no caso de apparecerem n'alguma casa, o dono d'ella seria logo morto; e que finalmente, depois de assim vazia Lissibona, se daria licença aos habitantes para saírem[1].

*

Os dias que decorreram de 21 a 25 de outubro, não foram, apesar de tudo, isentos de receios. Com a sua prudencia costumada, quiz el-rei aperceber-se para a eventualidade de uma surpreza dos moiros que ainda por Cintra e pelo Alemtejo possuiam optimos presidios. As torres armaram-se, e continuaram as vigias no adarbe, e por ventura na torre de vela da alcáçova[2].

*

Chegou no emtanto a sexta feira 24 de outubro. Foi esse o dia escolhido para a posse da cidade. Dil-o o velho *Chronicon Lusitanum,* e até lhe marca a hora: meio dia[3]. Infelizmente Osberno, sempre

[1] Osberno, loc. cit.

[2] É o que deixa perceber a paraphrase portugueza do *Indiculum*, ed. do sr. J. M. Nepomuceno, pag. 27: *Entrarom os muros a de dentro, e poserom por cima d'elles muitas e mui desvairadas armas, e outros muitos bastimentos,* etc.

[3] *Tandem vero nono cal. Novembris, feria sexta, sexta diei hora, cepit civitatem.* (Apud Florez, *Esp. Sagr.*, t. XIV, pag. 427). Finalmente, a nove das calendas de novembro (ou a 24 de outubro), sexta feira, á hora sexta do dia (meio dia), tomou a cidade.

tão explicito, omittiu estas circumstancias chronologicas.

O que elle não omittiu foi pintar-nos a avidez e perfidia dos seus camaradas flandrenses e colonenses, que ao chegarem á porta de Lissibona (que não consta qual fosse) ainda ahi, no instante de estarem a findar as hostilidades, no momento da confraternisação, ainda ahi acharam modo de provar má camaradagem: pediram aos inglezes, em nome não sei de quê, licença para serem os primeiros que penetrassem. Deu-se-lhes; e elles como corresponderam á deferencia? entrando em numero de mais de duzentos além dos cento e sessenta determinados, sem fallar n'outros que se escoaram lá pela banda oriental, pelos escombros da muralha. Quanto aos inglezes, affirma Osberno que para cima dos seus cento e quarenta não penetrou nenhum [1].

A porta por onde primeiro irromperam os troços forasteiros, repito: não consta qual fosse.

Só em autores mais modernos se encontram indicações, que provavelmente nasceram da tradição oral confusa. Por exemplo: Duarte Galvão diz: *Entrou-se principalmente por a porta que ora chamam de Alfama, e deshi pelas outras portas* [2]. Acenheiro diz: Lisboa foi entrada *polla porta que ora chamão d'Allfama* [3]. Coelho Gasco diz: *A parte donde, ou por onde o magnanimo Rey Affonso en-*

[1] Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 404, col. 2.ª

[2] *Croniqua d'ElRei D. Affonso Henriques*, cap. XXXI.

[3] *Chron. D. Aff.* I, cap. VII,

trou com os seus principaes fidalgos, segundo me parece, foi pello arco que chamão hoje de Sam Pedro[1]. João Baptista de Castro, sempre tão meticuloso e exacto, diz: Pela porta do Mar, defronte do caes de Santarem, *foi invadida a cidade pelo exercito allemão*[2].

*

Continuaram notaveis as gentilezas dos invasores n'este saque. Osberno carrega a mão nos turbulentos cruzados da divisão II, conforme o seu costume, e attribue-lhes feitos diabolicos: não observaram a fé jurada, discorriam a um lado e outro em confusão medonha, roubavam, arrombavam portas, escancaravam as casas, insultavam os vencidos, contra todo o licito e costumado, espalhavam-lhes adrede os utensís e as roupas, chamavam seu ao que a final era para todos, e nem respeitavam sequer a sagrada immunidade das pobres raparigas moiras. Horrores sobre horrores, que, por desventura, são a historia de quasi todas as invasões[3].

E ainda fizeram mais e peor, se é possivel. Vão-se ao sacerdote maximo dos moiros, dignidade que já ahi contava seculos, e estrangulam-n'o[4]. Vão-se

[1] *Antig. de Lisboa* — mss. fl. 284.

[2] *Mappa de Portugal*, t. III, pag. 46, edição de 1870.

[3] Veja-se Osberno. — *Port. Mon.* — Script. — pag. 404, col. 2.ª

[4] *Episcopum vero civitatis antiquissimum præciso jugulo contra jus et fas occidunt.* Isso é textual de Osberno. Verdade

ao paço do alcaide, ou governador da cidade, fazem-lhe mudança muito summaria de todas as alfaias, e aprisionam-n'o. A sua eguasinha, tão cubiçada, por el-rei, por Aarschot, e por todos, foi Aarschot quem por suas mãos a arrebatou, o que lhe valeu um rude epigramma do alcaide, conforme lá vem em Osberno, epigramma pouco litterario, epigramma sangrento, que me dispenso de traduzir *(le latin brave l'honnêteté).*

é que elle diz *episcopum*, que póde tomar-se pelo pretendido bispo muzarabe; mas eu, attendendo ás razões que expendi acima, n'uma nota a pag. 105, attendendo a que nunca se vê citado nos innumeros concilios e synodos que houve na peninsula durante a dominação dos moiros em Hespanha, o nome ou a dignidade sequer do bispo de Lisboa; attendendo emfim a que não tinha razão de ser que estes *christãos*, filhos de *christãos*, pelejando pela idéa *christã*, matassem, por amor da arte, um bispo *christão* n'uma cidade já de *christãos*, inclino-me a que é mais um dos muitos lapsos de Osberno, que, ignorando o nome do cargo ecclesiastico dos vencidos, lhe chamasse, para mais clareza, ou por ironia, *bispo*. Saiba o leitor que tudo aqui são trevas, e que só ás apalpadellas se caminha.

Lembro-me de que no capitulo x do *Monge de Cistér*, Herculano faz dizer o bésteiro da tavolagem, Lourenço Braz: «*Que diabo de homem és tu? impas com duas sedes de vinho? o capellão da Mouraria Zein-al-Din ...... não creria ter quebrado o preceito*», etc. É tal qual este caso: o povo chama ao sacerdote moiro da mesquita da Mouraria (hoje o Colleginho) *capellão*, que é termo de christãos, da mesma maneira que Osberno por brevidade, por incuria, por ignorancia, ou por clareza, chama *bispo* ao dignitario maior da religião mussulmana em Lisboa (não sei se se denominava *muphti*, creio que sim).

*

Na presença de todos esses desmandos inqualificaveis, os normandos e inglezes, muito observantes da palavra e da religião, estacaram, e limitaram-se ao papel de espectadores, preferindo (nota Osberno) conservar-se illibados de toda a rapina, a violar a palavra dos seus pactos. Isso encheu de vergonha ao conde de Aarschot e a Christiano de Gistell; caíram em si, e supplicaram aos seus camaradas inglezes os acompanhassem no saqueio do resto da populosa Lissibona, esquecendo aquelle delirio, e remediando-se o mal feito[1].

*

O dia 25 é de gala para a Egreja. Foi o escolhido pelo monarcha para a sua entrada solemne e triumphal[2].

Nos templosinhos provisorios de S. Vicente, a leste, e de Nossa Senhora dos Martyres, a oeste, celebraram os capellães a festa de S. Chrispim e S. Chrispiniano, irmãos romanos martyrisados em Soissons no anno 300, heroicos confessores da Fé. Acabada a festa dos altares, seguiu-se a da cidade.

Desde a manhãsinha d'este dia 25, sabbado, começara a saída obrigada dos moiros para fóra das

[1] Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 404, col. 2.ª, 405, col. 1.ª

[2] O *Indiculum* latino diz por lapso que a entrada foi em 1148.

muralhas. Por tres portas ao mesmo tempo, e durando cinco dias a fio, até quarta feira 29, foram desfilando em lagrimas aquelles espoliados. Era uma turba interminavel. Parecia, diz o cruzado inglez, que a Hespanha inteira se achava contida, apertada, em Lissibona[1].

*

Antes de irmos adiante, é preciso saber-se de uma tradição, que nos conservou o laborioso D. Nicolau de Sancta Maria na *Chronica dos Conegos Regrantes*. É isto:

Junto de cada arraial fizera el-rei para os feridos uma especie de hospital-barraca (segundo hoje diriamos), uma enfermaria de tendas de campo, com seu altar ao topo, como hoje se usa ainda em muita parte, onde se pôz uma devota imagem da Virgem da Conceição, lavrada em pedra de Ançã, que el-rei trazia sempre comsigo, e á qual se ficou chamando por isso *Nossa Senhora da Enfermaria;* imagem muito milagrosa, a crermos memorias antigas do mosteiro de S. Vicente. Encontra-se vestigio d'ella, inequivoco, em palavras da Bulla passada pelo sancto padre Pio IV a el-rei D. Sebastião em 1561. Ahi se lê:

... *Olim, dum ... Alphonsus, Rex Portugalliæ primus, civitatem Ulixbonam a Sarracenis occupatam obsideret, unam capellam sub invocatione Beatæ Dei Genitricis semperque Virginis Mariæ de Infer-*

[2] Osberno. — *Port. Mon.* — Script. — pag. 405, col. 1.ª

maria nuncupatam extra muros antiquos dictæ civitatis, pro fidelibus, qui in ipsa obsidione et oppugnatione prædictæ civitatis vulnerabantur, aut aliter infirmabantur, et obibant ibidem curandis et sepeliendis, construxerit et fundaverit, etc.

Isto é:

... *Outr'ora, em quanto ... Affonso, primeiro rei de Portugal, cercava a cidade de Lisboa occupada dos sarracenos, construiu e fundou uma capella denominada com a invocação da Bemaventurada Mãe de Deus e sempre Virgem Maria da Enfermaria, fóra dos muros antigos da dita cidade, em favor dos fieis, que no referido cerco e assalto da mesma cidade eram feridos, ou por outro qualquer modo adoeciam, e para a tal capella eram levados para tratamento ou sepultura*[1].

*

D'essa mesma capella pois, de Nossa Senhora da Enfermaria, no arraial dos allemães, é que saíu n'este dia memoravel 25 de outubro, a caminho de Lissibona, pelos tortuosos matagaes da Alfungera, direita ás portas do Sol[2], uma solemnissima procissão commemorativa, em que ia el-rei, e todos os grandes, e todo o povo, e os colonenses, bretões, flandrenses, aquitanos, normandos, e portugallezes; verdadeiro triumpho capitolino das nossas armas, manifestação imponente de acção de gra-

[1] *Chron. dos Con. Regr.*, l. VIII, cap. II, n. 5 e 6.

[2] Adopto esse itinerario, por ser o das antigas procissões, que saíam de S. Vicente, segundo se lê em Sancta Maria, *Chron. dos Con. Regr.*, l. VIII, n. 5, pag. 150.

ças, onde, ás formosas ceremonias do ritual christão, realçadas com as nobres alfaias do despojo, accresceu a devota e vistosa concorrencia de toda a frota, a dos captivos, a de povoações longinquas, ebrias de alegria expansiva, depois de quatro mezes de trabalhadas incertezas.

Com o fervor das crenças n'aquella era, e com a bizarria do soberano, está-se a ver que esplendida que foi a procissão, com as suas intermina-veis filas de soldados, monges, e clerigos, as suas armas rutilantes, as suas cruzes, os seus pendões heraldicos, e o vozear solemne e espaçado das litanias christãs.

Lá vem primeiro o arcebispo de Braga, D. João Peculiar! lá veem os bispos: D. Menendo Godines! D. Odorio! D. Pedro Pitoes! todos de cruz alçada, conforme diz Osberno, que viu desfilar o prestito, e n'elle tomou parte[1].

Lá veem os capitães da frota! lá vem Herveu de Glanvill! lá vem o Childe Rolim! D. Ruberte! D. Ligel! D. Guilhim de Licorne! lá vem o conde Arnoldo de Aarschot! lá vem Saherio de Archelles! lá vem Simão de Dover! lá vem Guilherme Vítulo!

E agora lá veem os nossos! lá vem Payo Guterres! Pero Viegas! Fernão Captivo! Payo Delgado!

E agora lá vem el-rei, a pé e descoberto, com a sua loriga, e o seu ar entre severo e prazenteiro, e a sua estatura de gigante, que a todas as demais vai abatendo.

[1] Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 404, col. 2.ª

Oh! quanta alegria em todos! — brada Osberno, o mais antigo narrador de tamanha festa. — Oh! gloriosas alegrias! Oh! quantas lagrimas, que rios de lagrimas, quando se viu, de todas as partes da cidade e do arredor, em honra de Deus e da Virgem Maria, erguer-se lá no alto da torre mais sobranceira da alcáçova, o pendão da Cruz, entre o concertado das vozes, que diziam *Te Deum laudamus* e *asperges me!!...*[1].

E exclama outro contemporaneo, o monge Otta: Entrou el-rei em triumpho, com todo o seu exercito, entre a alegria geral; e ressoavam nas egrejas os louvores a Deus, e as graças immensas pela victoria que o ceo nos concedera[2].

E assim caminharam até á alcaçova, segundo parece deprehender-se das palavras de Osberno. E diz a tradição que renderam graças a Deus na mesquita purificada, a que el-rei poz nome de Sancta Cruz, e el-rei ficou habitando no proprio paço do alcaide moiro.

Tomada Lixboa — conta o minucioso Antonio Coelho Gasco, autor da *Primeira parte das antiguidades da mui nobre cidade de Lisboa*[3] — *o victurioso e sancto Rey se foy apousentar nos passos delrey mouro, que são hoje os d'alcaceva, nome corrupto de alcacer, que quer dizer em lingua Arabea Castello. E a mesquita dos mouros, que estava dentro nesta alcaceva, a mandou sanctificar e alimpar, e*

[1] Osberno. — *Port. Mon.* — Script. — pag. 404, col. 2.ª

[2] *Indiculum.* — *Port. Mon.* — Script. — pag. 92, col. 1.ª

[3] Manuscripto da Bibl. Nac. de Lisboa. — B — 15 — 8 — fl. 284 v.

chamou-lhe Sancta Cruz, por amor do dia da tomada d'esta Cidade[1].

Depois de arvorada a Cruz na torre maior da alcáçova, deu el-rei a volta a pé aos muros do castello[2].

*

Cá fóra Lisboa parecia outra. As tristezas da vespera trocaram-se agòra em enthusiasmo. Percorriam-n'a os cercadores em todas as direcções, examinavam tudo, a um lado, a outro, entranhavam-se affoitos na sua dilacerada presa, como o caçador da Lybia se acerca emfim do leão derrubado e morto, e lhe reconta uma por uma as garras inoffensivas, cheio de pávido alvoroço, e lhe arreganha o beiço para lhe contemplar a salvo a cruenta guela anavalhada, e lhe arranca do peito agora mudo a setta que o varou.

As janellas arrombadas de innumeraveis casas meio derruidas pelas catapultas, olhavam, com a fixidez de olhos vasados, a passagem ruidosa dos grupos.

A alcáçova inundada do nosso formosissimo sol

[1] Essas palavras commenta-as o sr. Mendes Leal nos seus citados *Monumentos nacionaes* assim:

A aposentação temporaria na alcaçova, ou castello, e a sagração de Sancta Cruz, que ainda hoje conserva o nome, são circumstancias summamente verosimeis, vista a necessidade, aqui tambem reconhecida, de preparar e purificar a mesquita principal da cidade para o restabelecimento da sé episcopal n'esse edificio.

[2] Osberno.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 404, col. 2.ª

de outubro, que não tem rival no mundo, queria sorrir-se, obrigavam-n'a a sorrir-se, e rutilava de colchas e pendões.

As torres da muralha, em parte derrocadas e feridas, presenciavam mudas aquelle definitivo aproximar dos odiados christãos; e ao longo do nosso Tejo a Ribeira resplandecia de luz e chumbava de gente.

Tinham-se acabado os odios; tinham esfriado as rivalidades; confraternisavam todos á uma n'um pensamento só: a victoria; na idéa de um só conquistador: Deus.

Pelas casas e mesquitas desamparadas entravam e saíam, como em domicilios proprios, as phalanges theutonicas, as aquitanas, as normandas, as portuguezas. Abraçavam-se entre si; e na sua mescla de idiomas forcejavam por entender-se, bebendo em ondas o nosso phalerno peninsular.

Foi um delirio, d'estes de que nada, no nosso viver descrente e prosaico, sabe já hoje dar idéa.

*

No dia seguinte, 26 de outubro (coincidencia notavel!) deu-se eclipse de lua, ás 11 horas da manhã, annular e visivel na Europa; assim como em 17 de maio se dera outro. Para as imaginações supersticiosas do seculo, não passou de certo despercebido o symbolismo astronomico[1].

[1] Ha uma nota de Castilho (Antonio) a este respeito no seu *Quadro historico* da tomada de Lisboa.

*

A tudo isto seguiu como consequencia o render-se logo o castello de Cintra, e o de Palmella, desamparado pela fuga da sua guarnição[1]; e depois o de Almada; tudo no mesmo mez[2].

*

Foi o despojo de Lissibona repartido generosamente pelos guerreiros. Aos que se ficaram, e foram muitos, fez el-rei largas mercês; com aprazimento geral lhes concedeu as liberdades justas que pactuara, e aos cabeças de mais fama deu senhorios, como a Azambuja, Villa-Verde, a Atouguia, a Lourinhã, *terras chãs,* ou baldios, ainda áquelle tempo. Aos que houveram por melhor abalar-se, ou para suas patrias, ou para a Palestina, presenteou com valiosos donativos: panos de oiro e seda, aljofares, ou perolas, e muitas outras joias[3].

De mais, encontraram-se covas contendo para cima de oito mil cargas de trigo e cevada, e de doze mil sextarios de azeite[4]; reforço muito bem

[1] Osberno. — *Port. Mon.* — Script. — pag. 405, col. 1.ª

[2] Livro de Noa de Sancta Cruz. — *Hist. Gen.* — *Provas* — t. 1, pag. 376. — *Port. Mon.*, etc.

[3] Paraphrase do *Indiculum*, ed. do sr. J. M. Nepomuceno, pag. 30.

[4] *Inventa sunt in fossis admodum* VIII *millia summarum tritici et ordei, olei autem admodum* XII *millia sextariorum.* — Osberno. — *Port. Mon.* — Script. — pag. 405, col. 1.ª

vindo, certamente, em tão extraordinaria conjunctura.

....

*

E ninguem pensava talvez já nos mortos! e ninguem relembrava uma por uma as proezas d'este e d'aquelle, a valentia de tal cavalleiro, a cega dedicação de tal bésteiro, que ora jaziam adormecidos nas suas covas. Teem esse triste condão os mortos: passam depressa.

Nós outros deixemos-lhes gravada n'este logar a sua cruz; e cada vez que passarmos pela magestosa frontaria dos Conegos regrantes de S. Vicente, ou pela rua do Ferregial de cima, junto ao largo de S. Francisco, onde foi o cemiterio, demos-lhes, áquelles martyres de um pensamento grande, a esmola sequer de uma saudade!...

....

CAPITULO XXII

Mencionam-se as varias fontes que teve o autor para estas indagações. — O cruzado Osberno. — A sua preciosa epistola. — Incuria portugueza. — Injustiça dos cruzados escriptores para com o nosso monarcha. — O cruzado Arnulfo. — A sua epistola narrativa. — O *Indiculum*. — O chronicon de Dodechino. — O chronicon de Roberto do Monte. — O livro de noa de Sancta Cruz de Coimbra. — As chronicas do seculo xv e xvi. — Os *Quadros historicos* de Castilho. — Homenagem á *Historia de Portugal* de Herculano.

Agora que findei, permittam-se-me sobre a obra em si mesma algumas considerações.

Eis aqui tem o leitor as variadas fontes de que dispuz para reconstruir aquelle periodo importantissimo da nossa historia:

*

1.ª fonte. — A epistola do cruzado Osberno.

Não se sabe quem fosse Osberno; era algum militar inglez, curioso, observador, e que na sua bagagem trazia junto das armas a penna e alguns livros. Devemos muito ás informações minuciosas

de Osberno (talvez este nome seja versão alatinada de Osborn, nome proprio, que em francez velho se traduz Osberne); mas, a meu crer, não podemos seguil-o sem critica.

Não é para admirar quanto na sua epistola deixou Osberno claramente pintado o caracter da sua raça. O inglez toma apontamentos intelligentes, sempre com o fito na utilidade, e forcejando sempre realçar a sua gente. Os nossos é que, por via de regra, nada observam; se observam, guardam para si a observação; sestro já antigo, de que era tempo nos fossemos emendando. As melhores relações do cerco do Porto de 1833 (dizia-me um amigo meu que o estudou), as mais minuciosas, são por certo as dos officiaes britannicos. Por toda a parte onde passa o militar inglez deixa assignalado o seu vestigio.

Outro exemplo, e é de antes de hontem: a guerra do Bonga. Quem a conhece a fundo? quem a escreveu? Era portugueza.

Outro exemplo ainda, e é de hontem: a guerra dos zulus. Ha já a seu respeito uma livraria. Conhecem-se-lhe os ultimos pormenores; fizeram-se relações minuciosas, verdadeiros autos de corpo de delicto directo, e até indirecto, das intrincadas e difficillimas batalhas d'aquella campanha. Era ingleza.

Osberno viu; foi actor e testemunha de muitos pontos da sua breve chronica; assistiu, como combatente, a este cerco magnifico; e ao passo que dos portugallezes ninguem de certo se lembrou de escrever o que passava, o militar bretão, por vangloria nacional, por habito, por incumbencia,

por desenfado, fosse por que fosse, escreveu, e assignalou.

Escreve bem, apesar do seu latim barbaro, que tanto me deu que fazer; tem um certo pittoresco sobrio, degenerando em magreza de estylo, mas que tira realce da sua mesma singeleza marcial de expressão. Não descreve; narra; copía apontamentos, quando muito, na maior parte dos casos, mas encanta, e ás vezes lembra o antigo. As suas prosopopêas, os grandes rasgos contados com lizura, lembram, no seu tanto, alta historia; os seus sentimentos religiosos de bom cavalleiro, palpitam no seu dizer, nas suas mesmas superstições, inspirados de um coração valente, que, bem se vê, batia sob uma cruz.

Noto porém pela centesima vez que pouco menciona os feitos do exercito do rei Affonso; e quando os cita, é para os amesquinhar; isso é usança ingrata de forasteiros; felizes nós quando o não é tambem dos nacionaes de ca. Ora esse silencio offensivo, e esses insultuosos commentarios, não póde a critica imparcial de hoje em dia deixar de os registar, dando a taes negativas de desdem o seu logar e a sua valia.

Não é isto em mim querer, por um falso pundonor nacional, acanhar forasteiros, ou reivindicar para os nossos glorias descabidas. Não venho exalçar, nos raptos de rhetoricas fallazes e consuetudinarias, os serviços de Affonso e dos seus cabos á causa da nacionalidade e da cruz. Observo bem a minha intenção, e affirmo que me não movem esses motivos egoisticos. O que só quero é des-

truir a idéa, que nas entrelinhas de Osberno está patente, de que á expedição dos *francos* se deveu tudo, e ao vencedor de Ourique e de Santarem só coube o papel de comparsa, quando muito.

Fiz notar, com certa insistencia, ao leitor, quanto el-rei carecia de forças navaes para o projecto da conquista d'esta cidade essencialmente maritima; isto sim, que é verdadeiro; mas não posso consentir que aos homens, aliás valentissimos, vindos do mar, caiba a gloria inteira e indisputada do assalto.

O manuscripto da epistola de Osberno existe na bibliotheca da universidade de Cambridge; mas não é o original; é, segundo Herculano[1], lettra antes do seculo XIII que do seculo XII. Foi cuidadosamente copiada por um habil paleographo inglez, Mr. Hamilton, a pedido do nosso governo; e o intermediario foi o então secretario da nossa legação em Londres, o meu amigo sr. visconde de Figanière.

*

2.ª *fonte.*—A epistola do cruzado Arnulfo. Mais resumida é ella que a primeira, e fidedigna tambem a muitos respeitos; não attribue com tanto ciume o vencimento aos estrangeiros, e resvala sobre muitos pormenores. Quem fosse Arnulfo, tambem não consta. O destinatario da sua carta foi o bispo de Thérouenne, Milo, ou Milão, o mesmo prelado que abençoou as naus da expedição, segundo contei no logar respectivo.

[1] *Port. Mon.*— Script.—pag. 391.

*

3.ª *fonte.* — O *Indiculum fundationis monasterii Sancti Vincentii.*

Pela primeira vez o publicou Frei Antonio Brandão na *Monarchia Lusitana*[1], e depois reproduziu-o Herculano nos *Portugalliæ Monumenta historica*[2].

D'este curiosissimo escripto foi feita n'um portuguez, que me parece do seculo XV, e me lembra muito a algaravia sincera, mas ainda tão pouco litteraria, de Christovam Acenheiro, uma traducção, ou antes paraphrase, que saíu impressa em 1538 por ordem d'el-rei D. João III. Segundo aponta o sr. José Maria Nepomuceno, escrupuloso reeditor d'esse opusculo em 1873[3], o motivo por que el-rei o mandou imprimir foi o ciume (aliás desculpavel) com que no cartorio do mosteiro de S. Vicente se guardava o *Indiculum* original, com tamanha avareza que (palavras de Frei Antonio da Purificação[4], citado pelo sr. Nepomuceno) *se não consentia que alguem o tomasse na mão para o ler, nem mesmo aos historiadores e chronistas do reino.*

O *Indiculum* latino original é minucioso nas

[1] Parte III, ed. de 1632, fl. 291.

[2] Scriptores — pag. 91.

[3] Ao favor do sr. J. M. Nepomuceno, por obsequiosa intervenção do nosso commum amigo o sr. José Maria Antonio Nogueira, devo o exemplar que possuo d'esta reimpressão. —Porto, 1873, 4.º, 1 folh.

[4] *Chron. dos Eremitas de Sancto Agostinho,* t. I, pag. 99 v.

circumstancias; por tudo se me afigura nascido cá, e traçado de mão portugueza. Predomina a idéa nacional, o que não succede nos outros chronistas forasteiros do cerco; a principal figura, do primeiro plano, é el-rei. El-rei é o sujeito de todas as orações, o autor de todos os discursos, de todas as ordens, a alma de toda a narrativa; e quando o narrador falla dos estrangeiros, nota com certo orgulho que de bom grado acceitaram que os commandasse o soberano; *jussa regis libenter suscipientes*.

Chamei ha pouco aos dois collaboradores d'esta obra contemporaneos do cerco.

Ora quanto a isso de contemporaneos, verdade seja que ha sua duvida. Herculano, abalado por varios argumentos diplomatisticos, e por anachronismos que n'este tal documento farejou, com o seu notavel instincto, inclina-se a tel-o como posterior a 1211, isto é, como nascido no reinado d'el-rei D. Affonso II, o que é o mesmo que dal-o como sessenta e quatro ou sessenta e cinco annos, pelo menos, posterior á guerra. Sendo assim, custa a crer que o escrevessem testemunhas presenciaes do cerco (ainda que não era de todo impossivel).

Mas julgo provavel uma coisa: n'aquellas eras antigas, como não havia imprensa, as cópias de mão eivavam-se necessariamente de inexacções, e adulteravam-se de anachronismos no correr dos annos. Essas successivas edições a retalho de um escripto qualquer padeciam de cada novo amanuense interpolações ás vezes importantes, que depois davam azo a que o fino criterio dos histo-

riadores regeitasse das fontes lidimas taes documentos de avariada chancellaria.

Assim, o *Indiculum* «tornado do latim em linguagem» é tanto o velho *Indiculum* da Monarchia Lusitana, e dos *Portugalliæ Monumenta*, como a paraphrase moderna de um codice antigo é o mesmo codice.

O traductor do Indiculum teve por ventura outros subsidios historicos, pondera, e muito bem, o sr. José Maria Nepomuceno.

*

4.ª fonte. — O chronicon de Dodechino, ou Dudechino, abbade do mosteiro de S. Disibodo, nascido em Trèves no seculo XII. Foi Dodechino o continuador até ao anno de 1200 do chronicon de Marianno Scoto, que toma desde o nascimento de Christo até 1083. É contemporaneo e testemunha do cerco; pelo menos da viagem. Succinto, mas fiel.

*

5.ª fonte. — O chronicon de Roberto do Monte, abbade do Monte de S. Miguel, d'onde lhe provem o cognome. Nasceu Roberto em Thorigny, na Normandia, sujeita á Inglaterra. Morreu em 1186. O livro d'elle é a continuação do chronicon de Sigeberto, frade da abbadia de Gemblours, fallecido em 1112.

*

6.ª *fonte.* — O livro de noa de Sancta Cruz de Coimbra, ou chronicon Conimbricense. É tambem contemporaneo. Existe desde 1853 na nossa academia real das sciencias.

*

7.ª *fonte.* — As nossas chronicas do seculo XV e XVI. Essas, por desgraça, trazem o sêllo da incuria. Modeladas, como o foram, pelas de Froissart, quem não vê n'ellas a amplificação desfarçando a cada passo a verdade? quem não vê n'ellas (exceptuando Fernão Lopes) formosas canções de gesta em prosa valente, illuminadas do patriotismo balôfo e ôco de idades sem critica? Portanto, só n'um ponto ou n'outro, e muito a medo, podem servir de guia, principalmente depois de excluidas, como o foram por Herculano, *do numero das legitimas fontes historicas*[1].

De outros papeis anteriores, verdade seja, quando não fosse da tradição oral das familias, se sacaram as nossas chronicas; não são meros romances de cavallaria brotados, como Minerva em armas todas, de dentro do cerebro de seus autores. Algures encontraram elles, já nos chronicões fradescos, já nos cartorios nobiliarios, já nas tradições dos doutos,

[1] *Hist. de Port.*, 4.ª ed., t. I, pag. 284.

já nas lendas populares, a origem de tudo que nos transmittem; consultaram sem duvida papelada que se nos perdeu. Duarte Nunes, não estamos todos a ver como plagiou servilmente o seu antecessor, o illustre chronista de D. Pedro, D. Fernando, e D. João?

Não temos a de mais plena certeza de que antes de Duarte Galvão existia na cartorio de Sancta Cruz de Coimbra uma historia antiquissima de Portugal escripta em latim? dil-o alto e bom som o nosso André de Rezende[1].

Apesar porém da sua alta valia litteraria, apparecem-nos todos aquelles registos quinhentistas tão eivados da lisonja cortesanesca dos seus assalariados escrevedores, que o pensamento preconcebido lhes diminue a veracidade, e lhes empana o brilho historico.

*

8.ª fonte.—Existe, sem duvida, mas não a achei: quero fallar das relações de escriptores arabes.

[1] ... *Proferemus ... regni publicos annaleis, et Alphonsi Henrici primi Lusitanorum regis historiam; non modo hanc, quæ lusitana lingua circumfertur, a Duarte Galvano viro nobili et eruditionis variæ, non tam compositam, quam in epitomen redactam, sed antiquam, ab ipsius regibus temporibus latine, ut illa ferebant tempora, scriptam, quæ a Sanctæ Crucis conimbrigensis, ubi idem rex sepultus est, canonicis reverenter adservatur.*—Resposta á epistola de Bartholomeu de Quebedo.—Folheto na Bibl. Nac. de Lisboa.—Reservados. —A—3—23.

*

Oiço agora uns criticos pouco benevolos, e nada justos, admirados (indignados talvez) de que eu tomasse a mim tarefa semelhante, depois que os *Quadros historicos* de Castilho, e sobretudo a *Historia* de Herculano, trataram larga e detidamente o assumpto. Responderei (para isso é que estou aqui).

Esses é que são os ossos do officio de escrever: ter um escriptor obscuro de acceitar muita vez confrontos que o esmagam, e não poder, por mais que o deseje, esquivar-se-lhes.

Eu bem sabia que tinha aquelles dois predecessores; mas porque passaram em triumpho não havia eu de passar tambem, embora escoteiro e sumido, com o meu fardel novo de conjecturas? Quem m'o prohibia? elles não, que são grandes, e teem a magnanimidade da grandeza.

De mais a mais, eu nunca pozera fito em alta historia; conheço-me bem. Aspirava apenas, e aspiro, a traçar umas paginas *à l'usage des gens du monde,* uns singelos livros de vulgarisação.

Ora como se podia tratar a Lisboa moira, sem se lhe narrar a custosissima tomada?

Uma de duas: ou não escrever esta *Lisboa antiga,* ou acceitar-lhe os contras e as tarefas improbas. Se me não atrevia com ellas, tirava d'ahi o sentido, e ia *flanar* para o Chiado, e encostar-me aos hombraes da *casa havaneza.* Se queria trabalhar a serio, havia de pintar com côres minhas,

e estudos exclusivamente meus, o grande quadro da campanha com os moiros.

Eu bem pressentia o que me esperava: o terrivel confronto. Mas perguntava a mim proprio: não será fatuidade isso mesmo de me retrahir? não será orgulho o admittir possibilidade de comparação?

Que fiz? Comecei, sereno, firme, sem reler a obra de Herculano, nem a de Castilho, que já não tinha bem presentes no espirito. Procedi como se fosse o primeiro que pintava aquella guerra. Fui-me ás fontes: aos nobiliarios velhos, ás cartas dos cruzados, a muitos opusculos coevos, ou quasi, d'onde me podiam provir boas tintas. Quando tinha os materiaes, gisei a tela, esbocei, e trabalhei seguido.

Ao concluir, exhausto de cançasso, li os *Quadros historicos* e a *Historia de Portugal,* e aproveitei-me então, quanto me era licito, do trabalho dos meus predecessores.

Para de todo não desanimar, fortaleci-me com a idéa de que o meu labutar fôra sincero e consciencioso; e se qualquer d'elles me excedia (nem admirava que excedesse) no estylo, na linguagem, na investigação, e no criterio historico, o que me consolava era ver que eu seguira caminho diverso do de ambos.

Fiz porém mais do que tomar-lhes o mesmo assumpto. Quando entendi que me devia apartar de alguma opinião dos mestres, lealmente declarei que me apartava, e o por que me apartava. Não sou dos que seguem servilmente a palavra dos ora-

culos; preciso convencer-me, e sigo-os depois. Mas não sou tambem dos que se teem em tão pouco a si proprios, que não coram de enlamear os seus creditos com as grosserias villãs que julgam arremeçar aos veteranos. Isso nunca. Dispute-se, mas em termos. O respeito ás cãs, ao talento, ao trabalho, á virtude, não é virtude, é simples dever. Entendo que a opinião é liberrima; entendo porém que a fórma é tudo. Discutiria (se fosse necessario) com um Pontifice; n'esse caso discutiria de joelhos.

Quanto a este livro, tenho a certeza de que o grande Herculano, se podesse ouvir-me, não levaria a mal, antes applaudiria, a liberdade que tomei; sinto que é mais um preito ao seu indiscutivel merecimento.

De mais a mais: isto não é em mim pelejar com um morto. Herculano não morreu; para a admiração está vivo em todos os cultores de lettras; para a veneração está vivo em todos os portuguezes.

*

Em summa: a obra ahi fica; e se a quizerem julgar, julguem-n'a.

CAPITULO XXIII

Reliquias historicas

Se algum estrangeiro, lido em assumptos portuguezes, nos perguntar alguma vez qual é a estatua, qual é o padrão, qual é a inscripção, qual é a columna, que em Lisboa perpetúa a memoria d'esta famosissima campanha (custa a dizer, mas é certo), pouco temos que lhe responder.

A egreja de S. Vicente é moderna; o que tem do antigo é pouco mais que o logar. A dos Martyres nem isso. O seu sitio era na rua do Ferragial de cima (antigamente chamada rua direita dos Martyres), quasi defronte do palacio do sr. Mendes Monteiro (que foi dos srs. Bessones), ao topo da calçada de S. Francisco. Ficava onde são as primeiras casas altas e novas, que bordam a rua pelo lado do norte, e que teem uns vinte e sete annos.

Ahi se conservou seculos a egreja de Sancta Maria dos Martyres, com as vicissitudes que a seu tempo veremos; até que na reconstrucção geral que se seguiu ao terremoto de 1755, se entendeu

dever mudal-a para a rua das Portas de Sancta Catharina (hoje rua de Garrett); e assim acabou até o proprio vestigio antigo do logar.

*

E no emtanto (grande é o poder da tradição) ficou, já nos usos officiaes, já nas costumeiras populares, um ou outro fugitivo documento, que nos está remontando ao anno de 1147.

Vejamos.

§ I

No dia 25 de outubro deve haver na Sé commemoração annual da tomada de Lisboa: *Te Deum* a secco (isto é, só a vozes), procissão dentro no templo com cantochão, e depois Missa solemne[1].

Haverá vinte annos, segundo ouvi, saía ainda a procissão com todo o cabido até á ermida de S. Chrispim; o deão incensava, e retirava-se o prestito na mesma ordem em que fôra. Tudo acaba, sem motivo, graças a esta incuria que nos roe os ossos! Foi o mesmo que succedeu ás commemorações officiaes da batalha de Aljubarrota: a grande procissão até á Sé em dia de S. Vicente, a outra em dia de S. Jorge, a outra em dia dos Martyres, a outra em vespera da Natividade da Virgem; fes-

[1] Almanach ecclesiastico da archi-diocese patriarchal de Lisboa para 1883, pag. 56, e informações colhidas na mesma Sé.

tas que se executaram desde 1385 até 1581, e foram supprimidas (é claro) com a entrada dos castelhanos[1].

Este anno de 1883 nem sequer Missa tivemos. Entrei na Sé, vi tudo apagado e deserto, perguntei a um maceiro:

— Diga-me uma coisa: já acabou o *Te Deum?* foi então mais cedo do que eu suppunha.

— Qual *Te Deum,* meu senhor?

— O de acção de graças por termos conquistado Lisboa (e ao dizer isto, sentia-me Childe Rolim do seculo XII).

— Não houve este anno; nem Missa.

— Obrigado; desculpe o incommodo.

Eu não pretendi saber o motivo. O motivo será falta de dinheiro; é o que serve para justificar tudo. E d'ahi, Lisboa já nós a temos na algibeira; as acções de graças talvez sejam escusadas.

*

O que nos demonstra o archivo da camara municipal de Lisboa é a alta antiguidade d'esta commemoração annual, com mais latitude, e feição diversa da que ultimamente possuia.

Era praxe antiquissima celebrar-se o dia 25 de outubro anniversario da tomada de Lisboa — pondera o sr. Eduardo Freire de Oliveira — *indo a*

[1] Procissão annual pela victoria de Aljubarrota mandou-se renovar em vespera de Sancta Maria de Agosto. Decreto de 7, e Provisão de 12 de junho de 1641. — Manuel Fernandes Thomaz, *Repertorio.*

camara com o cabido e communidades, processionalmente, da egreja da Sé á de S. Vicente de Fóra[1].

Quando o uso principiasse, não consta. A primeira providencia que no assumpto se me depara é a carta regia de 23 de outubro de 1492[2], recommendando á camara celebrasse a procissão commemorativa do grande dia 25.

No anno seguinte, 1493, a carta regia de 21 de outubro insta com os vereadores, ordenando-lhes não *esqueçam* nunca mais a dita solemnidade, e não esperem por novas determinações no assumpto[3].

Parece que apesar de tão sensatas e justas insistencias, *o tempo foi gastando a lembrança* da procissão civico-religiosa; e, segundo as palavras textuaes de um documento do municipio, já em 1575 deixara ella desde muitos annos de se realisar. Diz el-rei D. Sebastião á camara em 29 de setembro d'esse anno:

Pelo que vos encomendo muito e mando, que daquy em diante ordeneis e façaes esta proçissão no dia d'estes santos Martires (S. Chrispim e S. Chrispiniano), *a qual irá da Sé a S. Vicente de fora, como sempre foy, e a Cidade irá nella como vay nas outras proçissões solenes, e em tudo o mais se fará com aquella solemnidade e veneração que se requere, pera que vá em creçimento a lembrança e devoção de tão grandes Santos, e da mercê e beneffiçio que a cidade reçebeo em seu dia; e pera que esta pro-*

[1] *Elementos*, pag. 364, nota.
[2] Ibid., citando o l. 1 de Festas, fl. 8.
[3] Ibid.—L. 1 de Festas, fl. 10.

çissão vá tão acompanhada como he rezão, escreuo tambem ao arçebispo que ordene que vá sempre nella o cabido, e se repiquem os sinos de todas as Igrejas, e se ponham nellas bandeiras[1].

Foi certamente como consequencia d'esta instante carta, que na sessão do dia 20 de outubro de 1575 *assentaram os senhores, presidente, vereadores, procuradores e mesteres* (como se fosse coisa nova), *que no ... dia 25 do mez de outubro se faça em cada um anno procissão solemne, da sé d'esta cidade a S. Vicente de fora, em que irá a cidade com os cidadãos d'ella, com suas varas, e a bandeira da cidade que levará o juiz do civel d'esta cidade, como está por ordenança ir nas outras procissões em que a dita bandeira vai*[2].

Digam-me se havia usança mais acertada, solemnidade mais respeitavel do que esta. Conciliava-se a gratidão a Deus com o apreço dos feitos humanos, e mantinha-se tradicionalmente o brio nacional.

Pois isso mesmo acabou. Esteve Affonso Henriques a pelejar, e Childe Rolim, e Payo Delgado, e os inglezes, e os flamengos, e os lotharingos, para passados setecentos e trinta e seis annos um maceiro somnolento e indifferente responder a um curioso:

—Não tivemos festa este anno; nem Missa.

[1] *Elementos*, pag. 366, nota, citando o l. I das Festas, fl. 101.

[2] Arch. da cam. mun. de Lisboa, l. III do *registo de officios, regimentos, e alvarás* dos senhores D. João III, D. Sebastião, e D. Filippe I, fl. 47, citado a pag. 87 dos *Elementos* do sr. Eduardo Freire de Oliveira.

§ II

No mesmo dia 25 é hoje costume cantar-se, a expensas da irmandade dos sapateiros, irmandade a que eu pertenço, na ermida de S. Chrispim e S. Chrispiniano, Missa grande com sermão.

No fim da festa era uso, ha ainda uns quarenta annos, atirarem os sachristães e mezarios ao rapazío, que em numero accudia, passas, peros, nozes, e castanhas, com grande regosijo da garotada e riso dos circumstantes; por modo, que a lembrança, ao menos, das magnificas larguezas, ou *congiarios*, com que D. Affonso favorecera o povo em 25 de outubro de 1147, se perpetuava n'aquelle pequenino fôro annual.

O meu respeitavel consocio o sr. Manuel Bernardes Branco apresenta uma origem humoristica d'esta engraçada usança popular; é a seguinte: No dia da tomada de Lisboa mandaram os cercados a todos os seus confrades e correligionarios, que andavam fóra dos muros, na qualidade de espiões e transfugas, aviso de recolherem sem demora. Assim o fizeram elles, e á formiga caminhavam pela ladeira a cima (hoje as escadinhas de S. Chrispim), com destino á porta da Alfôfa. Como andassem esfomeadissimos, uma velha affeiçoada aos christãos, e que morava no sitio onde primeiro foi a ermida de S. Chrispim, nas mesmas escadinhas, defronte da portaria de S. Patricio, casa onde hoje mora o meu amigo Achilles Fontana, atirava-lhes de passagem alguns escassos comestiveis, que alli

os foram demorando, na espectativa de quantia maior; com o que, refere esta lenda cuidadosamente conservada pelo sr. Branco, se impediu a entrada de muita moirama, e se facilitou o assalto. Os donativos da pobre velha astuciosa representa-os pois esta generosidade habitual, e já antiga, da irmandade de S. Chrispim[1].

Já antiga, certo é, mas não pude averiguar quando principiasse. Sei apenas, por m'o dizer um apontamento manuscripto anonymo, cuja authenticidade ignoro[2], que uma tal Catharina Fernandes deixou em testamento á irmandade umas casas junto á ermida, com o encargo seguinte: vespera de S. Chrispim havia de se deitar aos rapazes da rua um sacco de castanhas, mais uma alcofa de maçãs. Segundo o redactor d'este fugitivo documento, parece ter sido esta Catharina Fernandes coeva do cerco, pois *foi o caso* — palavras textuaes — *que a dita mulher começou a deitar tudo quanto tinha em casa aos soldados e á mais gente, como festejando a dita tomada e alegria.*

Confessa o autor do mesmo papel que já no seu tempo se falseava um tanto a primitiva deixa. Em podendo hei de seguir este fio no archivo da irmandade.

Jazia Catharina Fernandes na ermida de S.

[1] Veja-se essa curiosa anecdota no primeiro de uma serie de artigos impressos pelo sr. Manuel Bernardes Branco na *Revolução de Setembro*, de 4 de novembro de 1882 e seguintes dias, e intitulados *O dia 25 de outubro.*

[2] Bibl. nac. de Lisboa — Rep. dos mss. — volume A—2—14 (A—1—21 antigo), fl. 37.

Chrispim com campa raza, tendo deixado varios legados pios á freguezia de S. Mamede.

Visto que me referi á ermida de S. Chrispim (a primitiva, situada no recanto que hoje formam as escadinhas, á direita), direi que era no seculo XVII um formoso templosinho, *cosido de oiro,* como diz Coelho Gasco[1]. Padeceu com o terremoto, mas restaurou-se[2]. Em 1786 foi a sua transferencia para a rua nova de S. Mamede, onde se acha. É um templo singelo, de uma só porta, com a janella do côro por cima. Aos dois lados da porta tem duas lapides; na da esquerda do espectador lê-se:

AOS 12 DIAS DO MES DE JUNHO, DE 1786 FOI PRINCIPI=
ADA ESTA 2.ª IGR.ª DOS GLORIOZOS MARTIRES SAÕ
CRISPIM, E S. CRISPINIANO, ONDE SE ACHA, COLLOCA
DA A MILAGROZA IMAGEM DA SENHORA DO PARTO

Na da direita lê-se:

AOS S.TOS CRISPIM E CRISPINIANO, EM CUJO DIA FOI
TOMADA LISBOA AOS MOUROS . PELO SR. REI DOM
AFONCO HENRIQUES . NO ANNO DE 1147
A JRMANDADE P.S

[1] *Antig. de Lisboa,* fl. 284.
[2] J. B. de Castro, *Mappa.*

*

Lá estive, na ermidinha da rua nova de S. Mamede, hoje 25 de outubro de 1883. Houve Missa solemne; prégou o rev.[do] prior do Sacramento, e meu respeitavel amigo, o sr. padre Pedro Henriques da Costa Pereira. Fez um lindo sermão; á parenese propria do dia, ao panegyrico dos dois martyres de Soissons, juntou o orador um rapido quadro historico da campanha de 1147. Teve momentos muito felizes.

Ao ouvir na *collecta* da Missa, e depois na *postcommunio* a prece pelo nosso rei Luiz e pela nossa rainha Maria, parecia-me estar ouvindo: *regem nostrum Alphonsum, et reginam nostram Maphaldam.*

Aos dois lados do templosinho vêem-se dois quadros grandes e antigos (talvez seiscentistas, mas miseravelmente repintados): um representa o martyrio dos dois Sanctos irmãos; o do lado da Epistola representa uma batalha e o desbarate dos moiros. É precioso, e pena tenho de o não poder reproduzir em chromo-lythographia, ou ao menos a traço. Ao fundo vê-se o castello de Lissibona com muitas torres e curocheos; no primeiro plano el-rei D. Affonso a cavallo; e pelo meio da turba armada ondulam os varios guiões sarracenos e christãos,

...... penchés dans la mêlée
comme les mats des bataillons,

Teem pessima luz estes quadros; mereciam melhor collocação.

Já falla d'elles o laborioso Gasco, dizendo que lá viu *dois grandes e riquissimos paineis, de pintura excellente, e mui perfeitos e acabados, um defronte do outro. Para a parte do Evangelho está um d'elles, em que está de rica mão de oleo pintada a conquista d'esta nossa cidade, obra muito para se ver; em cima apparecem em gloria, com ramos e palmas triumphantes nas mãos, estes nossos Sanctos defensores; e como taes se guarda n'esta cidade seu sancto dia, e se festeja com solemnissima festa o seu orago n'esta sua insigne casa.*

§ III

Na capella collateral da direita do cruzeiro do templo de S. Vicente de fóra ha uma interessante lapide, como veremos no seguinte volume.

§ IV

Guarda-se na egreja de S. Braz da Ordem de Malta (vulgarmente chamada Sancta Luzia) uma enorme bala de pedra, das que se atiraram nas catapultas dos cercadores. Precioso resto, que ainda bem se tem conservado, e que me consta existir no inventario da casa.

§ V

Sobre a porta central da frontaria da parochial

dos Martyres ha um medalhão redondo, com um baixo relevo representando a dedicação do templo.

Vê-se ao meio a Virgem, sentada, com o Menino ao collo, e a palma dos Martyres na mão direita, no acto de acceitar a dedicatoria, que lhe estão fazendo dois cavalleiros ajoelhados um a cada lado. O da esquerda, pelo escudo a que se encosta, e onde estão as quinas, percebe-se que deve ser el-rei, apesar do seu trajo convencional romano. Olha para o espectador, e aponta para a Senhora. O outro guerreiro, que talvez alli representa o elemento forasteiro auxiliar, ajoelha ao lado direito, encarando fervorosamente a Mãe Sanctissima. Ao fundo, do mesmo lado, avista-se a linha das muralhas ameiadas de Lisboa, e á esquerda sobre um monticulo a capella dos Martyres.

É obra bem pensada, e de bonitas linhas. No alto duas cabecinhas de anjo equilibram a composição, e prolongam as linhas estheticas. Quem delineou este medalhão entendia da sua arte.

§ VI

Guardam-se na sachristia da mesma egreja outras memorias, que a seu tempo descreverei.

§ VII

Na capella de S. Miguel, que era a real do paço da Alcáçova, guardava-se antes do terremoto um venerando Crucifixo, que a tradição affirmava ter

pertencido a el-rei D. Affonso, e tel-o acompanhado nas suas guerras. Seja ou não verdadeira esta lenda, prova, quando menos, a antiguidade da imagem, e a veneração que lhe consagraram muitas gerações.

Leio no *Gabinete historico*[1] a menção da visita, que em 31 de janeiro de 1719 fez el-rei D. João v ao castello de S. Jorge. Viu os paços de seus avós, então residencia do alcaide-mór de Lisboa o marquez de Cascaes D. Manuel José de Castro; esteve ás varandas a gosar da esplendida vista da cidade e do Tejo; visitou a Torre do Tombo, que era alli; e foi venerar á capella o velho Crucifixo, reliquia da sua casa.

§ VIII

Sobre a antiga porta de Alfama (ou de S. Pedro) existia no primeiro quartel do seculo xvii, diz Coelho Gasco, *uma taboa da Virgem Nossa Senhora em um nicho feito no muro velho que vem do Limoeiro*[2]; mas além d'esse quadro, que representava devoção religiosa, erguia-se sobre a mesma porta uma cruz, que parece representava alta devoção historica.

Seguindo a tradição semi-apagada da entrada das hostes pela porta de Alfama, collocara alguem alli aquella cruz. Quem fôra? quer Gasco que fosse

[1] Tom. vii, pag. 87, seguindo textualmente a *Hist. Gen. da C. R.*, t. viii, pag. 272.

[2] *Antig. de Lisboa*, fl. 284 v.

Affonso Henriques; é conjectura apenas. Accrescenta o autor que el-rei D. Fernando a mandou renovar; e que, no primeiro quartel do seculo XVII, D. João de Castro, presidente do senado, mandando restaurar a mesma porta, esculpiu em pedra, pela parte de dentro, a cruz que desde seculos se achava alli.

Fica no presente livro archivada essa nova nobilitação da porta de S. Pedro, hoje demolida; fica a demonstrar a cautela immensa com que é preciso tratar os padrões das nossas glorias.

§ IX

Finalmente lá está a porta do Moniz, testemunha calada de altos feitos, e que, apesar de tão mal apreciada, ainda hoje é um brazão da nossa Lisboa.

Subam ao castello; entrem; procurem a chamada *praça nova,* que é um terreiro vasto a um dos lados de Sancta Cruz, arborisado em volta, e sombreado de umas torres carcomidas, restos da vetusta Alcáçova. Orla o terreiro, pelo lado do norte, um parapeito armado de canhões; e pelo noroeste um lanço da muralha antiga. D'essa banda, que domina a cavalleiro a vertente sobre as Olarias e os Lagares, a Graça e o Monte, abre-se no grosso da muralha uma rude porta, de volta redonda, guarnecida de batentes, que ainda giram nas suas coiceiras de pedra. É ahi. É essa a porta do Moniz, grande e nobre como um arco de trium-

pho, apesar dos seus mesquinhos onze palmos de altura e dez de largura [1].

Pela face exterior rasga-se um nicho moldurado, onde se vê uma cabeça de homem esculpida em pedra: rosto rapado, cabello para a testa, collo alto; e uma inscripção nos declara que é o retrato do valente cavalleiro. Eil-a (mas sem as lettras inclusas):

> ELREI DÕ AFONSO HENRIQVES MANDOV AQVI
> COLOCAR ESTA STATVA E CABECA DE PEDRA EM=
> MEMORIA DA GLORIOSA MORTE QVE DÕ MARTĨ
> MVNIS PROGENITOR DA FAMILIA DOS VASCON=
> CELOS RECEBEV NESTA PORTA QVANDO ATRA¯
> VESANDOSE NELA FRANQVEOV AOS SEVS A EN=
> TRADA COM QVE SE GANHOV AOS MOVROS ESTA
> CIDADE NO ANNO DE 1147.
> IOAÕ ROIZ DE VASCONCELOS E SOVSA CONDE DE CAS
> TELMELHOR SEV DECIMO QVARTO NETO POR BARO
> NIA FES AQVI POR ESTA INSCRIPSAÕ NO ANNO DE 1646

A bella escultura d'esta cabeça — pondera muito sensatamente o autor da *Mnemosine Lusitana* — *mostra não ser do tempo do senhor D. Affonso Henriques, como diz esta inscripção, porque no tempo do grande monarcha não estava a escultura na perfeição que demonstra a mesma cabeça; só se em tem-*

[1] Medições que dá o sr. Vilhena Barbosa no *Archivo Pittoresco,* t. v, pag. 340.

pos mais modernos se retocou e aperfeiçoou a antiga que ali havia[1].

O autor parece ter razão. De antes da collocação da lapide pelo conde de Castello Melhor, existe noticia de estar já lá a cabeça do grande homem. A testemunha é Antonio Coelho Gasco, antiquario do seculo XVII (fallecido em 1666), e autor de um volume manuscripto da bibliotheca de Lisboa[2], onde muitas e preciosas memorias historicas se conservam e discutem.

Coelho Gasco segue as tradições oraes que ainda corriam nos seus dias, e por esse lado merece lido hoje. Inclina-se tambem á versão, que attribue a Affonso Henriques a collocação d'este padrão iconographico; chama-lhe *meio corpo de marmore*, e elogia a obra da arte.

No tempo em que escrevia este compillador achava-se, diz elle, fechada a porta do Moniz.

§ X

Do grande Affonso Henriques pessoalmente, ainda por muita ventura se conservaram algumas recordações. Vamos a estudal-as.

Duarte Nunes, religioso admirador do passado, é quem nos conta, ao cerrar a sua chronica d'el-rei, que, *pela muita devação e affeição* que teve, desde rapaz, ao grande soberano, alcançára com

[1] T. II, pag. 199.
[2] B—15—8.—Veja-se a fl. 289.

diligencia minucias interessantes a respeito d'elle, da bocca dos cruzios, e por intermedio de outra gente de Coimbra, onde ainda era estudante. Transmittiu-nos o curioso narrador um pormenor havido não sei d'onde: quando el-rei entrava nas batalhas vestia sobre a loriga uma sobreveste, ou cota de armas, de hollanda, guarnecida de franja de seda verde, com o seu real brazão no peito e nas costas. Guardou-se muito tempo na sachristia de Sancta Cruz a preciosa reliquia do cavalleiro; uma vez, ardendo a sachristia, lá se foi.

§ XI

A sua espada existe (se é verdadeiro o que se affirma); a mesma espada que elle descingia á porta do templo de Sancta Cruz, ao chegar para cantar os officios com os conegos. Tornava a cingil-a quando saía; d'onde se ficou chamando á tal entrada *porta da espada cinta,* segundo nos conta o mesmo Duarte Nunes[1].

Guarda-se a veneravel reliquia historica na aca-

[1] *Chron. d'el-rei D. Affonso Henriques.* — É occasião para rectificar aqui um engano em que laborou o meu erudito e respeitavel amigo M. Ferdinand Denis, que n'uma nota da sua obra *Portugal,* ed. de 1846, pag. 7, diz existir na bibl. nac. de Lisboa o escudo d'el-rei D. Affonso Henriques. Foi confusão do seu informador. O que temos, e veio dos monges de Alcobaça, é um pesadissimo madeiro carunchoso, a que chamâmos, sem bem atinarmos porquê, escudo d'el-rei D. João I. Busquei indagar a origem e o modo de tal aquisição: tudo de balde.

demia portuense de bellas artes. Lá a vi em agosto de 1877. Para lá foi depois da extincção das ordens religiosas em 1834. Até alli eram seus depositarios os conegos regrantes de Sancta Cruz.

*

Conta Barbosa Machado que em 15 de outubro de 1570, visitando el-rei D. Sebastião o mosteiro dos cruzios de Coimbra, ahi lhe mostraram a espada de seu decimo quarto avô. Elle tomou-a respeitoso entre as mãos, dizendo:

— Bom tempo, em que se pelejava com espadas tão curtas! Esta é a que libertou todo Portugal do jugo dos moiros, sempre vencedora, e por isso digna de se guardar.

Depois, entregando-a ao geral, accrescentou:

— Guardae-m'a, padre, porque ainda me hei de valer d'ella contra os moiros d'Africa.

Passaram oito annos; em carta de 24 de março de 1578 mandou o mesmo soberano pedir aos cruzios a espada e o escudo de D. Affonso. Foram a Alcacer. Por um esquecimento providencial ficaram a bordo, e não os levou el-rei á batalha de 4 de agosto. Poderam pois tornar para o reino, e por ordem do cardeal se restituiram ao veneravel mosteiro[1].

[1] Diogo Barbosa Machado, *Mem. para a hist. d'el-rei D. Sebastião,* t. III, pag. 238, e t. IV, pag. 277 e seg. — Veja-se tambem um curioso artigo anonymo no *Archivo Pittoresco,* t. IV, pag. 255, onde o assumpto apparece muito bem explicado; e outro artigo *A espada d'el-rei D. Affonso Henriques,*

*

§ XII

Que outra espada do mesmo grande rei seria uma, que ainda em 1584 se conservava no alto de uma das torres do castello de Lisboa? Menciona-a de passagem o padre jesuita Duarte de Sande na sua descripção da capital. Estas tradições confusas desorientam o historiador de boa fé; lembram-me as innumeraveis bengalas de Voltaire, que ainda hoje correm esse mundo, segundo conta Dumas pae[1].

§ XIII

O escudo d'el-rei D. Affonso existia ainda em 1735 (data do primeiro volume da *Historia Genealogica*) na sachristia do mosteiro de Sancta Cruz de Coimbra; conforme diz o auctor, era de pao, coberto de coiro pintado; já se lhe não percebia porém a pintura que tivera das armas reaes[2].

a pag. 127 e seg. do t. II dos *Estudos hist. e archeol.* do sr. Vilhena Barbosa.

[1] A asserção do padre Sande vem no *Archivo Pittoresco*, t. VI, pag. 93, n'uma serie de artigos primorosamente traduzidos do latim por um dos raros que ainda presam a vernaculidade, o meu erudito amigo o sr. Antonio José de Figueiredo, chanceller da Nunciatura Apostolica.

[2] *Hist. Gen.*, t. I, pag. 59; noticia, que a D. Antonio Caetano de Sousa mandou, com outras, o doutor Manuel Moreira de Sousa, collegial do collegio real de Coimbra e socio da academia real de historia. — Consulte-se um bom artiguinho anonymo no *Arch. Pittoresco*, t. IV, pag. 260.

§ XIV

Concluirei mencionando a estatueta d'el-rei D. Affonso, coeva d'elle, e que veio de Santarem para o museu do Carmo. Tudo quanto se diga do illustrado zelo do nosso incançavel presidente, o sr. conselheiro Possidonio da Silva é pouco. Tem salvo preciosidades sem conto. Esta estatueta é simplesmente medonha, mas tão valiosa quanto grosseira; já é dizer muito. Estava no paço velho da Alcáçova de Santarem.

*

Felizmente ha hoje na opinião publica uma reacção salutar em favor do nosso primeiro soberano. Guimarães levantou-se, e projecta erigir-lhe um monumento. Acompanho os vimaranenses com todas as veras d'alma, e estou certissimo de que ao seu appello ha de concorrer todo Portugal.

CAPITULO XXIV

Averiguações genealogicas. — Descendencia dos heroes da tomada de Lisboa. — Childe Rolim e os Rolins de Moura. — Payo Guterres e os Cunhas. — Payo Delgado, os Castros de Monsanto e os Albergarias. — Martim Moniz e os Vasconcellos. — D. Ruberte de Licorne e os Atouguias Corrêas, senhores de Bellas.

Concluiu-se a tarefa, mas ainda resta que fazer. Faça-se.

Vejamos como se acham hoje representados os heroes quasi legendarios do grande drama que esbocei. É interessante ir entrelaçando assim o presente no passado remoto, authenticando quanto possivel, desde o nó vital do tronco velho, a procedencia dos ultimos ramunculos.

I

D. ROLIM

Sua descendencia: os duques de Loulé e condes da Azambuja.

A filha de D. Rolim, 2.ª senhora da Azambuja, Maria Ról, que elle mandara vir de Flandres para Portugal, casou com Gonçalo Fernandes de Tavares, e teve por filho a

Fernão Gonçalves, 3.º senhor da Azambuja; casou com D. Ouroana Godís; e tiveram, além de outros,

Ruy Fernandes, alcaide e 4.º senhor da Azambuja; casou com Elvira Fernandes do Avelal, e juntamente com sua mulher deu em 1272 foral aos moradores da villa da Azambuja, como consta do livro dos foraes velhos, fl. 10 da leitura nova, na Torre do Tombo. Alem de outros filhos tiveram:

Pero Rodrigues, alcaide e 5.º senhor da Azambuja; casou com Tareja Rodrigues, e alem de outros tiveram:

Gonçalo Rodrigues, alcaide e 6.º senhor da Azambuja; casou com Leonor Esteves, filha de Estevam Esteves Carrinho, de Evora, e tiveram:

Leonor Gonçalves; esta casou com Lopo Pires Varella, filha de Pero Migueis Palha, e tiveram:

Urraca Fernandes, 7.ª senhora da Azambuja.

Casou com Alvaro Gonçalves de Moura, herdeiro dos morgados patrimoniaes de seu pae, senhor de Moura, de Sancto Aleixo e Portel, alcaide-mór do Castello velho de Evora, de Monção e de Melgaço, meirinho-mór de Entre Tejo e Guadiana, etc. Foi um dos nomeados por el-rei D. Fernando para jurar os contratos do casamento de sua filha D. Beatriz com el-rei D. João I de Castella. Instituiu a mais o morgado do Serrão no anno 1372 (era 1410) e morreu a 18 de março d'este anno. Teve de sua mulher cinco filhos; trataremos do primogenito:

Pedro Roiz de Moura, 8.º senhor da Azambuja, por sua mãe; e por seu pae, teve os morgados e a capella do Marmelal. Por sua mulher foi tambem senhor de Montargil. Morreu em Moura no anno de 1414. Casou com D. Thereza de Novaes, que herdou de seu pae o senhorio de Montargil. Teve d'esta sua mulher cinco filhos, sendo o primeiro na ordem do nascimento:

Fernando Alvares de Moura, 9.º senhor da Azambuja, e mais casa e senhorios de seus paes e avós. Serviu o infante regente D. Pedro, e por suspeitas que houve, de que pactuava com o condestavel D. Pedro filho do dito infante, foi preso e se lhe confiscaram os bens; mas conhecendo-se depois a sua innocencia, foi-lhe restituido tudo por el-rei D. Affonso V. Casou na côrte com D. Maria Guilhem, catalã, e camareira-mór da infanta D. Izabel, mulher do dito infante D. Pedro. D'este matrimonio houve tres filhos, sendo o primeiro o que se segue:

D. Rolim de Moura, 10.º senhor da Azambuja, herdeiro de toda a casa e senhorios paternos, do conselho dos reis D. Affonso v, D. João ii, e D. Manuel. Achou-se na batalha de Touro e na tomada de Arzilla. Morreu no anno de 1513. Casou com D. Brites Caldeira[1], filha de Affonso Caldeira, e teve entre outros:

D. Rodrigo Rolim de Moura, 11.º senhor da Azambuja, herdeiro da casa de seus paes, do conselho d'el-rei D. Manuel, almotacé-mór do principe D. Affonso, filho este d'el-rei D. João ii. Casou com D. Francisca de Sousa, filha de Cid de Sousa e de D. Leonor Fogaça. Tiveram tres filhos; trataremos apenas dos dois seguintes:

D. Francisco Rolim de Moura, na qualidade de primogenito foi 12.º senhor da Azambuja e mais casa de seus paes. Casou, mas não tendo successão, passou por sua morte toda a casa a seu sobrinho, como se vai dizer,

D. Rolim de Moura, com quem se continúa:

D. Rolim de Moura, não herdou os senhorios e mais casa de seus paes por ser filho segundo. Casou duas vezes, sendo a primeira com D. Simoa Pinheiro, filha do dr. Martim Pinheiro, corregedor da côrte, e de sua mulher D. Catharina Pinta, etc. Teve d'esta sua primeira mulher:

D. Antonio Rolim de Moura; por morte de seu tio, D. Francisco de Moura Rolim, foi 13.º senhor e commendador da Azambuja. Achou-se no cerco

[1] Chancellaria de el-rei D. João iii, livro do anno de 1482, a fl. 75.

de Mazagão e na batalha de Alcacer-Quibir, onde ficou captivo, morrendo depois em Fez das feridas com que saíu da peleja. Os seus ossos vieram depois e foram depositados na egreja de Sancta Catharina de Riba mar, etc. Havia casado com D. Guiomar da Silveira, filha de João Rodrigues de Beja, veador do infante D. Luiz; e de sua segunda mulher D. Beatriz de Sousa teve:

D. Francisco Rolim de Moura, 14.º senhor e commendador da Azambuja. Tambem foi herdeiro da capella instituida em Moura por D. Gonçalo Vasques de Moura, no anno de 1305, etc. Casou duas vezes, sendo a primeira com D. Cecilia de Castro, filha de D. Antonio de Menezes e de D. Joanna de Castro. Teve d'este primeiro matrimonio:

D. Luiza de Castro e Moura; casou com Ruy de Moura Telles, senhor da Povoa e Meadas, e herdeiro dos morgados patrimoniaes da Negríta. Achou-se na restauração da Bahia no anno de 1625, e depois da acclamação foi coronel de um terço da ordenança de Lisboa, e desde 22 de outubro de 1642 a 10 de novembro de 1645 governador da praça de Mazagão, veador da casa e fazenda da rainha D. Luiza Francisca, estribeiro-mór da mesma rainha, do conselho de estado, vedor da fazenda d'el-rei D. João IV, presidente do paço por el-rei D. Affonso VI, etc., etc., etc. Morreu em 24 de janeiro de 1676. Teve sua herdeira a:

D. Luiza de Castro e Moura, que foi mulher do 2.º conde de Valle de Reis.

Teve mais bastardo, sendo solteiro, a *Manuel*

de Moura, filho de D. Maria de Baçam, que era tambem filha bastarda de Affonso de Baçam, e este filho bastardo do 1.º marquez de Sancta Cruz.

Voltemos um pouco atraz:

*

D. Francisco Rolim de Moura, 14.º senhor da Azambuja, conhecido e apreciado escriptor, de quem faz larga menção Barbosa Machado e muitos outros, enumerando-lhe as principaes obras. Casou segunda vez com D. Joanna de Mendoça, de quem teve a

D. Manuel Childe Rolim.

D. Manuel Childe Rolim, 15.º senhor da Azambuja, Montargil, etc. Casou com D. Francisca Luiza de Vasconcellos; e teve:

D. Francisco Rolim de Moura, e

D. João Rolim de Moura.

D. Francisco Rolim de Moura; 16.º senhor da Azambuja, etc., morreu solteiro em 1677. Succedeu-lhe seu irmão,

D. João Rolim de Moura, 17.º senhor da Azambuja. Casou com D. Antonia Mauricia da Silva, e não teve geração.

Foi o ultimo varão legitimo da casa da Azambuja. Para se não extinguir a representação fez elle, já no seculo XVIII, convenção com o 6.º conde de Valle de Reis, seu parente, a fim de passar a casa da Azambuja e o titulo de Dom ao filho segundo-genito do mesmo conde.

*

Retomemos agora esta linha genealogica na descendencia do primeiro matrimonio do 14.º senhor, D. Francisco Rolim, que era D. Luiza de Castro e Moura. Como vimos, esta senhora, casando com Ruy de Moura Telles, teve d'elle outra D. Luiza de Castro e Moura, que foi pelo seu casamento 2.ª condessa de Valle de Reis.

Fica portanto demonstrado — observa o visconde de Sanches de Baêna na sua genealogia da casa de Loulé[1] — *que por esta senhora é que passaram duas grandes casas para os condes de Valle dos Reis: a casa dos Rolins de Moura, e a de Ruy de Moura Telles.*

*

Por algum tempo a casa da Azambuja, encorporada e absorvida na dos condes de Valle de Reis (titulo dado em 16 de agosto de 1628), perde o seu nome. Sigamos a lista dos condes.

*

Lourenço de Mendoça, filho do 2.º, foi o 3.º conde de Valle de Reis. Nasceu a 27 de janeiro de 1642. Morreu a 26 de outubro de 1707. Casou com D. Maria Magdalena de Mendoça, e teve, além de outros,

[1] *Mem. hist. gen. dos Duques,* por J. C. Feo e o visconde de Sanches de Baêna, pag. 774.

Nuno Manuel de Mendoça, que nasceu a 7 de junho de 1670. Foi o 4.º conde de Valle de Reis, e 18.º senhor da Azambuja. Casou com D. Leonor Maria Antonia de Noronha, de quem teve, além de outros filhos,

Lourenço Filippe Nery de Mendoça e Moura, e

D. Antonio Rolim de Moura, 19.º senhor da Azambuja, e 1.º conde da mesma villa. Foi, segundo acima indiquei, por este D. Antonio, que se ficou representando em ramo separado a casa historica do velho Childe. Falleceu o 1.º conde sem successão; o condado e a casa passaram então para seu sobrinho D. José Maria Rolim de Moura, de quem logo fallarei.

Lourenço Filippe Nery de Mendoça e Moura nasceu a 26 de maio de 1705; foi 5.º conde de Valle de Reis. Casou em 1732 com D. Joanna de Noronha, de quem teve, além de outros filhos:

Nuno José Fulgencio Agostinho João Nepomuceno de Mendoça e Moura, 6.º conde de Valle de Reis; nasceu a 16 de maio de 1733; casou com D. Anna José Monica de Menezes e Noronha; falleceu a 4 de junho de 1799. Esta senhora foi herdeira de seu cunhado o 2.º conde da Azambuja, D. José Maria Rolim de Moura, sendo pois 3.ª condessa e 22.ª senhora da Azambuja. Tiveram além de outros filhos:

Agostinho Domingos José de Mendoça Rolim de Moura Barreto, 8.º conde de Valle de Reis, e 1.º marquez de Loulé (titulo dado em 6 de junho de 1799). Nasceu a 28 de agosto de 1780, e morreu a 29 de fevereiro de 1824. Casou em 29 de janeiro

de 1799 com D. Maria Margarida do Carmo de Menezes; tiveram além de uma filha e um filho,

NUNO JOSÉ SEVERO DE MENDOÇA ROLIM DE MOURA BARRETO, 24.º senhor da Azambuja (titulo e casa que herdou de sua tia D. Eugenia de Mendoça Rolim de Moura, 23.ª senhora, que a herdara de seu tio o 2.º conde), 3.º conde da Azambuja, 9.º conde de Valle de Reis, 2.º marquez e 1.º duque de Loulé. Nasceu em 6 de novembro de 1804. Casou em 5 de dezembro de 1827 com sua alteza a senhora infanta D. Anna de Jesus Maria. Tiveram os filhos seguintes:

D. Anna de Mendoça Rolim de Moura Barreto, condessa de Linhares pelo seu casamento com o 3.º conde de Linhares D. Rodrigo de Sousa Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa. Tiveram:

D. Anna de Sousa Coutinho e Mendoça, actual dama camarista de sua magestade a rainha D. Maria Pia.

D. Catharina de Sousa Coutinho.

D. Fernando de Sousa Coutinho.

D. Marianna de Sousa Coutinho, casada com D. Fernando de Serpa Pimentel, 2.º tenente da armada, fidalgo da casa real, filho dos 2.ºs viscondes de Gouvêa. C. g.

D. Nuno de Sousa Coutinho, casado com D. Constança Lisboa, filha de F. Lisboa, diplomatico brazileiro, e de D. Anna Amalia Simões. C. g.

D. Maria Carlota de Sousa Coutinho.

D. José de Sousa Coutinho.

D. Agostinho de Sousa Coutinho.

D. Izabel de Sousa Coutinho.

D. Maria de Mendoça Rolim de Moura Barreto, condessa de Belmonte pelo seu casamento com o 3.º conde de Belmonte D. Vasco Antonio de Figueiredo Cabral da Camara. Tiveram:

D. José de Figueiredo Cabral da Camara, casado com D. Maria das Necessidades de Sequeira Freire, filha de Ascenço de Sequeira Freire (herdeiro da casa dos condes de S. Martinho) e de D. Maria Domingas de Sequeira Freire. Ao presente s. g.

D. Nuno de Figueiredo Cabral da Camara, hoje viuvo de D. Marianna de Almeida de Mello e Castro, filha dos condes das Galveias. S. g.

D. Anna de Figueiredo Cabral da Camara, casada com seu primo Domingos Vianna Berquó, filho de João Bernardo Vianna Berquó e de D. Jeronyma da Camara Cabral de Figueiredo. C. g.

D. Maria Domingas de Figueiredo Cabral da Camara, casada com D. Antonio de Noronha, filho dos condes de Paraty. C. g.

D. Carlota de Figueiredo Cabral da Camara, casada com Antonio de Sequeira Freire. C. g.

D. Vasco de Figueiredo Cabral da Camara.

Pedro Agostinho de Mendoça Rolim de Moura Barreto, com quem se continúa.

D. Maria Amalia de Mendoça Rolim de Moura Barreto, virtuosa e sancta senhora, que desamparando as grandezas do mundo falleceu em França, abbadessa de um convento de freiras da Visitação.

D. Augusto Pedro de Mendoça Rolim de Moura Barreto, 25.º senhor honorario da Azambuja, 3.º conde da mesma villa. Nasceu a 4 de agosto de

1835; casou com a actual senhora condessa D. Maria da Assumpção Ferreira. Tiveram:

D. Nuno José Sebastião de Mendoça Rolim de Moura Barreto.

D. Antonia de Mendoça Rolim de Moura Barreto.

D. Antonio de Mendoça Rolim de Moura Barreto.

D. Anna de Mendoça Rolim de Moura Barreto.

D. Pedro de Mendoça Rolim de Moura Barreto.

D. Margarida de Mendoça Rolim de Moura Barreto.

D. Maria do Carmo de Mendoça Rolim de Moura Barreto.

D. Carlota de Mendoça Rolim de Moura Barreto.

D. Maria Thereza de Mendoça Rolim de Moura Barreto.

D. Francisca de Mendoça Rolim de Moura Barreto.

D. José de Mendoça Rolim de Moura Barreto.

D. Maria Luiza de Mendoça Rolim de Moura Barreto.

Pedro Agostinho de Mendoça Rolim de Moura Barreto, actual 10.° conde de Valle de Reis, 3.° marquez e 2.° duque de Loulé. Nasceu a 7 de outubro de 1830. É viuvo da senhora duqueza D. Constança Maria de Figueiredo Cabral da Camara, e tem:

D. Maria Domingas de Mendoça Rolim de Moura Barreto, e

D. Anna de Mendoça Rolim de Moura Barreto.

O sr. duque é gentil-homem da camara de sua magestade a rainha, estribeiro-mór, grã-cruz de varias ordens nacionaes e estrangeiras, etc.

*

Em s. ex.ª e seu irmão se acha pois hoje a representação do velho Childe Rolim.

P. S.—De D. Rolim de Moura, 10.º senhor da Azambuja, mencionado a pag. 249, foi terceiro filho:

D. João de Moura, caçador-mór d'el-rei D. Manuel, e fidalgo do seu conselho. Morreu na guerra, tendo sido casado com D. Izabel de Atouguia, de quem, além de outros filhos, teve:

D. Cecilia de Moura, a qual casou com João d'Ornellas de Vasconcellos, filho de Alvaro d'Ornellas, e famoso cavalleiro de Africa. Segundo as laboriosas pesquizas de um seu neto, *distinguiu-se na defeza de Safim, onde foi ferido de uma lançada nos peitos; acompanhou D. Jayme de Bragança á tomada de Azamor, e teve em premio dos seus serviços a commenda das dizimas do pescado e miuças de Machico e Porto Sancto na Ordem de Christo, o titulo do conselho d'el-rei D. Manuel, e o logar de provedor da fazenda real na Madeira*[1].

[1] Consulte-se o livro admiravel intitulado *Obras de D. Ayres d'Ornellas de Vasconcellos, arcebispo de Goa primaz do Oriente, precedidas de uma noticia biographica.*—Porto, 1881, 8.º, 1 vol.—O autor da noticia biographico-genealogico-historica é o irmão do illustre fallecido, o meu distincto consocio e amigo Agostinho de Ornellas de Vasconcellos.

D'este João d'Ornellas e d'esta D. Cecilia de Moura, neta do 10.º senhor da Azambuja, descende a casa dos Ornellas da Madeira, representada hoje pelo sr. Agostinho d'Ornellas de Vasconcellos Esmeraldo Rolim de Moura.

II

D. PAYO GUTERRES

Sua ascendencia: os reis de Leão. Sua descendencia: os condes de Cunha.

D. Fruela ii, rei de Leão, Oviedo, e Galliza, começou a reinar em 924. De sua mulher a rainha D. Munia teve, além do filho que lhe succedeu no throno, e de outros,

D. Asnar Fruela, infante, quartogenito; casou com ... e teve, além de outros,

D. Payo Fruela, infante, primogenito; casou com a condessa D. Aldonça, e teve, além de outros,

D. Payo Peres, terceiro filho; casou com D. Mayor Alvares, e teve, além de outros filhos,

D. Guterre Paes de Aldrete da Silva, senhor da torre e quinta de Silva, hoje entre Villa Nova de Cerveira e Valença do Minho; casou com Maria Pires de Ambia, e além de outros filhos teve a

D. Payo Guterres, senhor da torre e casa de Silva em tempo d'el-rei D. Affonso vi de Leão, e adiantado-mór em Portugal no fim do seculo xi. Casou tres vezes. Não importa aqui a geração dos dois primeiros matrimonios, por onde se continuou a casa illustrissima de Silva. Basta mencionar que de sua terceira mulher D. Ousenda Ermiges Aboa-

zar, teve, além de outros filhos, a Fernão Paes, em quem principiou a casa dos Cunhas.

Fernão Paes, senhor da quinta e solar de Cunha, e primeiro senhor e padroeiro de S. Simão da Junqueira, Soato, e Vilela. Dizem ter-se achado na tomada de Lisboa em 1147. Casou com D. Mór Rendufes. Além de outros filhos, tiveram:

Lourenço Fernandes da Cunha, senhor de Cunha em tempo d'el-rei D. Affonso II. Casou com D. Sancha (ou Maria) Lourenço de Macieira, e além de outros filhos tiveram:

Vasco Lourenço da Cunha; casou com Thereza Pires de Portugal, e além de outros filhos tiveram:

Martim Vasques da Cunha, senhor de Taboa em tempo d'el-rei D. Affonso III e D. Diniz. Casou com Joanna Rodrigues de Numaes. Tiveram além de outros,

Vasco Martins da Cunha (chamavam-lhe — o secco), senhor de Taboa, alcaide-mór de Lisboa, etc.; casou com D. Senhorinha Fernandes Chancinha, viuva de Ruy Gonçalves Bifalde. Além de outros filhos, tiveram:

Martim Vasques da Cunha, senhor de Taboa, etc., viveu nos reinados dos senhores D. Affonso IV e D. Pedro I. Casou com Violante Lopes (irmã do celebre Diogo Lopes Pacheco); tiveram:

Vasco Martins da Cunha, senhor de Taboa, etc., viveu em tempo d'el-rei D. Pedro, D. Fernando, e D. João I. Casou com Brites Soares de Albergaria, e tiveram:

Estevam Soares da Cunha; casou com D. Constança Escolar. Além de outros filhos, tiveram:

Vasco da Cunha; casou com D. Mecia Rodrigues de Azevedo, donzella da rainha D. Leonor, mulher d'el-rei D. Duarte. Além de outros filhos, tiveram:

D. Ayres da Cunha, senhor de Taboa, moço fidalgo da casa d'el-rei D. Affonso v. Casou com D. Mayor Affonso de Bulhão, filha de Affonso Lopes de Bulhão. Além de outros filhos, tiveram:

D. Pedro da Cunha, senhor de Taboa. Seguiu a parcialidade do prior do Crato. Casou duas vezes: a primeira com D. Anna de Menezes; a segunda com D. Maria da Silva, e tiveram, d'este segundo matrimonio, como terceiro filho

D. Lourenço da Cunha, governador da India, etc. Casou com D. Izabel de Aragão, e além de varios filhos tiveram:

D. Antonio Alvares da Cunha, senhor de Taboa, trinchante-mór, guarda-mór e reformador da Torre do Tombo. Casou com D. Maria Manuel de Vilhena, e além de outros filhos tiveram:

D. Pedro Alvares da Cunha, trinchante-mór, senhor de Taboa, etc. Casou em primeiras nupcias com D. Ignez Maria de Mello e Atayde, viuva de D. João Lobo; e além de outros filhos tiveram:

D. Antonio Alvares da Cunha, senhor de Taboa, trinchante-mór, e 1.° conde de Cunha de juro e herdade, por carta de 1760. Sem geração.

D. Pedro Alvares da Cunha, acima, casou em segundas nupcias com D. Maria Thereza de Menezes, e além de outros filhos tiveram:

D. José Vasques Alvares da Cunha, 14.° trinchante-mór, senhor das villas de Cunha e de Ta-

boa, e 2.º conde de Cunha, por succeder a seu meio irmão o 1.º conde. Casou com D. Maria de Menezes, senhora de Aguas Bellas, de quem houve além de outro,

D. Pedro Vasques Alvares da Cunha, 3.º conde de Cunha, etc. Sem geração.

Tendo o 2.º conde casado segunda vez com D. Maria do Carmo de Menezes e Silva, tiveram além de outros:

D. José Maria Vasques Alvares da Cunha, 4.º conde de Cunha, trinchante-mór, senhor de Cunha, Taboa, e Ouguella, etc. Casou duas vezes; e do segundo matrimonio com a senhora condessa D. Joanna Luiza Bush teve além de outra filha, a

D. Guterre José Maria Vasques Alvares da Cunha, actual 5.º conde de Cunha, trinchante-mór. Casou duas vezes: a primeira com D. Maria Carlota de Gamboa e Lis; s. g.; a segunda com a ex.ma sr.a D. Maria Cecilia Vaz de Carvalho e Sá; s. g. A actual senhora condessa, é tia paterna da nossa distincta poetisa a sr.a D. Maria Amalia Vaz de Carvalho.

III

PAYO DELGADO

Sua descendencia: os Soares de Albergaria; João das Regras; os condes de Monsanto; os marquezes de Cascaes; os marquezes de Niza.—Descripção do sitio do Borratem em Lisboa.—Origens etymologicas.—O palacio dos arcos.

§ I

Vamos agora tratar de Payo Delgado, um dos nomes que desde mais remotas eras se acham ligados aos primeiros tentames da caridade em Portugal, o instituidor da famosa *albergaria* que deu appellido a uma familia.

Albergaria é vocabulo velho, e vem do arabe; assim se chamavam umas hospedarias (gratuitas, segundo parece, e filhas da caridade) instituidas por generosos bemfeitores em proveito dos viandantes pobres, e forasteiros desconhecidos. N'uma terra inhospita, impérvia, sem policia, sem unidade, como era a nossa, tinham papel utilissimo, e sublimemente pratico, as albergarias. Haja vista, por exemplo, a de Canavezes, fundada pela gentil rainha Mafalda de Mauriana. N'estas caridosas caravançáras, passava o encargo de paes a filhos, estabelecidas previamente rendas seguras para mantença de peregrinos necessitados.

É um lindo capitulo, e que está por fazer, na longa historia da beneficencia na peninsula.

Houve por cá muitas albergarias; entre todas a mais famosa creio ter sido esta, que fundou em Lisboa Payo Delgado. E sabe o leitor onde ficava? Na freguezia de Sancta Justa, junto ao poço do Borratem.

Mesmo defronte do actual becco dos Surradores era a ermida de S. Matheus, cabeça da instituição; e junto da ermida a albergaria, tão notoria de si, que até depois de morta ficou subsistindo nos appellidos de uma casa illustre[1].

Examinemos.

*

Payo Delgado, bom fidalgo, a quem alguns fazem descendente dos godos, casou com D. Yoni, segundo o conde D. Pedro[2], e tiveram além de outro filho,

Pero Paes, guerreiro como todos os nobres d'aquelle tempo. Esteve em 12 de julho de 1212 na batalha das Navas de Tolosa; acontecimento notavel, que (segundo Manço de Lima) deu origem á parte central do brazão de armas da familia: em campo de prata cruz vermelha florída; assim como o ter Payo Delgado assistido á batalha de Ourique fez que se commemorasse este grande successo na orla do mesmo brazão: de prata, com oito escudetes

[1] Póde o leitor consultar um mss. copiado em 26 de julho de 1754 de outro semelhante, que possuia o padre João Antonio da Fonseca; é o codice da biblioth. nac. de Lisboa, que tem a marcação C — 2 — 9, pag. 1 e seg.

[2] *Port. Mon.* — Script. — pag. 379.

das quinas. Casou Pero Paes com F... e teve uma filha,

Maria Paes. Calcula o genealogista Manço de Lima, que, a seguir-se a regra da derivação patronimica, deveria esta senhora ter sido chamada Maria Peres, e que *Paes* seria talvez equivoco de copista. Foi 3.ª senhora da albergaria de Payo Delgado. Casou duas vezes: a primeira com D. Xira, oriundo de Inglaterra, e senhor donatario de Villa Franca do Riba Tejo, chamada *de Xira,* do nome d'elle, se é certa esta lenda. Tiveram filho:

Martim Xira; succedeu no senhorio da albergaria e foi 4.º senhor; casou com Aldonça Fernandes Brandão; e teve primogenita:

Aldonça Martins Xira, herdeira e 5.ª senhora do morgado de S. Matheus e da respectiva albergaria. Casou com Domingos Martins, cidadão nobre de Lisboa, a quem el-rei mandou enforcar n'um moinho. Tiveram herdeira:

Sancha Martins, 6.ª senhora da albergaria, e com quem logo continuaremos.

*

Casou Maria Paes segunda vez com seu parente Fernão Ermigues, ou Ermiges, irmão do bispo D. Ayres, e teve, além de outro filho primogenito,

Sueiro Fernandes. Viveu nos reinados de D. Affonso III e D. Diniz. Casou com sua sobrinha Sancha Martins, supra mencionada, e por ella foi 6.º senhor da albergaria de Payo Delgado. Tiveram:

Estevam Soares, cognominado *o velho,* 7.º se-

nhor da albergaria, e alcaide-mór de Lisboa, como consta da doação, que fez á sé da mesma cidade, de uma herdade que havia comprado aos testamenteiros de D. Ruy de Lemos e de sua mulher D. Tareja Peres em 1310. Este Estevam Soares é que parece ter fixado na familia como appellido o que era n'ella patronimico. Casou com Maria Rodrigues Quaresma, filha de Ruy Vasques Quaresma e de Maria Pires de Vides; e tiveram, além de outros filhos:

Estevam Soares (o nome do pae), cognominado *o moço,* 8.º senhor da albergaria. Casou com Maria Lourenço, filha de Lourenço Martins de Soalhães, e irmã do arcebispo de Braga D. João Martins de Soalhães. Tiveram sete filhos, a saber:

Lopo Soares de Albergaria, com quem se continúa.

Estevam Soares de Albergaria, morto por uma pedra de engenho no sitio de Touro; sem geração.

Affonso Soares de Albergaria, s. g.

Diogo Soares de Albergaria, de quem logo trataremos.

Vasco Martins Soares de Albergaria, com geração, que não importa aqui.

Beatriz Soares de Albergaria, de quem logo trataremos.

Branca Soares de Albergaria, mulher de Estevam Mafaldo.

*

Lopo Soares de Albergaria, 9.º senhor da albergaria. Casou com Mecia Rodrigues, filha de

Payo de Meira e de Leonor Rodrigues de Vasconcellos. Tiveram:

AFFONSO SOARES DE ALBERGARIA, 10.º senhor da albergaria. Não casou, e morreu moço; pelo que veio a herdar a casa seu tio acima referido, Diogo Soares de Albergaria, com quem logo continuaremos.

*

Na descendencia de Payo Delgado se conservou, como estamos vendo, largos annos a instituição. Quem tiver animo de ler as escripturas, cartas, sentenças, doações, e testamentos, que traz a *Historia genealogica* sobre o assumpto [1], ha de ficar sabendo o seguinte.

*

Em 31 de agosto de 1308 instituiu o bispo de Silves D. João Alão na egreja de S. Bartholomeu uma capella intitulada de Sancto Eutropio, e um hospital nas casas que tinha na dita freguezia, em honra do mesmo Sancto, doando-lhes todos os seus bens; isso com licença de D. Domingos Jardo, por ser bispo de Lisboa. As condições eram (em resumo) que se mantivessem dois sacerdotes desvalidos para celebrarem na capella, e mais quatro pobres envergonhados, homens e mulheres, dando-se a todos alimento, casa, cama, fato, e calçado.

D. João Alão, ou Alam, ou Soares Alam, era muito parente d'esta raça historica. Parece até a

[1] *Provas*, t. VI, pag. 137 e seguintes.

alguns ser filho de uma Estevainha Soares, filha de Sueiro Fernandes, citado ha poucas paginas[1].

Fallecido o bispo D. João, passou a administração da capella para Gonçalo Mendes seu *neto* (sic), e depois da morte d'este para os seus herdeiros.

*

Diogo Soares de Albergaria, acimà, herdou a seu sobrinho Affonso Soares, morto sem successão; veio a ser 11.º senhor da albergaria. Ha memorias que affirmam haver tambem herdado a administração do hospital e capella de Sancto Eutropio e Sancta Barbara. Casou com Urraca Fernandes, de quem teve:

Catharina Dias.

Quando se deram as guerras com os castelhanos, e a eleição do mestre, administrava a capella aquelle Diogo Soares; mas por ser esta familia do partido dos legitimistas da rainha D. Beatriz, mulher de D. João I de Castella, e por ser Diogo, segundo me affirma não sei já que linhagista, mordomo da mesma rainha, seguiu Catharina Dias a facção castelhana, e perdendo seu pae por esse tempo, saíu de Portugal.

Foram-lhe confiscados os bens; estava visto; buscou-se outra vez a linha de Lopo Soares, no herdeiro de sua filha Beatriz Soares, que era Martim Vasques da Cunha.

[1] Vide Manço de Lima, *Familias de Portugal,* mss. da b. n. de L. — Lettra S, tom. II, D—4—23.

*

Ora é preciso que se diga uma coisa. O morgado e a albergaria, de que era cabeça a ermida de S. Matheus, constituiam *bairro coutado,* não sei desde que tempo.

Estes *coutos,* como o leitor sabe, eram certas terras ou propriedades, cujos moradores gosavam do privilegio de isenção do serviço real, das contribuições, e das penas; logares vedados por lei á propria acção da lei, e onde as justiças d'el-rei não tinham entrada[1]. Taes disposições, que representavam ou grande favoritismo da corôa, ou antes incentivo para attraír população a certos sitios, pertenciam a estes vastos terrenos dos herdeiros de Payo Delgado.

O que se vê é que el-rei D. Fernando pretendeu extinguir tanto este, como o outro bairro *coutado* denominado do Almirante; mas as cartas e ordens não tinham, ao que parece, surtido effeito, até que el-rei D. João I as manda cumprir e guardar por carta regia de 10 de novembro de 1392[2], extinguindo de vez os bairros coutados *asy do almirante, como da albregaria de lopo soares, e doutros,* pelos males e damnos que provinham da existencia de taes asylos, que o eram muita vez de malfei-

[1] Vide o que muito bem diz no assumpto o sr. Eduardo Freire de Oliveira, a pag. 294 dos *Elem. para a hist. do munic. de Lisboa.*

[2] Arch. da cam. mun. de Lisboa — l. II d'el-rei D. João I, fl. 67, citada a pag. 294 dos *Elem.* do sr. E. F. de Oliveira.

tores e gente suspeita. Isso porém não apagou o nome; e (como logo se verá) continuou seculos a denominar-se alli *a casa do couto.*

*

Catharina Dias ainda alcançou a administração da albergaria, e d'ella foi 12.ª senhora. Casou duas vezes, e teve descendentes. Perdeu, como disse, o morgado e toda a casa, por se haver passado para Castella; pelo que todos os seus bens foram dados por mercê nova a Martim Vasques da Cunha, parente d'ella como se vai ver.

*

Beatriz Soares de Albergaria foi sexta filha de Estevam Soares o moço, supra mencionado. Casou com Vasco Martins da Cunha, senhor do morgado de Taboa e das villas do Pinheiro, Angeja, e Bemposta. Passou-se este para Castella, e de lá voltou para o serviço do mestre de Aviz. Tiveram entre outros:

Martim Vasques da Cunha, senhor da casa de seu pae, e de muitas outras terras, de que lhe fez mercê el-rei D. João I, como consta do livro dos registos d'este monarcha.

Era homem muito valente. Foi elle quem venceu, junto a Trancoso, a escaramuça que então se chamou *a porfiada,* na qual, segundo se diz, commandava 17 portuguezes contra 400 (?) castelhanos bem armados, a fóra a gente de pé, matando-lhes

40, ferindo muitos, e pondo o resto em debandada. Parecem-me castelhanos de mais, e portuguezes de menos. Achou-se no cerco de Chaves, entrou em Castella, tomou Finalaza e S. Felices de Gallegas, etc.

A este grande cavalleiro, outrosim descendente do velho Payo Guterres, doou o nosso D. João I, por carta de 20 de setembro de 1386, pelo muito serviço que do dito Martim recebera, o morgado e hospital de Sancto Eutropio, confiscado, conforme apontei, á sua 12.ª administradora Catharina Dias; e logo em 14 de outubro seguinte apparece outra carta do mesmo soberano, confirmando a antecedente, e ordenando mettam de posse de todos os bens ao dito Martim Vasques, que era tambem sobrinho de Catharina Dias (filho de um primo)[1].

Julgando-se esbulhado dos seus direitos, um certo Gonçalo Annes moveu demanda a Martim Vasques sobre a posse do morgado, hospital, e capella de Sancto Eutropio, allegando ser neto maior legitimo de Lopo Soares de Albergaria, que fôra possuidor dos bens, e representava a linhagem de D. João Alão, e ser parente portanto de Gonçalo Mendes. Tres annos depois, em 1389, compozeram-se as partes, com mutuas concessões, mas perdendo Gonçalo Annes para todo sempre qualquer posse ao morgado.

[1] Veja-se tambem o codice ms. da bibl. nac. de Lisboa C—1—22, que é valioso por ser cópia de outro, que se suppõe ter sido escripto pelo abalisado D. Antonio de Lima, senhor de Castro Dairo, de quem trata largamente o *Apparato* da hist. gen. (tom. I, pag. XLVI, n. 25).

*

Correram alguns annos mais. Descontente (por motivos que se ignoram) apesar de rico-homem, senhor do Pinheiro e outras terras, e dos morgados de Sancto Eutropio, Sancta Barbara, e albergaria de Payo Delgado, entendeu Martim Vasques da Cunha dever desamparar o seu monarcha, mal firmado n'um throno vacillante, e passou-se para Castella. Repito: ignoram-se os motivos certos, e é sempre custoso e perigoso interpretar actos de gente morta; mas o que leio é que não eram estreitas as relações d'elle com o rei.

Nas côrtes de Coimbra, por exemplo, seguiu a parte do infante D. João filho de D. Ignez de Castro, declarando, alto e bom som, que o reino pertencia ao dito infante, mas que elle e os seus haviam de servir o eleito das côrtes; declaração que descontentou o mestre. Os enredos e as *agulhas ferrugentas* fizeram o seu triste officio, e Martim Vasques saíu de Portugal.

Diz-se que foi dura a despedida dos dois. Estranhando-lhe el-rei o proposito de desamparar o seu soberano, respondeu o altivo neto dos Cunhas, que se não lembrava de lhe haver nunca beijado a mão como a seu rei; ao que redarguiu o antigo mestre de Aviz:

—Não sei eu, por minha fé, Martim Vasques, onde nos achassemos, que me não sentasse eu á cabeceira da mesa, e bebesse pelo jarro primeiro que vós.

*

Ora mais uma observação. Com quanto já de antemão soubesse Martim Vasques que a sua chegada a Castella tinha de ser recebida com agrado (tanto que o nomearam lá conde de Valencia del Campo), haveria sem duvida reflectido na perda inevitavel de todos os seus bens portuguezes, a não se dar uma circumstancia: perdia-os elle, mas não os perdia a sua herdeira forçada, sua filha, para quem passavam logo depois da ceremonia da confiscação.

Era a filha de Martim Vasques da Cunha uma D. Leonor da Cunha, mulher do grande valído João das Regras. Apenas o sogro voltou costas, mandou elle logo tomar posse, por cabeça de sua mulher, dos bens da albergaria instituida por Payo Delgado, com a ermida de S. Matheus, e do hospital de Sancto Eutropio e Sancta Barbara. El-rei (como são instaveis as fortunas d'este triste mundo!) por carta de 22 de julho de 1397 fez doação de tudo ao seu amigo João das Regras, do seu conselho, e genro do dito Martim Vasques da Cunha. Era o galardão dos provados serviços do insigne jurisconsulto.

Este (segundo vejo n'uma preciosa *Estatistica* antiga de Lisboa [1], livro feito por pessoa estudiosa, e que teve á mão muitos documentos velhos, está-se a ver) acabou com a albergaria, e pôz em seu logar

[1] Manuscripto da bibl. nac., fl. 66 v., do anno de 1552.

vinte merceeiras e tres capellães, aos quaes mandou dar de renda annual 20$000 réis (pouco mais ou menos 200$000 da nossa moeda), e ás merceeiras tres alqueires de trigo cada mez, e 230 réis para conduto (2$300 réis da nossa moeda), mais 540 réis por semestre (ou uns 5$400 nossos) para camisas e calçado.

*

Ora depois de casar com D. Leonor da Cunha foi João das Regras, segundo indica o sr. Vilhena Barbosa[2], *habitar as casas da ermida de S. Matheus,* onde crê este escriptor ter fallecido o mesmo celebre ministro no dia 3 de maio de 1422.

Já depois do passamento do grande homem, expediu el-rei D. João uma carta mais explicita que a primeira, confirmando-a, e declarando senhora de todos os referidos bens a D. Leonor da Cunha, viuva do chanceller.

Vejamos agora, rapidamente gisada, a linha genealogica por onde a representação de João das Regras passou aos marquezes de Niza, isto é, pertence hoje ao sr. conde da Vidigueira.

*

João das Regras casou com D. Leonor da Cunha. Tiveram filha unica:

D. Branca da Cunha, senhora de Cascaes. Casou em 1388 com D. Affonso, filho do infante D. João,

[2] *Est. hist. e archeol.*, t. II, pag. 105.

filho de D. Ignez de Castro, alcaide-mór de Lisboa, etc., e por cabeça de sua mulher senhor de Cascaes. Tiveram:

D. Izabel da Cunha (o appellido Regras, se era appellido, desappareceu, e foi-lhe substituido o grande nome de Cunha). Esta D. Izabel casou com D. Alvaro Pires de Castro, 1.º conde de Monsanto, e bisneto por varonia de outro D. Alvaro Pires de Castro, irmão da rainha D. Ignez. Além de outros filhos tiveram:

D. João de Castro. (Vemos agora desapparecer o appellido Cunha, e seguir a varonia

> da antiga casa Castro, em toda Hespanha
> já d'antes do real sangue d'este reino
> por grande conhecida,

como cantou Antonio Ferreira). Este D. João foi 2.º conde de Monsanto, e senhor de Cascaes em tempo d'el-rei D. João II e D. Manuel; casou com D. Maria de Menezes, e morreu sem geração. Era homem muito notavel, espelho acabado de cavalleiros, segundo se deprehende dos versos com que o memora Garcia de Rezende na sua *Miscellanea:*

> O gram conde de Monsanto
> em honra, cavallaria,
> em saber, galanteria,
> vimos privar, valer tanto,
> que a todos precedia.

Passou a casa, na falta de herdeiro masculino, para a irmã do dito conde, D. Joanna de Castro.

D. Joanna de Castro. Esta casou com D. João de Noronha, de alcunha o *Dentes*. Foi 3.º conde de Monsanto por cabeça de sua mulher. Tiveram, além de outros filhos,

D. Pedro de Castro. (Vê-se que a varonia continuou em Castro; o Noronha ficou em sombra). Foi o 4.º conde de Monsanto. Casou duas vezes; do segundo casamento com D. Maria de Ayala teve, além de outros,

D. Luiz de Castro. Foi senhor da casa de seus paes, mas não teve o titulo de conde. Casou com D. Violante de Athayde, e além de outros filhos tiveram:

D. Antonio de Castro, 5.º conde de Monsanto, por carta de 23 de outubro de 1582. Casou com D. Ignez Pimentel, e teve varios filhos; entre elles

D. Luiz de Castro, 6.º conde de Monsanto, senhor de Cascaes, etc. Casou com D. Mecia de Noronha, e tiveram, além de outros,

D. Alvaro Pires de Castro, 7.º conde de Monsanto, 1.º marquez de Cascaes desde 1645, alcaide-mór de Lisboa, cargo cuja hereditariedade na casa el-rei D. João IV confirmou na pessoa d'este marquez, e, afóra outras honras, senhor, como seus ascendentes, dos morgados de S. Matheus e Sancto Eutropio, etc. Falleceu na villa de Ançã, a 11 de julho de 1674. Casou com D. Barbara Estephania de Lara, e além de outros, tiveram:

D. Luiz Alvares de Castro de Athayde de Noronha e Sousa, 8.º conde de Monsanto, 2.º marquez de Cascaes. Casou com D. Maria Joanna Coutinho, e tiveram, além de outros:

D. Manuel José de Castro e Noronha de Athayde e Sousa, 9.º conde de Monsanto, 3.º marquez de Cascaes, etc., etc., e senhor dos morgados de S. Matheus e Sancto Eutropio. Casou em 1699 com D. Luiza de Noronha, e, além de outros, tiveram:

D. Luiz José Thomaz de Castro Noronha Athayde e Sousa, 10.º conde de Monsanto, 4.º marquez de Cascaes, nascido em 1717. Casou com D. Joanna Perpetua de Bragança, filha do senhor D. Miguel e da 1.ª duqueza de Lafões. Fallecendo o conde D. Luiz sem geração, passou a casa para sua irmã

D. Maria Josepha da Graça de Noronha e Castro, nascida em 1718, e casada em 1740 com D. Francisco Xavier Raphael de Menezes, 2.º marquez do Louriçal, 6.º conde da Ericeira.

E por esta senhora entrou a casa de Monsanto e Cascaes na do Louriçal.

(O titulo de marquez do Louriçal foi dado em 1740 por el-rei D. João v ao 5.º conde da Ericeira D. Luiz de Menezes, casado com D. Anna Xavier de Rohan, filha dos condes da Ribeira Grande.)

Aquelle 2.º marquez do Louriçal, D. Francisco, teve de sua mulher uma filha que morreu sem estado. Truncou-se pois outra vez a linha, e passou a casa para a de Unhão. Vejamos como.

Provinha a casa de Unhão de um ramo da de Vagos, cuja varonia era Silva. Foi 1.º conde e 9.º senhor de Unhão Fernão Telles de Menezes, fallecido em 1651. Casou este conde com D. Francisca de Tavora, camareira-mór da rainha D. Maria Francisca de Saboia, e filha herdeira de D. Martim Affonso de Castro, vice-rei da India. Ora este

D. Martim era filho segundo de D. Antonio de Castro, de quem acima fallei, 5.º conde de Monsanto. Por consequencia esta casa de Unhão era, por femea, a mais proxima representante do sangue da casa de Monsanto, cuja linha se truncava agora na filha do 2.º marquez do Louriçal.

Os 1.os condes de Unhão tiveram, além de outros filhos:

Ruy Telles de Menezes e Castro, 2.º conde e 10.º senhor de Unhão. Falleceu em 1671. Casou duas vezes; do segundo matrimonio, com D. Joanna Luiza de Lencastre, teve além de outros:

Fernão Telles de Menezes e Castro, 3.º conde e 11.º senhor de Unhão. Falleceu em 1687. Casou com D. Maria de Lencastre, filha dos 4.os condes de Sancta Cruz; e além de uma filha teve:

Rodrigo Xavier Telles de Menezes Castro e Silveira, 4.º conde e 12.º senhor de Unhão, fallecido em 1756. Casou com D. Victoria de Tavora, filha dos 2.os condes de S. Vicente; e teve além de outros:

D. João Xavier Fernão Telles de Castro, 5.º conde de Unhão, casou em 1741 com D. Maria Josepha Francisca Xavier Balthazar da Gama, marqueza de Niza, filha herdeira dos marquezes de Niza e condes da Vidigueira; e tiveram por filho e herdeiro

D. Rodrigo Xavier Telles de Castro da Gama Athayde Noronha Silveira e Sousa, 6.º marquez de Niza, 10.º conde da Vidigueira; succedeu nos titulos e na casa a seu meio irmão, D. Vasco da Gama, 5.º marquez de Niza, e 9.º conde da Vidi-

gueira. Casou com D. Marianna Josepha Telles de Lima, 4.ª filha dos 1.ºs marquezes de Ponte de Lima. Tiveram:

D. Eugenia Maria Josepha Xavier Telles de Castro da Gama Athayde Noronha Silveira e Sousa, 7.ª marqueza de Niza por sua cabeça, 11.ª condessa da Vidigueira, 11.ª senhora do almirantado do mar da India, 7.ª condessa e 15.ª senhora de Unhão, 15.ª senhora do morgado de Boquilobo, 16.ª dos de S. Matheus e Sancto Eutropio, 11.ª do da Foz, e de todos os mais das casas de Niza, Cascaes, Unhão, Castanheira, e Castro Daire, etc. Casou em 1790 com seu tio D. Domingos Xavier de Lima, marquez e conde pelo seu casamento, terceiro filho dos 1.ºs marquezes de Ponte de Lima; e tiveram, além de outros

D. Thomaz Xavier Telles de Castro da Gama Athayde Noronha Silveira e Sousa, 8.º marquez de Niza, 12.º conde da Vidigueira, 8.º conde de Unhão, 12.º almirante do mar da India, 16.º senhor de Unhão, etc. Casou em 1815 com D. Thomazia Francisca de Mello Breyner (uma das mais intelligentes e cultivadas senhoras que tenho conhecido), fallecida no paço do Calvario em 29 de março de 1869, filha do senhor da Trofa Pedro de Mello Breyner, e da senhora de Mello D. Anna Rufina Soares de Mello Sousa Tavares e Moura. Tiveram filho

D. Domingos Francisco Xavier Telles da Gama Castro Noronha Athayde Silveira e Sousa, 9.º marquez de Niza, 13.º conde da Vidigueira, 9.º conde de Unhão, 13.º almirante do mar da India, 13.º se-

nhor da Vidigueira, 17.º senhor de Unhão, alcaide-mór de Niza, par do reino, etc. Nasceu em 17 de janeiro de 1817; falleceu em Eaux-Bonnes, nos Pyrenneos, a 11 de agosto de 1873; tendo casado em em 3 de março de 1835 com s. ex.ª a sr.ª marqueza D. Maria Constança de Saldanha da Gama, filha dos 7.ºs condes da Ponte. Tiveram os filhos seguintes:

D. Maria Thomazia Telles da Gama, que nasceu em Paris, e falleceu de poucos mezes na mesma cidade em 1836.

D. Thomaz Xavier Telles de Castro da Gama Athayde Noronha Silveira e Sousa, com quem se continua.

D. Manuel Telles da Gama, nasceu no palacio de seus paes em Xabregas (hoje o asylo de D. Maria Pia); casou com D. Izabel de Castro e Lemos de Magalhães e Menezes Pamplona, da casa do Côvo em Oliveira de Azemeis; com geração.

D. Vasco Telles da Gama, nasceu em Lisboa, era guarda-marinha, e tendo ido servir na marinha ingleza morreu afogado em Tunis.

D. Eugenia Telles da Gama, nasceu na Junqueira, e é dama camarista de sua majestade a rainha D. Maria Pia.

D. Maria Telles da Gama, nasceu na Junqueira.

D. THOMAZ XAVIER TELLES DE CASTRO DA GAMA ATHAYDE NORONHA SILVEIRA E SOUSA, 14.º conde da Vidigueira, camarista d'el-rei D. Luiz. Nasceu em 16 de outubro de 1839. Do seu casamento com a ex.ma sr.ª condessa da Vidigueira actual tem quatro filhos.

*

Uma pausa, e um esclarecimento.

Vimos até aqui a descendencia de João das Regras e de sua mulher D. Leonor da Cunha (ou Girão, do nome de sua mãe). Fallecido elle, passou esta senhora a segundas nupcias com D. João de Castro, senhor do Cadaval e Peral, filho de D. Pedro de Castro. Vejamos a descendencia d'esse matrimonio.

D. Joanna de Castro, filha herdeira do senhor do Cadaval, casou a 28 de dezembro de 1429 com D. Fernando, duque de Bragança, e tiveram

D. Fernando, duque de Bragança, d'onde provém a grande casa hoje reinante.

*

Ora D. Leonor da Cunha, a nobre viuva do eminente João das Regras, parecia fadada para a solidão do thalamo; viu entrar pela segunda vez o anjo da morte nos seus lares. Já em 16 de dezembro de 1429 a achamos viuva de seu segundo marido D. João de Castro; e residia em Obidos quando passou procuração ao velho Diogo Alvares de Lemos, antigo servidor do sogro d'ella D. Pedro de Castro. Devia o dito Lemos represental-a no acto da celebração das escripturas do casamento da filha da mesma senhora, e d'aquelle seu segundo marido, D. Joanna de Castro, com D. Fernando, conde de Arraiolos, e depois duque de Bragança, neto d'el-rei D. João I. Pela procuração se vê que

D. Leonor se desapossava de avultados bens (não sei se de todos os que possuia) em favor de sua neta, pelo contentamento que lhe causava tão illustre alliança.

Ahi, entre outras clausulas, se lê que ella outorga *á dita D. Joanna e ao dito D. Fernando todo o direito e posse e ministraçom, e senhorio, e teença,* que tinha *nos morgados de S. Matheus e S. Eutropico, que são edificados e pontuados na dita cidade de Lisboa, que elles os hajam, e tenham, e ministrem* (diz a doadora) *com todo o direito que hi hei, e lhe de direito posso dar*[1].

Recolheu-se D. Leonor da Cunha ao mosteiro do Salvador, em Lisboa, onde vamos encontral-a em 21 de setembro de 1436 lavrando uma escriptura, que (devo confessal-o) me pôz primeiro em grandissimo embaraço. Pois não a vemos agora, como se nada tivesse succedido, fazendo doação, e outorga de posse immediata, dos bens de S. Matheus, S. Eutropio, e Sancta Barbara, a sua neta D. Izabel, filha de sua filha mais velha D. Branca, e já casada com D. Alvaro de Castro, depois conde de Monsanto?[2].

Como podia ser isto? Não estavam já legalmente aquelles bens em casa de sua filha D. Joanna? E não se diga que houvessem revertido para D. Leonor por morte de D. Joanna, visto que esta só falleceu em 1479[3], e seu marido em 1478[4].

[1] *Hist. gen.—Provas*—t. III, pag. 547.
[2] *Hist. gen.—Provas*—t. VI, pag. 153.
[3] *Hist. gen.—Provas*—t. V, pag. 170.
[4] *Id., ibid.*—pag. 169.

O que julgo é o seguinte; e é a propria D. Leonor quem pelas suas palavras m'o faz perceber:

A primeira doação a D. Joanna de Castro, condessa de Arraiolos, foi reconhecida irrita e nulla, por se terem depois achado escripturas antigas, determinando que taes bens pertencessem á primogenitura; e não sendo D. Joanna a filha maior, mas sim sua irmã D. Branca, a ella cabia tudo quanto illegalmente se doara a D. Joanna e a D. Fernando. Por esta tal carta pois de 21 de setembro de 1436 passaram os morgados de S. Matheus, Sancto Eutropio, e Sancta Barbara para D. Izabel, filha de D. Branca e de D. Affonso.

Todas as doações d'el-rei D. João I as confirmou depois seu neto D. Affonso V na pessoa da condessa de Monsanto, já viuva.

Assim, temos pois entrados na casa dos Castros de Monsanto, depois marquezes de Cascaes, os bens do velho Payo Delgado e de D. João Alão. O ultimo varão da casa dos Castros foi D. João de Castro Telles, senhor do paul de Boquilobo, fallecido em 1697 sem geração[1]. A representação está hoje, como acima disse e mostrei, na casa de Niza, de que é chefe o sr. conde da Vidigueira.

§ II

Depois da fadigosa jornada em que embrenhei o leitor, atravez de toda essa vasta selva genea-

[1] *Hist. gen.*, t. V, pag. 240.

logica, resta-nos descançar um pedaço na rareira onde chegámos a final.

Mas julgará talvez alguem que me arrependo de ter abusado da paciencia dos estudiosos, obrigando-os aos altibaixos d'este genero de pesquizas? não me arrependo, não. A genealogia não é simples ostentação de grandezas; é o mais precioso material das investigações historicas. Sem genealogia ninguem escreve historia; e por muito ardua que seja a tarefa do cabouqueiro de costados, bem compensado ficará quem a emprehender.

*

Agora, a proposito das familias dos Castros, condes de Monsanto e marquezes de Cascaes, vamos por despedida encetar uma excursão archeologica ao sitio do Borratem, e procurar dissipar certas duvidas que me lavram no espirito ácerca da residencia antiga d'aquelles titulares.

O averiguado, por mil motivos, é terem elles possuido alli uma casa nobre chamada *a casa do couto*. Já lá em cima expendi o pouco que sei d'esses velhos recintos resguardados, ou *coutados*, como se dizia.

Se o leitor alguma vez passar no largo actual do Borratem, ha de reparar n'um grande arco ogival de forte cantaria, que lá está, poucos metros desviado da esquina do becco dos Surradores. Havia, junto d'esse, outro, de diversa altura, muito caracteristico; desappareceu na reconstrucção do

predio em fevereiro e março de 1871. Felizmente copiei-os eu ambos, e conservo-os.

Não sei bem em que se fundava a tradição oral para dizer, ainda ha poucas dezenas de annos, que alli residira João das Regras. O sr. Vilhena Barbosa no *Archivo Pittoresco*[1] parece adoptal-a, e diz até que *pertenciam* aquellas casas *aos paes de João das Regras, que ahi viveram muitos annos, tendo tambem morado n'outras, que possuiam ás Escolas Geraes, onde nascera aquelle illustre jurisconsulto.*

Herculano no *Monge de Cister,* livro admiravel, que reputo menos para notar como romance, do que propriamente como historia, mostra de passagem a residencia de João das Regras junto a Sancta Marinha[2]. Póde ser que depois da doação da capella, isto é, depois de julho de 1397, o grande jurisperito viesse de Sancta Marinha habitar a S. Matheus. Não tenho modo de averiguar o caso.

Limito-me a citar aqui o depoimento do erudito sr. Ignacio de Vilhena Barbosa, que me diz o seguinte (é pena que não cite a fonte):

Regressando á patria depois de se ter doutorado em direito na universidade de Bolonha, *foi habitar João das Regras em umas casas suas, ou de seus paes, ao Poço do Borratem*[3].

E pouco depois, mais nitida e explicitamente se expressa o douto investigador, dando esta casa do poço do Borratem pela mesma a que me referi ainda agora, dos grandes arcos ogivaes.

[1] T. v, pag. 335.
[2] Cap. xv e xxiv.
[3] *Est. hist. e archeol.*, t. II, pag. 102.

A casa onde morou João das Regras ... (ao regressar de Bolonha)—diz o sr. Vilhena Barbosa—*conservou-se sem grande alteração até ao anno de 1755; mas tendo passado a diversos possuidores, o terremoto do 1.º de novembro d'aquelle anno causou-lhe bastante ruina, deixando illeza todavia uma arcada de tres*[1] *grandes arcos ogivaes, que fórma o corpo inferior do edificio, e dá entrada para o pavimento terreo. Na reconstrucção foi alterado o prospecto dos andares superiores, segundo as praticas da moderna edificação, mas com a maior singeleza, e até mesquinhez. Porém deixaram felizmente á gothica arcaria as suas feições primitivas. Esses arcos pois, não esbeltos e formosos, como os soube crear a architectura gothica no reinado do fundador do mosteiro da Batalha, mas de fórma pesada e maciça, que denuncia uma origem muito anterior a esse periodo brilhante da arte, esses arcos, repito, e todo o pavimento que debaixo d'elles se abre em portas e janellas, são ainda os mesmos, que o celebre chanceller de D. João* I *tanta vez transpoz durante a quadra mais gloriosa da sua existencia*[2].

*

Vemos pois que a opinião do sr. Vilhena Barbosa é clara; não sei porém em que se funda.

[1] Não será lapso? Eu por mim nunca lá vi senão dois arcos. Em março de 1871, quando eu os copiei, eram com certeza *dois*. Possuo outra vista do mesmo predio feita por um curioso, talvez em 1834, onde tambem só ha *dois* arcos.

[2] *Estudos hist. e arch.*, t. II, pag. 106.

Quanto a mim (salvo melhor juizo) a casa onde habitou João das Regras, a casa onde habitaram muitos dos seus successores, não é aquella.

Vamos por partes.

Como não conheço documento algum coevo d'elle, ou proximo, que diga ao certo que o chanceller morasse ao Borratem, julgo provavel que essa tradição nascesse da mera circumstancia de ter João das Regras, como mostrei (pag. 273), recebido da mão do seu real amigo a doação dos bens de Martim Vasques, onde se incluia S. Matheus com as suas propriedades annexas; e sendo assim, o sitio da ermida velha, e a morada contigua, estão elles proprios a transferir de um para outro lado do largosinho, isto é, de nascente para poente, a residencia historica do valido de D. João I; por outra: para o sitio defronte do becco dos Surradores, cá n'este lado onde estão as estancias do sr. Bernardino José de Carvalho, até aos predios novos á esquina da rua da Betesga.

A inspecção dos antigos planos é que mais evidenceia o que digo; mas á falta d'elles aqui vai um argumento topographico muito concludente.

Quando em 15 de maio de 1491 lançou el-rei D. João II a primeira pedra no seu grande hospital de Todos os Sanctos, foi depois da solemnidade jantar a casa do conde de Monsanto, que era *pegada com a horta do dito hospital*[1].

Esta ultima phrase, que é textual, é o esclarecimento topographico por onde se dá com o sitio

[1] Garcia de Rezende, *Chron. d'el- i D. João* II, cap. CXL.

exacto da casa. A cerca do hospital acabava (com leves discrepancias) onde hoje vai o lado oriental da Praça da Figueira; e ahi, pegada immediatamente com a cerca, principiava a larga propriedade dos Monsantos, abrangendo desde a rua actual da Betesga até á dos Alamos, e tendo frente com ermida sobre o Borratem.

Creio que me fiz entender; mas na duvida repito:

A casa dos condes de Monsanto ao Borratem, com a sua ermida, era a que fôra doada com outros bens a João das Regras; essa casa ficava ao poente da rua, largo, ou o que quizerem, do Borratem; logo, a ter João das Regras morado alguma vez ao Borratem na sua casa, ufanem-se d'essa honra os alicerces das casas dos banhos e das estancias de madeira, e dispam a sua presumpção os celebres arcos ogivaes (hoje um só) que blazonavam sem motivo ter albergado o notavel estadista.

Isto tudo, já se vê, é dito com mil restricções e cautelas. Com um homem como o sr. Vilhena Barbosa custa a discutir, porque é mais que instruido, é instruidissimo n'estes assumptos; mette medo; mas só em homenagem á verdade é que entendi dever apresentar as minhas duvidas e os meus motivos.

*

Vejamos agora alguns vestigios da estada dos Monsantos e Cascaes na sua casa historica.

Seria provavelmente ahi que em 1467 morava

D. Alvaro de Castro, 1.º conde de Monsanto, e camareiro-mór d'el-rei D. Affonso v, casado com a condessa D. Izabel senhora de Cascaes, filha de D. Affonso senhor da mesma villa, neta do infante D. João, e bisneta d'el-rei D. Pedro I[1].

A 21 d'esse mez de setembro tratava-se nas casas do conde de Monsanto o casamento de D. Joanna, filha do mesmo conde, com D. João de Noronha; mas por uma clausula do contrato se vê que já o conde estava resolvido a deixar Lisboa para se ir residir nas suas terras de Monsanto, pois cede na dita sua filha e em seu genro os rendimentos e o exercicio do cargo que tinha de camareiro-mór, reservando comtudo para si o exercicio *quando quer que á côrte vier*[2].

*

Em maio de 1596 estiveram em Lisboa uns arlequins, acrobatas, funambulos, ou *volatins*, como lhes chamavam. E sabe o leitor onde representaram, e onde o publico foi admiral-os e applaudil-os, pagando as entradas a vintem por cabeça? foi no pateo d'esta casa do conde de Monsanto D. Antonio de Castro. Por signal que o espectaculo rendia 30 a 40 mil réis em cada tarde[3].

[1] Falla d'este conde de Monsanto a *Hist. gen.*, t. v, pag. 311.

[2] *Hist. gen.—Provas*—tom. vi, pag. 164 e 167.

[3] Relação de noticias mss. relativas á segunda metade do seculo xvi, no *Summario* de Ribeiro Guimarães, t. iii, pag. 168.

*

A mencionada ermida de S. Matheus, e o palacio annexo, tiveram a honra de ser desde 1617 o primeiro poiso das benedictinas de S. Bento de Aviz, fundadas com grande aperto pela infanta D. Maria, e reformadas com mais liberdades em tempo de Filippe II. Alli moraram até serem depois transferidas para a sua nova e grandiosa poisada chamada hoje o mosteiro das commendadeiras da Encarnação, por cima do Rocio, e atraz da calçada de Sanct'Anna[1].

*

No meio do seculo XVII encontro os marquezes de Cascaes habitando na alcaçova a sua residencia official de alcaides-móres de Lisboa. Ahi nasceram filhos do 2.º marquez, e 8.º conde de Monsanto, D. Luiz Alvares de Castro; por exemplo: D. Fernando de Noronha, que depois foi conde do mesmo titulo[2].

Talvez o começarem os marquezes de Cascaes a residir na alcaçova coincidisse com as obras que pelo meio do seculo XVII se fizeram na ermida de S. Matheus, por ordem do 1.º marquez de Cascaes D. Alvaro Pires de Castro. Foi o caso, que achando-se arruinada a ermida velha, a mandou

[1] Mss. da bibl. nac. de Lisboa, A—4—11, fl. 454.
[2] *Hist. gen.*, t. II, pag. 545.

elle demolir, e no seu logar edificou outra, com um palacio contiguo, jardins e horta, segundo diz o sr. Vilhena Barbosa[1].

*

No seculo XVIII torno a encontrar o rasto dos marquezes na *casa do couto*, em março de 1745[2]; e a ermida de S. Matheus recebia em 17, como deposito, o corpo do conde de Monsanto e marquez de Cascaes, antes de o trasladarem para o seu enterro no mosteiro de Penha Longa[3].

*

Essa vasta propriedade devia occupar, pouco mais ou menos, o sitio contido hoje entre o largo do Borratem, a rua do Amparo, a Praça da Figueira, e a rua da Betesga; palacio e jardins, que em 1754 foram transformados n'um convento dedicado a S. Camillo, como indica o citado sr. Barbosa[4], convento habitado até á extincção das ordens religiosas em 1834 pela Congregação dos clerigos agonisantes, e convertido depois em casas.

[1] *Estudos hist. e arch.*, t. II, pag. 105.

[2] Vide *Gazeta Occidental de Lisboa* de 23 de março de 1745, pag. 232. Encontrei esta citação a pag. 208 das *Mem. dos Duques* por João Carlos Feo e pelo visconde de Sanches de Baêna.

[3] *Livro dos grandes*, pag. 107.

[4] Além dos *Estudos hist. archeol.* vide tambem o artigo do mesmo sr. no *Archivo Pittoresco*, t. V, pag. 335.

*

*

Explicarei isto por menores.

Foi no meio do seculo XVIII, que o governo d'el-rei D. José, desejando ampliar o hospital de Todos os Sanctos, entendeu dever promulgar o decreto de 6 de julho de 1752, que manda comprar quatorze propriedades de casas sitas nas ruas da Betesga e do Poço do Borratem, avaliadas em 39:202$900 réis; e além d'ellas entendeu dever tomar aos marquezes do Louriçal D. Francisco de Menezes, e sua mulher D. Maria da Graça de Noronha e Castro, representante, segundo se viu, da casa de Cascaes, o vasto palacio, que lá pela banda do norte completava o quarteirão, e que entre jardins magnificos campeava junto ás hortas do hospital, erguendo os seus arrogantes quatro andares, e alastrando as suas dependencias, sobre a rua, ou largo, do Borratem.

Ora esse palacio, pela sua natureza vincular, teve de ser subrogado, com os seus annexos, por um padrão de juro de 48:000$000 réis averbado aos morgados de S. Matheus e Sancto Eutropio. A escriptura da subrogação é de 27 de setembro de 1754. Como é data anterior ao terremoto, são preciosas todas as indicações que nos presta quanto á topographia do logar.

Não pude deixar de folhear esses documentos amarellados, que me facultou com rara amabilidade o meu amigo o sr. Luiz Carlos Leão Trinité, digno archivista do hospital de S. José, e aqui

apresento o que suguei de tal leitura, n'uma das minhas visitas áquelle opulentissimo cartorio, que é das nossas melhores joias paleographicas e diplomatisticas[1].

*

Em 1754 ainda não morrera no sitio a memoria do antigo bairro coutado; ainda alli eram para o vulgo as *casas do couto*.

Da parte antiga do solar, isto é, da primitiva séde dos vinculos de D. João Alão e João das Re-

[1] Existe esse documento no cartorio do hospital de S. José a fl. 103 do livro 1 de *Compras de varias propriedades, de 1752 a 1754.* Vi-o eu com o sr. Trinité em 1 de outubro d'este anno de 1884; e por signal que n'uma occasião bem triste: acabava de fallecer a 29 de setembro, em Cintra, um dos mais honestos, zelosos, e intelligentes empregados d'aquella casa, o 1.º escripturario chefe de repartição José Maria Antonio Nogueira, particular amigo de ambos nós. Todos os collegas lamentavam tamanha perda, e com sincero sentimento. Todos os estudiosos avaliam quanto padece n'esta morte a archeologia portugueza, que tinha no bondoso Nogueira um cultor dedicado, e abalisadissimo. Doente, cançado, desgostoso da vida, nunca soube aquelle honrado homem negar o seu auxilio efficaz a quem quer que o procurasse e lhe fosse pedir conselho. Eu por mim confesso ter-lhe devido muito e muito. Nunca vi que o importunasse; antes pelo contrario; Nogueira tinha entranhado gosto em auxiliar os meus estudos, e animar as minhas tentativas. Em quanto o sr. Trinité (cujos altos serviços officiaes e officiosos mereciam mais conhecidos) recordava comigo as qualidades raras do nosso chorado amigo, parecia que ainda a sombra d'elle por alli andava, a incitar-nos ao trabalho. Folgo de poder prestar-lhe, como desafogo do meu sentimento, esta homenagem modesta mas verdadeira.

gras (as capellas de Sancto Eutropio e S. Matheus acima referidas) restava ainda tudo pouco mais ou menos, salva a alteração que trazem os reparos e melhoramentos; a saber: restava a ermida e a casa com frente sobre a rua do Borratem, defronte do becco dos Surradores.

Havia dois pateos; um d'elles era o da entrada nobre do palacio; ahi tinham estado em 1596 os *volatins*, como acima indiquei; o outro, mais interior, servia de picadeiro em 1754[1].

De volta d'estes pateos eram as officinas varias e aposentos da parte antiga, que então se denominava *o quarto pequeno*. N'esse *quarto pequeno* vivera ultimamente a sr.ª marqueza de Cascaes D. Luiza de Noronha, sogra e mãe dos 2.os marquez e marqueza do Louriçal.

Constava o *quarto pequeno* de varias casas terreas e altas; e por um passadiço sobre a rua que vai para a Mouraria (hoje é a do Arco do Marquez de Alegrete) communicava-se com o predio fronteiro, que ainda lá está, e fórma uma esquina para essa ultima rua, e a outra em cima para a de S. Pedro Martyr.

Além de todo este fragmento, que era propriamente o solar do solar, quer dizer, o seu bocadinho mais nobre e historico, havia, pegado com elle, o grande palacio de quatro andares (não contando o terreo, onde eram cocheiras, cavalhariças, palheiros, etc.), edificado, como indiquei, pelo

[1] Este chão do pateo do picadeiro pagava o censo de 3$960 réis annuaes á egreja de S. Nicolau.

1.º marquez de Cascaes D. Alvaro Pires de Castro, com muita grandeza e desafogo. Isso era o trecho seiscentista da propriedade; e para quem conhece a opulencia com que edificava os seus desgraciosos casarões a aristocracia portugueza do seculo XVII, não custa a crer como toda a casa do couto, verdadeiro sanctuario de recordações nacionaes e domesticas, se subrogasse em 1754 por 48:000$000 réis, equivalentes a 60:640$000 réis da nossa moeda actual! [1].

Tudo isso pois, o celebre *quarto pequeno* (que é os meus encantos porque me remonta insensivelmente a Payo Delgado), e o palacio grande, com todas as suas bemfeitorias, mais outras propriedades pequenas de aluguel na rua dos Alamos, e outras na rua dos Canos, ficou pertencendo desde 1754 ao estado.

*

Foram concedidos esses bens aos religiosos de S. Camillo de Lellis (vulgo os Camillos), que ahi se estabeleceram fazendo o seu templo na ermida de S. Matheus, templo que durou até á extincção das ordens religiosas em 1834; ficava bem defronte do actual becco dos Surradores, no sitio onde é o escriptorio rez do chão do sr. Bernardino José de Carvalho; ahi ouviu Missa algumas vezes o mesmo meu informador.

[1] Póde ver-se no cartorio do hospital a minuciosa collecção das escripturas de todas as compras feitas por determinação do citado decreto de 6 de julho de 1752, no valor total de 88:302$900 réis.

*

O terremoto do 1.º de novembro de 1755 arruinou em grande parte tudo que ahi se erguia; e o plano da reedificação da cidade deu feição inteiramente nova ao sitio. Vejamos como:

Começou-se por alargar e traçar em linha recta a rua da Betesga. *Betesga* é, diz Moraes, uma ruasinha ou becco sem saída, que faz sacco, ou fundo de sacco; d'ahi deriva o verbo *embetesgar*. Esta viella é antiga, e já se encontra nos escriptores do seculo XVI. Saía do canto sueste do Rocio (como hoje); uma esquina era para o Rocio, a outra para a praça da Palha; seguia para o nascente (como hoje); tinha á direita o becco da Estallagem, depois uma rua angulosa chamada Pocinho d'entre as hortas, depois á esquerda um becco onde era a roda dos engeitados.

A roda dos engeitados? sim, leitor; e antes de irmos adiante (visto que este livro não passa de uma miscellanea) paremos um instante, e eu recito um soneto feito por poeta anonymo em honra de um distincto provedor do hospital, o bondoso marquez de Fronteira D. João Mascarenhas, que mostrava grande predilecção e dó aos pobres pequeninos expostos. Eil-o:

> Marquez, esses pimpolhos animados,
> nos actos criminosos concebidos,
> ganham comvosco o nome de escolhidos,
> perdem comvosco o nome de engeitados.

Dos carinhos dos paes repudiados,
dos affagos das mães destituidos,
desprezos tudo ao tempo de nascidos,
caricias tudo ao tempo de gerados.

Obre a maldade culpas insolentes,
que em quanto da piedade sois columna,
os engeitados viverão contentes.

Seu pae segundo sois; sorte opportuna!
pois teem em vós os tenros innocentes
na Roda do Hospital a da Fortuna[1].

Depois da *roda* continuava a rua da Betesga o seu caminho tortuoso, espalmava-se n'um mesquinho terreiro polygonal chamado largo do Mendanha, e ia caír (como hoje) na rua do Borratem, e pouco mais ou menos no mesmo sitio.

A mão do marquez de Pombal rasgou nas hortas a rua oriental da praça da Figueira, desde a rua nova da Palma até pouco mais ou menos á antiga roda dos engeitados; e no sentido de ponente a levante rasgou a rua do Amparo, que tomou o nome de uma ermida que o mesmo hospital possuia sobre o Rocio.

A rua do Borratem, se bem que algum tanto alargada e regularisada, ficou sensivelmente com a mesma directriz e fórma que sempre teve.

O terreno vasto e irregular contido entre essas quatro largas serventias foi doado a tres possuidores: o convento dos Camillos, a misericordia, e o

[1] Encontrei este rebuçado litterario na *Collecção de apophtegmas* de Supico, t. I, pag. 230.

hospital de S. José. Effectivamente, logo em setembro e dezembro de 1778 encontro o capitão Manuel Caetano de Sousa, architecto civil e militar da Mesa da Consciencia e Ordens, medidor e avaliador official, a medir, por mandado do conde de Valladares, escrivão da mesa da sancta casa da misericordia, os terrenos de toda esta ilha, de que se achavam de posse os religiosos de S. Camillo.

Cortou-se então em duas partes deseguaes, no sentido leste oeste a enorme fatia; o quinhão do norte coube aos frades; o quinhão do sul dividiu-se em dois fragmentos: o do poente para a misericordia, o do nascente para o hospital, ficando-lhe o poço do Borratem de fóra, n'uma reintrancia, que era logradoiro publico[1].

*

O quinhão dos frades foi vendido em varios lotes no thesouro publico depois da extincção das ordens religiosas: um fragmento sobre a rua do Amparo foi comprado em 1835 por Bernardo de Araujo Couto; a esquina comprou-a Alexandre José Gomes (predio que hoje pertence ao sr. conde da Praia e de Monforte); outro lote, comprou-o Francisco Ribeiro, dos Olivaes; outro, José da Cruz, de quem é hoje herdeiro seu sobrinho o sr. José Pisano da Cruz; outro, sobre o largo do Borratem, ficou a Antonio José da Silva Braga, cuja

[1] Quasi tudo isso consta de documentos do cartorio do hospital.

viuva o vendeu ao sr. Bernardino José de Carvalho; outro emfim adquiriu-o este mesmo sr. no thesouro publico.

Ora justamente no lote vendido pela sr.ª viuva Braga incluia-se a egreja dos Camillos, que tinha sido feita no proprio sitio onde se erguera, como acima apontei, defronte do becco dos Surradores, a velha ermida de S. Matheus, cabeça da antiga instituição da albergaria de Payo Delgado.

O quinhão doado á misericordia pertence hoje á viuva de Francisco Maria Machado.

O quinhão doado ao hospital, tornejando do Borratem sobre a Betesga, ainda em 1858 se achava um cahos. O poço do Borratem ficava ao ar livre, e era mais um tanque do que um poço; percebiam-se-lhe no anteparo, meio alluido em volta do boccal, os signaes do attricto de cordas e baldes. O mais, cercado de taboado velho, eram casebres sem fórma nem alinhamento, telheiros, palhoças, ruinas amontoadas, um ferreiro, umas estrebarias para os burrinhos das saloias vendeiras, um tanoeiro, etc. Em agosto d'esse anno de 1858 foi a administração do hospital obrigada pela camara a recuar o tapume[1]; e pouco depois começou a edificação do grande predio que lá vemos na esquina, cobrindo o celebre poço com uma abobada.

Em 1860 comprou esse predio ainda incompleto ao hospital o sr. Bernardino José de Carvalho, concluiu-o, e passados poucos annos vendeu-o ao sr. visconde de Gandarinha.

[1] *Annaes do mun. de Lisboa*, 1858, n.º 17, pag. 145.

O mesmo sr. Carvalho, a quem fui importunar pedindo muitos dos esclarecimentos supra, e que, sem me conhecer, teve a extrema bondade de me acolher admiravelmente bem, com a maior franqueza, com o mais benevolo interesse, demonstroume quanto a sua vigorosa memoria tem sabido zombar dos annos, e quanto o seu espirito, ainda juvenil, se agrada n'este genero de investigações. Aperto-lhe cordealmente a mão pelos muitos favores que me concedeu, e folgo de poder estampar aqui o nome de um tão digno industrial, de um verdadeiro portuguez antigo, e de um dos mais dedicados promotores, desde 1837, dos melhoramentos da nossa industria fabril.

*

A transformação do sitio do Borratem foi completa. Havia alli, no topo sul da rua do Arco do marquez de Alegrete o passadiço, a que chamavam ultimamente o *arco dos Camillos,* por ligar uma dependencia do convento com a casa fronteira, que faz a esquina para o becco dos Surradores; passadiço que era nada menos que a antiga communicação do *quarto pequeno* do palacio dos marquezes de Cascaes. Esse passadiço era impropriamente chamado *arco,* pois não era mais que uma communicação em linha recta. A rua ahi era tão estreita, que ao alargar-se recuou a parede 19 palmos.

Em novembro de 1835 convencionou a camara municipal com a administração do hospital de S.

José a demolição do dito arco[1]. Vejo porém que, por motivos que ignoro, não pôde realisar-se a demolição, e em novembro de 1837 era intimada judicialmente a administração para haver de demolir o passadiço[2].

O comprador de grande parte do extincto convento dos Camillos tinha sido Antonio José da Silva Braga. Vejo que em abril de 1837 iam devagar as obras que elle projectava, visto como a camara o intimou para demolir e completar o que lhe faltava para a sua nova construcção; dando-se-lhe o praso de tres mezes[3]. Pois em agosto ainda elle não tinha podido cumprir a intimação, e a camara concedia-lhe mais oito dias[4]; e vejo que ainda assim em setembro ordenou a camara ao administrador das calçadas que demolisse o fragmento em questão, por estar fóra do alinhamento[5].

Em maio de 1846, vendo a camara que o predio do mencionado cidadão Braga ameaçava ruina, deliberou mandal-o demolir[6]; ordem que encontro repetida em novembro de 1847[7] e emfim no seguinte dezembro[8].

[1] *Synopse dos principaes actos da camara municipal de Lisboa*—em 1835—pag. 23.
[2] *Synopse, etc.*,—em 1837—pag. 31.
[3] *Synopse, etc.*,—em 1837—pag. 5.
[4] *Synopse, etc.*,—em 1837—pag. 17.
[5] *Synopse, etc.*,—em 1837—pag. 21.
[6] *Synopse, etc.*,—em 1846—pag. 16.
[7] *Synopse, etc.*,—em 1847—pag. 27.
[8] *Synopse, etc.*, pag. 29.

*

Como acima disse, o poço cobriu-se de uma forte abobada, além da sua caixa de pedra que hoje o isola e o mantem limpo[1]. A agua foi cedida umas quantas horas por dia á casa dos banhos (não lhe chamarei *as thermas* do Borratem), que se estabeleceu no 1.º andar; e a serventia publica, reduzida pelo predio novo, hesita se tem área de rua, ou de praça. A camara municipal tambem hesitou, e escreveu na esquina: *Poço do Borratem.*

Ha poucos mezes sobreveio outra mutação no scenario. As portas do casarão lageado e abobadado onde fica o poço costumavam-se fechar á noite; o claviculario era o capataz da companhia. Pois agora já se não fecha tal porta; e o publico, por mercê de um bico de gaz acceso na loja, póde, de dia e de noite, ir utilisar-se das aguas salobras e semsaborissimas do Borratem.

Outra coisa ainda, que me lembra ter-me contado um investigador intelligente, o sr. padre Henriques de Sousa: quando se abriam os alicerces das casas actuaes, encontraram-se perto do logar do poço uns tanques velhos de pedra, como tinas, que fizeram suspeitar se em eras remotas (de romanos talvez) não teria havido alli estabelecimento thermal.

[1] Vide algumas providencias ácerca d'este poço em agosto de 1856, e setembro de 1849, nas *Synopses* respectivas da camara municipal.

*

Quanto áquelle nome enigmatico de Borratem, não lhe sei a origem, mas reputo-o antigo. Já a Maria Parda de Gil Vicente se arrenega por ver que

> muita agua ha em Borratem
> e no poço do Tinhoso.

O *Aquilegio medicinal* e a *Polyanthêa,* esses gabam-lhe a abundancia e as virtudes do nascente. Cada um no seu ponto de vista.

Oiço a pessoas auctorisadas, que as propriedades medicinaes da agua do Borratem (salobra e detestavel) são hoje muito pouco acreditadas. Não tenho voto na materia, nem modo de averiguar agora o ponto; mencionarei apenas que o illustrado Francisco Manuel de Mendonça (fallecido barão de Mendonça) propoz em 21 de novembro de 1867 n'uma sessão da camara municipal que, attendendo ás *propriedades medicinaes* da dita agua cessasse de funccionar n'aquelle poço a companhia de aguadeiros, passando para o chafariz do Soccorro, e que se nomeassem dois veteranos para guardas d'esta nayade historica. A proposta foi mandada para o conselho de saude, mas não lhe sei do seguimento[1].

[1] Vide o *Archivo municipal de Lisboa,* 1867, n.º 414, pag. 3347.

*

N'um interessante artiguinho do fallecido Ribeiro Guimarães no seu precioso *Summario de varia historia*[1] apparecem as medições do poço, que, segundo elle, são cincoenta palmos de alto, e nove de diametro. Extraio os seguintes paragraphos:

Como a agua do poço do Borratem possuia certas virtudes, houve uma irmandade, que, sem se saber com que titulos e em que tempo, conseguiu aproveitar-se d'ella e impôr um tributo sobre quem a usava. A irmandade de Sancto André e Almas da freguezia de Sancta Justa até 1818 recebia 80 réis por mez de cada aguadeiro e fornecia os baldes e cadeias. Porém o mais galante é que uma certa Maria Thereza, viuva, se constituira administradora do poço, e exigia 240 réis por mez de cada aguadeiro, e d'esta quantia entregava uma pequena parte á irmandade de Sancto André e Almas de Sancta Justa, e guardava para si a maior parte, como o senado verificou, e além d'isso tinha em seu poder a chave da coberta do poço.

Houve questão a este respeito, e a final o desembargo do paço e o governo resolveram que o poço, por estar em terreno publico, pertencia á camara, e portanto a sua agua era do uso livre do povo.

Mas o senado, acabando com as usurpações da irmandade e de Maria Thereza, entregou a chave da

[1] T. III, pag. 135.

coberta a um capataz, que reformava as cordas e os baldes, e abria e fechava o poço, recebendo dos aguadeiros e criados de servir 80 réis mensaes.

Em 1849 a camara pôz termo por uma vez a essas alcavalas, e resolveu que as despezas com o poço fossem feitas pelo seu cofre.

Hoje o poço (em 1861?) *está bem acondicionado debaixo de uma abobada no predio que alli construe o sr. Bernardino, em terreno que foi do hospital de S. José, e continúa, já se sabe, no uso publico.*

*

Não sei, como confessei, a origem do nome de *Borratem*, mas crê sabel-a a tradição oral confusa. Essa muita vez edifica etymologias no alicerce de trocadilhos, e fica muito satisfeita. A final de contas terá razão: o que é a historia senão um grande trocadilho?

Diz pois a tradição oral, conservada por pessoas muito idosas do sitio, segundo me contou o sr. padre Henriques de Sousa, que em tempo antigo havia por alli um tanoeiro, que usava servir-se do poço publico para os usos quotidianos do seu mistér, e deitava para dentro d'elle os arcos e aduellas das pipas, para amollecerem. Tudo isso era muito bom, mas o povo que ia lá buscar, para gastos ou para remedio, a mesma lympha salutar, via o tanque sempre obstruido, e todo maculado de borras e detritos; por isso murmurava dizendo:

—Tem borra; ou

—Borra tem.

D'onde ficou ao poço a alcunha epigrammatica de *Borra tem* ou *Borratem*.

Assim será; não tenho meio de discutir com a lenda; a lenda é o mais sympathico e fagueiro dos phantasmas; merece um sorriso de bom acolhimento, e nada mais. Acceito pois esta versão *calemburistica,* e como sou colleccionador, espeto-a com um alfinete atravez do thorax, e conservo-a no meu museu, entre os lepidopteros nocturnos da historia velha da cidade.

*

Se as tanoarias desappareceram d'alli, ficaram desde muito tempo os surradores, que até deram nome ao becco, e os odreiros, que ainda lá vemos installados no vão do ultimo arco do casarão enigmatico do lado oriental da rua; não esquecendo outros habitantes da mesma paragem, os quaes, apesar de quadrupedes, merecem aqui menção especialissima.

A existencia de arriarias de aluguel por aquelles sitios é já antiga; é provavelmente uma succursal, hoje semi-morta, da proxima *feira das bestas* no largo entre o Rocio e S. Domingos. Ha cincoenta annos, ha quarenta, ha vinte, era tudo por alli habitado de cavallos, machos, e burrinhos de aluguel. D'alli partiam, antes do caminho de ferro e da malla-posta, as engraçadas e numerosas cavalgadas de estudantina para Coimbra depois de ferias.

Tudo isso acabou; e hoje, nos meus passeios de tunante archeologico, apenas lá vejo, sumida na

rua de S. Pedro Martyr, uma arriaria, representante envergonhada das civilisações mortas!

*

Concluindo (e já não é sem tempo): quem examinar com attenção o arco ainda hoje existente, e o seu embasamento, cujas pedras reproduzi no meu desenho com exacção photographica, notará que deviam ser tudo isso (a exemplo do que ás vezes se usava na idade media) os supportes por cima dos quaes poisava um edificio, vasto certamente, e cuja serventia ignoro.

É tradição entre pessoas antigas (mas tradição confusissima), que ahi fôra em tempos muito remotos uma alfandega de Lisboa. Seria, ou não; não ha modo de o saber.

Podia correr um largo casarão em cima dos arcos; e podiam estes servir talvez de o isolar, e livral-o do enxurro da montanha, e das frequentes inundações do sitio do Borratem.

Além de outros exemplares architectonicos vistos por mim em Viollet-le-Duc, menciono a casa da camara de Guimarães, edificada tambem sobre arcos ogivaes, e de que traz uma bella gravura o *Archivo Pittoresco*[1].

Para quem conhece o viver cidadão da idade media, tambem não repugna crer que essa arcaria fosse occupada por armazens, ou largas lojas, que em dias de mercado no proximo Rocio e seus ar-

[1] Tom. v, pag. 385.

redores servissem de abrigo e logar de venda a feirantes e alquilés. O artigo *Maison* do livro monumental (em todo o sentido) de Viollet-le-Duc[1] traz exemplos de muitas casas do seculo XIII na praça da villa de Saint-Antonin (Tarn-et-Garonne) cujas frontarias vastas e bem trabalhadas teem no andar terreo arcarias como as do nosso Borratem, adornadas de grandes cortinas de correr.

*

Correrei tambem a cortina do capitulo, e apago por hoje o meu cosmorama.

[1] Tom. VI, pag. 229.

IV

MARTIM MONIZ

Sua descendencia: os Vasconcellos, marquezes de Castello Melhor.

O CONDE D. SUEIRO (ou D. OSORIO). Diz o abbade de Pera que era filho do conde D. Rodrigo Velloso, e prova-o com efficazes razões, não invalidadas pelo que diz o conde D. Pedro no seu *Nobiliario*. Era natural de Cabrera. Casou com a condessa D. Ulfa, filha de D. Moninho Fernandes de Touro, filho bastardo do rei D. Fernando de Leão. Tiveram:

D. MONINHO SOARES (ou OSORIO), de Cabrera, como lhe chamam outros. Viveu nas terras de seu pae em tempo do conde D. Henrique. Casou com D. Maria Nunes, filha de Nuno Soares, o que fundou o convento de Grijó.

Tiveram:

D. Payo Moniz, com quem se continúa.

D. Martim Moniz, com quem logo se continuará.

D. Maria Moniz, que teve um filho de quem procede a nobre familia dos Machados, representados hoje pelo meu sympathico amigo, o ex.mo conde da Figueira.

D. PAYO MONIZ; casou com Urraca Nunes, filha de D. Nuno Mendes de Coria, ou de Soria; e teve:

Martim Paes Ribeiro, progenitor dos Ribeiros.

Maria Paes Ribeira, chamada a rainha Ribeirinha por ter sido namorada d'el-rei D. Sancho I de Portugal.

D. Martim Moniz. Este achou-se na batalha de Ourique, no cerco de Lisboa, etc. Casou com Tareja Affonso, viuva de Sancho Nunes de Barbosa, e de D. Estevam Mendes, e filha natural d'el-rei D. Affonso Henriques. Teve primogenito:

Pedro Martins da Torre de Vasconcellos, assim chamado por ser senhor de uma torre ou castello no concelho de Lanhoso. Viveu nos reinados d'el-rei D. Affonso Henriques e D. Sancho I. Casou com Thereza Soares, e teve, além de uma filha,

João Peres de Vasconcellos. N'este é que principia a achar-se já regularisado o illustre appellido d'esta grande familia. Casou com a condessa D. Maria Soares Coelho, e teve, além de outros,

Rodrigo Annes de Vasconcellos. Viveu nos reinados de D. Affonso III e D. Diniz. Casou com D. Mecia Rodrigues, e teve, além de outros, ao seu primogenito

Mem Rodrigues de Vasconcellos. Foi rico-homem, e meirinho-mór em tempo d'el-rei D. Diniz. Esteve com Affonso IV na batalha do Salado em 1340. Casou com D. Maria Martins, e teve geração. Casou segunda vez com D. Constança Affonso, de quem, além de outros, teve

Gonçalo Mendes de Vasconcellos. Viveu em dias d'el-rei D. Fernando e D. João I. Casou com D. Maria Affonso Telles de Menezes; sem geração. Casou em segundas nupcias com D. Leonor Ro-

drigues, tambem sem geração. Casou em terceiras nupcias com D. Thereza Affonso de Aragão; com geração. Casou em quartas nupcias com D. Thereza Rodrigues Ribeira, de quem, além de outros filhos, teve

Ruy Mendes de Vasconcellos, terceiro filho. Este serviu a el-rei D. João I, e foi grande e notavel cavalleiro. Teve de Constança Alvares, como consta da carta de legitimação passada por el-rei D. João I em 14 de agosto de 1430 (l. 3.º da sua chanc., fl. 672),

Ruy Vaz Ribeiro de Vasconcellos. Foi senhor de Figueiró e Pedrogam grande. Creou-se em casa de seu avô Gonçalo Mendes, e de sua avó, em respeito da qual tomou o appellido de Ribeiro. Casou com D. Anna Affonso; sem geração. Casou segunda vez com D. Violante de Sousa, e teve, além de outros filhos,

João Rodrigues Ribeiro de Vasconcellos, primogenito. Foi senhor de Figueiró e Pedrogam, e aqui fundou o convento da Luz de dominicanos, a que alludi por conta de Miguel Leitão de Andrada no tomo I da *Lisboa antiga*. Foi fidalgo da casa d'el-rei D. Affonso V. Casou com D. Branca de Menezes (ou da Silva), e além de outros filhos, tiveram

Pedro de Sousa Ribeiro de Vasconcellos, segundo filho. Foi senhor de Figueiró e Pedrogam. Casou com D. Joanna de Lemos, e além de outros filhos teve

Simão de Sousa Ribeiro. Casou com D. Catharina Henriques, e além de outros filhos tiveram

Manuel de Sousa Ribeiro de Vasconcellos, se-

gundo na ordem do nascimento. Casou com D. Filippa de Castro, e além de outros teve

Simão de Sousa Ribeiro de Vasconcellos, commendador e alcaide-mór de Pombal, e do conselho d'el-rei D. João iii. Morreu captivo na batalha de Alcacer com el-rei D. Sebastião. Casou com D. Catharina de Noronha, e entre outros filhos tiveram

Luiz de Sousa Ribeiro de Vasconcellos, commendador e alcaide-mór de Pombal. Casou com D. Maria de Moura, dama da rainha D. Margarida de Austria; e foi seu quinto filho

João Rodrigues de Vasconcellos e Sousa. Serviu a el-rei D. João iv, e foi 2.º conde de Castello Melhor, em virtude da nomeação que seu tio Ruy Mendes de Vasconcellos, 1.º conde da mesma villa, havia feito no irmão d'este João Rodrigues, que era Francisco de Vasconcellos, o qual morreu antes que se realisasse a nomeação. Casou o segundo conde de Castello Melhor com D. Marianna de Lencastre e Vasconcellos, camareira-mór da rainha D. Maria Francisca; e tiveram, herdeiro do titulo de seu irmão, o 4.º conde Calheta,

Luiz de Vasconcellos e Sousa, 3.º conde de Castello Melhor. Foi grande ministro, valído, e escrivão da puridade d'el-rei D. Affonso vi. Casou com D. Guiomar de Tavora (ou de Castro), e além de outros filhos teve

Affonso de Vasconcollos de Sousa e Camara, 7.º conde da Calheta, e reposteiro-mór. Casou em primeiras nupcias no anno de 1690 com D. Marianna Francisca Xavier de Noronha, de quem não teve geração. Casou segunda vez em 1694 com Pelagia

Sinfronia de Rohan-Soubise; e tiveram além de outros

José de Vasconcellos e Sousa Camara Caminha Faro e Veiga, 4.º conde, e 1.º marquez de Castello Melhor (titulo dado em 2 de outubro de 1766), e conde da Calheta. Casou com D. Maria Rosa de Noronha em 1728, e tiveram

Antonio de Vasconcellos e Sousa Camara Faro e Veiga, 2.º marquez de Castello Melhor, e conde da Calheta. Casou com D. Marianna de Assis Mascarenhas, e tiveram

Affonso do Sanctissimo Sacramento de Vasconcellos e Sousa Camara Faro e Veiga, 3.º marquez de Castello Melhor, e conde da Calheta. Casou com D. Marianna Xavier Telles da Gama, e tiveram

Antonio de Vasconcellos e Sousa Camara Caminha Faro e Veiga, 4.º marquez de Castello Melhor, 11.º conde da Calheta (1576), 13.º senhor de Castello Melhor, etc. Casou em 1835 com D. Helena Luiza Xavier de Lima, da casa de Ponte de Lima, e teve:

D. Helena de Vasconcellos e Sousa, com quem logo se continuará.

Affonso de Vasconcellos e Sousa, fallecido de tenra idade.

João de Vasconcellos e Sousa, com quem se continua; e

D. Maria José de Vasconcellos, fallecida.

João de Vasconcellos e Sousa Camara Caminha Faro e Veiga, 5.º marquez de Castello Melhor. Nasceu em 10 de novembro de 1841. Falleceu em 11 de janeiro de 1878, com geral sentimento. Era

um rapaz estimadissimo, cheio de nobres qualidades de animo, extremamente esmoler, e muito intelligente; perfeito typo de cavalleiro antigo perdido no seculo XIX. Teve uma filha:

D. Maria da Purificação de Vasconcellos e Sousa, nascida a 28 de abril de 1877.

Por fallecimento do 5.º marquez foi nomeada sua irmã primogenita, s. ex.ª a sr.ª

D. HELENA DE VASCONCELLOS E SOUSA CAMARA CAMINHA FARO E VEIGA, 6.ª marqueza de Castello Melhor. Era já então viuva de D. Manuel Ximenes de Sandoval, filho dos 1.ºs viscondes do Pinheiro, e tem uma filhinha, ainda muito nova, em quem se conserva a representação de toda esta illustrissima ascendencia.

*

Vejamos agora como entra no tronco geral da casa dos Vasconcellos o ramo dos condes de Castello Melhor, titulo herdado em tempo d'el-rei D. João IV, segundo acima se viu, pelo 2.º conde João Rodrigues de Vasconcellos e Sousa, quinto filho de Luiz de Sousa Ribeiro de Vasconcellos.

JOÃO RODRIGUES RIBEIRO DE VASCONCELLOS, senhor de Figueiró e Pedrogam, e acima citado, teve de sua mulher D. Branca de Menezes, além do segundo que lá mencionei, com o nome de Pedro de Sousa, um primogenito com o nome de

RUY MENDES DE VASCONCELLOS. Este foi o 4.º senhor de Figueiró e Pedrogam. Casou com D. Izabe Galvão, e foi terceiro filho de ambos

PEDRO DA SILVA DE VASCONCELLOS, cavalleiro da

ordem de Christo, etc. Casou com D. Izabel de Souto Mayor, e teve por primogenito

Diogo de Sousa de Vasconcellos, commendador da Lourinhã na ordem de Christo, etc. Casou com D. Maria de Menezes e Vasconcellos, e teve por primogenito

Ruy Mendes de Vasconcellos, capitão de Tanger, commendador e senhor de Valhelhas, Almendra e Castello Melhor, conselheiro de estado de D. Filippe II, e 1.º conde de Castello Melhor (titulo dado em 20 de agosto de 1576). Casou com uma viuva, D. Izabel de Menezes, mas morrendo-lhe pequenino o primogenito, Diogo, e tendo só mais duas filhas, conseguiu transferir a successão do seu condado para seu sobrinho Francisco, que era herdeiro; mas morrendo esse, e sendo ecclesiasticos os dois irmãos immediatos, foi recaír a corôa das nove perolas na fronte de

João Rodrigues de Vasconcellos e Sousa, 2.º conde de Castello Melhor.

V

D. ROBERTO DE LICORNE

Descendencia de D. Roberto de Licorne.—Os senhores de Bellas, condes de Pombeiro, e marquezes de Bellas.

Vamos agora estudar a descendencia de mais um dos companheiros de D. Affonso na tomada da moira Lissibona: D. Roberto, Ruberte, ou Jusbertes de Licorne. Sigamos.

*

D. Roberto (ou Jusbertes) de Licorne, (ou de La Corni), 2.º alcaide-mór da Atouguia, conforme apontei a pag. 90, casou e teve:

D. João Robertes, 3.º alcaide-mór da Atouguia; casou e teve:

Gonçalo Annes (ou Gonçaleannes) Robertes, 4.º alcaide-mór da Atouguia; casou com Tareja Gil, filha de Gil Varella, e tiveram:

Giral Gonçalves de Atouguia, casado com Tareja Pires (vid. este vol., pag. 93), bisneta de D. Ligel, outro dos heroes do cerco de Lisboa[1].

[1] *Nob.* do conde D. Pedro, tit. LXIX.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 380.

*

A aquelle Gonçaleannes, mencionado ha poucas linhas, parece haver pertencido em 1318 uma grande quinta na villa de Bellas.

Bellas fica a 12 kilometros ao norte de Lisboa; está despresada hoje pelo capricho da moda; mas era bem digna de ser frequentada pelas classes que dão exemplo.

Não lhe basta a luxuriante amplidão do seu vestido verde, a abundancia inesgotavel dos seus mananciaes, que abastecem Lisboa, a salubre ondulação das suas aragens serranas, a sua fartura de pomares e terras lavradias; não lhe basta a feira e romaria do domingo ultimo de agosto ao Senhor da Serra, a invejada regalia das minas do Suimo, onde (como diz Duarte Nunes na *Descripção de Portugal*) *se acham hyacinthos mui finos e em muita quantidade, ... e tão finos como os da India*[1]; não lhe basta possuir nas excavações d'esse monte uma caverna phantastica, onde (seguindo a informação de um diccionarista compillador)[2] todo o tecto parece recamado de galões de oiro, e lentejoilando no escuro brutescos de gemmas preciosas; não lhe basta possuir um *dolmen*, ou coisa assim, que tem dado que pensar a muitos sabios, e além do dolmen a tradição da sepultura de Viriato; sobre todas essas preciosidades e regalias, encerra esta villa

[1] Cap. XXIII.

[2] Antonio Patricio, *Diccionario geographico*.

uma das vivendas historicas mais altamente apreciaveis de Portugal, um dos palacios senhoris, onde as bellezas naturaes melhor sabem realçar as da arte, e onde as sombras das copadas alamedas se costumaram desde muito a hospedar personagens dos mais illustres da nossa historia.

Fallo da quinta hereditaria dos condes de Pombeiro, marquezes de Bellas.

Não era porém em 1318 a quinta de Bellas a sombra do que é hoje. Gonçaleannes, seu proprietario em dias d'el-rei D. Diniz, contentou-se com muito menos.

*

Quem pela primeira vez menciona a Gonçaleannes é Frei Francisco Brandão, que viu documentos no cartorio das commendadeiras de Sanctos [1]. Resumirei o que elle diz.

Fallecendo Gonçaleannes, deixou ao mosteiro de Sanctos a sua quinta, com obrigação de Missa quotidiana, e a clausula de que a administração da dita propriedade tocasse sempre á religiosa sua parenta mais chegada. A esse tempo era alli freira Dordia Paes sua prima em terceiro grau, por ser filha de Payo de Moles Corrêa, primo co-irmão do pae de Gonçaleannes.

Ficou pertença do convento a quinta de Bellas até 1334; então a commendadeira D. Joanna Lourenço de Valladares a trocou por outra de Lopo Fernandes Pacheco. Esta outra vinha a ser a da

[1] *Mon. Lusit.*, part. v, l. xvii, pag. 288.

Margem da Arada, termo de Alemquer, comprada por Lopo a Maria Lourenço, viuva do cunhado d'elle Martim Gomes Taveira; quinta hoje do meu bom amigo o visconde de Alemquer D. Thomaz de Napoles.

Fallecido o insigne chanceller da rainha D. Brites, herdou a quinta de Bellas seu filho Diogo Lopes Pacheco.

Façamos aqui uma pausa, e folheemos algumas paginas da historia portugueza ligadas a esse nome. Se for diggressão escusada, que m'a perdoem os leitores; mas creio que não é; sae espontanea do que vinhamos tratando.

*

Eram estes Pachecos da mais alta nobreza de Portugal. Lopo Fernandes, em cujas veias girava sangue historico, foi conhecido e apreciado na patria e lá fóra; era uma especie de paladim de novella, vulto muito grande, perante quem *os mesmos reis se compunham,* como diria Frei Luiz de Sousa. Havemos de estudal-o mais detidamente no seguinte volume, a proposito da sua magnifica sepultura na Sé de Lisboa.

Seu filho Diogo Lopes Pacheco foi um dos matadores de Ignez de Castro; politico orgulhoso e desleal, arrastou vida agitadissima, cujos porquês escapam ainda hoje á investigação. Todos se recordam da tragedia da *misera e mesquinha;* todos teem na lembrança o triste feito de 7 de janeiro de 1355.

*

Acalmadas apparentemente as iras mais que justas do infante D. Pedro, permaneceram em Portugal, sob a salvaguarda de Affonso IV, os tres indigitados como principaes criminosos: Diogo Lopes Pacheco senhor de Ferreira de Aves, o meirinho-mór Alvaro Gonçalves, e o opulento Pero Coelho. Sabe-se porém que o resentimento do infante fazia de morto, mas dormia apenas. E como se sabe isso? porque as pazes de Canavezes, se a alguem enganaram, não poderam enganar a el-rei D. Affonso, que por palavras ou actos de seu filho percebeu n'elle mais de uma vez muita ira latente, e rastreou o perigo a que por morte do reinante ficavam expostos os tres.

Tanto isto foi, que em Lisboa o soberano, já no leito da agonia, os avisou de que se não fias em nos ostensivos perdões do infante, e se guardassem da vingança fugindo para fóra de Portugal, agora que lhes ia faltar a mão real do seu protector. Isso fizeram os tres immediatamente, acolhendo-se á hospitalidade d'el-rei de Castella, *que os recebeu de bom geito* — como diz Fernão Lopes; — *e haviam d'elle bem fazer e mercê, vivendo em seu reino seguros e sem receio*[1].

*

Não se enganara a suspeita d'el-rei D. Affonso:

[1] *Chron. de D. Pedro I*, cap. XXX.

a vingança do infante acordou quando elle se viu no throno. Fez com D. Pedro de Castella a conhecida permuta de criminosos castelhanos pelos seus tres fugitivos. Só Diogo Pacheco pôde escapar-se a custo.

Oiçamos como o caso foi, seguindo a conta que dá Fernão Lopes d'essa lugubre fugida.

*

Concertada em segredo entre os dois Pedros crus a entrega dos tres portuguezes em troca dos tres castelhanos, foram logo em Portugal agarrados os castelhanos, e em Castella presos na villa em que habitavam Alvaro Gonçalves e Pero Coelho.

Acertou que tinha n'essa madrugada abalado para uma caçada aos perdigões o desprecatado Pacheco, em numerosa companhia de escudeiros e moços do monte. Os esbirros cercaram a villa, cerraram as portas, e aguardaram que a raposa matreira tornasse pela noite ao seu covil. N'isto um coxo mendigo, a quem Pacheco dava esmola muita vez, e com quem *joguetava,* como diz o chronista, aventou perigos ao seu bemfeitor, e sem mais reflexão parte para o campo, e sitio onde suspeitava andaria o descuidoso fragueiro. As guardas da porta deixaram-n'o ir sem suspeita.

O pobre correu conforme pôde nas suas pernas mancas, farejou, como rafeiro de bom nariz, e tanto andou, que, muito depois, por uma quebrada do monte, viu vir a cavalgada caminho da villa. Chegar-lhe ao alcance foi obra de momento.

Dessegurado das más novas lá vinha Diogo Lopes entre os monteiros.

O mendigo acerca-se-lhe, pede para fallar-lhe, Diogo Lopes não quer prestar-lhe attenção, despede-o, elle insiste, e o cavalleiro vencido da obstinação apartou-se da cavalgada e deu-lhe ouvidos com enfado. Contou-lhe elle então, atropellando as palavras, *como uma guarda d'el-rei de Castella com muitas gentes chegaram ao seu paço para o prender, depois que os outros foram presos; contou-lhe de que guisa as portas eram guardadas, porque nenhum saisse para o avisar.*

Percebeu tudo n'um relance Diogo Lopes; viu-se apanhado, entregue, e morto. Não atinava que fizesse. Soccorreu-o a sua providencia, e lhe suggeriu (são os termos textuaes em Fernão Lopes): — *Crede-me de conselho, e ser-vos-ha proveitoso; apartae-vos dos vossos, e vamos a um valle não longe d'aqui, e alli vos direi a maneira como vos ponhaes em salvo.*

Compondo quanto soube o demudado semblante, voltou-se Diogo Lopes para os seus, e lhes disse que andassem por aquelle sitio caçando, que elle queria ir com o mendigo a um certo valle, onde, ao que se lhe afiançava, encontraria muitos perdigões. Ficaram os da comitiva; e Pacheco lá se embrenhou com o pobre pelo campo fóra, mais morto que vivo, entregue todo á ventura de um miseravel, a quem as migalhas da sua mesa tinham matado a fome alguma vez.

Foi a opinião d'este, que vestisse o fidalgo os trajos rotos d'elle, e se arrastasse como podesse

até á estrada do Aragão; que se mettesse de soldada com os primeiros almocreves que topasse, e n'aquelle disfarce, ou n'algum habito de frade, se sumisse logo logo, pois era certo que as justiças não o achando na villa viriam bater o matto do arredor.

Acceitou Diogo Lopes aquelle saiote esfarrapado, que era para elle mais que purpura; largou de mão o seu murzello das caçadas, e lá se partiu, varado de tão estranha aventura. Deixemol-o ir, ás cegas, a pé, desvalido, sem saber que porta se lhe abrirá.

Quanto aos escudeiros, fartos de esperar, e temendo-se de alguma traição, correram em busca de Pacheco pelo sitio onde o viram sumir-se; mas, por mais que procurassem e chamassem, nada encontraram senão, em grande distancia, o cavallo do desastrado cavalleiro. Voltaram pois, baldas todas as pesquizas, para a villa, já mui tarde, onde conheceram o succedido aos outros dois, e contaram o que sabiam. Partem logo em todas as direcções as justiças castelhanas, que do fugitivo nem rasto poderam colher. Já lhes levava boa dianteira. O medo põe azas.

*

Dizem os chronistas, que ao serem entregues em Portugal Coelho e Gonçalves, fôra medonho o desespero d'el-rei D. Pedro por não haver a Diogo Lopes, e por ver escoar-se-lhe assim das

garras de tigre aquella cubiçada presa; prova clara de quanto ainda o suppunha culpado.

Foram, como é sabido, atrozmente suppliciados os dois. Não pode attenuar-se de modo algum a carnificina que Santarem presenceou. É tristissimo aquillo. Deus sabe porém, se o algoz desmandado, de corôa na cabeça e látego em punho, não era já um louco!

Confiscou-se, já se vê, com todos os demais haveres de Diogo Lopes, a quinta de Bellas. El-rei D. Pedro, que parece gostava do sitio, alli mandou *reconstruir a pequena casa da quinta, ou antes, levantar no logar d'ella um palacio, sumptuoso para aquelles tempos de costumes singelos e de vida frugal. E depois de concluida a obra, por vezes alli foi espairecer suas saudades debaixo da copa sombria dos arvoredos, e repoisar-se dos cuidados do governo entre as frescuras d'aquelles amenos vergeis*[1].

Ficou pois el-rei D. Pedro dono da casa de Bellas; *e não constando isto com clareza*—observa Frei Francisco Brandão — *se persuadiram que antes da morte de D. Ignez fôra sua a quinta*[2].

*

Acalmou-se tudo; passaram os annos; correu o severo e sanguinoso reinado do *Justiceiro*. O averiguado é que no largo periodo que mediou entre

[1] Elegantes palavras do sr. Vilhena Barbosa no *Arch. Pitt.*, t. v, pag. 289.

[2] *Mon. Lusit.*, loc. cit., pag. 289.

o fallecimento de D. Affonso em 1357, e o de D. Pedro em 1367, nem pensou mais o escaldado Pacheco em voltar a Portugal.

Que fez pois? onde assentara a sua tenda errante? Observemos.

*

Levara-o a sua sina disfarçado em mendigo, pela estrada de Aragão, assoldadado com almocreves, obscuro, destruido. Não julgaria segura a guarida no Aragão, visto que se passou para França. O que o chamaria a França seria um ensejo inesperado, que em tal conjunctura foi salvação.

Era o tempo em que a Hespanha, já extenuada do dominio do Nero castelhano Pedro o cru, punha a mira de todas as esperanças (tanta era a desgraça!) no conde de Trastamara D. Henrique, irmão bastardo do reinante, como filho do rei Affonso XI. Mallograda a primeira tentativa, em que a um tempo se rebellaram o conde e a melhor parte da nobreza e do povo contra as crueldades do rei, acolheram-se os vencidos a terras francezas; ahi, entre as agruras da proscripção, preparava-se outra e melhor entrepreza contra o soberano que fazia de Castella um cadafalso. Como todas as cortesinhas dos lidadores de uma causa em risco, era a casa do conde de Trastamara o asylo dos descontentes, e dos aventureiros.

Foi a essa porta que Pacheco, sem lar, sem bolsa, sem porvir, ousou ir bater; eram foragidos ambos, o conde e elle; eram irmãos nos infortunios. Esporeava a Diogo Lopes em nome do interesse pro-

prio a urgencia de livrar Castella do algoz coroado; e mais que tudo o desejo de vingar-se de quem assim pactuara entregal-o maniatado ao outro algoz, que d'algum eirado da alcaçova de Santarem espreitava ancioso (talvez n'aquella mesma hora) se já de longe não avistaria virem chegando para o preparado supplicio os tres assassinos da sua doce pomba Ignez de Castro.

Estes receios, estas esperanças, tumultuavam no coração do portuguez, ao entrar no albergue do conde de Trastamara.

Tudo correu ás maravilhas; foi bemvindo como auxiliar poderoso á causa do conde, que era a de grande parte da Hespanha; achou-se Pacheco entre amigos: de Castella, do Aragão, de Portugal, da Gasconha, de Inglaterra, de França, tinham ido acolher-se ás bandeiras do pretensor os mais esforçados pelejadores.

Com o conde de Trastamara ligou Pacheco d'então em diante a sua vida; correu com elle as aventuras d'aquella cavalleirosa conquista de um reino á fina força; teve por companheiros de armas os grandes nomes do conde de La Marche e de Duguesclin, alliados do conde de Trastamara; assistiu á invasão de Castella; presenceou a batalha de Najera, a batalha decisiva de Montiel[1], e acompanhou o novo rei até ao throno, a que, em detrimento de tantos direitos legitimos, o exaltava a sorte das armas em 1369.

Não soube ser ingrato o feliz castelhano; mãos

[1] *Nob.* do conde D. Pedro. — Nota de Lavanha.

largas eram as suas para mercês aos seus servidores; tanto, que d'essa qualidade alta (que de todo degenera quando cai na prodigalidade) se lhe derivou o cognomento historico de *Don Henrique el de las mercedes*. Entre as do recente soberano, a Diogo Lopes foi dado o senhorio da villa de Bejar, o titulo de rico-homem, e o alto cargo de *notario mayor*.

Estamos já em 1369; voltemos a Portugal, dois annos atraz.

*

Ao fallecer em Estremoz el-rei D. Pedro em janeiro de 1367, affirma-se haver perdoado ao ausente Diogo Lopes a offensa que d'elle tinha, mandando que lhe restituissem os bens confiscados.

Diz Fernão Lopes[1] tratando da morte d'el-rei: *nembrou-se como depois da morte de Alvaro Gonçalves e Pero Coelho elle fôra certo que Diogo Lopes Pacheco nom fôra em culpa da morte de D. Ignez, e perdoou-lhe todo queixume que d'elle havia, e mandou que lhe entregassem todos seus bens.*

O douto autor da *Historia genealogica*, seguindo esta trilha sem mais exame, diz que el-rei D. Pedro perdoou á hora da morte a Diogo Lopes, *certificado* de que não fôra complice no attentado.

Este ponto do perdão é importantissimo. Peço a maior attenção.

Pergunto: deu el-rei nunca o minimo vislumbre de prova de não convencimento da complicidade

[1] Cap. XLIV.

de Pacheco? pelo contrario: em vida do pae manifestou de modo peremptorio, que aliás ignorâmos, o seu ressentimento; depois de rei, fez quanto possivel para colher Pacheco ás mãos, e supplicial-o. Em dez longos annos de reinado não fraquejou um instante no proposito (exaggerado e sanguinario) de castigar a nobreza criminosa; por mais que lhe supplicassem o perdão de Pacheco, se alguem lh'o supplicou, por mais que tentassem demonstrar-lhe a sua innocencia, se alguem o tentou, como é verosimil, e provavel, em nada conseguiram demovel-o. Á beira da morte sim, só á hora suprema do esquecimento, n'aquella hora anciosa e turva, em que elle já pertencia menos ao mundo, que á vida eterna em que ia entrar, só então lograram (sabe Deus como) arrancar-lhe uma indulgencia serodia para com aquelle homem, poderoso ainda na ausencia pela sua grande parentella, e cauteloso, e astuto como tudo nos leva a crer que o fosse. Homem *sages e apercebido,* lhe chama Fernão Lopes.

E note-se um ponto capital: no seu testamento dictado *sendo já alto serão,* como lá vem, n'aquella lugubre noite de janeiro que foi a sua ultima, tocando em tantos assumptos não deixou el-rei uma só palavra sobre isto. Foi necessariamente verbal o consentimento que o obrigaram a proferir (se o proferiu) da tornada de Pacheco; e esse tal ou qual consentimento disfarçou-se depois (ou por conveniencia, ou pela pecha, que ha sempre, de adulterar augmentando), disfarçou-se, repito, em convencimento da innocencia do perdoado.

Por estas inducções, pois, tenho como seguro o seguinte: só á influencia dos amigos politicos, e á fraqueza do rei nos seus momentos derradeiros, se deveu aquelle tardio (e muito problematico) favor do soberano.

*

E mudaram de todo os tempos. Ao regimen ferreo do vingador de Ignez de Castro succedeu o desgovernado governo do captivo de Leonor Telles. Raiaram para Diogo Lopes dias bonançosos.

Em que mãos caía o sceptro-azorrague do *Justiceiro?* nas mãos de um gentil mancebo de vinte e dois annos, frivolo, namorado, grande caçador de altanaria, bom cavalgador, versatil, indolente, que antepunha ás glorias marciaes de oito avoengos atrevidos os seus açores, nevrís, e girofalcos, os seus lebreos, os seus moiros falcoeiros, ou então a companhia das damas do estrado de sua irmã a infanta Beatriz.

Para dominado, ninguem mais apto do que este soberano. Arrastaram-n'o de certo os mesmos que ao moribundo tinham arrancado aquella annuencia em que fallei, e sem custo obtiveram d'elle, n'alguma hora mais benevola, tudo que Diogo Lopes ambicionara lá ao longe durando dez annos de desterro.

De mais, as culpas recaíam nos dois suppliciados Coelho e Gonçalves; e a Diogo Lopes dava-lhe baixa do crime a opinião na côrte. Lá o deixa entrever com a sua bonhomia habitual o eminente historiador citado: *e fallando verdade, Alvaro Gon-*

çalves e Pero Coelho eram em esto (o assassinio de Ignez) *assaz deculpados*[1]*; mas Diogo Lopes nom, porque muitas vezes mandara perceber o infante por Gonçalo Vasques seu privado, que guardasse aquella mulher da sanha d'el-rei seu padre*[2].

*

Pouco mais de dois mezes havia desde que el-rei D. Fernando reinava (isto é, seria por fins de março de 1367) quando, residindo o monarcha nos seus paços de Alcanhães, termo de Santarem, vieram embaixadores d'el-rei de Aragão sollicitar paz e alliança. Entendeu tambem o de Castella mandar de Burgos, onde então se achava, embaixadores para o mesmo fim. Veio em seu nome a Portugal Diogo Lopes, ancião de já 63 annos. Procurou o soberano em Alcanhães, e foi d'elle recebido com grande gasalhado.

Passaram dias. Quando julgou azada a occasião, captou o astuto emissario ao juvenil reinante com largos arrazoamentos. Mostrou-lhe que da real ascendencia, desde o conde D. Henrique, haviam sido servidores leaes todos os Pachecos, a contar de Fernão Geremias; que o chanceller da rainha D. Brites fôra seu pae, e que os feitos de tão inclyto varão não podiam deslembrar-se; que elle, Diogo Lopes, lhe seguira sempre os exemplos; até

[1] Parece erro de impressão; julgo dever emendar-se ou *assaz de culpados*, ou *assaz culpados*.

[2] Cap. XXX.

que, implicado injustamente na morte de D. Ignez, tivera de expatriar-se; que el-rei bem se lembraria, com ser então pequenino, do rancor que o viuvo mostrara sempre aos tres indigitados matadores; e que, se não fôra o ter-se podido escapar, lhe teria dado a elle, Diogo Lopes, o mesmo fim que aos mais; que porém á hora da morte el-rei, por descargo de consciencia, perdoára tudo, e o reconhecera sem culpa no crime; que, se tão cedo não fallecesse, de certo o havia de ter chamado, e restituido á sua boa fama e honra antiga; por ultimo, supplicou Diogo Lopes muito a D. Fernando o houvesse de tomar por servidor, mandando-lhe levantar as sentenças do reinado antecedente.

O mancebo, que talvez, no meio da parlanda, estivesse a scismar em perdigões e lebreos, houve tudo por concedido, deu-lhe quitação, restituiu-lhe os bens[1], e (quanto pôde) não só o reintegrou no seu antigo esplendor de senhor de Ferreira[2], mas veio a accrescentar-lhe estado e honra[3], fazendo-o rico-homem, e do seu conselho, e ordenando-lhe que d'então avante se appellidasse Dom Diogo Lopes.

Assim paga muitas vezes de cogúlo a justiça dos homens.

Ficou pois D. Diogo em Portugal; tomou posse dos seus haveres, entre elles da sumptuosa quinta

[1] Duarte Nunes, *Chron. de D. Fernando*, fol. 201 v. da ed. de 1600.

[2] Fernão Lopes, *Chron. de D. Fernando*, cap. 44.

[3] Id., cap. 81.

de Bellas[1]; mas (apesar da affeição que lhe mostrou el-rei D. Fernando) parece não ter largado de todo, como logo veremos, o serviço de D. Henrique de Castella, seu primeiro bemfeitor.

*

Uma observação apenas. Não foi caso isolado este da amnistia a Diogo Lopes. Houve por morte d'el-rei D. Pedro largas concessões a muitos foragidos que andavam em Castella. Mas pergunto: se fosse verdade muito provada e muito liquida que D. Pedro houvesse perdoado ao Pacheco á hora da morte, como é que a vontade solemne de um tal moribundo se não cumprira ainda, passados já dois longos mezes no reinado do successor? Não, não; a attitude d'este astuto emissario não é a de um innocente que exige justiça; é a de um supplicante.

*

Todos teem presente o reinado de D. Fernando. Ás imprudencias succederam as imprudencias, aos desprimores os desprimores. Pacheco veio sim para Portugal, como a sua conveniencia exigia, mas não logrou persistencia n'esta terra que já não era sua, castelhano como era de alma e coração; veremos pois como entre os attritos da politica internacional se houve sempre o *notario mayor* de Castella, o *rico-homem* D. Diogo.

[1] *Monarch. Lusit.*, part. v, pag. 289, col. 1.

Em frequentes missões o enviava el-rei D. Fernando a Castella, de certo porque o profundo conhecimento que elle adquirira d'aquella terra, e o seu trato de forasteiros, o habilitava mais que outro nenhum para negociações.

Assim, até ao anno de 1371, proximamente, encontramol-o (segundo o depoimento do nunca assaz citado Fernão Lopes)[1] ora em Portugal, ora em Castella; bem com um, e bem com o outro; valído de ambos, e a ambos devedor.

É este o periodo mais emmaranhado da vida de Diogo Lopes; mas que andava ora cá, ora lá, tudo parece confirmal-o.

Em 1367, pelo fim do mez de março, entrava sorrateiro em Portugal; mas a sorte do conde de Trastamara não estava decidida; longe d'isso; a guerra civil disputava ainda a palmo e palmo o throno ao rei D. Pedro; estava ainda por ferir a batalha de Montiel. Ora a batalha de Montiel, carnificina que terminou com o assassinio corpo a corpo, braço a braço, do rei D. Pedro pelo bastardo ajudado da força herculea de Duguesclin, essa batalha, repito, onde se achou Diogo Lopes, foi a 23 de março de 1369; vinte e quatro mezes depois da reintegração do mesmo Diogo Lopes por el-rei D. Fernando; o que mostra que, tendo elle deixado a D. Henrique para vir implorar a D. Fernando, deixou depois o serviço do seu bemfeitor portuguez, para se tornar ao seu amo castelhano.

[1] *Chron. de D. Fernando*, cap. 81.

*

Mal avindas andavam as duas côrtes, portugueza e castelhana. O novo rei D. Henrique, ao subir ao throno, achara contra si o Aragão, a Navarra, Granada, e Portugal. Seu alliado fiel era el-rei de França. O de Portugal fazia valer contra o usurpador do throno castelhano os direitos que lhe assistiam: ser nada menos que bisneto de Sancho IV de Castella. Outro bisneto, o rei D. Pedro, morto na batalha de Montiel, fôra o ultimo representante directo de Sancho IV; devia ir buscar-se de novo a linha da successão a outro ramo do mesmo tronco; e assim, cabia a el-rei D. Fernando a corôa dos dois reinos. Esses direitos levantou-os, e sustentou-os contra o bastardo intruso.

Firmemos pois mais outro ponto: Diogo Lopes era o amigo, o valído, o auxiliar, do usurpador dos direitos do rei de Portugal. (Entenda-se que não examino aqui os dos outros pretensores.)

E foi esse rei de Portugal, que lhe fez tão bom acolhimento, o amimou, o accrescentou! Vê-se em tudo isto a magia de Pacheco.

Na sua custosa reinvindicação se empenhou o nosso monarcha, dando mercês a um cardume de castelhanos que affluiam a este reino a filiar-se no partido portuguez; concedeu-lhes á larga senhorios de juro e herdade, e captou os animos dos legitimistas, inimigos naturaes de D. Henrique. De Castella e Galliza tomaram muitos logares voz pelo nosso rei, que, embalado nos sonhos de tal

dominio, mandou logo cunhar moeda como soberano de Castella e Portugal. Depois alliou-se com o rei de Aragão, e pactuou casamento com D. Leonor filha d'este.

Em taes aprestes se andava, quando o Sancto Padre, presidente nato dos reinantes, mandou, por intermedio do bispo Agapito Colonna, sustar a imminente conflagração geral da peninsula iberica, impondo a pacificação dos estados, a qual se firmou por plenipotenciarios em março de 1371 na villa de Alcoutim.

Nos tratados que ahi se assignaram falseou D. Fernando a sua anterior promessa ao rei de Aragão, ajustando novo matrimonio com outra D. Leonor, filha do inimigo de ambos os soberanos, o novo rei de Castella D. Henrique.

Tal foi, em poucos traços de bosquejo, o periodo de dois annos desde 1369 até 1371.

*

Cinco mezes depois do tratado de Alcoutim, devia receber-se el-rei D. Fernando com sua esposa; mas de um successo do mundo domestico veio a originar-se o reviramento completo da fortuna portugueza. A causa foram os olhos de uma mulher.

A irmã uterina d'el-rei, a filha de D. Ignez de Castro, D. Beatriz, vivia em Lisboa com grande estado de donas e donzellas. Era a sua casa prasodado muito do gosto de D. Fernando; e como não havia então outra infanta em Portugal, alli se en-

contravam sempre as primeiras senhoras de Lisboa, com quem se distrahiam os cavalleiros em galantes passa-tempos.

*

Da sua casa de Traz-os-Montes viera de visita a Lisboa uma formosa fidalga, casada já com o senhor de Pombeiro João Lourenço da Cunha. No paço da infanta se encontrou com a recem-chegada provinciana el-rei. Viu-a, e sentiu-se arder por ella. Linhagem alta, realenga; formosura sem par; não fria belleza de estatua, mas, o que é mais, cambiantes indiziveis, meiguice e altivez, sorrisos e lagrimas, a dominação em toda a sua realeza absoluta.

É notavel o papel que representou esta mulher singularissima, esta Lucrecia Borgia portugueza, como lhe chamou um grande escriptor.

É ver como nol-a descrevem, ás vezes, n'uma palavra, os chronistas boquiabertos perante ella; como nol-a revelam senhora irresistivel de homens e reinos, calcando sob os formosos pés todos os direitos, e illuminada de uma luz que não é a do céo, nem a da terra, Lucifer feminino que inda ninguem soube comprehender!

Era mulher de um primo d'el-rei; era adorada por seu marido. Com essas peias, com essas barreiras de impossiveis, cresceu indomada, indomavel, a paixão louca de D. Fernando. Já não póde estar sem ver Leonor Telles; adeus betardas, adeus lebreos, adeus falcões! a conversação da gentil senhora de Pombeiro é para elle mais que o mundo;

as redes invisiveis da maga enleiaram-lhe por fórma o debil coração, que não ha já desprender-se; e o captiveiro é para elle o céo.

O insoffrido amador protesta casamento. Mas como, se ella é mulher de João Lourenço? As subtilezas do amor descobriram uma nullidade ao consorcio; o rei, que nada escuta já, promove a annullação; a astuta Leonor negaceia-lhe com o pomo de Tantalo sem lh'o deixar colher.

> Un doux nenni avec un doux sourire
> Est tant honnête!

cantava depois Marot.

O rei porfia; a côrte murmura, e levanta-se contra o novo escandalo; João Lourenço, viuvo de mulher viva, vê caír de toda a sua altura a sua felicidade inteira; desampara a sua casa e o reino...

*

Era de veras, tudo o demonstra, uma altissima dominadora a enigmatica Leonor Telles. Se fosse uma vulgaridade, embora cercada de todo o prestigio de formosa, como podera ter affrontado assim os homens e Deus? é que possuia o condão do anjo caído; aquelles olhos tinham visto de perto a Omnipotencia.

*

Descabe aqui narrar os pormenores d'este crime; demais, todos os teem na memoria.

Baste saber-se que a nossa côrte, creada nas austeridades de D. Affonso IV, e nas severidades de D. Pedro, acolheu com um sussurro o desfecho do drama intimo. O povo, com o seu instincto de moralidade, protestou como pôde. A alpendrada de S. Domingos ouviu o rugido dos populares, a quem el-rei D. Fernando para alli aprazára, afim de lhes vir contar (dizia elle) a sua justificação, e a quem escarnecera e insultara sem pudor, fugindo com o sorriso da ironia nos labios, e indo correr o Minho em som de festa, mais a sua formosa desposada.

Isto que relato em tantas linhas, levou só mezes a cumprir-se. Esse mesmo anno de 1371 viu consummar-se o real casamento.

O povo odiava todo a rainha nova. Dos nobres, uns seguiram a el-rei, outros saíram de Portugal, protestando com a ausencia. D'entre os proprios infantes, houve quem repellisse com hombridade a affronta que assim se lhes fazia. D. Diniz, filho de Ignez de Castro, ousou declarar, perante o paço inteiro, que não beijaria a mão da sua nova soberana. O rei (assim o narram) chegou a arrancar a adaga contra o infante D. Diniz; este cruzou os braços; aios e camareiros interpozeram-se entre a ira, e a dignidade.

*

Mas o tratado de Alcoutim? mas a promessa formal do casamento com D. Leonor de Castella? Que se dava de tratados a D. Fernando o formoso? Quebrou promessas, deveres, conveniencias; e ar-

rancada a um alto vassallo a sua legitima companheira, senta-a, radioso como de uma obra grande, no throno impolluto de Sancta Izabel. Pena de verdadeiro talião: rompera os ajustes com Leonor de Aragão, e com Leonor de Castella. Chega de Traz-os-Montes esta terceira Leonor, e algema-o.

Fingiu o rei de Castella accommodar-se com a affronta, e deu-se por contente com o cumprimento das outras clausulas do convenio politico.

Voltemos um pouco atraz.

*

Entre os nobres portuguezes que mais se empenharam contra o casamento de Leonor Telles, figura Diogo Lopes Pacheco. Honra lhe seria, se a um acto d'este politico ardiloso não tivessemos direito de suspeitar motivo occulto. O que parece certo, é que tramou quanto soube, e a todo o transe, a realisação do mallogrado ajuste com a filha de seu amo de Castella.

Diga-se a crua verdade; pairam sobre a cabeça de Pacheco em tal conjunctura as mais terriveis suspeições. E se não, oiçamos um bom depoimento. Lá as formúla, com o seu tom austero e pausado, o sisudo Fernão Lopes, quando diz:

Ora aqui som duas opiniões desvairadas, de que o ledor escolha qual lhe mais prouguer: uns dizem, que indo elle assi per vezes a Castella por embaxador, que em vez de arrecadar o que lhe encommendavom, que contou a el-rei D. Henrique o gram desvairo em que el-rei D. Fernando era com os povos,

*

e alguns outros do reino, por aso do casamento que com Leonor fezera; e que, com estas e outras rasões que lhe disse, o demoveu e conselhou a entrar no reino.

Tento com essa phrase, que logo levantaremos. Continúa tu, bom Fernão Lopes.

Mas d'esta nom vemos proveito que se lhe seguisse, antes nos parece sem razoado fundamento.

Conta-nos agora, diligente chronista, a outra opinião:

A outra, em que se mais accordam, é esta: que elle foi um dos que muito contradisse a el-rei D. Fernando que nom casasse com D. Leonor; e porque ella era muito feitosa, e tinha mortal odio áquelles que foram em estorvo de tal casamento, que elle, receando-se do que lhe avir podia, como homem sages e muito apercebido, que entom se partiu, e foi para Castella com seus filhos, por viver com el-rei D. Henrique seguro, em cuja mercê elle ante andava.

Tornou pois, como vemos, o Pacheco a saír de Portugal com os filhos para Castella, temendo que a sua attitude hostil a Leonor Telles lhe acarretasse novos dissabores.

Segunda vez expatriado; segunda vez ao inteiro serviço de D. Henrique, que o encheu de mercês; segunda vez confiscada a seu dono (este é que é agora o meu ponto) segunda vez confiscada a quinta historica de Bellas.

*

Levanta-se no emtanto o duque de Lancaster com a pretenção de rei dos castelhanos por cabeça

de sua mulher, filha do fallecido Pedro-o-cru. D. Henrique de Castella, em cujo peito ainda ardiam ressentimentos concentrados, aproveitou com finura o ensejo de haverem sido apresadas em frente de Lisboa umas galés asturianas, guipuscoanas, e biscainhas, para exigir d'isso estreitas contas ao versatil D. Fernando.

Para tal missão quem se offereceu? um portuguez; que portuguez? Diogo Lopes. Briosa, invejavel embaixada!

Tornado a Castella, apressou-se o emissario em enredar quanto soube a D. Fernando; pôz nas mãos de D. Henrique os segredos de Portugal; certificou-o da inimizade que lhe tinha o nosso rei, já de si muito desavindo com a fidalguia e os povos; ponderou-lhe que, se sua real senhoria entendesse dever entrar em Portugal, facilmente o levaria de vencida pelo pouquissimo concerto que se notava nas vontades.

Os conselheiros do rei de Castella (entre elles o portuguezissimo Pacheco) todos á uma votavam pela guerra; dividiam-se porém os pareceres: a maioria propunha que se dilatasse o rompimento das hostilidades até o verão seguinte; só duas vozes clamavam pela guerra immediata: D. Henrique, e Diogo Lopes.

E persuadia este ao soberano que urgia muito dar começo á invasão, por medo de que os inglezes auxiliassem Portugal; e dizia-lhe *que entrasse logo em Portugal* (palavras textuaes de Nunes do Leão); *e que o primeiro logar que accommettesse fosse Lisboa, que facilmente podia tomar; e que cobrando*

aquella cidade, entendesse que tinha todo o reino, e que per hi acabava sua guerra.

De ora avante é Pacheco franca e rasgadamente castelhano. O nosso torrão é o seu inimigo.

*

Ordenou logo el-rei de Castella um rebate geral contra o vizinho reino. De Zamora, onde se achava, partiu em pessoa a toda a pressa com suas gentes contra nós.

Vem caminhando o exercito invasor, auxiliado do mestre de Santiago, do mestre de Alcantara, e das companhas da Andaluzia. Já estão em frente de Coimbra.

Caçava nas devezas de Santarem o descuidoso D. Fernando. O exercito vem descendo de Coimbra sobre Torres Novas.

Passemos de relance pela pouco airosa figura do mal avisado soberano, que indeciso, pusillanime, pueril, vê pasmado e de longe a hoste inimiga atravessar incolume os campos da nossa terra. Adiantemo-nos até Lisboa. Já lá chegaram os primeiros frémitos do terror.

O inimigo avança a marchas forçadas. Está em Loires. Vem no Lumiar. Essas vinhas e olivaes negrejam da chusma castelhana. Ás armas! arraia miuda, ás armas! se te não defendes, quem haverá de defender-te?

Com os melhores dos seus predios, com as suas vivendas mais garridas, com as suas serventias

mais operosas e opulentas, alastrava Lisboa, já desde muito extravasada por fóra da cerca velha, as faldas alcantiladas da alcaçova, e boa parte do antigo esteiro marinho. Era o *rocio* habitação de muita nobreza. A elegante *rua nova,* fundada por el-rei D. Diniz, e já a este tempo centro do luxo em Lisboa, corria muito por fóra dos baluartes, bem como S. Gião, bem como S. Francisco. Assim patentes, como poderão oppôr-se os moradores, sem pallancarem as ruas, sem se armarem de improviso, sem se erguerem a uma voz contra o atrevido salteador?

Prorompem nos armazens as ordens religiosas, o povo, todos á uma; armam-se como podem, e atulham as ruas com os palanques (a que hoje chamamos afrancezadamente *barricadas*). Lida-se na faina de salvar a cabeça da monarchia, na presença do proprio invasor, que lá desponta por Valverde (hoje o principio da chamada *Avenida da Liberdade*), e vai subindo a encosta para S. Francisco, em som de guerra, com a sua grita descomposta, com os seus insolentes pendões, e os elmos e montantes a reluzir!...

Entrou a noite d'esta maldita quarta-feira 23 de fevereiro de 1373. Ficou poisando em S. Francisco o rei estrangeiro. Lisboa, essa é que nem de noite descança.

É ver palpitar em Fernão Lopes, aquelle *luminador* assombroso da historia da nossa idade media, o burborinho, a confusão dos moradores, que, não podendo pallancar as avenidas abertas da cidade, se iam refugiar no recinto da cerca velha...

Acordou emfim do seu lethargo el-rei D. Fernando. Foi então verdadeiro homem, e verdadeiro rei. Á sua ordem occupa o logar de alcaide-mór do castello de Lisboa o conde D. Alvaro Peres de Castro; por terra e pelo Tejo tomam-se de subito acertadas providencias, com quanto já tenhamos os castelhanos flanqueando a linha de terra, e os tenhamos tambem na armada, que irrompeu á força pela banda do mar.

Lisboa está perdida.

*

Muito ha já, que n'este remoinhar de successos, qual a qual mais importante, perdemos de vista o patriotico Pacheco. Procuremol-o. Aonde? Nas atoardas populares, com que o seu nome é levado de bocca em bocca entre os cercados, com o labeo de traidor, com o escarmento de castelhano.

Era constante voz entre o povo... (dil-o formalmente Fernão Lopes, a quem sigo a passo e passo em muitos pontos; se é plagio, elle que m'o perdôe; mas não é; isto de vulgarisar á maneira de hoje a narrativa das chronicas é serviço aos velhos, e incitamento aos novos; proseguirei pois, plagiario confesso do Homero da nossa historia). Era voz constante lá dentro, na cidadinha affonsina, onde se apinhavam em clausura estreitissima as greis acossadas do leão, era moeda corrente, que o principal motor da invasão fôra o Pacheco. O faro popular aventara entre os alões do rei Henrique o senhor de Ferreira de Aves.

Entrincheirado com seu amo no deserto mosteiro de S. Francisco (justamente onde hoje vemos a bibliotheca nacional, e a real academia de bellas artes) alli passeava pelos terrados do convento o grande fidalgo, em companhia do rei; e d'esses altos miradoiros, d'onde a um tempo se abrangia Lisboa em frente e aos pés, o Tejo e o Alemtejo á direita, mais ao longe a barra e todo o poente, e além o Riba-Tejo e o sertão; d'esses altos miradoiros se comprazia o leal portuguez em apontar a D. Henrique este ou aquelle sitio, em explicar-lhe os altibaixos da casaria, em fazer-lhe, porque assim o digamos, as honras d'esta cidade, malfadada conquista sua.

Seriam muito para ouvir taes colloquios, em quanto os claustros e as abobadas de S. Francisco ressoavam, em vez do canto dos monges, que lá se estavam ao longe armando contra o invasor, o vozear dos castelhanos, atonitos da ligeireza de tal conquista!

*

O odio dos populares em Lisboa era indomavel contra o Pacheco; deram as raivas da plebe os seus inevitaveis effeitos. Foram assuados, d'entre os principaes da cidade, os amigos de Diogo Lopes, que, já se vê, não eram dos somenos; das balelas passou-se aos insultos; dos insultos ás ameaças; das ameaças, n'aquelle referver da excitação plebeia, chegou-se a vias de facto. Foram acoimados os amigos do traidor; e entre elles nomes taes

como Lourenço Martins, a quem chamavam *da Praça,* homem nobre, aio do moço mestre de Aviz D. João, e que morava junto á sé de Lisboa, onde chamavam *a praça dos canos*[1]*;* Martim Taveira, Affonso Collaço, Affonso Peres, e outros. Alguns d'esses tinham a regalia de possuirem chaves das portas da cidade; foram-lhes logo tiradas, e elles presos; e porque se dizia que andavam entendidos com o Pacheco, para haverem de dar Lisboa ao castelhano, foram logo mettidos a tormento, sem aliás se lhes poder sacar revelação alguma. Um homem da casa de Lourenço Martins, esse decretou o tribunal tumultuario da gentiaga que merecia arrastado; nem se cançaram de procurar besta que o arrastasse; arrastaram-n'o elles; fizeram-n'o em postas pelas viellas tortuosas de Lisboa. Outro mais espicaçado de suspeições (talvez calumniosas) pozeram-n'o na funda de um engenho que estava armado á porta da sé; desfechou o engenho, e atirou o corpo ao alto entre as torres da egreja; ao caír, viram-lhe ainda signaes de vida; tornam com elle á funda, e d'esta feita arrojam o moribundo ás aguas do Tejo, onde ficou. Os outros presos foram espancados; e (não se sabe por intercessão de quem) deixaram-n'os vivos, para morte peor, porque lhes ferraram na fronte o ferrete tacito da ignominia, e eram apontados a dedo e apupados onde quer que appareciam.

Tal era a explosão interna do furor popular; taes eram as injustiças da justiça do povo.

[1] Fernão Lopes, *Chron. de D. Pedro I*, cap. I.

*

Mas redobram as atalayas. Lisboa toda está de vela, de pé, firme no seu posto, de fronte do morro ameaçador de S. Francisco.

Mandou el-rei de Castella collocar quatro engenhos de arremeçar pedras, e entra a fustigar sem tregoa a população apinhada no recinto da Lisboa velha. Deram-se recontros sobre recontros entre os de dentro e os de fóra, incendios, ruinas, assolações de todo o genero.

Foi então, que nos horizontes negros da politica portugueza assomou outra vez, como pomba de bons auspicios, a intervenção paternal da Curia romana; e se não fosse ella, sabe Deus o que teria sido de nós!

O cardeal Guido legado do papa chegou a Santarem no 1.º de março, e impoz suavemente a D. Fernando o celebrar pazes com o seu inimigo de Castella. Venceu-o, e convenceu-o. Voou sobre Lisboa, e venceu tambem a D. Henrique. Tornou a Santarem; e passados poucos dias sellava-se a paz, com o abraço dos dois soberanos.

Tudo isso é muito sabido, e certamente não estou aqui a dar novidades ao leitor. Desejo apenas firmar, que entre as clausulas do tratado figurava esta: *que el-rei D. Fernando perdoasse... a Diogo Lopes Pacheco, ... toda sanha e pena, e sentenças por qualquer modo contra elle passadas, e lhe tornasse seus bens.* Isso significa (a ter-se cumprido)

que outra vez entrou a quinta de Bellas na posse de Diogo Lopes.

....

*

Positivamente, leitor amigo: tenho de arrancar-me, custe o que custe, a este fastidioso trabalho. Receio que se julgue que me atrevi a escrever umas paginas de alta historia, quando tal não foi o meu intento. Páro aqui; resvalo sobre todos os successos que transformaram a politica portugueza, e chego sem transição ao portico do grande reinado.

....

*

Sendo já o mestre de Aviz defensor do reino, passou desassombradamente Diogo Lopes Pacheco ao seu serviço, com os filhos. Vamos encontral-o em 1385 na batalha de Aljubarrota, e pouco depois vamos achal-o investido pelo rei popular no senhorio feudal de Penella.

Foi talvez meditada politica em D. João I este acolhimento ao antigo inimigo de seu pae; chego até a suspeitar, como causa, amizade estreita entre o Pacheco e o valído omnipotente João das Regras, que no seu monumental discurso das côrtes de Coimbra não cessa de mettel-o á cara, como se diz em linguagem vulgar.

Fosse por que fosse, o que é certo é que entrou, e ficou, aproveitando-se do revolto cahos da politica, aproveitando-se d'aquelle periodo anómalo, em que a sociedade portugueza se revolvia no doloroso trabalho da sua reconstrucção fundamental, quando (note-se isto) até os nomes de Ignez de Castro e seus filhos eram malquistos a todos os patriotas.

De mais, era um dos primeiros nobres, representava tradições antigas, tinha numerosos apaniguados, larga influencia; a sua palavra, as suas cãs, a sua astucia, os seus trabalhos, a sua parentella, a sua vida altamente dramatica, faziam d'elle um homem perigoso. Depois, tinham passado as iras pessoaes, absorvidas nas preoccupações nacionaes; o rei offendido desapparecera havia dezoito annos, que semelhavam dezoito seculos; dos Castros, uns estavam com o mestre, e portanto embuídos nas idéas novissimas; outros tinham morrido; os filhos de D. Ignez eram uns pobres pretensores sem ventura; andavam foragidos ou presos, a pugnar, como podiam, cada qual por si; Portugal acordava n'um arrebol de idéas novas e grandiosas, todas conciliadoras e ordeiras. Ignez de Castro, a gentil *collo de garça,* era agora, na opinião, uma odiosa concubina, mãe de tres espurios, os maiores estorvos da nova ordem de coisas.

A infame politica chamada hoje *opportunista* acceitou pois o antigo matador como illibado, talvez até como benemerito, e o bondoso caracter portuguez ousou perdoar.

O estremeção da ossada d'el-rei D. Pedro no seu mausoleo silencioso de Alcobaça, ninguem o ouviu.

....

*

Ora aqui ha uma solução de continuidade, que não sei preencher. Se a Diogo Lopes foi effectivamente restituida a casa de Bellas, como é que vamos encontrar D. João I doando-a a outrem? confesso que ignoro. Conjecturo que em vez de Bellas lhe dessem alguma outra propriedade, e que esta, a que suspeito se affeiçoara o filho d'el-rei D. Pedro, continuaria algum tempo na posse do reinante. Digo que se affeiçoara, a ser verdadeiro um saboroso pormenor conservado por Brandão na *Monarchia Lusitana:* que n'uma sala d'essa quinta mandou D. João I pintar o caso da morte de D. Ignez de Castro.

Em vida d'este mesmo rei, foi doado o senhorio da casa de Bellas a Gonçalo Peres, do seu conselho, e governador da casa do civel[1] (ou védor da fazenda e regedor das justiças).

Era este Gonçalo Peres de Malafaya filho de Pero Annes Fafião senhor da Honra de Malafaya, e de D. Sancha Gil do Avellar. Foi seu filho Pero Gonçalves de Malafaya, védor da fazenda real e embaixador a Castella.

[1] Asserção do sr. Vilhena Barbosa, *Arch. Pitt.*, t. v, pag. 290, confirmada pelo que se lê no logar competente de uma arvore genealogica da *Hist. gen.*, t. XI, pag. 511.

Não se conservou na descendencia de Gonçalo Peres a posse de Bellas; comprou el-rei D. João I á viuva d'elle, Maria Annes, a formosa quinta; e em Coimbra, a 11 de novembro de 1424 a doou com todas suas pertenças, direitos, foros, tributos, e padroado da egreja, a seu quarto filho o infante D. João[1].

Tinha o juvenil infante, novo senhor de Bellas, seus vinte e quatro annos a esse tempo, por haver nascido em Santarem a 13 de janeiro de 1400[2]. Casou em novembro d'esse mesmo anno com sua sobrinha D. Izabel filha de D. Affonso, 1.º duque de Bragança[3]. Bellas vinha a ser presente de noivado. Falleceu o infante em Alcacer do Sal a 18 de outubro de 1442; jaz na Batalha[4].

Quem herdou então a quinta? herdou-a a filha do fallecido, D. Beatriz, que em 1447 casou nas Alcaçovas com seu primo co-irmão o infante D. Fernando (filho d'el-rei D. Duarte)[5], duque de Vizeu.

Residiu a infanta D. Beatriz com seu marido em Bellas, e á sombra das suas arvores, já historicas, viu brincar a formosa ninhada, quasi toda

[1] *Torre do Tombo*, livro IV da chancellaria d'el-rei D. João I, fl. 93, citado pela *Hist. gen.*, t. II, pag. 152. Ruy de Pina diz no cap. X da sua *Chron. d'el-rei D. Duarte* que os paços de Bellas foram doados por este rei a seu irmão o infante D. João. Vê-se que é engano do chronista; ou então referia-se a mera confirmação de senhorio já doado por el-rei D. João I.

[2] *Hist. gen.*, t. II, pag. 149.

[3] *Hist. gen.*, t. II, pag. 154.

[4] *Hist. gen.*, t. II, pag. 154.

[5] *Hist. gen.*, t. II, pag. 502 e 503.

ephemera, com que Deus quiz dotar o casal: a saber: D. João, duque de Vizeu, fallecido muito novo; D. Diogo, tambem duque da mesma cidade, morto em 1484 por seu primo D. João II; D. Duarte, D. Diniz, D. Simão, mortos em tenra idade; D. Manuel, duque de Beja, e depois rei; D. Leonor, depois mulher de seu primo D. João II; D. Izabel, depois duqueza de Bragança; D. Catharina, morta em pequenina[1].

Falleceu o infante D. Fernando em Setubal a 18 de setembro de 1470 com 37 annos incompletos; jaz no mosteiro da Conceição em Beja[2]. Sobreviveu-lhe sua mulher trinta e seis annos, pois falleceu em 30 de setembro de 1506[3].

Creio que habitava D. Beatriz o mais do tempo em Bellas; d'ahi assistiu ao inesperado reviramento politico d'onde se originou a rapida subida de seu filho D. Manuel ao throno de Portugal; d'ahi presenceou a esplendida aurora do reinado d'elle; e ahi, n'esse mesmo retiro campestre, esteve o venturoso soberano, a *repartir com sua ... mãe ... o prazer de lhe deparar o ceo um mundo novamente descoberto*[4].

*

Que obras se fizessem então no paço e na quinta, não consta; mas é bem provavel que a este ninho

[1] *Hist. gen.*, t. II, pag. 509.

[2] *Hist. gen.*, t. II, pag. 506.

[3] *Hist. gen.*, t. II, pag. 506.

[4] Palavras do beneficiado Domingos Caldas Barbosa na sua *Descripção* da quinta dos senhores de Bellas, pag. 5.

de infantes tivesse chegado em primeira mão a influencia dominante no gosto architectonico, a julgar pelos vestigios que o poeta Caldas Barbosa ainda lá viu nos fins do seculo passado, e principios d'este, alguns dos quaes penso que ainda existem (não posso fallar com inteiro conhecimento, visto como nunca entrei no palacio, e ha muitos annos não vou a Bellas).

Exemplos:

A varanda de pedra que sobrepuja o portal da entrada, e no angulo da qual se vê um leve mirante, coberto de abobada *gomeada,* mirante cuja larga janella se biparte com um delgado columnello; as figurinhas que se entremeiam com os pilares, os rendilhados da varanda, e tudo mais, *dão a conhecer aos entendedores* — pondera o padre Caldas — *o tempo d'esta architectura e esculptura. Belem e a Batalha nos mostram obras da mesma escola*[1].

Belem e a Batalha, note-se; refere-se de certo o autor ás capellas imperfeitas; e isso, rimando com o estylo dos Jeronymos, parece dar-nos o caracter da Bellas manuelina.

A propria porta da entrada do pateo do palacio aberta entre os dois lagos pegados á parede do pateo, tem (ou tinha) as hombreiras de pedra lavrada, e em cada hombreira duas columnas, sobre cujos capiteis descança a verga, arqueada e floreteada[2].

Confesso que me custa estar a fallar do que não

[1] *Descripção,* pag. 9.
[2] *Id.*, pag. 13.

conheço quasi; as minhas recordações servem apenas de illuminura vaga ás descripções seccas de Caldas. É porém muito provavel que esses adornos sejam, como elle parece querer indicar, do tempo d'el-rei D. Manuel, ou proximo.

Isso quasi tudo existe, creio, ou pelo menos existia ha ainda pouco, e tinha o maior caracter, segundo me affirmou em 21 de agosto de 1884 o meu talentoso amigo o sr. Victor Bastos, que alli habitou perto n'uma sua quinta, e é um dos mais enthusiasticos apreciadores das joias d'este paço senhoril. Com a sua perspicacia de grande artista, viu elle o que outros em balde procurariam ver.

Aos dois lados d'esta porta havia dois tanques oblongos cosidos com a parede; hoje ha apenas o da esquerda; eram, segundo o sr. Victor Bastos, o que restava do fosso que defendia o ingresso no pateo, fosso armado de ponte levadiça, de cujas correntes de ferro ainda este meu amigo viu os vestigios, attestados pelos orificios onde ellas corriam. Que o tanque da esquerda tinha sido fosso, confirmava-o a circumstancia de existir ainda na sua parede um baixo relevo antiquissimo, de que só se gosava a metade superior, visto como a inferior se escondia no que fôra d'antes a parte baixa da cava, ou fosso.

*

Será tudo isso manuelino? pertencerá ao tempo da residencia da infanta Beatriz em Bellas? Passaria por aquella porta el-rei D. Manuel n'alguma visita a sua mãe? viriam em honra d'elle bater as

alabardas no ladrilho do atrio os bésteiros da guarda? São perguntas a que não posso responder; o cartorio da casa do sr. marquez de Bellas deve conter muitas minucias de alta valia; mas, infelizmente, no cartorio da casa do sr. marquez de Bellas não achou ecco a minha debil voz.

Commemorariam por acaso algumas visitas reaes do rei *Feliz*, ou do seu *Piedoso* successor dois bustos velhos d'aquelles dois monarchas, bustos que existiam, respeitados do terremoto, no principio d'este seculo, n'um sitio da quinta, segundo attesta o citado informador?[1]. Outra pergunta sem resposta. Só responde o silencio glacial dos mortos.

*

Ao fallecer, legou a infanta D. Beatriz a apetecida propriedade a um antigo e nobre creado da casa d'ella, Rodrigo Affonso de Atouguia, com o onus de uma pensão de 40$000 réis ás freiras da Conceição de Beja, a cujo mosteiro ficava tambem o padroado da egreja da villa, templo dedicado á Senhora da Misericordia.

Temos pois a quinta saída outra vez das mãos reaes para dominio particular.

Estudemos quem era o novo dono.

*

Rodrigo Affonso de Atouguia, legitimo descen-

[1] Pag. 35.

*

dente[1] de D. Roberto de Licorne, fôra escrivão da puridade do fallecido infante D. Fernando, e continuara no serviço da viuva infanta D. Beatriz como védor da sua fazenda. Representava em 1506 o velho Gonçaleanes de 1318, antigo senhor, como no logar proprio indiquei, d'aquella mesma casa e quinta; e foi provavelmente a essa circumstancia, que a illustre e bondosa legataria quiz attender, quando lavrou em favor de Rodrigo Affonso o seu testamento, ligando com um traço de penna aquelle antigo fio genealogico partido havia quasi duzentos annos.

É talvez obra d'este 1.º senhor de Bellas a columna de doze palmos, de ordem toscana, que o padre Caldas descreve no angulo interior do lago á direita de quem sae a porta do palacio, columna cujo capitel sustem a bica d'onde jorra a agua, e por cima do qual um façanhudo leão de pedra segura o brazão dos Atouguias, com o arreganho do leão de S. Marcos de Veneza a agarrar nos Evangelhos[2].

Essas armas são: em campo vermelho cruz de oiro firmada, e em cada quartel uma flor de liz de oiro; orla do mesmo; timbre um leão nascente de oiro.

Eram estes Atouguias creados hereditarios da casa dos infantes; Rodrigo Affonso era filho segundo de Luiz Affonso de Atouguia, tambem servidor e amigo dos ditos principes, e morador em

[1] Mas como? falta-me preencher essa lacuna.

[2] *Descripção*, pag. 12.

Beja, e de Maria Telles Corrêa, filha de Estevam Corrêa de Avila, natural de Beja, e todo apaniguado dos mesmos amos.

Casou Rodrigo Affonso com D. Beatriz Corrêa, filha de Pedro Corrêa, de Setubal, e tiveram além de outros:

Pero Corrêa, com quem se continúa.

Estevam Corrêa, com quem logo se continuará.

PERO CORRÊA, 2.º senhor de Bellas, alcaide-mór de Villa Franca, védor da fazenda da rainha D. Catharina mulher d'el-rei D. João III. Creio que não teve descendencia. Succedeu-lhe seu irmão:

ESTEVAM CORRÊA, terceiro filho de Rodrigo Affonso de Atouguia, e 3.º senhor de Bellas. Foi fidalgo distincto, insigne legista, e doutor *in utroque jure*. Casou com D. Beatriz, filha do dr. Gonçalo Mattoso, e viuva de Vasco Fernandes Cabral, da casa dos senhores de Belmonte. Tiveram:

ANTONIO CORRÊA; casou com D. Maria de Menezes, irmã de D. Rodrigo de Menezes, regedor da casa do civel. Tiveram:

FRANCISCO CORRÊA DE MENEZES, 4.º senhor de Bellas, alcaide-mór de Villa Franca, e commendador da ordem de Christo. Casou com D. Anna da Silva, filha do regedor das justiças Fernão da Silva. A estatistica manuscripta quinhentista da bibliotheca nacional (que muita vez tenho tido que citar) menciona as *casas de Francisco Corrêa* na Ribeira velha, junto ás do conde de Portalegre[1],

[1] *Estat.*, fl. 44 v.

casas a que no volume seguinte hei de referir-me com muita minucia.

Da dita sua mulher teve Francisco Corrêa:

Antonio Corrêa, com quem se continúa.

D. Maria da Silva, com quem logo se continuará.

Antonio Corrêa, 5.º senhor de Bellas, e alcaide-mór de Villa Franca. Casou com D. Maria filha de D. Pedro de Castello Branco, senhor de Pombeiro. Lavanha na sua descripção da *Viagem de D. Filippe* II *a Lisboa em 1619*[1] menciona este fidalgo, e diz que na sua villa de Bellas possuia *uma boa casa e jardins*. Ahi esteve o usurpador castelhano em visita de recreio.

Teve este Antonio Corrêa por filho:

Francisco Corrêa da Silva, com quem se continúa.

Casou Antonio Corrêa segunda vez (e era casado no tempo de Coelho Gasco) com D. Catharina da Silva filha de Antonio de Mello, alcaide-mór d'Elvas, e de D. Margarida da Silva, a qual D. Catharina era viuva de D. Fernando de Castro. Frei Francisco Brandão na *Monarchia Lusitana*[2] dá a Antonio Corrêa como védor da casa da rainha D. Luiza de Gusmão.

Francisco Corrêa da Silva filho de Antonio Corrêa; falleceu sem geração. Passou a casa para sua tia D. Maria da Silva.

D. Maria da Silva, filha de Francisco Corrêa de Menezes mencionado acima, 6.ª senhora de

[1] Fl. 73.

[2] Parte v, pag. 289.

Bellas, casou com D. Antonio de Castello Branco, 12.º senhor de Pombeiro.

*

Aqui é preciso fazer uma pausa, para estudar qual é, e d'onde procede, este novo ramo que vem entroncar-se na casa de Bellas. Subamos na cadeia dos tempos.

*

Vasco Pires de Castello-Branco é o primeiro que usou d'este appellido em tempo d'el-rei D. Affonso iv. Casou com Maria Annes Soares, e além de outros filhos teve:

Nuno Vaz de Castello-Branco, que viveu em tempo d'el-rei D. João i. Casou com Joanna Jusarte; instituiu o morgado chamado de Castello-Branco, em 31 de outubro de 1442; teve filho unico:

Lopo Vaz de Castello-Branco, monteiro-mór d'el-rei D. João i, alcaide-mór de Moura. Casou com Catharina Vaz Pessanha filha de Micer João Pessanha e de D. Maria de Abreu; e além de outros filhos teve:

Nuno Vaz de Castello-Branco, mordomo-mór d'el-rei D. Affonso v, alcaide-mór de Moura, e almirante do reino. Casou com D. Filippa de Ataíde, filha de João de Ataíde senhor de Penacova, e de D. Maria de Cordovellos; e entre outros tiveram, filho segundo:

D. Pedro de Castello-Branco, que, por fallecer

o primogenito, cujo nome ignoro, foi senhor da quinta de Castello-Branco. Casou com D. Mecia da Fonseca, filha de Ruy Casco alcaide-mór de Aviz, e de D. Aldonça Eannes de Camões; além de outros filhos tiveram:

D. Pedro de Castello-Branco. Succedeu no morgado, foi capitão de Ormuz, e commendador de Villa de Rei. Casou com D. Maria de Lima filha de João Brandão, e de D. Izabel da Cunha; e teve, além de outros:

D. Antonio de Castello-Branco, commendador de Villela e Rio Torto na ordem de Christo, e captivo na batalha de Alcacer. Casou duas vezes: a primeira com D. Izabel de Noronha filha do vice-rei da India D. Garcia de Noronha; sem geração; a segunda com D. Maria de Briteiros, 10.ª senhora de Pombeiro (senhorio instituido, como quer o sr. Albano Anthero da Silveira Pinto na *Resenha das familias,* t. 1, pag. 240, a 3 de fevereiro de 1355). Era esta D. Maria de Briteiros filha de Matheus da Cunha senhor de Pombeiro, e de D. Leonor Coutinho. Além de outros filhos houve D. Antonio d'este segundo casamento:

D. Pedro de Castello-Branco, successor de toda a casa de seu pae, e por sua mãe 11.º senhor de Pombeiro; foi commendador de Santa Maria de Almendra na ordem de Christo; foi captivado em Alcacer. Casou com D. Francisca Calva, filha de Antonio Calvo fidalgo genovez; e além de outros filhos teve:

D. Antonio de Castello-Branco, 12.º senhor de Pombeiro. Este D. Antonio estava destinado a ser

o *trait-d'union* entre as casas de Pombeiro e de Bellas. Casou com D. Maria da Silva, já mencionada acima, filha de Francisco Corrêa de Menezes (que, segundo já disse, foi 4.° senhor de Bellas) e de D. Anna da Silva.

*

Com esta união das duas importantes linhas genealogicas estudadas nas paginas precedentes, ambas tomaram força nova.

Seria para commemorar esse facto, importante nos annaes da familia, que foram esculpidos os dois genios que sustentam o brazão de armas dos Castellos-Brancos sobre uma janella rasgada por baixo de uma varanda do palacio? *N'aquelle meio relevo* (palavras de Caldas Barbosa)[1] *é admiravel a graça com que são contornados aquelles dois corpos dos genios, e a energia com que arregaçam as pontas da cortina, que pende da bocca do leão do timbre.*

As armas dos Castellos-Brancos são: em campo azul um leão de ouro rompente, armado de vermelho; timbre, o mesmo leão.

*

Do casamento do 12.° senhor de Pombeiro com a 6.ª senhora de Bellas, nasceu entre outros filhos:

D. Pedro de Castello-Branco, primogenito, e 13.° senhor de Pombeiro. Foi nomeado visconde

[1] *Descripção* cit., pag. 9.

de Castello-Branco em duas vidas, em 25 de setembro de 1649. (Este Castello-Branco do viscondado é junto a Sacavem; ainda lá se notam as pittorescas ruinas de uma torre). Foi depois feito conde de Pombeiro, em 6 de abril de 1668[1]; tambem teve o cargo de capitão da guarda real, etc. Morreu em 30 de julho de 1675, tendo casado duas vezes: a primeira (sem geração) com D. Cecilia de Menezes, filha de Vasco Fernandes Cesar, alcaide-mór de Alemquer, e de D. Anna de Menezes; a segunda vez com D. Luiza Ponce de Leon, dama da rainha D. Luiza, e depois da rainha da Grã-Bretanha D. Catharina; a qual D. Luiza Ponce de Leon foi filha de D. Affonso de Herrera y Cordova, e de D. Luiza Ponce de Leon, fidalgos castelhanos. Teve D. Pedro, além de outra filha:

D. ANTONIO DE CASTELLO-BRANCO DA CUNHA, 2.º conde de Pombeiro. Por fallecimento de sua tia D. Maria da Silva, mulher de D. Antonio de Castello-Branco, 12.º senhor de Pombeiro, veio o 2.º conde a herdar a casa de Bellas, de que foi 8.º senhor. Teve tambem, pois era da sua geração, o morgado dos Castellos-Brancos, e o cargo de capitão da guarda. Foi grande e esforçado cavalleiro. Casou com D. Leonor Maria de Faro, que falleceu a 14 de novembro de 1732, dama de honor da rainha D. Maria Anna de Austria, e filha de Luiz de Mello da Silva, 3.º conde de S. Lourenço, e de

[1] Esta é a data que traz a *Chorogr. Port.* e a *Hist. gen.;* o sr. Albano da Silveira Pinto na sua *Resenha das familias titulares,* em via de publicação, diz 1662.

D. Filippa de Faro. Morreu o 2.º conde de Pombeiro em 1 de setembro de 1696. Teve além de outros:

D. Pedro de Castello-Branco e Cunha Corrêa de Menezes, com quem se continúa.

D. Luiz de Castello-Branco, que logo seguirá.

*

Julgo que por então não habitaria a familia Pombeiro na sua vivenda de Bellas, visto como ahi encontro por 1720 e tantos, morando com os fidalgos da sua casa, o sympathico infante D. Manuel, irmão d'el-rei D. João v, depois da sua brilhante e cavalleirosa excursão pela Europa[1]. Em novembro de 1755 já habitava o paço das Necessidades.

*

D. Pedro de Castello-Branco e Cunha Corrêa e Menezes, filho, como disse, dos 2.os condes de Pombeiro, succedeu na casa, foi 3.º conde de Pombeiro, do conselho d'el-rei D. João v, capitão da sua guarda, 15.º senhor de Pombeiro, 9.º senhor de Bellas, etc. Nasceu em 1679; falleceu em 2 de abril de 1733, tendo casado duas vezes: a primeira (sem geração) em 25 de outubro de 1700 com D. Luiza Maria de Mendoça dama da rainha D. Maria Sophia, a qual condessa D. Luiza falleceu em 17 de abril de 1707, filha de Lourenço de Sousa da Silva,

[1] *Hist. gen.*, t. viii, pag. 444.

1.° conde de Santiago de Beduido, e da condessa D. Luiza Maria de Mendoça; a segunda vez (tambem sem geração) a 4 de julho de 1708 com D. Maria Rosa de Portugal, que depois de viuva foi commendadeira de Santos, filha do conde do Redondo Fernão de Sousa, e da condessa D. Luiza de Portugal. Passou em 1733 a casa toda ao irmão de D. Pedro, que era, como acima se viu:

D. Luiz de Castello-Branco Corrêa e Cunha. Nasceu este segundo filho do 2.° conde de Pombeiro em setembro de 1683; foi, em vida de seu irmão, conego da sé; mas para se não extinguir a casa obteve de Roma a sua secularisação, e por morte d'elle foi 4.° conde de Pombeiro, do conselho d'el-rei, capitão da guarda real, 16.° senhor de Pombeiro, e 10.° senhor de Bellas. Casou em 14 de setembro de 1740 com D. Pelagia de Almada, filha de Francisco de Almada senhor de Carvalhaes, e de D. Guiomar de Vasconcellos. Tiveram entre outros:

D. Antonio Joaquim de Castello-Branco Corrêa e Cunha, 5.° conde e 17.° senhor de Pombeiro, 11.° senhor de Bellas. Falleceu em 8 de março de 1784, tendo casado com D. Anna Victoria Xavier Telles, dama do paço, filha dos condes de Unhão. Tiveram os 5.os condes de Pombeiro por herdeira sua filha:

D. Maria Rita de Castello-Branco Corrêa da Cunha. N'esta senhora é que se realisou um novo engrandecimento á antiga casa de Bellas, com a sua elevação a marquezado. Casou esta nobre herdeira com José Luiz de Vasconcellos e Sousa,

filho dos 1.os marquezes de Castello-Melhor, nascido em 9 de junho de 1740, e fallecido no Rio de Janeiro em 16 de abril de 1812. Foi pela linha de sua mulher 18.º senhor e 6.º conde de Pombeiro, 12.º senhor e depois 1.º marquez de Bellas, titulo dado em duas vidas por decreto de 17 de dezembro de 1801, e carta de 13 de janeiro de 1802. Era tambem regedor das justiças, etc. Foi muito dado a lettras, reuniu livraria, hospedou na sua linda casa de Lisboa, á Bemposta, a nascente arcadia nova, protegeu as bellas artes, e traduziu a *Henriada* de Voltaire.

Sua mulher, a primeira marqueza de Bellas, era tambem pessoa de muito talento e cultura, predicados ainda hoje não raros na parte feminina da aristocracia portugueza. Diz Cyrillo Volkmar Machado que era tal o seu finissimo senso artistico, tão delicado o seu gosto, que os primeiros artistas a consultavam, e *se achavam muito bem com os seus conselhos.* Alguns dos mais felizes pensamentos attribuidos a este mesmo Machado (pondera elle com apreciavel modestia) *foram-lhe suggeridos por aquella senhora;* e accrescenta: *nem é a unica pessoa da sua illustre familia, que seja dotada de um genio feliz para as artes de imitação*[1].

Com essas propensões artisticas, não admira pois que a marqueza ditasse leis no mundo da elegancia, como ditava, a ponto que *as senhoras da côrte a tomavam por modelo,* para composições, enfeites e decorações.

[1] *Coll. de mem.*, pag. 40.

*

Ao nome do marquez José de Vasconcellos (a quem coube a honra de vir por varonia misturar no sangue de Roberto de Licorne o de Martim Moniz) vem ligar-se o nome todo litterario do brazileiro arcade Domingos Caldas Barbosa, seu amigo e apaniguado, seu commensal e hospede, e autor da descripção da quinta de Bellas, varias vezes citada no decurso d'este capitulo.

As relações do poeta com esta familia são anteriores ao casamento do marquez. A obra que elle escreveu revela familiaridade no lar, mas aquelle espirito de subserviencia, que, por desgraça, era tão commum nos litteratos do tempo. Um poetastro n'uma casa aristocratica tornava-se indispensavel; era como o gato (mas não matava ratos).

*

Uma boa parte das obras que hoje se admiram na quinta são da iniciativa d'este 1.º marquez de Bellas. Figura entre essas obras o soberbo obelisco erigido em honra do principe regente D. João. Tanto o principe como a rainha sua mãe costumavam ir varias vezes passear nas alamedas d'esta propriedade.

O obelisco é muito elegante; a sua descripção vem no *Archivo Pittoresco,* e no livro de Caldas Barbosa; não a farei aqui, nem transcreverei o seu longo lettreiro latino, composto pelo padre

Antonio Pereira de Figueiredo; limitar-me-hei a mencionar o que diz Cyrillo Wolkmar Machado[1], e a *Mnemosine Lusitana*[2]: são do esculptor Joaquim José de Barros Laborão as esculpturas que representam a Fama, e os retratos das pessoas reaes.

O sr. Victor Bastos, bom e optimo juiz, sem duvida, em assumptos de alta esculptura, teve a bondade de me communicar a impressão profunda que sempre lhe causou, com as suas linhas tão artisticas, tão grandiosas, tão sabiamente calculadas, o admiravel obelisco de Bellas. Disse-me que em Portugal nunca viu, nem em quintas reaes, coisa tanto para notar, e que, mesmo comparado com as maravilhas da *villa Borghese*, da *villa Pallavicini*, e de outras, que ainda manteem a nobre tradição das *villas* romanas, tem esta obra essencialmente portugueza distinctissimo logar. Nada mais imponente do que o vulto esbelto e fidalgo d'aquelle obelisco de marmore, projectado no pano de fundo verde escuro do arvoredo da quinta.

*

Não devo esquecer aqui a menção da bellissima fonte monumental, esculptura do celeberrimo Bernini, que um dos senhores d'esta casa (não sei qual) obteve por compra á casa da Ericeira. A essa fonte me referi no 1.º volume da *Lisboa antiga*, quando

[1] *Memorias*, pag. 274.
[2] Tom. 1, pag. 210.

descrevi o palacio dos condes da Ericeira á Annunciada.

*

Dos citados marquezes de Bellas foi filho:

D. Antonio Maria de Castello-Branco Corrêa e Cunha de Vasconcellos e Sousa, nascido a 8 de março de 1785; foi 7.º conde de Pombeiro, e 2.º marquez de Bellas. Casou com D. Constança Manuel de Menezes filha de D. Antonio Luiz de Menezes e Noronha, marquez de Tancos, e da marqueza D. Domingas Manuel da Camara. Tiveram além de outros:

D. José de Castello-Branco Corrêa e Cunha de Vasconcellos e Sousa, 8.º conde, e 20.º senhor de Pombeiro, 16.º senhor do morgado de Castello-Branco, 14.º senhor da casa de Bellas. Nasceu em ..., falleceu a 17 de outubro de 1867, tendo sido casado com a ill.ma e ex.ma sr.a D. Maria Francisca Luiza de Sousa, terceira filha dos 2.os marquezes de Borba. Tiveram os seguintes filhos:

D. Eugenia de Castello-Branco; casou com Pedro de Pina Manique, da casa dos viscondes de Manique do Intendente; sem geração.

D. Antonio de Castello-Branco Corrêa e Cunha de Vasconcellos e Sousa, com quem se continua.

D. Constança de Castello-Branco; casou com Sebastião de Almeida Trigoso, fidalgo da casa real. Tiveram os filhos seguintes:

D. Maria José de Almeida Trigoso.

Luiz de Almeida Trigoso.

Francisco de Almeida Trigoso.

D. Maria Francisca de Almeida Trigoso.

Vicente de Almeida Trigoso.

D. Margarida de Castello-Branco; casou com Bazilio de Castelbranco, fidalgo da casa real; tiveram os filhos seguintes:

Manuel de Castelbranco.

D. Constança de Castelbranco.

D. Julia de Castelbranco.

D. Maria Margarida de Castelbranco.

D. Maria Domingas de Castelbranco.

José de Castelbranco.

D. Maria Ignacia de Castelbranco.

D. Maria Emilia de Castelbranco.

D. Maria Ritta de Castello-Branco.

D. Maria Domingas de Castello-Branco, viuva de D. Bernardo José da Costa, da casa dos condes de Soure; d'este matrimonio existem:

D. Maria Francisca da Costa.

D. Marianna da Costa.

D. Constança da Costa.

D. Maria Luiza da Costa.

D. Fernando de Castello-Branco, que casou com D. Maria de Saldanha Ferreira Pinto Basto; tiveram:

D. José de Castello-Branco, que nasceu em 22 de novembro de 1883 em Lisboa, freguezia de Sancta Izabel.

D. ANTONIO DE CASTELLO-BRANCO CORRÊA E CUNHA DE VASCONCELLOS E SOUSA, 3.º marquez de Bellas em sua vida, por decreto de 21 e carta de 23 de julho de 1868; 9.º conde de Pombeiro tambem em sua vida, por decreto e carta da mesma data, offi-

cial-mór honorario, 21.º senhor do morgado de Pombeiro, 17.º senhor do de Castello-Branco, 15.º senhor da casa de Bellas. Nasceu em 30 de janeiro de 1842. Casou em primeiras nupcias a 2 de setembro de 1867 com D. Julia de Oliveira Pimentel, primeira filha dos 2.os viscondes de Villa-Maior, fallecida na Madeira a 24 de abril de 1874. Da sr.ª marqueza, uma das senhoras mais intelligentes e cultivadas do seu tempo (duplicada herança: paterna, e materna) existe um bom retrato a oleo pelo sempre chorado Miguel Lupi. Vi-o pintar. D'este casamento houve tres filhas:

D. Sophia de Castello-Branco, nasceu em 18 de maio de 1868.

D. Maria Francisca de Castello-Branco, nasceu em 25 de julho de 1869.

D. Emilia de Castello-Branco, nasceu a 7 de abril de 1872.

O sr. marquez passou a segundas nupcias com s. ex.ª a sr.ª D. Maria da Piedade Corrêa de Lacerda d'Almeida e Vascòncellos, actual marqueza de Bellas, e teem os seguintes filhos:

D. José de Castello-Branco.

D. Paulo de Castello-Branco.

D. Maria Pia de Castello-Branco.

*

Consta-me que ha uns poucos de annos saiu a quinta de Bellas da mão do seu ultimo senhor hereditario, e passou por compra a outra familia.

Se lhe caíu o brazão, não lhe caíu a fama, que

essa ha de durar em quanto durar o apreço ás sanctas e veneraveis memorias historicas de Portugal. Para todos os portuguezes é este sitio uma especie de sanctuario; para o lisboeta popular torna-se annualmente o alvo de uma peregrinação, meio religiosa meio festiva, que despovoa a capital e os arredores.

A festa do Senhor da Serra é um turbilhão alegre, que dá uma nota luminosa ao viver do povo, e reflecte em certa pagina do almanak a liberdade das risadas expansivas, o desafio das guitarras, a jovialidade dos festins bucolicos sobre a relva, o descante dos pifanos da montanha, as danças de roda das varinas cheias de oiro, a vida communicativa, emfim, de um dia de regosijo popular.

Fostes ao Senhor da Serra

canta a singela Musa dos casaes

Fostes ao Senhor da Serra,
nem um anel me trouveste!
Nem os moiros da moirama
fagem o que tu fegeste.

Toda a gente conhece (ao menos pelo ruido) esta pittoresca e variegada romaria do ultimo domingo de agosto. É que desde a madrugada apresentam as nossas ruas desusada animação. Caleches, coupés, char-à-bancs, cavallos, toda a casta de carrinholas possiveis e imaginaveis, transportam em grande galope ondas de povo alegre para a pro-

xima villa de Bellas, onde os espera, com o seu melhor sorriso sereno e affavel, a nobre quinta, seis ou sete vezes secular, que acima estudei.

Ao cabo de uma jornada cheia de sol e poeira, faz bem á alma encontrar alli aquella floresta aprazivel, que se esqueceu do tempo, não sabe envelhecer, mas sabe hoje ainda, hoje que passou para mãos estranhas, ostentar-se nobre como era, com as suas galas sempre as mesmas e sempre novas, com as suas fontes monumentaes, os gorgeios da sua passarada, as suas tradições historicas e religiosas, e os seus modos aristocraticos de Bussaco senhoril.

Passou um sopro (nefando e odioso a todos os que tenham alma artistica), e varreu a poesia sacrosancta das tradições do mosteiro e do solar. O mosteiro derrubaram-n'o; o solar aluiu-se: e o chamado *Progresso* tripudia sobre montões de ruinas eloquentes.

Nós outros, os chronistas laboriosos das ruinas, explicâmos ao presente as grandezas do passado, e illuminâmos a nossa era, utilitaria mas brutal, com os idealismos do que já lá vai.

*

Se, n'este rapido e succinto quadro historico, genealogico, e artistico da nobre quinta dos senhores de Bellas, consegui accender na alma do leitor alguns lampejos ao menos de sympathia ás tradições, e fiz que elle entrevisse alguns dos phantasmas que ainda pairam sobre aquelles arvoredos,

incutindo-lhes não sei que vaga e indizivel religiosidade, basta-me isso; alcancei á farta o alvo que me propunha n'este livro.

E ainda assim, fica muito e muitissimo por fazer. Faltaram-me documentos indispensaveis. Bellas dava por si um livro grande. Feliz quem o podér escrever! eu cumpri o pouquissimo que pude.

FIM DO TERCEIRO VOLUME.

P. S.

Fontes de todo este enfadonho autem-genuit genealogico

Historia genealogica da casa real.
Livro dos Grandes de Portugal.
Manço de Lima — *Familias de Portugal* — mss. da bibl. nac. de Lisboa.
Memorias dos Duques, por J. C. Feo e o visconde de Sanches de Baêna.
Arvores de costado, por Barbosa Canaes.
Theatro genealogico, de D. Tivisco.
Resenha das familias titulares, por J. C. Feo e José do Valle.
Mss. da bibl. nac. de Lisboa, C—2—9.
D. Antonio de Lima, mss. da bibl. nac. de Lisboa, C—1—22.

Além d'esses livros, muito confessa o autor dever ao riquissimo cartorio do visconde de Sanches de Baèna, nosso insigne genealogista. O douto investigador teve a extrema bondade de rever alguns d'estes capitulos, rectificando e emendando lapsos, e facultando ao autor muitos e valiosos papeis. O autor aproveita a occasião para lhe protestar de novo o seu agradecimento.

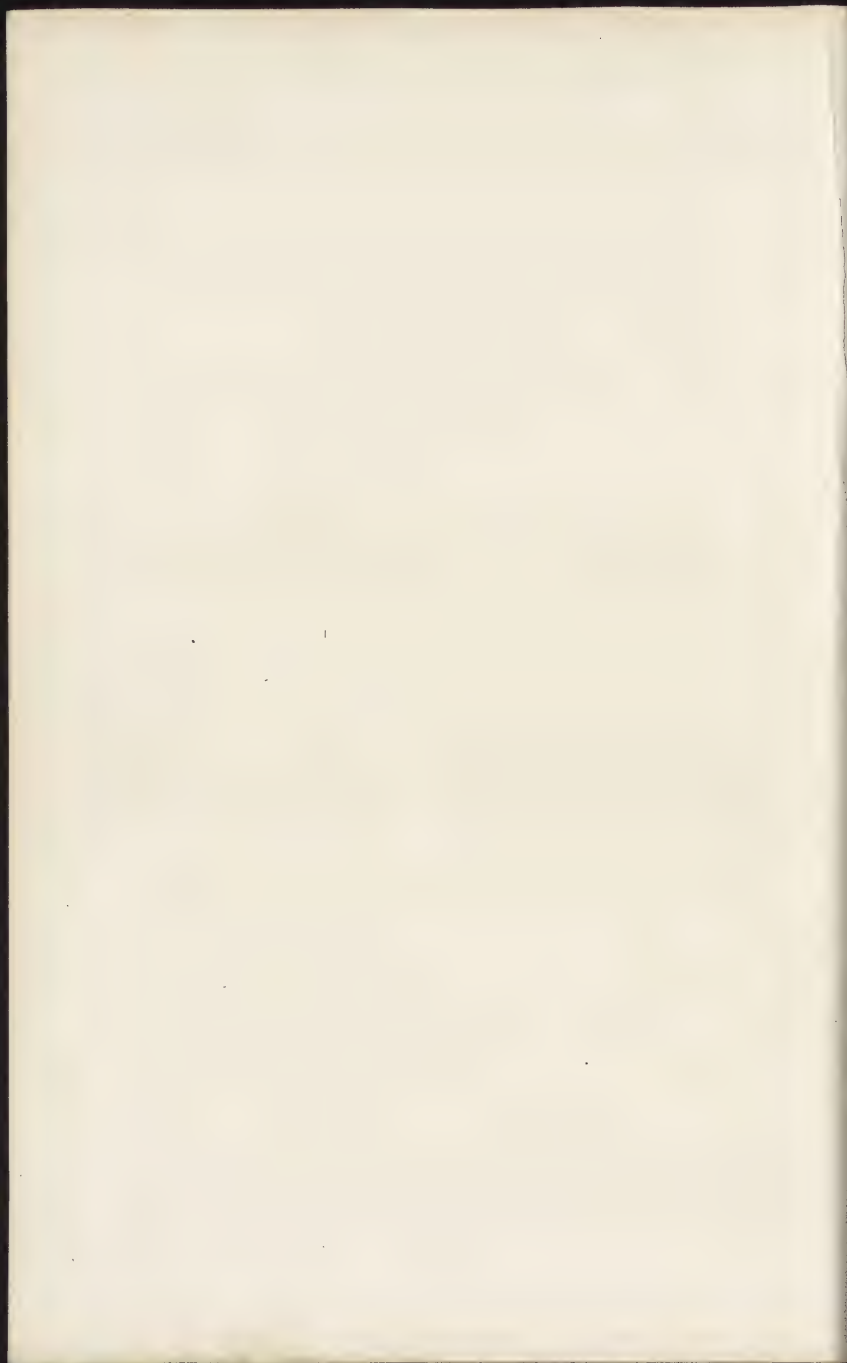
NOTAS AO 3.º VOLUME

NOTA I

IMAGEM DE S. TUDE

Disse eu a pag. 65 d'este volume que já em S. Vicente não existe a imagem de S. Tude. Foi engano do informador que me acompanhava. Existe; lá a vi depois, n'outra visita ao mesmo templo.

NOTA II

DOAÇÃO DA AZAMBUJA A D. ROLIM

O texto original latino, existente na Torre do Tombo, é este:

In Dei nomine, etc.

Ego Sancius, Dei gratia Portugalliæ Rex, una cum filio meo Rege Dono Alfonso, et cæteris filiis ac filiabus meis, facio Cartam donationis et perpetuæ firmitudinis vobis Raolino[1], *et omnibus flandrensibus, tam præsentibus quam futuris, qui morantur in Villa Franca. Damus vobis hanc villam sepe nominatam, cum suis terminis subscriptis, et cum omnibus qui*

[1] Assim se lê esse nome no documento, que fielmente copío do masso 12 *Foraes antigos,* n.º 3, fol. 32, na Torre do Tombo. Não faça duvida o modo como o escrevente da *leitura nova* d'el-rei D. Manuel o trasladou; ahi se lé erradamente *Roalino.* Vid. l. xi da Estremadura, fl. 280 v., na Torre do Tombo.

in ea ad jus nostrum pertinent; et concedimus firmiter vobis, filiis, et nepotibus successoribus vestris, ut eam habeatis atque possideatis jure hereditario in perpetuum, liberam ab omni regia exactione et ab omni portagio. Et hoc concedimus vobis, et filiis et nepotibus vestris, et omnibus illis, qui de terris vestris causa morandi vobiscum ad vos transierint. Et hoc facimus ut nos et successores nostros pro regibus et dominis recipiatis, et nobis[1] *fideliter et devote serviatis, et contra inimicos nostros*[2] *pro posse vestro adjuvetis.*

Huic autem villæ isti sunt termini: scilicet ad orientem vallam, quam francigenæ fecerunt, usque ad viam veterem quæ venit de Santarem ad Alanquer; ad occidentem fluvius qni vocatur abreta[3] *de Alanquer, sicut vadit ad viam veterem quæ venit de Santarem ad Alanquer. Quidquid inter hos terminos et Tagum concluditur, vobis damus et jure hereditario in perpetuo concedimus possidendum, excepto illo quod fratribus Alcobaciæ olim ibi dedimus. Quicumque qui hoc factum nostrum integrum observaverit sit benedictus a deo Amen. Qui vero contra illud venire presumpserit indignationem domini omnipotentis incurrat. Facta fuit hec carta apud ulixbonam mense Januario. Era M.CC.XXXVIII, anno regni nostri XV. Nos reges qui hanc cartam fieri precepimus coram sub scriptis eam roboravimus et in ea hec signa fecimus. Qui affuerant...* (seguem-se as testemunhas). L. II da Estremadura, fl. 280 v.

[1] No documento, força é dizel-o, está claramente *vobis,* mas é manifesto engano.

[2] Está *vestros,* mas tambem creio ser lapso, pois não faz sentido.

[3] O copista manuelino da *leitura nova* escreveu *aberta.* O signal presta-se a ambas as interpretações.

NOTA III

DOAÇÃO DA ATOUGUIA A D. GUILHERME DE LICORNE

O texto latino exacto é este:

In Nomine Patris, et Filii, et Spiritus Sancti. Amen. Hæc est Carta Donationis et perpetuæ Firmitudinis, quam ego Alfonsus Portugaliæ Rex, Comitis Henrici, et Reginæ Terasiæ Filius, Magni quoque Regis Alfonsi Nepos una cum uxore mea Regina Donna Mahalda Filia Comitis Amedei, et (sic) *de Moriana, facimus vobis Domno Villelmo de Cornibus de illa Hæreditate de Tauguia cum suis terminis, sicut dividitur cum Obidos, et cum Laurinania; donamus eam igitur vobis jure hæreditario, et successoribus vestris, qui post vos fuerint, cum omnibus illis, quæ poteritis adquirere tam de mari, quam de ipsa terra, et* (sic) *faciatis de ea quidquid vobis placuerit in perpetuum, et hæc facimus pro bono servitio et adjutorio, quod nobis fecistis vos, et parentes vestri in cauptione de Vlisbona. Quod si aliquis de Filiis aut Filiabus nostris, vel de genere nostro fuerit, qui hoc factum nostrum irrumpere voluerit, sit maledictus et excommunicatus, et cum Juda traditore Domini in infernum demersus. Facta Carta Era millesima centesima nonagesima sexta. Ego Alfonsus Portugalliæ Rex una cum uxore mea Domna Mahalda Regina in præsentia testium idoneorum hanc Cartam propriis manibus roboramus.—Locus signi—Albertus Cancellarius Regis notavit—Ego Joannes Archiepiscopus Bracharensis confirmat.—Ego Petrus Portugalensis Episcopus confirmat.—Fernandus Petri Curiæ Dapifer confirmat.—Menendus Bragantia Alferas confirmat.—Menendus Monis confirmat.—Gondisalvus Roderici confirmat.—Gonsalvus de Sausa confirmat.—Godino Fafez confirmat.—Johanes Rania confirmat.—Fernandus testis.—Rodericus Pelagii Alcaide Colimbriensis testis.—Alfonsus testis.—Pelagius testis.—Martinus testis.*

Seguem-se a esta carta as confirmações pelos senhores D. Affonso II e III.

NOTA IV

QUADRO CHRONOLOGICO DO CERCO DE LISBOA

Aqui offereço ao leitor um succinto calendario elucidativo de alguns mezes do anno de 1147.

Abril

20 Domingo de Paschoa.
21 Segunda feira.
22 Terça.
23 Quarta.
24 Quinta.
25 Sexta.
26 Sabbado.
27 Domingo. — Saída dos cruzados de Colonia.
28 Segunda.
29 Terça.
30 Quarta.

Maio

1 Quinta.
2 Sexta.
3 Sabbado.
4 Domingo.
5 Segunda.
6 Terça.
7 Quarta.
8 Quinta.
9 Sexta.
10 Sabbado.
11 Domingo.
12 Segunda.
13 Terça.
14 Quarta.
15 Quinta.
16 Sexta.
17 Sabbado.
18 Domingo.
19 Segunda. — Chegada a Dartmouth, onde já se achava o conde de Areschot.
20 Terça.
21 Quarta.
22 Quinta.
23 Sexta. — Partida de toda a armada desde Dartmouth para o sul.
24 Sabbado.
25 Domingo. — Vão navegando pelas alturas da Bretanha.
26 Segunda. — *Festa das Rogações*. Calmaria.
27 Terça. — Continúa a calma, precursora de borrasca.
28 Quarta. — Pouca brisa. Julgam avistar um cume dos Pyrenneos.

29 Quinta. — *Ascenção de N. S. Jesu-Christo.*
30 Sexta. — Chegada a Gijon.
31 Sabbado.

Junho

1 Domingo.
2 Segunda.
3 Terça.
4 Quarta.
5 Quinta.
6 Sexta.—Entrada no porto de Muros.
7 Sabbado. — Romaria a S. Thiago de Compostella.
8 Domingo. — *Festa do Espirito Sancto.* Chegada da segunda turma de navios a Muros.
9 Segunda.
10 Terça.
11 Quarta.
12 Quinta.
13 Sexta.
14 Sabbado.
15 Domingo. — Partem alguns do porto de Muros, proseguindo na derrota para o sul.
16 Segunda. — Chegada de algumas barcas ao Douro.
17 Terça.
18 Quarta.
19 Quinta.
20 Sexta.
21 Sabbado.
22 Domingo.
23 Segunda.
24 Terça. — *Festa de S. João Baptista.*
25 Quarta. — Partida do grosso da armada com destino a Lissibona.
26 Quinta.
27 Sexta. — Pernoitam na ilha de Peniche.
28 Sabbado. — Ás 4 horas da tarde chegada a Lissibona. — Logo depois primeira escaramuça.
29 Domingo. — *Festa de S. Pedro Apostolo.*—Chegada d'el-rei D. Affonso Henriques por terra.
30 Segunda.

Julho

1 Terça. — Collocação dos arraiaes: o d'el-rei ao norte; o dos allemães ao nascente; o dos inglezes ao poente.
2 Quarta. — Ás 3 horas da tarde conferencia d'el-rei com os principaes chefes. — Começam as hostilidades. — A noite incendio do arrabalde.
3 Quinta. — Atacam os moiros aos christãos; são repellidos.

4 Sexta.
5 Sabbado.
6 Domingo.
7 Segunda.
8 Terça.
9 Quarta.
10 Quinta.
11 Sexta.
12 Sabbado.
13 Domingo.
14 Segunda.
15 Terça.
16 Quarta.—Começam-se a preparar engenhos de guerra.
17 Quinta.
18 Sexta.
19 Sabbado.
20 Domingo.
21 Segunda.
22 Terça.
23 Quarta.
24 Quinta.
25 Sexta.
26 Sabbado.
27 Domingo.
28 Segunda.
29 Terça.
30 Quarta.
31 Quinta.

Agosto

1 Sexta.
2 Sabbado.
3 Domingo.—Rija nortada no Tejo, que inutilisa as sambucas.
4 Segunda.
5 Terça.
6 Quarta.
7 Quinta.
8 Sexta.
9 Sabbado.
10 Domingo.
11 Segunda.
12 Terça.
13 Quarta.
14 Quinta.
15 Sexta.—*Festa da Assumpção de Nossa Senhora.*
16 Sabbado.
17 Domingo.
18 Segunda.
19 Terça.
20 Quarta.
21 Quinta.
22 Sexta.
23 Sabbado.
24 Domingo.
25 Segunda.
26 Terça.
27 Quarta.
28 Quinta.
29 Sexta.
30 Sabbado.
31 Domingo.

Setembro

1 Segunda.
2 Terça.
3 Quarta.
4 Quinta.
5 Sexta.

6 Sabbado.
7 Domingo.
8 Segunda.–*Festa do Nascimento da Virgem Maria.* — Começa-se uma torre movel para assalto.
9 Terça.
10 Quarta.
11 Quinta.
12 Sexta.
13 Sabbado.
14 Domingo.
15 Segunda.
16 Terça.
17 Quarta.
18 Quinta.
19 Sexta.
20 Sabbado.
21 Domingo.
22 Segunda.
23 Terça.
24 Quarta.
25 Quinta.
26 Sexta.
27 Sabbado.
28 Domingo.
29 Segunda. — *Festa de S. Miguel Archanjo.* — Batalha com os moiros no boqueirão entre-aberto de uma mina.
30 Terça.

Outubro

1 Quarta.
2 Quinta.
3 Sexta.
4 Sabbado.
5 Domingo.
6 Segunda.
7 Terça.
8 Quarta.
9 Quinta.
10 Sexta.
11 Sabbado.
12 Domingo.
13 Segunda.
14 Terça.
15 Quarta.--Acha-se prompta e collocada a torre movel.
16 Quinta. — *Festa de S. Gallo Abbade.* — Aluem trinta covados minados da muralha.
17 Sexta.
18 Sabbado.
19 Domingo. — Missa campal.—Novo assalto com as machinas obsidionaes.
20 Segunda. — É descida mais para baixo a torre movel.
21 Terça. — *Festa das onze mil Virgens.* — Rende-se a cidade depois de porfiada investida. — Conferencias com o alcaide moiro sobre o modo da rendição.
22 Quarta. — Reunião tumultuosa dos descontentes.

23 Quinta.
24 Sexta.—Saqueio de Lissibona.
25 Sabbado.—*Festa de S. Chrispim e S. Chrispiniano.*—Desde manhã começa a saída obrigatoria da moirama para fóra dos muros.—Logo depois procissão solemnissima e triumphal desde S. Vicente até á Alcáçova.
26 Domingo.—Eclipse de lua.
27 Segunda.
28 Terça.
29 Quarta.
30 Quinta.
31 Sexta.

Novembro

1 Sabbado.—*Festa de Todos os Sanctos.*—Sagração da mesquita maior em cathedral de Lisboa.
2 Domingo.

NOTA V

A TAPEÇARIA DE BAYEUX — TAPEÇARIAS ANTIGAS PORTUGUEZAS — TAPEÇARIAS ESTRANGEIRAS

Para que os estudiosos fiquem sabendo ao certo o que é e o que vale a tapeçaria de Bayeux, tantas vezes citada, darei aqui uma succinta noticia d'ella, tirada do diccionario de Larousse (erudição barata).

Mede 74 metros e 34 centimetros de comprido, e meio metro de alto, e julgam-n'a bordada pela propria rainha Mathilde, mulher de Guilherme o Conquistador. É n'este genero a obra mais antiga que se conhece; apreciavel por isso, e pelo muito que esclarece quanto a mobilia, trajos, usos, etc., das gerações extinctas. Representa a conquista de Inglaterra por Guilherme de Normandia, tudo em scenas successivas, indicadas por lettreiros latinos, desde a partida de Aroldo da côrte de Eduardo, até á batalha de Hastings. As figuras são bordadas n'uma tela de linho com lãs de oito côres diversas. Foi feita esta primorosa obra na segunda metade do seculo XI,

e doada á cathedral de Bayeux, á qual pertencia ainda no fim do seculo passado. Esteve, no tempo da revolução franceza, para ser feita em bocados. Resistiu; foi mandada por Napoleão I para Paris, e restituida depois á cidade de Bayeux (Calvados), que em 1839 ordenou a construcção de uma galeria especial no *hotel de ville*, onde ao presente se acha exposta, e devidamente apreciada.

No tom. III, fol. III v, do livro *Le moyen âge et la renaissance* por Lacroix, vem, no tratado da tapeçaria por Achille Jubinal, uma boa descripção d'esta joia archeologica; e no outro livro do mesmo erudito Lacroix (bem afamado pelo cryptonymo de *bibliophile Jacob*) intitulado *Les arts au moyen âge et à l'époque de la renaissance*, de pag. 39 em diante acharão os curiosos com que saciar a sua sêde no assumpto.

Recommendo-lhes tambem, e muito, a mais minuciosa de todas as descripções minhas conhecidas da celebre antigualha: é a que traz o sr. Vilhena Barbosa a pag. 246 do t. II dos seus *Estudos historicos e archeologicos*.

Como complemento apresentarei aqui agora o que sei relativo a coisas nossas, para mostrar que tambem merecem menção as tapeçarias que outr'ora possuiu a côrte portugueza, e se admiraram nos paços dos nossos grandes.

*

Para ser justo é indispensavel dizer, que houve em Portugal uma causa principalissima da destruição das nossas magnificas tapeçarias: foram os terremotos; e ainda assim, restavam no principio d'este seculo soberbos razes no paço, que el-rei D. João VI levou para o Rio de Janeiro, e que, segundo o sr. Vilhena Barbosa (*Est. hist. e arch.*, t. II, pag. 270), nunca serviram, e apodreceram n'uns casarões quaesquer.

Que a nossa casa real, illustrada como sempre foi, consagrava alto apreço a esses preciosissimos objectos historicos, tudo o demonstra, até mesmo a circumstancia de haver no paço, ainda no primeiro quartel d'este seculo, um guarda especial das tapeçarias. A prova de quanto ellas eram apreciadas está na escolha da pessoa que as tinha a seu cargo; não

era um simples funccionario sem representação; era um fidalgo de boa linhagem e posição elevada; nada menos que o 1.º visconde de Santarem João Diogo de Barros Leitão de Carvalhosa, senhor de Pontevel, Ereira, e Lapa, alcaide-mór de Santarem, Gollegã, e Almeirim, senhor do morgado de Vaqueiros, commendador na ordem de S. Thiago, cavalleiro na de Christo, guarda roupa da rainha a senhora D. Maria I e d'el-rei D. João VI, seu guarda joias, thesoureiro do bolsinho, *guarda-tapeçarias*, etc., etc. Foi o pae do eruditissimo 2.º visconde, a quem tanto deve a litteratura scientifica portugueza, e que tanto contribuiu pelo seu talento e estudo para fazer conhecer lá fóra o nome e as glorias de Portugal.

Porém, mesmo sem os terremotos, a incuria tem dado cabo de magnificas colgaduras, que fariam a felicidade dos primeiros colleccionadores. Hajam vista as que se encontram em egrejas, em arraiaes, em feiras de provincia, rotas, maltratadas, revestindo tablados de menestreis e saltimbancos!

Seculos XIV e XV

Conjectura o sr. Vilhena Barbosa, que attenta a singeleza dos nossos costumes antigos, foram *quasi desconhecidas* até ao meio do seculo XIV as tapeçarias em Portugal. Effectivamente só do tempo d'el-rei D. Fernando em diante é que ellas principiam a apparecer mencionadas nas chronicas.

Ha em Fernão Lopes (*Chron. d'el-rei D. Fernando,* cap. CXXX) a descripção de uma tapeçaria riquissima, que serviu para a ceremonia, toda medieval, dos esponsaes da nossa infanta D. Beatriz, filha do rei e de D. Leonor Telles, na *camara nova* do paço da Alcáçova, com o pequenito de seis annos Duarte, filho do conde de Cambridge. Deitaram ambas as creanças n'um sumptuoso leito, e varios prelados as vieram benzer. A cama achava-se coberta de um tapete preto com duas figuras de um rei e uma rainha em meio corpo, todas bordadas a perolas grandes e pequenas. De roda corria uma bordadura de archetes (ornato em fórma de arco) de aljofar com as arvores genealogicas dos fidalgos de Portugal, ornadas

dos respectivos brazões. Esta rica peça foi dada depois ao soberano de Castella na occasião de ser a mesma infanta desposada com elle, por não se ter realisado o primeiro casamento.

*

No minucioso diario que fez o embaixador Nicolao Lanckman de Valkenstein das festas que em Lisboa se celebraram por occasião dos desposorios da nossa infanta D. Leonor, irmã d'el-rei D. Affonso v, com Frederico III imperador, documento que se encontra de pag. 601 em diante no tomo I das *Provas da Historia genealogica da casa real,* mencionam-se varias vezes tapeçarias ornando salas, palanques, e palacios improvisados para os jogos, momos e torneios; e nomeadamente se descrevem de corrida os tapetes de diversos matizes, tecidos de figuras e imagens de assumptos historicos, que adornavam a 24 de outubro d'esse anno de 1450 um palacio armado *ad hoc,* onde el-rei D. Affonso v deu um banquete.

*

Fazendo testamento em Toro, a 20 de julho de 1475, o duque de Bragança D. Fernando II, determina que as tapeçarias que ficavam nos seus paços de Guimarães, outras em Bejar (Castella), e outras que alli tinha comsigo, as entregassem a uns seus officiaes, cujos nomes aponta (*Hist. gen. da casa real—Provas,* t. III, pag. 623).

*

Conta Ruy de Pina (*Chron. d'el-rei D. João* II, cap. XIV), e tambem Garcia de Rezende (*Chron. d'el-rei D. João* II, cap. XLVI) e Christovam Rodrigues Acenheiro (*Chron. d'el-rei D. João* II, pag. 292), que a sala em que foi sentenciado em Evora o infeliz duque de Bragança D. Fernando em 1483 era no paço real, e se achava toda armada de panos representando casos da historia e justiças do imperador Trajano!

Epigramma pungente! o bom Trajano, o amigo do suave

*

Plinio, a inspirar os actos de um dos corações mais sanguinarios da nossa terra!

*

Quando em 1488 chegou a Lisboa, para render vassalagem a el-rei D. João II, o malaventurado rei prêto de Ielofo, chamado Bemohi, achava-se em Setubal o nosso monarcha. Para lá se dirigiu Bemohi, aposentando-se em Palmella. Na audiencia solemne que lhe deu D. João II, estavam as casas d'elle e da rainha D. Leonor *todas armadas de ricos panos de seda e de raz* (Garcia de Rezende, *Chron. d'el-rei D. João* II, cap. LXXVIII).

*

Em 1489, na cidade de Beja, fez o mesmo soberano a D. Pedro de Menezes, conde de Villa Real, a graça de o elevar ao titulo de marquez. Celebrou-se a imponente ceremonia com desusado esplendor *em uma sala armada de rica tapeçaria* (Garcia de Rezende, *Chron. d'el-rei D. João* II, cap. LXXIX).

*

Para as sumptuosissimas festas cortezãs do casamento do mallogrado principe D. Affonso em Evora, em novembro de 1490, mandou seu pae el-rei D. João II vir de Allemanha, Flandres, Inglaterra, Irlanda, e Castella, muitas e riquissimas *tapeçarias* (Garcia de Rezende, *Chron. d'el-rei D. João* II, cap. CXVII); e refere o mesmo chronista minucioso, que todos esses brocados, e telas de oiro e seda, mandou el-rei se recolhessem depois no thesouro da sua casa, além de doar muitas de taes peças a varios fidalgos (Id., *ibid.*).

Seculo XVI

No principio do seculo XVI, em 1505, encontro uma phrase no contrato de casamento do 2.º conde de Portalegre com D. Maria de Menezes, por onde se prova que eram as tape-

çarias objectos avaliados ao par dos de mais preço. Obriga-se a familia da noiva a pagar ao conde certa quantia: dois terços em oiro, prata, e joias, e o terço restante em tapeçarias, enxoval, escravas, e mobilia (*Hist. gen. da casa real—Provas*, tom. v, pag. 501).

*

Por occasião do tricentenario camoneano appareceu a lume um folheto intitulado *A descoberta da India ordenada em tapeçaria por mandado de el-rei D. Manuel—documento inedito do seculo* XVI *publicado em commemoração do terceiro centenario de Camões—Coimbra, 1880, 4.º, 1 folh.* Ahi se transcreve o precioso manuscripto, desenterrado no archivo da Torre do Tombo, de lettra do secretario Antonio Carneiro; é a minuta do plano de uma rica tapeçaria historica, encommendada por el-rei D. Manuel como commemoração do grande feito. É uma especie do pano de Bayeux. O sr. Magalhães Coutinho, mencionado pelo editor do folheto, *julga que ainda existem alguns d'estes tecidos ...... na casa real;* e el-rei o senhor D. Luiz recorda-se de ter visto no paço de Mafra um da chegada do almirante a Calecut.

D'estes soberbos razes encontro rasto no anno de 1543, n'uma grande festa de côrte; seria na Ribeira? Em 22 de maio celebravam-se na sala grande do paço os desposorios da infanta D. Maria filha d'el-rei D. João III com o principe das Asturias; e a sala (dizia um papel antigo do cartorio da casa de Bragança) *estava armada de tapeçaria dos panos da tomada da India.* Veja-se a *Hist. gen., Provas,* t. III, pag. 112.

Em 1571, quando veio de visita a Lisboa um cardeal legado pontificio, viu a capella do paço da Alcáçova forrada de tapeçarias, uma das quaes (diz o seu secretario Venturino) representava ao natural el-rei D. Manuel rodeado do conselho dos seus grandes, planeando o seu projecto do descobrimento da India; visivelmente cra um dos panos acima citados. (*Viagem do cardeal Alexandrino.* Saiu no *Panorama,* e no tom. VI dos *Opusculos* de Herculano; vide a pag. 92).

Agrada immenso, a quem quer que sinta palpitar um coração verdadeiramente portuguez, o pensamento patriotico e

nobre que presidiu á encommenda d'estes notaveis panos. Já se não tratava de fabulas, já não vinham a apêllo os heroes antigos; queria-se historia portugueza, e da melhor. Parece que se ouve bradar:

> Cessem do sabio grego e do troiano
> as navegações grandes que fizeram.

Como é exemplo raro, quero approximar a intenção, não menos respeitavel, com que o duque de Bragança D. Theodosio mandou, no mesmo seculo, pintar, n'uma sala muito principal do seu paço de Villa-Viçosa a historia da expedição de seu pae o duque D. Jayme contra os moiros de Azamor (*Hist. gen.*, t. v, pag. 529).

*

Do primeiro quartel do mesmo seculo xvi são tambem os magnificos panos de armar, que o opulento bazar sem preço, chamado *Historia genealogica da casa real,* menciona na miuda descripção do dote da formosa infanta D. Beatriz mulher do duque Amadeu de Saboia. Não resisto ao prazer de offerecer aos meus leitores uma tal preciosidade: eil-a textualmente copiada de pag. 468 e seguintes do tomo ii das *Provas:*

Primeiramente cinco panos de armar de raz de lã e seda finos, da historia de Auselão (Absalão), *os quaes teem de comprimento cada um dez covados, e de alto teem seis covados e meio; são d'estes signaes:*

Um d'elles tem o dito Auselão no meio de um lettreiro em cima, que diz: TRIUMPHOS DE AUSELÃO; *e elle vai em um carro triumphante que levam dois cavallos brancos; e diante d'elle vai um homem com uma lança vermelha, e mais diante trombetas com um tamboril.*

Em outro está o dito Auselão armado em armas vermelhas, enforcado pelos cabellos em uma arvore; e da parte direita está um cavalleiro armado, que o atravessou com uma lança; e entre ambos estão homens de pé, de pequenos vultos, pelejando,

Em outro está o dito Auselão no meio, mettido em um paramento vermelho, vestido de azul, e junto uma mulher vestida de verde; em cima do dito paramento está um lettreiro, que diz: ABSALON INGREDITUR AD CONCUBINAS PATRIS SUI.

Em outro está no meio um rei velho vestido de azul, e uma rainha vestida de verde, com sceptros nas mãos; e á parte direita duas mulheres, que levam uma um elmo com um penacho, e a outra uma espada; e detraz d'ella tres trombetas.

No outro está o dito Auselão vestido de azul, com barrete vermelho, junto de uma mulher vestida de verde, que tem as mãos apertadas, com a que está anojada em cima. Á parte esquerda está um homem vestido de azul, forçando uma mulher vestida de verde.

Estes panos, que são cinco, vinham avaliados a oitocentos réis o covado (1:037$400 réis de hoje os cinco panos).

Oito panos de armar, da sorte e fineza dos cinco atraz, que tem de comprido cada um dez covados, e de alto tem seis e meio; os quaes são da historia de Meliazar (Eleasar); *d'estes signaes:*

Um d'elles tem o dito Meliazar, em baixo, da parte esquerda, vestido de azul e armado; e da outra parte uma rainha, vestida de verde, com duas damas que lhe levam o rabo; e entre ellas, acima das suas cabeças, está um chafariz, que lança tres canos de agua; e detraz do dito Meliazar estão um galgo branco e um podengo.

Em outro está o dito Meliazar á parte esquerda, com uma espada na mão alta, pelejando com outro homem vestido de verde; e á parte direita está espantado, com as mãos levantadas, e tem ao collo uma busina, e um lettreiro do seu nome.

Em outro está o dito Meliazar no meio, montado em cima de um cavallo branco, e aos pés d'elle está um porco montez, a que uma mulher vestida de verde fere com um farpão.

Em outro está Meliazar a pé, com umas esporas calçadas, e a mão esquerda na sua espada, e aos seus pés estão dois galgos, um branco e outro pardo; e detraz o seu cavallo branco a destro.

Em outro está Meliazar a pé, e diante d'elle vai um homem vestido de verde com uma busina, e leva nas mãos uma cabeça

de porco, a qual vai apresentar a uma mulher, que está em cima, vestida de verde, com uma setta na mão.

Em outro está Meliazar a pé, á parte direita, com um barrete na mão esquerda, ao qual está casando um rei velho vestido de verde, com um sceptro na mão, com uma rainha vestida de azul e capello de arminhos; e junto do dito Meliazar está o seu cavallo branco.

Em outro d'estes oito panos está o dito Meliazar, em cima, á parte direita, em um cavallo branco, com um barrete vermelho; e diante d'elle vão duas tochas accezas; e da parte esquerda está um bugio, e diante d'elle dois galgos pequenos.

No outro pano está uma rainha vestida de verde; e vão á sua parte esquerda seis tochas, e tres á direita; e em cima está um lettreiro de lettras vermelhas sobre amarello.

Estes oito panos atraz vinham avaliados a oitocentos réis o covado (1:659$840 réis de hoje os oito panos).

Tres panos de armar de lã e seda finos, da historia de Alexandre; dos quaes tem cada um vinte e sete covados; a saber: seis covados de comprido, e quatro e meio de alto; d'estes signaes:

N'um d'estes está á parte esquerda um rei velho com um sceptro na mão direita, vestido de roupas verdes forradas de gatos debaixo dos paramentos verdes; e diante d'elles um homem muito velho, com um manto azul, e capello forrado de pelles, e outro homem assim velho vestido de vermelho, com o dedo da mão esquerda levantado; e detraz do dito rei estão duas rainhas, em baixo, uma com uma roupa azul, e a outra com roupa verde; e aos pés do dito rei uma mulher com um cachorrinho, vestida de vermelho. Este vinha a seiscentos reis o covado (64$638 réis da actual moeda).

Em outro estão á parte esquerda duas damas, em senhos cavallos ruços. e dois homens, um vestido de azul em uma mula parda, com guarnimentos verdes; e está dando a mão a uma rainha, que tem um manto verde; e o outro homem está em uma faca melada; e na parte direita do dito pano, entre uns arvoredos estão dois homens a cavallo, um vestido de roxo, e outro de vermelho.

No outro. á parte esquerda, está uma rainha com um sceptro

na mão, com um manto vermelho e brial verde; e detraz d'ella dois homens velhos, fallando, com trunfas na cabeça; e em baixo do dito pano jaz um cachorro branco dormindo. Estes dois panos derradeiros vinham a seiscentos e cincoenta réis o covado (140$022 réis da actual moeda os dois panos).

Outros tres panos de armar, finos, de lã e seda, da historia de Soeiro (Assuero?), *de vinte e sete covados cada um; saber: sete de comprido, e quatro e meio de alto; d'estes signaes:*

Em um d'elles estão dois reis velhos, um á parte direita com um sceptro na mão, o qual põe na cabeça a uma mulher vestida de verde, que está aos seus pés; e o outro rei, que está á parte esquerda, tem uma corôa nas mãos, que põe na cabeça a sua mulher, que está diante d'elle vestida de verde; e ambos os ditos reis estão vestidos de azul, com capellos de arminhos.

Em outro está á parte direita um rei velho vestido de azul, que tem um sceptro na mão; e diante d'elle quatro porteiros de maças, e uma dama tangendo um laude, e um homem uma harpa; e aos pés d'elle está uma mulher vestida de azul com uma corôa nas mãos; e da outra parte do dito pano está uma revestida de verde, com um sceptro na mão levantado, para dar aos ditos porteiros; e detraz d'ella uma mulher tangendo uns orgãos.

No outro está um rei velho vestido de azul, e capello de arminhos, com seu sceptro na mão; e está assentado em uma cadeira, debaixo de um paramento vermelho; e detraz d'elle tres trombetas tangendo; e da parte direita, em cima, vai uma mulher vestida de azul com um cofre debaixo do braço, com um sombreiro vermelho; e detraz d'ella um homem com uma espada na mão e pelote roxo, e barrete vermelho com um penacho.

Vinham avaliados estes tres panos, saber: os dois primeiros a oitocentos réis o covado, e o terceiro a setecentos réis (247$779 réis da moeda de hoje os tres panos).

(Quanto a estes seis panos ultimos, tres da historia do imperador Alexandre, e tres da de Assuero e Esther, approximarei aqui o seguinte: em 1494 colgaram-se os pateos do castello de Amboise em França, por occasião de uma visita do duque e da duqueza de Bourbon, com magnificas tapeçarias representando os mesmos assumptos de Alexandre e As-

suero, segundo conta Albert Jacquemart a pag. 130 do seu livro *Histoire du mobilier*. Pela data se vê que bem poderiam ser os mesmos, ou outros da mesma fabrica.)

Mais um pano de raz de lã e seda, que tem uma rainha vestida de verde, assentada em uma cadeira, com um bago na mão; o qual tem vinte covados; a saber: cinco de alto, e quatro de largo. Este pano vinha avaliado a seiscentos réis o covado (47$880 réis da moeda actual).

Outro pano de lã e seda, que tem uma rainha vestida de azul no meio, e um vulto de um rei diante d'ella, com uma carapuça verde; o qual pano tem trinta covados; a saber: cinco de alto, e seis de largo. Este vinha a quinhentos e cincoenta réis o covado (65$820 réis actuaes).

Outro pano da sobredita medida, que tem no meio uma rainha, e á parte esquerda uns orgãos. Este vinha a seiscentos réis o covado (71$820 réis actuaes).

Outro pano, que tem uma mulher com um livro de canto na mão, e outra diante d'ella com um alaude; o qual tem vinte e cinco covados; a saber: cinco de alto, e cinco de largo. Este vinha a setecentos réis o covado (69$825 réis de hoje).

Outro pano, que tem uma rainha assentada em uma cadeira, vestida de verde, com um sceptro na mão, á parte esquerda; e detraz d'ella dois homens com alabardas; o qual pano tem cincoenta covados; a saber: dez de largo, e seis de alto, desguarnecido. Vinha a setecentos réis o covado (139$650 réis de hoje).

Outro pano, que tem de cada parte uns reis velhos; o da mão esquerda com as mãos apertadas uma com a outra; e o da mão direita com um sceptro na mão direita, e na esquerda uma carta com um sinete vermelho; o qual é desguarnecido; e tem de largo nove covados e meio, e de alto cinco e meio. Este vinha ao mesmo preço de setecentos réis o covado (145$934 réis de hoje).

Outro pano do mesmo teor, que tem no meio uma mulher vestida de verde, que lava as mãos em um chafariz; e á parte esquerda tem um rei velho com um sceptro na mão; o qual tem nove covados e duas terças de largo, e de alto cinco covados e meio. Vinha ao mesmo preço de setecentos réis o covado (148$029 réis de hoje).

Outro pano, que tem á parte direita um tamboril com uma frauta, e á parte esquerda uma rainha vestida de verde; o qual é de vinte e cinco covados: cinco de largo e cinco de comprido. Este vinha a seiscentos e cincoenta réis o covado (64$825 réis de hoje.

Outro pano, que tem á parte esquerda um homem vestido de azul, com um cesto na mão e um pichel na outra; e á parte direita uma mulher com um esguicho ao pé de um chafariz.

Ficará por aqui a transcripção. Remetto o leitor, a quem por acaso estes assumptos interessem, ao mesmo sitio da historia monumental de D. Antonio Caetano de Sousa, para ver tambem as sobre-portas e alcatifas riquissimas da nossa infanta. Quem sabe se alguns d'esses interessantes panos se não conservarão ainda n'alguma sala do paço italiano, ou n'algum museu? Não houve por lá terremoto, e ha bem melhores apreciadores do que nós.

A taes preciosidades artisticas se refere implicitamente Garcia de Rezende *(Ida da infanta D. Beatriz para Saboia)* quando, ao mencionar os 150 mil cruzados (239:400$000 réis de hoje) levados em dote pela mesma infanta, especifica oiro, prata, perolas, joias, etc., e não esquece entre tantos objectos de alta valia as *tapeçarias.*

Nas festas da despedida, no paço, pelas ruas, no caes, nos navios, tambem Rezende menciona *tapeçarias,* sem comtudo as descrever.

*

Conta o nosso grande João de Barros (*Asia,* Decada IV, cap. XVI, nota a pag. 106 da edição de 1777) que mandando D. Jorge de Menezes a Vasco Lourenço, a Diogo Cão, e a Gonçalo Veloso assentarem tratado de commercio com el-rei de Borneo, enviou por esses emissarios um rico presente ao mesmo soberano; entre as varias peças ia *um pano de raz de figuras grandes, que representavam o casamento d'el-rei Henrique* VIII *de Inglaterra com a rainha D. Catharina sua mulher...... Apresentando-lhe Vasco Lourenço as peças que lhe levava, abrindo-se o pano, vendo el-rei uma coisa tão desacostumada, suspeitando que aquellas figuras eram encantadas,*

que lhe queriam metter em casa para de noite o matarem, e lhe tomarem o reino, mandou que logo lh'o tirassem d'alli, e os portuguezes se fossem do seu porto, que não queria na sua terra outro rei senão elle. E posto que Affonso Pires, que era seu conhecido, e alguns moiros, procuraram tirar el-rei d'aquella imaginação, dizendo-lhe o que aquellas figuras significavam, não poderam.

Eram nozes para quem não tinha dentes. E não se julgue que eram panos velhos; deviam ser do trinque. Passava-se isto em 1526, e nos ultimos vinte e dois annos é que elles haviam de ter sido fabricados. Caturreiras de preto.

*

Quando em 1530 se achava Damião de Goes em Flandres, foi encarregado pelo infante D. Fernando de mandar fazer varias tapeçarias, illuminuras, e obras calligraphicas.

As tapeçarias haviam de figurar os doze mezes do anno. (Vide conde de Raczynski, *Dict. historico-artistique du Portugal*, pag. 113).

*

Quando em Evora se celebrou o auto do juramento do principesinho de tres annos, D. Manuel, filho d'el-rei D. João III e da rainha D. Catharina, em 1535, determinou el-rei que a ceremonia perante as côrtes se realisasse na chamada *varanda*, vasto salão, ou galeria, que ia dos aposentos da rainha sobre o terreiro e jardim do paço. Aderessou-se ricamente de finas tapeçarias de oiro e seda, que eram, segundo se crê, das mais bellas que então existiam. Representavam a historia de S. João Baptista, e o baptismo de Christo. Tinha-as mandado fabricar o archiduque (?), e comprara-as el-rei D. Manuel, avaliadas em Flandres em quatrocentos mil cruzados, que representariam hoje 638:400$000 réis (*Hist. gen., Provas*, tom. III, pag. 37).

*

Em março de 1537 ordenou el-rei D. João III que se en-

viassem a el-rei de Cambaya, entre outros riquissimos presentes, *seis panos de armar de ouro, e dois de brocado, e outros dois de tela de ouro* (Frei Luiz de Sousa, *Annaes d'el-rei D. João* III public. por Herculano, *Mem. e docum.*, pag. 401).

*

Quando se festejou o casamento do infante D. Duarte filho d'el-rei D. Manuel com a senhora D. Izabel filha do duque de Bragança D. Jayme, e irmã do duque D. Theodosio I, quiz el-rei D. João III honrar com a sua visita o paço ducal de Villa-Viçosa. Partiu de Evora, onde estava desde muito a côrte, em 23 de abril de 1537, acompanhado dos infantes e de muitos servidores, e chegou no dia seguinte a Villa-Viçosa. Foi imponente, de riqueza e gosto apurado, a recepção que lhe fez o duque. Tudo isso traz por miudos a *Historia genealogica*.

Limito-me a apontar, que na descripção se acham muitas vezes mencionadas as ricas tapeçarias dos aposentos; por exemplo: as da camara do infante D. Henrique; as da camara do infante D. Duarte, que representavam a historia de José do Egypto; uma das salas era forrada de panos de Arrás; nas tapeçarias da camara da infanta se viam historias antigas; não sendo menos para notar as da camara do dono da casa. Tudo era novo em folha, e feito de proposito, e a capricho, para esta occasião (*Hist. gen.*, t. VI, pag. 25 a 29).

*

Em outubro de 1543 ao partir-se para Castella a nossa infanta D. Maria filha d'el-rei D. João III, desposada com o principe das Asturias, poisou, além de outros sitios, em Elvas, onde tambem estava o duque de Bragança. É notavel a grandeza com que alli se hospedou este principe. Não descreverei tudo; limitar-me-hei ao meu assumpto.

A sala da casa onde se aposentou era forrada de tapeçarias finissimas, com os trabalhos de Hercules, tendo no alto uns fragmentos menores, representando os mezes do anno. A ante-

camara figurava Helena e Páris. Todas as demais camaras eram tambem opulentamente aderessadas (*Hist. gen.*, t. VI, pag. 51; e *Provas*, t. III, pag. 121).

*

Eram de primeira ordem as alfaias que n'este dispendioso genero possuia a casa de Bragança. No seu encarecimento se espraia D. Antonio Caetano de Sousa, que provavelmente ainda as viu admiraveis (*Hist. gen.*, t. VI, pag. 456).

*

Fazendo testamento em abril de 1563 o duque D. Theodosio I, annexa ao morgado de sua casa, além de muitos objectos de oiro e prata de subido apreço, todas as suas *tapeçarias de oiro* (*Hist. gen.*, t. VI, pag. 100).

*

Mas ainda não ficamos aqui.

Todos sabem que em 1571 recebeu Portugal a visita do cardeal Alexandrino (Miguel Bonello) legado da Santa Sé. A relação d'essa viagem foi escripta por um tal Venturino, pessoa do sequito do cardeal; interessantissimo documento traduzido da *Symicta Lusitana* da bibliotheca real da Ajuda por Herculano, publicado no *Panorama*, e ultimamente reimpresso no tomo VI dos *Opusculos* do mesmo historiador.

Achava-se em Almeirim el-rei D. Sebastião. Mandou pedir ao duque D. Theodosio I, chefe da casa mais opulenta e principesca da peninsula, hospedasse primeiro ao cardeal em Villa-Viçosa. Saíu-se o duque do encargo como quem era, e albergou o legado com desusada magnificencia.

Nove salas tinha para sua habitação o hospede: a primeira forrada de arrazes, com a historia de Julio Cesar; a antecamara com panos representando a historia de Alexandre; a camara em que dormia figurava *a historia de Tobias, prodigioso desenho do insigne Raphael de Urbino;* e emfim, n'outro

aposento em que o legado ouvia Missa, via-se um pano feito a agulha, representando o descimento da cruz. (*Hist. gen.*, t. VI, pag. 134 e 135).

Depois de mencionar as pinturas das paredes do paço ducal de Villa-Viçosa, onde, entre outros assumptos, se viam *muitas victorias alcançadas pelos duques de Bragança, principalmente contra os castelhanos, e no alto da escada ... a tomada de Azamor, na Africa ... tudo ornado de riquissimos panos de Flandres*, diz o autor da relação:

Os panos que estão *na sala que fica no topo da escada da banda esquerda são de oiro, prata, e seda, lavrados de figuras representando uma victoria ganha por Nunalvares, condestavel de Portugal, contra os castelhanos.... Dos mesmos panos está forrada outra sala tambem no cimo da escada, da parte opposta, bem como a camara e ante-camara do Legado, na qual estava uma cama de brocado de ouro de canotilho, a meza de estado coberta da mesma tela, a cadeira de veludo carmezim franjado de ouro, e o chão alcatifado de finissimos tapetes.*

Fallando do paço real da Alcaçova, cita o narrador de passagem mui ricos panos de Flandres em varias salas, e diz que da casa em que os prelados comiam se descia para uma *varanda feita de novo, em cujo topo havia um bellissimo pano de Flandres com uma imagem da Virtude, que segura pelo collo e pelos cabellos uma Fortuna, com seu lettreiro latino, que significa:* NÃO SABE ESCAPAR, NEM PÓDE FUGIR A FORTUNA, QUANDO A VIRTUDE COM SUA FORÇA A RETEM.

No mesmo paço da Alcaçova eram os quartos d'el-rei D. Sebastião forrados de panos de raz *com historias do Testamento Velho, e ao mesmo tempo com quantas ficções teem inventado os poetas. Havia alli alguns, que valiam bem dois mil escudos.*

*

N'um dos codicillos com que a senhora D. Maria, princeza nossa e duqueza de Parma, accrescentou o seu testamento em 1577, encontro nota de uns panos de tapeçaria, com figuras representando a historia do imperador Cesar, os quaes

panos a mesma senhora desejava doar á egreja de S. Roque, de Parma. (Veja-se o tom. I das *Provas* da *Hist. gen. da casa real*, pag. 707). Teriam ido de Portugal?

*

Uma preciosa *Estatistica* antiga manuscripta, já citada n'este volume, e pertencente á bibl. nac., diz n'este assumpto que no meio do seculo XVI entravam no reino muitas tapeçarias de armar, e cobrir coxins e camas, tudo no valor de uns 40:000 cruzados (fol. 25) (61:280$000 réis de hoje).

Para se ver quanto valiam no seculo XVI os *panos de armar*, basta considerar o seguinte: o arcebispo de Lisboa D. Fernando de Vasconcellos, da casa de Penella, tinha uma provisão d'el-rei D. João III, que lhe promettia a avultada quantia de 4:000 cruzados (6:128$000 réis de hoje) pagos em quatro annos. Dispondo o seu testamento, ordena o emprego d'essa quantia por varias fórmas, e manda *se comprem seis panos de armar para o cruzeiro* da sé; a saber: dois de *doze annas* de largo cada um (ou 516 polegadas portuguezas) e *seis* de alto (ou 258 polegadas). Para isso deixa o mesmo arcebispo 384$000 réis (ou 1:470$720 réis de hoje) (*Hist. gen.*, t. XII, p. I, pag. 131).

*

N'este mesmo seculo XVI, diz a citada *Estatistica* manuscripta da bibl. nac. de Lisboa, importavam-se em Portugal nada menos de dois mil guadamecins annualmente (*Lisboa antiga*, 1.º vol. *O Bairro alto*, pag. 57). Os guadamecins eram coiros imprensados e doirados, alguns de muita riqueza, com que se forravam as salas no verão, ao passo que no inverno se forravam de panos (*Hist. gen.*, t. VI, pag. 440).

Diz a relação da viagem dos venezianos Tron e Lippomani a Portugal em 1580: *Costumam forrar os aposentos de razos, de damascos, e de finissimos razes no inverno, e no verão de couros doirados mui ricos, que se fabricam n'aquella cidade* (Lisboa). — Vide Herculano, *Opusculos*, t. VI, pag. 121).

*

A burguezia menos abastada, a quem a moda impunha comtudo certas obrigações sumptuarias, e que desejava ter as suas casas colgadas de razes como as salas da nobreza, que fazia? alugava-os. Diz Frei Nicolao de Oliveira (*Grandezas de Lisboa*, ed. de 1804, pag. 175) que havia em Lisboa no seu tempo dois alugadores de panos de Raz; o primeiro tinha em giro trinta panos; o segundo cincoenta.

*

Não só se alugavam; emprestavam-se tambem; por signal que para acabar com o abuso de se facultarem a particulares as tapeçarias da casa da Relação de Goa, assentaram os desembargadores, em 24 de outubro de 1595, que se tomasse juramento *ao porteiro Manuel Carvalho para que não emprestasse nem saissem fóra d'esta Relação os panos e guarda-portas* (reposteiros) *com que está armada* (*Archivo oriental portuguez*, fasciculo 5.º, parte 3.ª, pag. 1458).

Seculo XVII

Em principios do seculo XVII *uma pelle doirada de guadamecins, medida pelo padrão da cidade, sendo de Cordova, ou a melhor da terra,* não valia mais de 120 réis (359 réis actuaes); e sendo vermelha ou branca, 80 réis (128 réis). *Uma pelle pintada inteira com figura ou historia,* não valia mais de 150 réis (590 réis) (*Archivo municipal de Lisboa*, 1862, n.º 116, pag. 927, Assento de taxas tomado pela camara em 7 de maio de 1611).

*

Na festa com que Lisboa celebrou em 1622 a canonisação da Madre Sancta Thereza, extremaram-se as sumptuosas funcções do mosteiro de S. Filippe (chamado de S. João de Deus

(hoje quartel do 2 de infanteria!). A egreja estava toda armada *com os panos de Tunes*—diz Frei Belchior de Sanct'-Anna (*Chron. dos carm. descalços,* tom. I, l. III, cap. XXIII, pag. 600)—*em que de seda e oiro se veem as historias das conquistas da Goleta e Tunes, retratadas tão ao vivo, que deixam atraz os delicados pinceis de Zeuxis e Thimantes.*

*

No n.º 6 do seu vol. I traz *O Occidente* um artigo e gravura de um notavel bordado de tapeçaria feito pelas senhoras portuguezas de Malaca no seculo XVII.

*

Depois da acclamação d'el-rei D. João IV, a maior parte dos adornos da casa de Villa-Viçosa vieram para Lisboa, entre elles as soberbas tapeçarias de todo o genero; e guardou-se tudo no paço dos duques, na rua hoje chamada por isso *do Thesouro Velho.* A maior parte de taes preciosidades foi destruida pelo terremoto de 1755 e incendio subsequente (Sr. Vilhena Barbosa, *Est. hist. e arch.*, t. II, pag. 268).

Seculo XVIII

Do tempo d'el-rei D. João V, diz-nos a *Hist. gen.* (tom. VIII, pag. 272), havia bellos restos, que não sei se existem. Aquelle soberano, *gourmet* em coisas de arte, mandou fazer muitas tapeçarias, augmentando o numero das que já havia no paço, segundo desenhos de Raphael, Ticiano, Rubens, e outros.

*

Logo no acto do seu juramento em 1 de janeiro de 1707 as encontro. Armara-se no Terreiro do Paço, junto ao paço, um magnifico palanque de veludos, sedas, e brocados, onde tambem figuravam *excellentes tapeçarias de Arrás* (*Hist. gen.*,

t. VIII, pag. 17). Por exemplo: aos dois lados da cadeira real viam-se dois panos de Arrás, de seda e oiro; figurava o da direita a *Justiça;* o da esquerda a *Prudencia.* (Id., *ibid.*, pag. 18).

*

Nas decorações do Terreiro do Paço — conta o sr. Vilhena Barbosa (*Est. hist. e arch.*, t. II, pag. 269) — *e das ruas que conduziam á sé, e n'outras verbas despendidas com a procissão do Corpo de Deus no anno de 1708, gastou aquelle monarcha* (el-rei D. João V) *cem contos de réis.*

*

Na sumptuosa e nunca assaz encarecida festa do Corpo de Deus, mandada celebrar por el-rei D. João V em 1719, uma galeria que levava da tribuna real para o interior do paço da Ribeira achava-se toda armada — diz Ignacio Barbosa Machado na sua *Historia critico-chronologica*, pag. 150 — *com panos de arraz, em que liam os olhos tecida a historia de Alexandre Magno, obra de tão grande artifice, que n'ella se viam as figuras com tal espirito na valentia e naturalidade, que a muitas pessoas succedeu procurarem desenganar-se, com o tacto, do engano que lhes fazia a arte, emula da natureza.*

*

Junto á mesma Patriarchal via-se outro pano representando o quadro de Rubens os triumphos da Fé e do Sacramento; e outros panos representando acções da vida de Nossa Senhora, de Salomão, dos Apostolos, e outras historias sagradas e profanas, tudo fabricado pelos primeiros mestres da Europa.

Isso são informações do citado Ignacio Barbosa, que assim continúa, a pag. 152:

Nas faces do atrio e paredes da santa egreja (Patriarchal) *haveria mais de duzentos e cincoenta panos de arraz, todos inestimaveis no debuxo, ainda que diversos na materia, e dif-*

ferentes no que representavam, porque alguns (note-se) *eram de figuras gothicas, argumento famoso da sua antiguidade.*

Um grande pateo, ou claustro, interior da Patriarchal se revestiu, diz o bom informador a pag. 154, *com adorno de inestimaveis panos de arraz, que servem nas salas do palacio; uns eram delineados pelo grande Raphael, tão venerado na Europa pela excellencia do seu pincel, e mostravam a historia de Tobias com figuras tão naturaes, que para realmente o serem só lhes faltava o movimento, e não a proporção. Os outros panos eram de egual valentia no debuxo, e não de inferior artifice: constavam dos triumphos de David, distinguindo-se no tecido as paixões do animo com viveza primor.*

Na parte do paço da Ribeira em que se levantava a torre do relogio, *se armaram*—diz por ultimo Barbosa Machado, a pag. 156—*os panos tão celebres como preciosos da jornada e conquista do reino de Tunes, que são tecidos com ouro, e com tal arte que excedem na estimação e na excellencia a outros muitos, que não são deseguaes na materia, nem inferiores no padrão.*

*

Segundo o sr. Vilhena Barbosa, foram muito para notar as avultadissimas encommendas de tapeçarias para ornamento do paço de Mafra; e o meu illustrado consocio o sr. Joaquim da Conceição Gomes, descrevendo as salas do mesmo paço (no n.º 4 da serie 2.ª, tomo IV do *Boletim da real associação dos architectos civis e archeologos portuguezes*). menciona, entre os arrazes que revestiram antigamente algumas d'ellas, dois panos feitos por Pedro Tavares de Brito, natural do Algarve; o que prova, observa o sr. Gomes, *que em Portugal se fizeram trabalhos d'esse genero.* Esses panos existem; um representa Jacob recebendo das mãos de seus filhos a tunica ensanguentada de José.

P. S.

Não posso concluir sem mencionar os magnificos razes que adornam uma das primeiras salas do andar inferior do paço da Ajuda; e outros que ainda ha oito ou nove annos vi muitas vezes n'um salão do palacio, hoje demolido, do sr. visconde da Asseca a Sanctos defronte dos Mariannos. Eram bellissimos, e tinham todas as vantagens de uma boa *mise-en-scène*: muito espaço, bons azulejos por baixo, e um tecto artesoado de cedro. Tudo aquillo estava em caracter.

*

Em novembro de 1883 vi tambem em casa de uma intelligente senhora que os estava restaurando com rara pericia, quatro grandes panos de raz (talvez do seculo XVII ou principios do XVIII), pertencentes ao sr. conde da Foz, que os collocou, segundo ouvi, no escriptorio do palacio onde mora ás Chagas.

*

Voltando aos estrangeiros: cabe aqui mencionar o artigo *Chambre verte* do *Dictionnaire critique* de A. Jal (Paris, 1867); é a descripção de um riquissimo forro de veludo da camara da duqueza de Angoulême, mãe de Francisco I de França, forro todo cheio de applicações e bordados de Estevam Bernard, sobre desenhos de Bartholomeu Gueti, representando as bucolicas de Virgilio. É um curioso especimen para a historia da mobilia no seculo XVI.

*

A Inglaterra, cujo espirito industrial é tanta vez aquecido ao suave calor da arte, acordou não ha muito com o grandioso desejo de ressuscitar as manufacturas de tapeçarias artisticas. Deve-se tão formosa iniciativa a um dos principes da casa reinante, sua alteza o sympathico Leopoldo duque

de Albany, fallecido, entre os mais sinceros prantos de saudade de toda a Inglaterra, em março d'este anno de 1884.

N'um jornal inglez li eu o seguinte, pouco mais ou menos.

Ha annos, morando o duque no solar de Boyton, no Wiltshire, teve occasião de conversar com M. Henry, artista, socio da firma Gillow e Comp.ª, de Oxford-street, estofadores e armadores. Fallando-se de tapeçarias, e arte decorativa, mostrou sua alteza a M. Henry um lindo especimen de tapeçaria antiga pendente n'uma sala de entrada do seu paço.

— É pena que já cá se não fabrique d'isto — disse o principe.

— Só nos Gobelins e em Aubusson — respondeu o pintor.

— E porque não em Inglaterra? porque não inauguraes vós manufacturas d'este genero?

Tornou M. Henry que essa iniciativa devia ser nacional, e que se sua alteza concedesse á idéa a sua protecção, se poderia logo organisar uma commissão para o assumpto. Encarregado pelo principe de lhe apresentar as bases do projecto, e a lista da commissão, dentro em dois mezes lh'as foi M. Henry entregar. O principe levou os papeis a Balmoral onde então se achava a rainha, a quem mostrou pela mesma occasião uma soberba tapeçaria executada em Aubusson por M. Brignolas, n'um pano de 12 pés de comprimento por 9 de alto, reproduzindo uma scena de caçadas pintada por M. Henry em lona grosseira para imitar o effeito da tapeçaria antiga.

Tudo approvou com enthusiasmo a cultivadissima soberana, e pozeram-se logo mãos á empreza. Foi commettida ao francez Brignolas a direcção das novas officinas, povoadas dos mais peritos artistas francezes, e dos mais intelligentes aprendizes inglezes, cuja missão ficava sendo renovar as antigas tradições da Inglaterra, onde a fabrica de Mortlake, por exemplo, fundada por Carlos I, tinha grangeado alta celebridade. Além d'isso as tapeçarias de agulha tinham lá sido moda desde muitos seculos. Que o diga a de Bayeux, e que o digam as que bordavam nas suas *hours of idleness* as gentís damas da rainha Izabel.

É em Windsor a nova fabrica ingleza. Muitos artistas de profissão foram encarregados de projectos para quadros; e entre os nomes d'esses mestres figura, para gloria da sua classe, o nome illustre da marqueza de Waterford, Luiza, verdadeiro talento, que sabe hombrear com os de mais pulso.

Em 1881 abriu-se em Windsor uma exposição dos productos da fabrica, outra em Londres, em Old-Bond street, e concorreram á ultima de Paris esplendidas amostras. Veja-se tudo isto, e muito mais, assim como a reproducção gravada de um dos panos, pintados por J. E. Hodgson, representando um troço de guerreiros de Kent caminhando na vanguarda do exercito de Haroldo, no jornal *The illustrated London News*, de 29 de abril de 1882.

Basta de tapeçarias. Concluirei lamentando que passasse de moda este adorno das poisadas opulentas, e fazendo votos bem sinceros para que os aperfeiçoamentos manufactureiros do genero consigam, por meio de panos bem urdidos e bem ideados, aclimar nas sociedades modernas uma tão formosa manifestação da arte.

Sem arte não se vive.

NOTA VI

MONUMENTO A EL-REI D. AFFONSO HENRIQUES

Lê-se no jornal lisbonense *O Atlantico* de 29 de outubro de 1884:

«Já se remetteu para esta cidade o projecto definitivo do monumento que alli se vai erigir a D. Affonso Henriques. Foi elaborado pelo architecto lisbonense, sr. José Antonio Gaspar, e pelo esculptor o sr. Soares dos Reis.

«O pedestal é de fórma oitavada, e toda a sua decoração

obedece rigorosamente ao estylo romanico, como o mais usado nas construcções civis e religiosas do principio da monarchia. De cada angulo do pedestal sobresáem duas columnas, caracterisando a ornamentação dos capiteis e da moldura a justeza d'aquelle estylo. Na frente destaca-se o brazão de D. Affonso Henriques, vendo-se por baixo d'elle a dedicatoria do monumento em caracteres da epocha. O monarcha, em attitude nobre, representa-se com os trajos de cavalleiro da edade média, de cota de malha e pequeno capacete, pendendo-lhe dos hombros o manto real. A figura, com as duas mãos reunidas, apoia-se sobre o escudo de combate, empunhando em uma d'ellas a espada.

«A altura total do monumento é de 6 metros, tendo a estatua 2^{m},20.

«Os auctores do projecto apresentam á commissão tres orçamentos, conforme os materiaes que tiverem de ser empregados. Em todos elles o pedestal será de lioz ou vidraço, differindo apenas o preço com relação á estatua, que poderá ser de bronze, de marmore de Italia ou de lioz.

«No primeiro caso o monumento importaria em 7:200$000 réis, sendo a estatua em bronze a preferida pelos dois artistas. Quando, porém, a commissão decida pela estatua de marmore, optam por que se execute em lioz, em consequencia não só do seu melhor effeito em esculptura monumental, como tambem por ser de uma duração incalculavel, visto aquelle material não se salitrar, como succede com o marmore de Italia, se bem que o lioz seja mais difficil de trabalhar.

«Os dois orçamentos restantes são menores do que o producto da subscripção.

«Segundo o projecto, o monumento não terá grade, devendo assentar sobre uma pequena elevação de terreno arrelvado, perservado pela competente *bordure*.»

NOTA VII

Completarei com mais algumas indicações a parte da genealogia da casa de Niza que se leu a pag. 280.

D. Manuel Telles da Gama casou com a ex.^{ma} sr.^{a} D. Maria Izabel de Castro e Lemos de Magalhães e Menezes. Tem os filhos seguintes:

D. Emilia Telles da Gama.
D. Constança Telles da Gama.
D. Izabel Telles da Gama.
D. Vasco Telles da Gama.
D. Sebastião Telles da Gama.
D. Domingos Telles da Gama.

D. THOMAZ XAVIER TELLES DE CASTRO DA GAMA ATAIDE NORONHA SILVEIRA E SOUSA, 14.º conde da Vidigueira, camarista d'el-rei. Nasceu em 16 de outubro de 1839. Casou com a ex.^{ma} sr.^{a} D. Maria Mendes da Gama, actual condessa, e tem os seguintes filhos:

D. José Telles da Gama.
D. Constança Telles da Gama.
D. Luiz Telles da Gama.
D. Eugenia Telles da Gama.

NOTA VIII

DOAÇÃO DE BELLAS A DIOGO LOPES PACHECO, E INSTITUIÇÃO DO SEU MORGADO

Ao que disse a pag. 348, 349 e 350, devo accrescentar como esclarecimento o seguinte:

Por carta datada de Santarem a 1 de setembro de 1385 (era 1423), pouco depois da batalha campal de Aljubarrota, doou el-rei D. João I os paços de Bellas a Diogo Lopes.

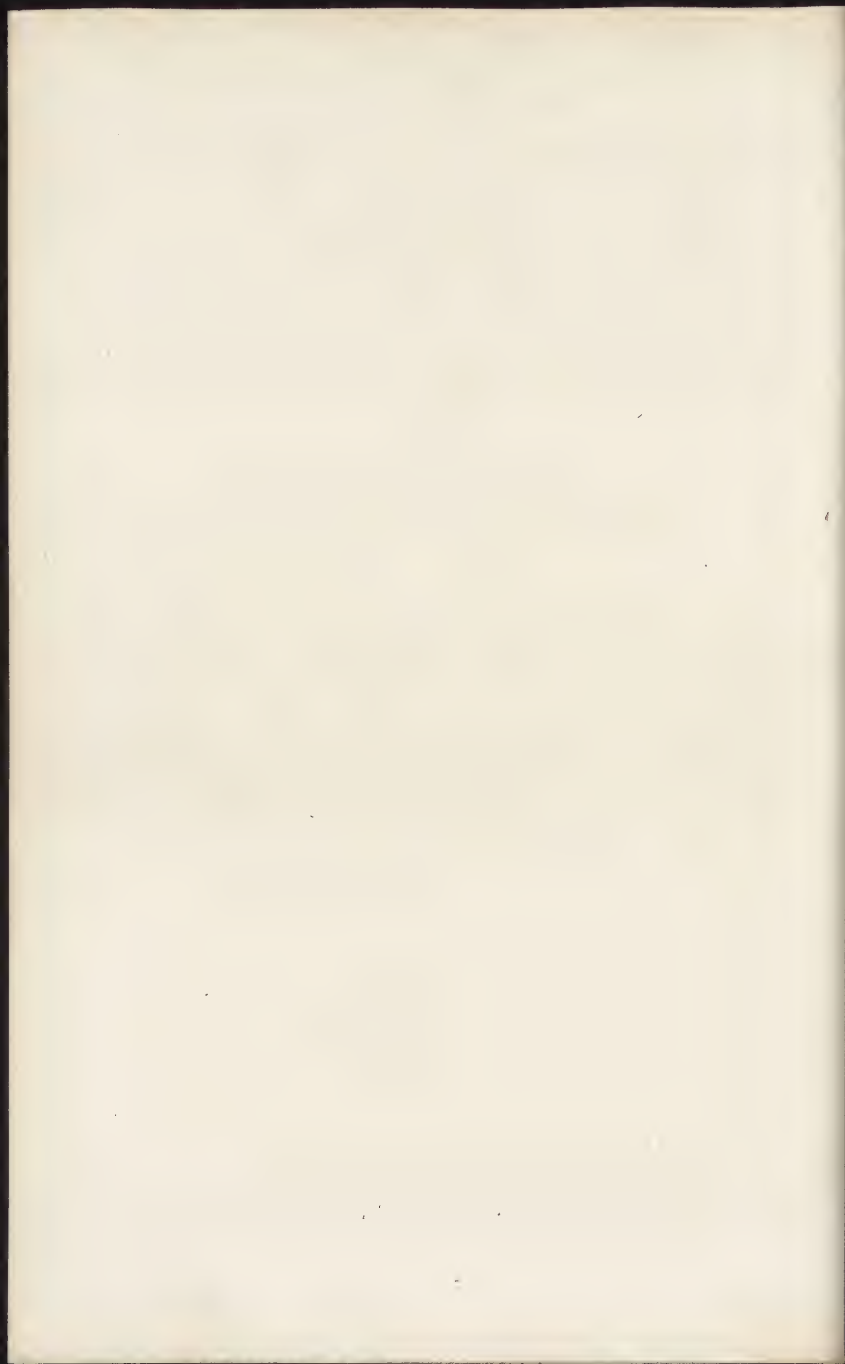
... *fazemos saber*—diz *ipsis verbis* o documento—*que nós desembargamos e mandamos entregar a Diego Lopez Pacheco,*

do nosso conselho, todallas herdades e beens que avia em nosso senhorio, que lhe foram tomadas e embargadas, por quanto elle nom fez cousa per que as devesse perder; e por que nós somos certo que os paaços de Bellas, que som em termo de Lixboa, foram feitos na herdade propria do dicto Diego Lopez, com todas suas casarias, e pumares, e vinhas, temos por bem e mandamos que lhe seiam desembargados e entregues os dictos paaços, casarias, vinhas, e pumares.... — Santarem 1.º de setembro era 1423. (Archivo real da Torre do Tombo, l. 1.º do senhor D. João I, fl. 85).

Continuou o valimento d'este alto vassallo. Em 1389 (era 1427) institue morgado de seus bens. Diz assim a outhorga regia:

... fazemos saber que nós, veendo e consirando prol e honrra da nossa terra, e porque somos certo que os moorgados e successoões destes som proveitosos aos nossos naturaaes, para se conservar e perpetuar em elles os nomes que ham, e suas geraçoões por esto averem mais perpetuaçam, e durarem mais pera todo sempre, e os stranhos nom poderam (sic) *herdar os beens alheos, e pera sempre ficaram* (sic) *na linhagem, portanto visto por nós e esguardando com os do nosso conselho huum moorgado e sucesam que Diego Lopez Pacheco nosso vasallo, e do nosso conselho, com outorgamento e consentimento de Joham Fernandez seu filho lidimo e herdeiro fez do lugar de Bellas com suas perteenças, que he seu, o qual morgado tal he:* — «In Dei Nomine Amen. Saibham quantos este estor-«mento de hordenamento de moorgado virem, que na era de «1427 annos, 5 dias do mes de março, na mui nobre cidade «de Lixboa ... o mui honrrado, discreto, e sages barom Diego «Lopez Pacheco do conselho do mui alto e mui nobre Dom «Joham Rey de Portugal e do Algarve, com consentimento «e outorgamento de Joham Fernandez Pacheco seu filho, «stando a ello presente, fez desposiçam e hordenamento do «seu logar de Belas pera ficar em moorgado ... em esta guisa: «... EU DIEGO LOPEZ, QUERENDO FAZER MORGADO DE MEUS BEENS «PATRIMONIAAES SPECIALMENTE DO LUGAR DE BELLAS, QUE EU «EY DE MINHA HERANÇA E LINHA DIREITA ... MANDO QUE O DICTO «LUGAR ... COM TODAS SUAS PERTEENÇAS, DIREITOS E JURDICOÕES

«... FIQUEM AO DICTO JOHAM FERNANDEZ POR MOORGADO ... QUE «MORTO O DICTO JOHAM FERNANDEZ FIQUE O DICTO LUGAR E «MOORGADO DE BELLAS A SEU FILHO BAROM MAYOR PRIMEIRO «GENITO E LIDIMO ...» *E visto como o dicto moorgado he fundado ... portanto nós ... confirmamos ... e vertude damos ao dicto morgado ... em Lisboa 8 de março ... era de 1427 annos* (anno 1389). (Real archivo da Torre do Tombo, l. 2.º do senhor D. João I, fl. 12).

Repito pois: ha uma lacuna, que não sei preencher, entre a instituição d'esse vinculo, e a doação de Bellas a Gonçalo Peres de Malafaya.

LISTA

DAS PRINCIPAES FONTES CONSULTADAS PELO AUCTOR D'ESTE LIVRO, ALÉM DE OUTRAS JÁ MENCIONADAS NO 1.º E NO 2.º VOLUME

Alarcão (D. José de) — Artigo muito erudito sobre a *antiguidade da exportação dos vinhos portuguezes.* No jornal *O Atlantico* de 29 de setembro de 1883.

Almanack ecclesiastico da archi-diocese patriarchal de Lisboa para 1883 — Coimbra, 1882, 8.º, 1 folh.

Aragão (Nicolao Roselli, cardeal de) — *Vitæ nonnullorum Pontificum Romanorum.* — Encontram-se em Muratori, *Rerum Italicarum Scriptores,* t. III, parte I.

Arnulfus — *Epistola ad Milonem episcopum* — *Port. Mon.* — *Script.*

Ascendencia de la casa de Azambuja — livro dedicado a D. Gaspar de Guzman, conde de Olivares, duque de San Lucar, etc. (attribuido a D. Francisco Rolim).

Barbosa Canaes de Figueiredo Castello-Branco (José) — *O mordomo do rei* — Lisboa, 1851, 4.º, 1 folh.

Barbosa Canaes de Figueiredo Castello-Branco (José) — *Arvores de costado.*

Barbosa Machado (Diogo) — *Memorias para a historia d'el-rei D. Sebastião* — Lisboa, 1736 a 1751, 4.º, 4 vol.

Barros (João de) — *Espelho de casados* (edição do Porto).

Bernardes Branco (Manuel) — Artigo intitulado *O dia 25 de*

outubro, na *Revolução de Setembro* de 4 de novembro de 1882 e dias seguintes.

Brito (Frei Bernardo de) — *Chronica de Cister* — Lisboa, 1602, 8.º, 1 vol.

Cæsar (C. Julius) — *De bello gallico.*

Castilho (Antonio Feliciano de) — *Quadròs historicos de Portugal* — Lisboa, 1838, fol. max., 1 vol.

Cerqueira Pinto (Antonio). Vide Cunha (D. Rodrigo da).

Chronicas breves e memorias avulsas da Sancta Cruz de Coimbra — *Port. Mon.* — *Script.*

Chronicon Lusitanum — Apud *Mon. Lusit., Esp. Sagr., Port. Mon.*

Coelho Gasco (Antonio, gradoado em leis) — *Primeyra parte das antiguidades da muy nobre Cidade de Lixboa, Imporio do mundo e Princesa do mar Oceano* — Mss. da bibl. nac. de Lisboa — B — 15 — 8 — 348 fl.

Court de Gébelin — *Allégories orientales.*

Cronica da fundação do moesteyro de sam Vicente (paraphrase do *Indiculum* — Edição do sr. O. M. Nepomuceno, Porto, 1873.

Cunha (D. Rodrigo da) — *Catalogo dos bispos do Porto* addicionado por Antonio Cerqueira Pinto — Porto, 1742, 4.º, 1 vol.

Dodechinus — *Ad Chronicon Marianni Scoti continuatio historica Appendix* — Apud bibl. Joann. Pistorii, t. 1.

Dozy — *Recherches sur l'hist. et la litt. des arabes de l'Espagne.*

Ducange — *Glossarium ad scriptores mediæ et infimæ latinitatis.*

Feo (João Carlos) e José do Valle — *Resenha das familias.*

Fernandes Thomaz (Manuel) — *Repertorio geral ou indice alphabetico das leis extravagantes do reino de Portugal* — Coimbra, 1815, fol., 2 vol.

Figanière, visconde de (Frederico Francisco de Figanière — *Catalogo dos manuscriptos portuguezes do museu britannico* — Lisboa, 1853, 8.º, 1 vol.

Figanière, visconde de (Frederico Francisco de Figanière — *Memorias das rainhas de Portugal* — Lisboa, 1859, 8.º, 1 vol.

Freire de Oliveira (Eduardo) — *Elementos para a historia do municipio de Lisboa* — 1.ª parte — Lisboa, 1882, 8.º, em via de publicação.

Galvão (Duarte) — *Chronica do muito alto e muito esclarecido principe D. Affonso Henriques* — Lisboa, 1728, 4.º, 1 vol.

Indiculum fundationis monasterii Sancti Vincentii — Port. Mon. — Script.

Lavanha (João Baptista) — *Annotações ao Nobiliario do conde D. Pedro.*

Lima (D. Antonio de) — *Genealogias* — Mss. da bibl. nac. de Lisboa — C — 1 — 22.

Livro velho das linhagens — Port. Mon. — Script.

S. Luiz (D. Francisco de) — *Memorias historicas e chronologicas do conde D. Henrique* — Nas Mem. da acad. real das sciencias.

Mandar (C. F.) — *De l'architecture des forteresses, ou de l'art de fortifier les places* — Paris, 1801, 8.º, 1 vol.

Mérimée (Prosper) — *Architecture militaire.* — No vol. v da obra de P. Lacrois, *Le moyen âge et la renaissance.*

Monte (Roberto do) — *Chronicon* — Apud biblioth. Joann. Pistorii, *Illustrium veterum scriptorum rerum germanicarum* — Francofurti, 1583, 1 vol.

Nobiliario chamado *do conde D. Pedro — Port. Mon. — Script.*

Nunes do Leão (Duarte) — *Chronica do conde D. Henrique* — Lisboa, 1600, 4.º, 1 vol.

Ornellas de Vasconcellos (Agostinho de) — *Obras de D. Ayres de Ornellas de Vasconcellos, arcebispo de Goa primaz do Oriente, precedidas de uma noticia biographica* — Porto, 1881, 8.º, 1 vol.

Pelagius (episcopus Ovetensis — *Chronicon* — Apud Florez, *Esp. Sagr.*, t. XIV, pag. 488.

Rebello da Costa (Agostinho) — *Descripção topographica e historica da cidade do Porto* — Porto, 1788, 8.º, 1 vol.

Regino — *Chronicon* — Apud bibl. Joannis Pistorii, t. I.

Resendius (L. Andr.) — *Pro Sanctis Christi martyribus Vincentio Olisiponensi patrono, Vincentio, Sabina, et Christetide, Eborensibus civibus, et ad quædam alia Responsio.* Ad Bartholomæum kebedium, sanctæ Toletanæ ecclesiæ

sacerdotem, virum doctissimum.—Olisipone, apud Franciscum Garcionem. — MDLXVII

N. B. A epistola tem a data de 4 de maio de 1567 *(quarto Nonas Maii)*.

Rolim de Moura (D. Francisco) — Vide *Ascendencia de la casa de Azambuja.*

Roselli (Nicolao) — Vide Aragão (cardeal de).

Sampirus (Asturicensis episcopus) — *Chronicon* — Apud Florez, *Esp. Sagr.*, t. XIV.

Sande (padre Duarte de) — *Lisboa em 1584* — obra em latim traduzida em portuguez pelo sr. Antonio José de Figueiredo. Encontra-se no *Arch. Pitt.*, t. VI.

Santarem (visconde de) e Luiz A. Rebello da Silva — *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal.*

Segura (Francisco de) — *Primera parte del romancero historiado, trata de los hazañosos Hechos de los Christianissimos Reyes de Portugal* — Lisboa, 1610, 8.º, 1 vol.

Silos (O monge de) — *Chronicon* — Apud Florez, *Esp. Sagr.*, t. XVII, pag. 298.

Simões (Augusto Filippe) — *Reliquias da architectura romano-bysantina em Portugal* — Lisboa, 1870, fol., 1 vol.

Translatio et miracula Sancti Vincentii — *Port. Mon.* — *Script.* — pag. 96.

Valle Pereira de Menezes (José do) — Vide *Feo (João Carlos).*

Vilhena Barbosa (Ignacio de) — *As cidades e villas de Portugal* — Lisboa, 3 vol.

Vilhena Barbosa — Artigo *O castello de Guimarães* — no *Archivo Pittoresco*, tom. VI, pag. 205.

Outros artigos —

Villas-Boas e Sampaio (Antonio) — *Nobiliario.*

Viollet-le-Duc — *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du* XI^e^ *au* XVI^e^ *siècle* — Paris, 1867 a 1868, 4.º, 10 vol.

INDICE

PAG.

Ao leitor.. IX

LIVRO III

CONQUISTA DE LISSIBONA AOS MOIROS

Capitulo I

Mencionam-se tres baldadas tentativas de conquista da Lissibona moira por guerreiros christãos. — Pensamento fixo d'el-rei D. Affonso no mesmo proposito. — Escassez de forças navaes. — A jornada de Trancoso. — Aporta no Douro uma armada de cruzados em 1140. — O bispo do Porto D. Pedro Ramaldis. — Incita el-rei aquelles forasteiros a um novo assalto a Lissibona. — Frustra-se o commettimento 15

Capitulo II

Bosquejo rapidissimo de retrato d'el-rei D. Affonso. — A rainha Mafalda de Saboya. — Seu lar domestico. — Faina militar d'el-rei. — Escalada da forte Santarem. — Cobram novo animo as phalanges christãs. — 1147; entra no Porto outra armada de cruzados. 21

Capitulo III

PAG.

Minuciosa descripção da viagem da armada desde Colonia e Dartmouth. — Roberto do Monte. — Osberno. — Arnulfo. — O *Indiculum*. — Dodechino. — O cardeal de Aragão. — Navegação pelas costas da Armorica. — Um temporal no golpho de Biscaia. — Cabotagem ao longo das praias das Asturias e de Galliza. — Entrada no Douro 27

Capitulo IV

Abala-se el-rei D. Affonso Henriques a juntar gente para outro tentame de assalto aos moiros de Lissibona. — O alardo em Guimarães. — Scena de interior n'um castello senhoril da idade media. — Despedida de Affonso e Mafalda. — Saudades 35

Capitulo V

Os cruzados no Porto. — O Porto em 1147 39

Capitulo VI

Digressão rapida sobre as invasões de piratas normandos e sarracenos ás costas da peninsula. — Em 844 é a primeira incursão de escandinavos, conhecida. — Citam-se Nowairi, e Ibn-Adhari. — Ameaça de outra invasão em 966. — Continuam no seculo XI até meio do XII. — Uma clausula do decreto do concilio Coiacense. — Resgate de uma boa mãe e sua filha. — Assalto de norueguezes ao castello de Cintra e á forte Lissibona em 1108. — Bosquejo rapido do retrato d'aquelles piratas indomaveis. — O seu ninho de abutres nas ilhas Orcades. — Invasões de sarracenos. — Providen-

PAG.

cias do prelado de Compostella. — Alegra-se a aridez d'este capitulo de sangue com a historia de uma gentil viscondessa do seculo XII. — Pede-se desculpa ao leitor pelas longuras da digressão 44

Capitulo VII

O bispo D. Pedro Pitoes convida os cruzados a auxiliarem a el-rei. — Uma carta authentica do soberano. — Razões que actuam no espirito da soldadesca estrangeira. — Parlamento no cemiterio. — Saída da armada em som de guerra. — Uma noite na ilha de Peniche. — Entram as naus a barra de Lissibona 58

Capitulo VIII

Corre-se a armada, e enumeram-se os seus capitães. — Arnoldo de Aarschot. — Christiano de Gistell. — Herveu de Glanvill. — Simão de Dover. — Saherio de Archelles. — Rebate-se a lenda de Guilherme o da Longa Espada. — Childe Rolim. — D. Guilham de La Corni. — D. Ruberte seu irmão. — D. Lingel. — Guilherme Vitulo e seu irmão Radulfo. — O cavalleiro Henrique 69

Capitulo IX

Resolvem-se os recem-chegados a dar á cidade um assalto de experiencia. — Acampa um troço dos estrangeiros n'um cabeço proximo. — Desembarcam os prelados de Braga e do Porto. — Chega el-rei D. Affonso ás abas de Lisboa. — São-lhe apresentados os principaes chefes estrangeiros. — Parlamento á sombra das arvores. — Pacto entre el-rei e os de fóra. — Embaixada aos moiros. — São embaixadores os prelados e outros grandes. — Resposta dos moiros 96

Capitulo X

PAG.

Postam-se os assaltantes em som de guerra á volta de Lissibona. — Arraial dos inglezes, aquitanos, e bretões. — Arraial dos teutonicos. — Arraial dos portugallezes. — Opinião de Castilho (Antonio Feliciano) de encontro a outra do douto Frei Antonio Brandão. — Correm-se as fileiras portugallezas, e enumeram-se alguns dos capitães. — Martim Moniz. — Pero Viegas. — Payo Guterres. — Payo Delgado. — Os bispos: D. João Peculiar, D. Pedro Pitoes, D. Menendo Godines, D. Odorio. — Fernão Captivo. — Menendo Affonso. — Gonçalo Rodrigues. — Gosselino de Sousa. — João Viegas Ranha. — Fernão Mendes. — Uma oitava de Camões fecha o capitulo com chave de oiro. 109

Capitulo XI

Dão-se refens das convenções estipuladas. — Principiam as hostilidades com o arremesso dos fundibulos. — Fortificações de Lissibona. — O arrabalde mais populoso da cidade. — Cresce a onda dos foragidos a acolher-se ás fortificações. — Primeira batalha pelo suburbio do norte. — Recrudesce a peleja. — O *almocavár*, ou cemiterio moirisco. — Incendio do suburbio. 121

Capitulo XII

Planeiam os cercadores para 3 de julho um assalto geral á cidade. — Tomam os moiros a iniciativa na aggressão. — Fecha-se com todas as severidades militares o cerco. — Os inglezes acampam muito proximos da muralha. — Patrulhas normandas e inglezas velando a circumvallação. — Acham-se covas dos moiros cheias de mantimentos. — Consiste a tactica dos cercados em cançar com irrupções as hostes ini-

PAG.

migas.—Desesperado furor nos da cidade.—Insultos e improperios.—A batalha de Sacavem, episodio legendario 131

Capitulo XIII

Projecta el-rei D. Affonso a demarcação de dois cemiterios.—O cemiterio de S. Vicente.—O de Sancta Maria dos Martyres.—Engenhos obsidionaes.—Faina geral no carpinteirar as torres moveis para o assalto.—Trabalho constante de cinco fundas baleares.—Incendio da torre dos flandrenses.—Incendio da torre dos inglezes.—*Sambucas* na armada.—Dispersa-as o vento norte.—Fome horrivel nos arraiaes.—Projectos de hybernação definitiva.—Desanimo geral. 138

Capitulo XIV

Empreza heroica de dez moiros.—Como se lhes frustraram os designios.—Cadaver de outro moiro emissario á tona d'agua.—Esperanças renascentes nos arraiaes christãos 147

Capitulo XV

Excursões de rapina, ou *algáras*, aos arredores de Lissibona.—Uma pescaria ás praias da Banda d'alem.—Tristissimos tropheos de uma batalha sanguinolenta.—Prantos geraes na cidade cercada.—Licenceia el-rei D. Affonso grande parte do seu exercito.—Os transfugas.—Crueldade dos christãos para com elles.—Fome negra nas phalanges moiriscas.—Horroroso pormenor de uma ratoeira humana.......... 151

Capitulo XVI

Minam os inglezes um vasto lanço da muralha.—

PAG.

Batalha travada no boqueirão da mina em 29 de setembro. — As fundas baleares. — O engenheiro pisano. — Relance de olhos ás machinas obsidionaes da idade media. — Recordação de Julio Cesar 158

Capitulo XVII

Tenta-se outra mina no lado oriental da cidade. — Incendio das fachinas. — Desmoronamento de uma grande cortina do muro do nascente. — Batalha renhidissima. — Travam-se rivalidades novas entre colonenses e flandrenses, e o grupo inglez e normando. — Volvem-se de novo as attenções ao lado do poente. — Descreve-se a torre da esquina da muralha lissibonense. — As actuaes ruas da Padaria e dos Bacalhoeiros 164

Capitulo XVIII

Abençôa o arcebispo de Braga os lidadores. — Missa campal; é exposto o sagrado Lenho. — Investida desesperada. — É arrastada a torre movel a quinze covados da muralha. — Recrudesce a ousadia nos cercados. — Manobras. — A noite no arraial. — É isolada a torre movel pelo crescer da maré. — Pelejas na Ribeira. — Ultimos golpes. — Rende-se emfim a cidade. 170

Capitulo XIX

Tentativa de reivindicação historica. — Martim Moniz e o seu feito de armas 180

Capitulo XX

O que significou á luz da historia peninsular a conquista de Lissibona. — Recorda-se ao leitor o fugitivo Boabdil. — A todos se deveu, e muito. — Echo

PAG.

da guerra por toda a Europa. — Estatue-se o cumprimento do estipulado. — Dissidencias entre el-rei e os chefes. — Flandrenses e colonenses sempre na opposição. — Um *meeting* dos descontentes. — A eguasinha do alcaide moiro reclama o seu papel n'esta chronica. — Difficil presidencia de Affonso Henriques. 188

Capitulo XXI

Entrada da cidade pelos seus conquistadores. — 24 de outubro. — Tropelias dos flandrenses e colonenses. — 25 de outubro, festa de S. Chrispim e S. Chrispiniano. — Saída da turba-multa moira por tres portas da cerca. — O hospital-barraca dos cercadores. — Menciona-se a veneravel imagem de Nossa Senhora da Enfermaria. — Procissão solemnissima de acção de graças. — As alegrias da victoria. — Eclipse lunar em 26 de outubro. — Um pensamento aos mortos 201

Capitulo XXII

Mencionam-se as varias fontes que teve o autor para estas indagações. — O cruzado Osberno. — A sua preciosa epistola. — Incuria portugueza. — Injustiça dos cruzados escriptores para com o nosso monarcha. — O cruzado Arnulfo. — A sua epistola narrativa. — O *Indiculum*. — O chronicon de Dodechino. — O chronicon de Roberto do Monte. — O livro de noa de Sancta Cruz de Coimbra. — As chronicas do seculo XV e XVI. — Os *Quadros historicos* de Castilho. — Homenagem á *Historia de Portugal* de Herculano 215

Capitulo XXIII

Reliquias historicas 227

Capitulo XXIV

PAG.

Averiguações genealogicas. — Descendencia dos heroes da tomada de Lisboa. — Childe Rolim e os Rolins de Moura. — Payo Guterres e os Cunhas. — Payo Delgado, os Castros de Monsanto e os Albergarias. — Martim Moniz e os Vasconcellos. — D. Ruberte de Licorne e os Atouguias Corrêas, senhores de Bellas. 246